REVOLUÇÃO DE 1964

A VERSÃO E O FATO

Adolpho João de Paula Couto

Gente do Livro

Adolpho João de Paula Couto

REVOLUÇÃO DE 1964

A VERSÃO E O FATO

Gente do Livro

Capa: Leonardo Menna Barreto Gomes
Editoração eletrônica: Rudimar Bernardes
Revisão: Joycinara Moreira
Sandro Waldez Andretta

Supervisão editorial: Rosane Gava

C871r Couto, Adolpho João de Paula
Revolução de 1964: a versão e o fato/ Adolpho João de Paula Couto. – Porto Alegre: Gente do Livro, 1999.
328 p. ; 14 x 21 cm.

1. Brasil - História - Revolução de 1964. I. Título

CDU 981.088

CIP – Catalogação na Fonte: Paula Pêgas de Lima CRB 10/1229

ISBN 85-86829-12-9

Editora Gente do Livro
Rua Dona Margarida, 894
Fones: (051) 337 4833 – Fax: (051) 337 4905
90240-610 – Porto Alegre – RS

À querida Giselda, companheira de todas as horas e presença estimulante na minha luta.

Aos queridos filhos Ieda Lucia, Gilberto, Sérgio e Hamilton, dignos partícipes de uma família solidária.

Sumário

A VERSÃO

A conhecida eficiência da propaganda esquerdista, sensível mesmo nos dias de hoje, acabou por criar estereótipos em relação à Revolução de 64, distorcendo completamente seu caráter, suas causas e finalidades.

Procura-se transmitir a idéia de que o elemento fundamental de sua motivação tenha sido o reacionarismo dos setores privilegiados da sociedade, temerosos do alcance social das "reformas de base" que se prometiam e que poriam um fim a seus privilégios.

Confere-se ao governo João Goulart um caráter progressista, no bom sentido, admitindo-se que seu objetivo era conduzir o país ao desenvolvimento político, social e econômico, com plena fidelidade ao ideal democrático e considerável redução da injustiça social. Tentam os arautos de tal governo e dos ideais que lhes seriam solidários mostrar que se tratava de um governo de características marcadamente social-democratas, como hoje poderiam ser classificadas.

A idéia-força do "autoritarismo", imanente ao processo revolucionário de 1964, tão usada antes como também agora, procura reduzir todos os ideais de defesa da liberdade presentes na motivação da revolução à visão esquemática de que a autoridade do Estado era um fim em si mesma, sobrepondo-se aos legítimos anseios da sociedade.

É evidente que, dadas a extensão e a profundidade da subversão comunista, os governos revolucionários tiveram de se revestir do caráter autoritário, necessário à sua repressão. Dois fatos importantes contribuíram para que tal "autoritarismo" se prolongasse mais do que seria desejável: o recrudescimento da subversão, evoluindo da feição inicial para o caráter violento da guerra revolucionária, e a descaracterização da oposição política, que não soube se desvincular da subversão, com a qual se mesclava de forma inextricável.

A versão corrente apresenta os governos revolucionários como ditaduras implacáveis, que perseguiam inocentes oposicionistas e outros elementos progressistas, empenhados todos em nobre luta em benefício do país, cujos ideais seriam afinados com aqueles cultivados pelo governo injustamente deposto. Além disso, a eficiência administrativa daqueles governos é contestada de forma absoluta, debitando-se-lhes, ao contrário, a culpa por praticamente todos os óbices que se opõem ao desenvolvimento nacional. Nesse sentido, é bem elucidativo o estereótipo "entulho autoritário", expressão com que se procura englobar todos os atos e realizações de tais governos, independentemente de seus méritos.

A leitura dos capítulos que se seguirão permitirá constatar que essa versão é totalmente improcedente. Embora na realidade se tratasse de governos autoritários, característica nas circunstâncias inevitável, sua duração era autolimitada, havendo uma sucessão de governos, de acordo com eleições realizadas pelo Congresso Nacional, sem direito à reeleição, bem ao contrário do que acontece em Cuba, paradoxalmente apontada como modelo pelos partidários de João Goulart. Bem diferente da tendência hoje vitoriosa no governo brasileiro, liderado por ferrenhos adversários da Revolução de 64.

Sua suposta implacabilidade era desmentida pela suavidade das punições aplicadas e pela tolerância com que recebia as mais contundentes críticas de uma oposição, esta sim, implacável.

Apenas quando os elásticos limites dessa tolerância eram excedidos recorriam os governos revolucionários, com relutância, a medidas mais incisivas, como foram os AI-2 e AI-5.

A desinformação sobre a Revolução de 64 é alarmante, pois acaba por distorcer a história recente do País e sua projeção futura. O poder de propaganda da esquerda lançou raízes tão poderosas entre os desinformados que nem mesmo o gesto histórico de Gorbachev, desmascarando o regime de que o Brasil seria uma das vertentes, segundo seus confessados desígnios, teve força para reverter muitos dos conceitos estereotipados inseridos nessa propaganda.

Impõe-se, portanto, restabelecer a verdade, através de um documento autorizado, com base em depoimentos e provas irrefutáveis.

Esta é a pretensão do presente livro, que se propõe comprovar, de forma clara e insofismável, que o objetivo do governo deposto, ou pelo menos o rumo que tomava de forma acelerada, era muito diferente daquele que a versão apregoa. Entregue à influência irresistível da subversão comunista, encaminhava-se para um regime ditatorial do tipo cubano, com escala por uma obscura "República Sindicalista".

Vamos ilustrar, através de alguns poucos exemplos, a difusão dessa versão distorcida, externada por elementos supostamente esclarecidos, entre os quais alguns remanescentes do governo deposto, políticos com eles solidários e outros elementos que, intoxicados pela versão corrente, apenas repetem críticas e diatribes, sem o cuidado de examinar sua procedência.

As críticas dirigem-se ora contra a ocorrência da Revolução de 64, a sua eclosão portanto, ora contra o desempenho dos governos dela decorrentes, ora contra a globalidade do processo revolucionário. São parciais algumas, totais outras. Há as que se caracterizam pelo equilíbrio, enquanto a maioria é passional e acerba.

São formuladas por políticos da oposição e liberais, mais ou menos ostensivamente aliados aos comunistas, dos quais algumas críticas são também aqui exemplificadas.

Examinemos algumas delas, que apenas sublinham um universo de críticas veiculadas pelos diversos meios de comunicação social e outros recursos da "mídia", e que são, por isto mesmo, do conhecimento geral.

É evidente que hoje, afastadas cerca de trinta anos dos fatos criticados, muitas dessas opiniões são fruto não mais do conhecimento direto, mas sim da repetição da própria versão.

O conjunto do processo revolucionário foi alvo de muitas versões, como a do intelectual de esquerda Limeira Tejo, que assim se expressou:

> "Na moldura de um estreito ideologismo internacional, apelou-se para a cirurgia dos golpes militares, sendo deposto mais um presidente da República. Dizia-se redentora uma 'revolução' que em nada redimiu nem modificou, estruturalmente, os quadros da sociedade. E, embora tenha sido apresentado como um movimento da classe média, viu-se imediatamente – pela lista de cassação dos direitos políticos, pela 'composição social' da onda de prisões, pelo 'terrorismo cultural' denunciado por Tristão de Ataíde – que foi a camada intermediária do povo que arcou com as medidas de exceção, explicadas como necessárias para varrer a corrupção e a subversão da face do País.
>
> O grosso dos lançados no opróbrio foi constituído de professores, estudantes, jornalistas, técnicos, escritores, cientistas, funcionários públicos, arquitetos e até padres, ou seja: a *intelligentzia* no Brasil, em nome da qual se dizia que a Nação seria salva dos ladrões e dos desordeiros. Aos agitadores de encomenda cabia apenas lançar a cortina de fumaça para encobrir as falcatruas dos grupos econômicos, aliados aos que ocupavam postos-chave na administração do País."

Nessa crítica, os elementos subversivos, que mais adiante veremos serem inexpressiva minoria, são confundidos com "a camada intermediária do povo", uma confusão sempre presente nas manifestações da esquerda.

Ao assumir o governo do Estado do Rio Grande do Sul em março de 1991, em seu discurso de posse, Alceu Collares identifica na deposição de Jango "o início de um processo que acabou comprometendo a governabilidade". Tal comprometimento na realidade acentuou-se a partir do fim do ciclo revolucionário.[1] Vemo-lo mais como resultante de uma descontinuidade administrativa absoluta, que se caracterizou pela negação total de qualquer mérito na obra administrativa dos governos revolucionários, vistos, ao contrário, como responsáveis por tudo de nocivo que vem acontecendo no Brasil nos últimos anos. Paradoxalmente endossado pelos marxistas, o processo dialético, construído pela visão idealista de Hegel e transposto por Marx para a concepção materialista, foi por eles abandonado.

O elemento "tese" daquele processo, representado pelo regime instituído pela Revolução de 64, foi despido de sua característica dialética, reduzindo-se a "síntese" aos decantados e taumatúrgicos valores da redemocratização, que representava a "antítese", à qual foi atribuído o monopólio das virtudes.

Enquanto isto, no Chile, hoje saudado como um modelo político-administrativo na América Latina, respeitou-se a integridade do processo, pois o governo Patrício Aylwin soube aliar os acertos do governo Pinochet aos da pretendida redemocratização do país, daí resultando uma síntese feliz.

Prosseguindo com nossos exemplos, apresentamos uma apreciação do mesmo Alceu Collares, também expressa em 1991, esta caracterizada pelo equilíbrio:

> "Este período da história do nosso país, em que foram cometidas injustiças com muitos cidadãos, inclusive que agora estão desaparecidos, deve ser esclarecido. O povo deve saber o que realmente aconteceu."

Este é justamente o objetivo deste livro.

Prosseguindo em sua crítica, disse ainda Collares que o

> "obscurantismo quis apagar da memória popular o ideário do trabalhismo. Não conseguiu, estamos de volta com as mesmas concepções, com a mesma filosofia adaptada ao mundo moderno.

As mesmas forças que se coordenaram entre si contra Getúlio Vargas e João Goulart vão conspirar novamente, quando se anunciá-las", mas promete que ele terá "quando se encaminhar por essa vereda, os governadores comprometidos com as lutas populares e as grandes massas de desprotegidos, os seus e os nossos descamisados, estaremos juntos na mesma trincheira".

E aí está outra confusão: a que assimila o "ideário do trabalhismo" ao que acontecia no caótico governo de João Goulart, aliado e dominado pelo partido comunista. Nessa crítica, a alegada "adaptação ao mundo moderno" parece ser representada pela ausência do citado partido comunista.[2] Mesmo assim, trata-se de uma identificação inadequada já que Collares não visa, ao que sabemos, à instituição de uma "república sindicalista", que era o alvo de Jango.

Numa tirada demagógica, reporta-se ainda às inespecíficas "reformas de base", denominação que os partidários de Jango, como ele próprio, davam às *reformas de estrutura* preconizadas pelo partido comunista. Veremos mais tarde que tais reformas, escoimadas de seu conteúdo ideológico, propício à agitação das massas, foram em grande parte realizadas pelos governos revolucionários.

Um outro exemplo de crítica equilibrada nos é proporcionado por um editorial de *Zero Hora,* de Porto Alegre, edição de 1 de março de 1993, onde, ao lado das restrições, se reconhecem honestamente as virtudes e os acertos:

"É fruto, sem dúvida, do desvirtuamento do próprio Estado e da megalomania advinda do período do autoritarismo que pretendeu, em nome da doutrina de segurança nacional, imiscuir-se na vida econômica da nação em tal profundidade que passou a abocanhar, em certa época, 70% das atividades produtivas da nação.

Multiplicaram-se então, em progressão geométrica, as empresas estatais voltadas, às vezes, a atividades tão esdrúxulas como a indústria hoteleira ou a têxtil, sangrando sempre os cofres públicos, sumidouros de recursos em que se transformaram. O sistema político consagrado pela substituição de presidentes sob o mesmo teto antidemocrático passou a enxertar seus apaniguados e protegidos na administração pública, dar emprego a apadrinhados, ocupar em nova atividade muitos compulsoriamente reformados, fermento para o inchaço da máquina pública.

Por melhor que tenham sido as intenções, e mesmo em se reconhecendo que o Brasil se modernizou em muitos setores, o preço a pagar pela sociedade tem sido enorme. O

gigantismo da dívida externa é um deles, bem como o enorme endividamento interno, decorrência da cristalização de gastos governamentais maiores do que a arrecadação."

Outro intelectual de esquerda, embora incorpore à sua crítica alguns elementos válidos, que nós próprios reconhecemos em um dos itens do presente livro, não tem o equilíbrio de contrapô-lo aos inúmeros acertos da obra revolucionária, caracterizando-se, assim, por evidente parcialidade:

"Seria tedioso falar do período revolucionário, dos governos militares que nos atolaram na presente situação, nos empréstimos externos contraídos e que nos conduziram a esta dívida externa estrondosa, ou na desestruturação do então vigente sistema educacional, com a introdução da Lei das Diretrizes e Bases, levando-nos a um modelo de ensino universitário tacanho e alienante.

Superados os anos de obscurantismo revolucionário, caímos na obtusidade intelectual e falta de visão na construção do futuro desse País, representado pelo governo Sarney. Sem comentários."

As severas críticas que faz ao primeiro governo do período de "redemocratização" servem, por outro lado, para mostrar seu reconhecimento implícito de que as falhas e os erros não eram um privilégio dos governos revolucionários.

Também severíssimas restrições são feitas ao governo seguinte, o do ex-presidente Collor, estas com razão. E elas só são citadas aqui porque seu autor, o esquerdista Alberto Goldman, em artigo na *Folha de São Paulo,* atribui a origem de tais infortúnios ao "regime autoritário" que, como vemos, tem costas largas:

"Não vamos esconder que vivemos a mais grave crise das últimas duas décadas. Sem negar a realidade, que é a enorme incapacidade deste governo de elaborar um projeto político nacional e construir uma base social e política de sustentação, não podemos deixar de afirmar que a crise brasileira nasceu e cresceu no – e por causa do – próprio regime autoritário em que vivemos naquele período. A falta de respeito às instituições e às normas de convivência, a deterioração moral, a supremacia dos interesses privados, corporativos, cartoriais – a lei de Gérson – são a realidade cruel de uma sociedade que aceita a miséria, o extermínio de crianças marginalizadas, a quebra de valores éticos universais, que são causa e conseqüência, ao mesmo tempo, de uma crise econômica sem paralelo em nossa história."

A verdade, que o conhecimento da realidade brasileira e um mínimo de isenção exigiriam que fosse dita, é que o período revolucionário se inseriu entre os governos que o antecederam e sucederam, dentro de um clima político e moral em maior ou menor dose caracterizado pelos males que o crítico aponta. Não foram eles, portanto, inaugurados pelos governos revolucionários, que, bem ao contrário, como se verá, exerceram enorme esforço em combatê-los e abrandálos. A missão é difícil, pois se trata de mazelas estruturais que tais esforços não conseguiram erradicar, por serem parte integrante de uma cultura viciada.

Mais uma crítica, profundamente injusta, é feita aos militares em um editorial de *Zero Hora*, edição de 22 de maio de 1993, encerrando uma série de comentários sobre a situação política do Brasil:

> "Especialmente num continente no qual, em passado nem tão remoto, a regra normal para diferentes impasses era a dos pronunciamentos, das quarteladas e do apetite sem limite das ambições fardadas."

No capítulo III deste livro – "Os Governos Militares" – veremos que se trata de uma completa inversão de conceitos, pois que, no caso brasileiro pelo menos, a rígida formação moral e cívica dos militares faz ressaltar muito mais os deveres do que os direitos, situação bem resumida na expressão "o culto do dever".

Trata-se de uma nítida exceção ao há pouco referido clima da Lei de Gérson.

É verdade que os militares ocuparam por cerca de vinte anos o governo do País, mas seguramente, como se comprovará, não foi a ambição que lá os colocou.

A única ditadura que tivemos no Brasil foi exercida por um civil. A corrida pela Presidência da República, nem sempre caracterizada pela ética, tem sido conduta corriqueira de políticos – portanto de civis – que, apoiados por seus partidos e as mais insólitas alianças, comumente se excedem na luta pelas benesses intrínsecas à função, quando não exercida com a devida austeridade.

Essa austeridade foi demonstrada pelos militares, em que pese sua inevitável imperfeição, como homens e como governantes.

A crítica de maior difusão e repercussão, entretanto, foi a veiculada pela TV, em horário nobre, através da minissérie "Anjos Rebeldes". Embora desconheçamos a ideologia de seu autor, é evidente que ele não fugiu ao padrão ideológico da quase generalidade dos autores de novelas, acentuadamente esquerdista.

O alvo foi a repressão dos movimentos contestatórios e, depois, à guerrilha urbana, de que participaram muitos estudantes idealistas, submetidos à doutrinação política e à liderança revolucionária de professores comunistas.

Caracterizou-se, assim, a figura do "estudante-massa", circunstância evidentemente omitida na minissérie, que preferiu apresentar a todos – estudantes e professores – como combatentes de uma nobre causa, a democracia, que estaria sendo violentada pelos governos revolucionários.

A estes reservou-se, pois, a ingrata imagem de opressores e repressores que, pela violência, teriam sufocado tão alevantados ideais.

A verdade é bem outra, como nos mostrarão os capítulos seguintes do presente livro. A subversão comunista escolheu habilmente a juventude como alvo preferencial de seu proselitismo, pois o idealismo, o entusiasmo e a simpatia que os jovens despertam na população, aliados à sua desinformação, tornam-nos altamente elegíveis para essa preferência.

Segue-se um trecho sugestivo da reportagem publicada pelo *O Globo,* comentando o bom êxito obtido pelo citado espetáculo:

> "– A minissérie é uma obra notável, porque vai lembrar aqueles anos de horror, com uma trama amorosa por trás. Não foram anos rebeldes, foram anos terríveis.
>
> Essa dicotomia, fantasma da ditadura/saudosismo *sixties,* foi recuperada exatamente pela TV, que passou os anos 70 sendo olhada com desconfiança pelos 'personagens' de *Anos Rebeldes.* O ex-deputado Lysâneas Maciel, que foi membro do centro acadêmico da antiga Faculdade Nacional de Direito, o Caco, não deu o braço a torcer.
>
> – *Anos Rebeldes* pode se tornar um instrumento de concientização, pois mostra a inquietação daquela juventude. Acho difícil que fuja do padrão global, tipo *Roque Santeiro.*
>
> Sempre olhado de maneira sombria, o Golpe Militar chegou à tela da Globo e, por tabela, ao Brasil inteiro. Era inevitável a repercussão, do Oiapoque ao Chuí. Com uma parada óbvia: Brasília".

Nossos comentários anteriores explicam a reação do ex-Ministro da Educação Jarbas Passarinho, também citada na mesma reportagem, sobre a repercussão da minissérie:

> "– Espero que *Anos Rebeldes* não transforme em heróis todos os que partiram para a luta armada, tentando implantar

no Brasil um regime marxista-leninista, e em cruéis bandidos os que combateram a guerra suja e conduziram o país à democracia."

Após essa pequena amostragem do tipo de críticas que se dirigem à Revolução de 64, passamos, nos próximos capítulos, à descrição dos fatos que as geraram, procurando a maior isenção que as circunstâncias nos permitirem, utilizando, para isto, o testemunho de elementos de diversificada ideologia.

Assim o leitor, com tais críticas em mente, reunidas às outras que a própria versão lhe transmitiu, terá a oportunidade de colocá-las face a face com os fatos, habilitando-o a julgar sobre a sua procedência ou, ao contrário, sobre sua natureza passional e estereotipada.

N. do A.: A última revisão deste livro foi feita em 1998. Apesar disso serão encontradas algumas referências a datas de anos anteriores, as quais foram conservadas por não alterarem a fidelidade do texto.

CAPÍTULO I

ANTECEDENTES

Antecedentes político-ideológicos de João Goulart

Os antecedentes remotos da Revolução de 64 podem ser buscados nas origens da carreira política de João Goulart, protegido político de Getúlio Vargas, que foi o seu criador.

Tais origens, entretanto, não estão na fase direitista de Vargas, mas sim na sua transformação ideológica, que evoluíra de uma posição direitista, bem assinalada na sua simpatia inicial pela causa da Alemanha nazista e no seu ostensivo anticomunismo, para uma posição mais à esquerda, ao assumir, em fase posterior de seu longo governo, uma atitude populista, que o tornou popular perante a massa dos trabalhadores e as classes despossuídas. Não obstante a constante perseguição, o partido comunista passou a considerar Vargas um aliado na luta contra o fascismo.

Do pacto Vargas-Prestes (1943) resultou a legalização do PCB em 1945. Foi a fase em que ele passou a ser cognominado de *"pai dos pobres"*, precedendo de muito tempo idêntica atitude da Igreja Católica, logo desvirtuada pela ala progressista. Essa evolução ideológica veio a impregnar muitos de seus discípulos, entre os quais João Goulart, bem como a ideologia de um dos partidos por ele fundado, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), facilitando a evidente infiltração marxista que sofreu. O aprendizado ideológico de Jango adquiriu maior consistência no período em que exerceu a pasta do Trabalho, no governo de Getúlio Vargas, eleito a 31 de janeiro de 1951. Naquela oportunidade, a situação de Goulart, caracterizada por um período de agitação sindicalista, provocou a emissão de um documento que ficou conhecido como o *"Manifesto dos Coronéis"*, no qual 82 oficiais superiores denunciavam graves irregularidades por ele cometidas e sugeriam medidas para manter a coesão e a disciplina das Forças Armadas, contra as quais, afinal, ele viria a agir de maneira tão manifesta após assumir a Presidência da República, oito anos mais tarde.

A ambição política de Goulart era antiga, como nos é relatado no testemunho pessoal de Armando Falcão, em seu livro *Tudo a declarar,* a seguir apresentado:

> No governo Juscelino, Jango era o Vice-presidente e era também candidato a Vice-presidente na chapa encabeçada pelo Gen. Lott. A denúncia refere-se à "viagem que o presidente Kubitschek tinha de fazer a Portugal. Inicialmente ficara estabelecido o licenciamento do Vice-presidente, que assim não se incompatibilizaria para a disputa eleitoral. . . Pediria uma licença e se deslocaria para o Uruguai durante a ausência de Kubitscheck. De repente, faltando poucos dias para a partida do Sr. Kubitscheck. . . o Sr. João Goulart me procurou em minha residência e fez uma declaração surpreendente; não concordava mais em ser candidato a Vice-presidente, desistia da viagem a Montevidéu e queria assumir a presidência da República: 'Com a candidatura Lott vamos todos para a desgraça. A solução é esta: assumo o governo, você, Falcão, neutraliza o ministro Denys; faz-se uma greve geral no Rio e em São Paulo e o Brizola vem do Sul com o Gen. Osvino à frente da tropa. Aqui instalamos uma junta militar amiga. Fazemos as *reformas de base,* e dentro de uns dois ou três anos o Juscelino pode voltar'."

Segundo o testemunho pessoal do Gen. Rubens Bayma Denys, filho do Mal. Denys, nesta oportunidade Flores da Cunha teve o seguinte diálogo com o Gen. Denys, que na época era Comandante do I Exército, na presença do Gen. Floriano Brayner.

> "Só está faltando o senhor, general!"
> Ao que o Gen. Denys replicou:
> "Para quê?"
> "Para o golpe", respondeu Flores da Cunha.

O Gen. Denys não aceitou, e assim o plano fracassou.

Passando aos antecedentes mais imediatos, devemos relembrar as circunstâncias em que João Goulart assumiu o poder, para nele imprimir seu feitio ideológico, marcado por uma flagrante contradição entre a sua condição de fazendeiro latifundiário e sua atitude populista e anticapitalista. Esse fato impediu-o de assumir uma posição nítida no espectro da esquerda, que sempre se revelou imprecisa e vacilante. Por isto, não poderia ele ser taxado de comunista – e neste ponto havia acordo entre seus adversários. Seria melhor classificado como um companheiro de viagem dos comunistas. Seu ponto de chegada seria uma república sindicalista, vista por seus aliados apenas como uma etapa intermediária, uma escala de uma viagem mais longa.

Já o perfil ideológico de Jânio Quadros era bem diferente. Eleito pelo maior número de votos até então conferido a um candidato, sua eleição representava uma clara opção não-comunista, reforçada por sua reiterada intenção de combater a eterna corrupção e ativada por sua postura demagógica. Tal circunstância tornava um absurdo político o fato desses dois nomes terem sido colocados em uma mesma chapa, cuja conseqüência viria a ser a Revolução de 64.

Dir-se-á que o povo, apesar dessa evidente contradição, escolheu Jango para uma eventual sucessão. Isto, entretanto, só pode resultar de sua imaturidade política, que o torna muito mais apegado a nomes do que ao ideário político dos candidatos.

Esta contradição entre os dois líderes políticos foi muito bem assinalada em agosto de 76, quando, falando no tribunal de Justiça de Pernambuco, assim se referiu ao episódio Armando Falcão, então Ministro da Justiça: *"Por esse jogo de artifícios, consagrado por uma legislação formalmente inatacável, chegou o país a ver eleitos, em 1960, um Presidente e um Vice que eram antípodas políticos e somente poderiam ser aproximados pelo desapreço que ambos viriam, pouco depois, a demonstrar em relação ao regime a que juraram servir; ou pelo desamor à tarefa eminente que o povo lhes cometera. Somaram-se os dois fatores – o dissociativo e o associativo – para fazer explodir a crise, talvez, mais grave pela qual já passaram no Brasil as instituições democráticas. O que se viu naqueles dias tenebrosos, em que a Nação ia dormir sem saber qual seria o seu despertar e o que fariam os que tinham o dever sagrado de velar por sua segurança física e bem-estar moral e social, está na memória de todos os presentes, pois de tudo fomos testemunhas."*

O opúsculo *"A Nação que se salvou a si mesma"*, separata de *Seleções do Reader's Digest*, relembra com muita propriedade os acontecimentos que estão na origem da Revolução de 64. Diz ele: "A história começa pouco depois da renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961. Seu sucessor, o Vice-presidente Goulart, de tendências esquerdistas, mal concluída uma visita à Rússia e à China Vermelha, apenas assumiu o poder deixou transparecer claramente em que direção ia conduzir o país. Sem ser comunista, Jango procedia como se o fosse. Sedento de poder, Goulart estava tornando os camaradas instrumentos de suas ambições; em vez disso, eram eles que faziam dele seu instrumento. As portas, há anos entreabertas à infiltração vermelha, foram escancaradas. A inflação subiu em espiral, enquanto o valor do cruzeiro caía dia a dia. O capital, vitalmente necessário para o desenvolvimento do País, fugia para o estrangeiro; os investimentos alienígenas secavam rapidamente sob o peso das restrições e das constantes ameaças de desapropriação".

Sobre a personalidade de Goulart, cujos traços marcantes se tornarão mais evidentes ao longo deste trabalho, podemos dizer que, apesar de inteligente e de serem proclamados seus bons sentimentos, Jango não estava à altura de compreender a importância da missão histórica que o destino lhe reservara. Inábil para a ação governamental e instável em seus posicionamentos, se lhe faltavam outros atributos, um ele possuía em grau conspícuo: o de ordenar metodicamente a desordem.

Tais características pessoais, acrescidas de suas tendências ideológicas, populistas e esquerdistas, e da simpatia que manifestava por aqueles que mais tarde viriam a se tornar seus aliados, os comunistas, ficaram bem assinaladas no manifesto dos três ministros militares do Governo Jânio Quadros. Nesse manifesto, redigido após a renúncia deste, aqueles chefes procuravam alertar a Nação para os riscos que se anteviam, caso Goulart viesse a assumir o Governo, e foi publicado após terem eles alertado o próprio Presidente da República em exercício, que era o Deputado Ranieri Mazzili, Presidente da Câmara dos Deputados.

É muito elucidativo apresentar aqui este manifesto, dirigido à Nação, em 30 de agosto de 1961, por aqueles Chefes Militares:

> "No cumprimento de seu dever constitucional de responsáveis pela manutenção da ordem, da lei e das próprias instituições democráticas, as Forças Armadas do Brasil, através da palavra autorizada de seus Ministros, manifestaram a S. Exa. o Sr. Presidente da República, como já foi amplamente divulgado, a absoluta inconveniência, na atual situação, do regresso ao país do Vice-Presidente, Sr. João Goulart.
>
> Numa demonstração de pleno acatamento aos poderes institucionais, aguardaram elas, ante toda uma trama de acusações e distorsões propositadas, sempre em silêncio, o pronunciamento solicitado ao Congresso Nacional. Decorridos vários dias e como sentiam o desejo de maiores esclarecimentos por parte da opinião pública, a que inimigos do regime e da ordem buscam orientar, vêem-se constrangidos agora, com a aquiescência do Sr. Presidente da República, a vir ressaltar, de público, algumas das muitas razões em que fundamentaram aquele juízo.
>
> Já ao tempo em que exercera o cargo de Ministro do Trabalho, o Sr. João Goulart demonstrara, bem às claras, suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e freqüentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossas classes trabalhadoras. E não menos verdadeira foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele Ministério, até em pontos-chave de sua ad-

ministração, bem como nas organizações sindicais de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas.

No cargo de vice-presidente, sabido é que usou sempre de sua influência em animar e apoiar, mesmo ostensivamente, manifestações grevistas promovidas por conhecidos agitadores. E, ainda há pouco, como representante oficial em visita à URSS e à China comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países, exaltando o êxito das comunas populares.

Ora, no quadro de grave tensão internacional em que vive o mundo de nossos dias, com a comprovada intervenção do comunismo internacional na vida das nações democráticas e, sobretudo, nas mais fracas, avultam, à luz meridiana, os tremendos perigos a que se acha exposto o Brasil, país em busca de uma rápida recuperação econômica, que está exigindo enorme sacrifício, principalmente das classes mais pobres e humildes; em marcha penosa e árdua para estágio superior de desenvolvimento econômico-social; em tantos e tão urgentes problemas, para reparação, até, de seculares e crescentes injustiças sociais nas cidades e nos campos – não poderá nunca o Brasil enfrentar a dura quadra que estamos atravessando, se apoio, proteção e estímulo vierem a ser dados aos agentes da desordem, da desunião e da anarquia.

Estão as Forças Armadas profundamente convictas de que, a ser assim, teremos desencadeado no país um período inquietador de agitações, de tumultos e mesmo de choques sangrentos nas cidades e nos campos, de subversão armada, enfim, através da qual acabarão ruindo as próprias instituições e, com elas, a justiça, a liberdade, a paz social, todos os mais altos padrões de nossa cultura cristã.

Na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao Chefe do governo, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido em outros países, em simples milícias comunistas.

Arrostamos, pois, o vendaval já esperado das intrigas e das acusações mais despudoradas, para dizer a verdade tal como é, ao Congresso dos Representantes do Povo e, agora, ao próprio povo brasileiro.

As Forças Armadas estão certas da compreensão do povo cristão, ordeiro e patriota do Brasil. E permanecem, serenas e decididas, na manutenção da ordem pública". Assinam os três ministros militares: Vice-Almirante Silvio Heck, Marechal Odylio Denys e Brigadeiro-do-Ar Gabriel Grum Moss.

Hoje, com uma visão retrospectiva de tudo o que ocorreu, é fácil verificar a ponderação e o acerto dos chefes militares nessas suas previsões, amplamente respaldadas em fatos do pleno conhecimento público, que este livro colocará em evidência.

Ao citado manifesto assim se refere artigo da *Hora Presente* nº 21, de abril de 1976:

> "Poucas vezes se terá visto na história política do Brasil um pronunciamento tão lúcido e incisivo como esse. Os seus signatários penetraram a fundo a problemática que se punha a descoberto com a renúncia do Presidente Jânio Quadros e previram com segurança tudo o que estava para acontecer caso fosse dada posse ao Vice-Presidente João Goulart. Os três anos que se seguiram, com o governo do país entregue a este último, comprovaram exuberantemente as asserções contidas na advertência dos ministros militares. Advertência esta que infelizmente não foi atendida, tendo-se levantado contra ela, para manipular a opinião pública, a famosa 'rede da legalidade' pelo então Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, cunhado do Sr. João Goulart e um dos principais chefes da subversão nacional." "Na realidade, a letra da constituição acobertava as intenções, que mais tarde se tornariam patentes, daqueles que dela se serviam com o propósito de destruir a ordem constitucional. O legislativo foi envolvido pela manobra e o próprio Presidente do Senado, Auro Moura Andrade, conclamava o Sr. João Goulart para que viesse ocupar a presidência."

A dificuldade de encontrar uma solução para a grave crise política que se estabeleceu levou à mobilização das duas partes, com a conseqüente divisão das Forças Armadas, sendo que os partidários radicais da solução legal – a *legalidade,* como o movimento se tornou conhecido – contavam ainda com o apoio de movimentos irregulares, alguns dos quais já vinham sendo recrutados por Brizola, os *"grupos de onze",* e outros, recrutados pela inegável capacidade dos comunistas.

RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS. RESISTÊNCIA À POSSE DE JOÃO GOULART. SOLUÇÃO CONCILIATÓRIA: O PARLAMENTARISMO

> "Em agosto de 1961, após um efêmero governo de sete meses, Jânio Quadros, baseando-se mais em seu suposto carisma e menos numa efetiva autoridade, renunciou, na esperança de conseguir um mandato bonapartista-civil por intermé-

dio de um retorno ao governo ouvindo os apelos das classes médias."

A complexidade do problema que então se criou é bem retratada por Hélio Silva, em seu livro *1964: golpe ou contra-golpe?*:

"Estávamos diante de situação inteiramente *sui-generis:* a de uma designação indireta do Chefe do Estado, pela via oblíqua da renúncia. Mas estávamos, também, diante de uma clara determinação legal, e nunca, em tal medida, revelara-se tão absurda a legislação. . ."

O próprio Jânio reconheceu de público essa situação quando disse:

"Governar, então, no regime que me elegeu, dando-me, na vice-presidência, ao mesmo tempo, um adversário que era inimigo, era jogar nos dados a honra da República e de seus filhos." (Entrevista à revista *Status*, novembro de 1978.)

Em face desse absurdo, a renúncia de Jânio em 25 de agosto de 1961 criou, como não poderia deixar de ser, um problema muito grave, já que a solução legal seria sua substituição pelo vice-presidente eleito, o próprio Jango. A cúpula governamental, aí incluídos os comandos militares, sintonizada com a postura ideológica de Jânio, que representava a da maioria absoluta do povo brasileiro, ficou traumatizada, não tanto pela renúncia em si, mas muito mais pelas perspectivas de uma desastrosa sucessão. Dessa profunda preocupação participavam largos setores da classe política e da sociedade, preocupação que logo se transformou em reação à posse de Jango. Por sua vez, a perspectiva dessa posse foi festejada pelo alvoroço de seus seguidores e comparsas, aos quais se reuniram os comunistas e todos os segmentos da esquerda, ávidos em aproveitar o filão precioso que o inesperado evento lhes proporcionava.

Radicalizaram-se as posições das duas partes em confronto. Enquanto os partidários de Jango, escudados na legalidade de sua posse, defendiam-na com todas as suas forças – os mais radicais e passionais sob a liderança de Leonel Brizola, cunhado e companheiro de partido de Jango, e então governador do Estado do Rio Grande do Sul –, os seus adversários apegavam-se ao princípio da legitimidade para impedi-la. E tal legitimidade tinha raízes na flagrante contradição entre as posições ideológicas dos dois líderes, o que se afastava e o que se preparava para assumir, a qual já assinalamos. Considerava-se que a

ampla vitória eleitoral de Jânio se transferia para o que ele representava ideologicamente, condição que seria violentada com sua eventual substituição por um antípoda político.

O manifesto dos Chefes Militares, que já apresentamos, resume as fundamentadas restrições que largos setores da sociedade opunham à posse de Goulart e que, afinal, vieram a se mostrar inteiramente procedentes.

Segundo Chermont de Britto, durante a crise provocada pela renúncia de Jânio e após a publicação desse *"Manifesto"* dos Ministros Militares, o Marechal Denys ainda fez uma última tentativa para impedir a posse de Jango. Procurou o Dep. San Tiago Dantas, um dos mais eminentes líderes da ala democrática do PTB e amigo de Jango, e o convenceu a instar com esse, que estava em Paris, para aceitar o seu impedimento. Em face da força dos argumentos a ele apresentados, Jango, pelo telefone, acabara de aceitar a idéia, quando irrompeu na sala Juscelino Kubitscheck e, informado do assunto,

> "arrancou o telefone da mão de San Tiago Dantas e disse ao Sr. João Goulart, para espanto de todos os presentes: – Venha, Jango, venha. Vamos fazer uma frente ampla para apoiá-lo. Não desista."

Séria crise política se desencadeou no país em função dessa resistência. Colocou ela em confronto dois grupos, o primeiro defensor da posse de Jango, e o outro, afinado com as razões do citado Manifesto, que se lhe opunha.

No primeiro grupo se reuniam quatro tendências:

– os afinados com a linha ideológica de Goulart e seus correligionários políticos;

– os *brizolistas,* reunidos em torno de seu chefe e do chamado movimento da *legalidade,* por ele desencadeado como governador do Rio Grande do Sul;

– os comunistas, aliados dos dois primeiros grupos;

– os verdadeiros legalistas, que, apesar de preocupados com a possível ação de Jango na Presidência, ainda assim eram favoráveis à sua posse, pois isto era o que determinava a Constituição.

O futuro viria a provar que a *legalidade* liderada por Brizola era puramente casuística, tendo como objetivo o seu acesso ao poder, através do cunhado, como ocorreu.

E então, após a posse de Goulart, tornou-se clara a sua verdadeira posição de ofensor da lei, como adiante veremos.

A habilidade conciliatória dos brasileiros, entretanto, foi mais forte do que a aparente irreconciabilidade dos contrários, fazendo com que fosse encontrada uma solução de compromisso: os adversários de Jango passaram a concordar com sua posse desde que os seus poderes fossem reduzidos, solução estrategicamente aceita por seus partidários. Daí surgiu a solução parlamentarista, instituída por Ato Adicional de 03/09/61, que mais tarde viu-se não passar de uma pantomima, cujo objetivo estratégico era vencer a reação à posse de Jango.

Ao episódio, assim se refere o já citado artigo da *Hora Presente:*

> "Acolhida a idéia, que parecia tranqüilizadora para os espíritos ingênuos, procedia-se à reforma constitucional e era introduzido entre nós o parlamentarismo, de efêmera duração, pois o Sr. Goulart, uma vez no poder, se encarregaria de libertar-se dele com um piparote, fazendo restabelecer o presidencialismo mediante um plebiscito adrede preparado com a direção da opinião orientada pela propaganda governamental."

O General Olympio Mourão Filho, que, como parte do quarto grupo acima definido, fora favorável à posse de Goulart, afirma em suas memórias, ao explicar sua mudança de atitude:

> "Mas caíram-me as vendas dos olhos. Acordei, eis o termo, e fiquei horrorizado com o que acabava de constatar: nem mais nem menos do que um grande e vasto plano de subversão em todo o Brasil." Refere-se Mourão a um diálogo entre Brizola e o Gen. Osvino, a que assistiu em Santa Maria, RS, onde então servia.

Hélio Silva assim se refere ao episódio da solução parlamentarista, em seu citado livro:

> "Foi quando surgiu a fórmula parlamentarista como terapêutica sintomática. Não curava o mal. Contornava uma situação até mesmo pela inoperância que trazia no seu seio. Se, porém, expressava um esforço de solução pacífica. . . demonstrando a possibilidade de uma grande união em defesa da Constituição, as dúvidas, as dissidências, continuavam a existir."

Tais dúvidas eram alimentadas pelo inconformismo de Goulart e de seus seguidores em ver limitados os poderes do Presidente pelas restrições que a ele impunha o sistema parlamentarista. Os que

conheciam suas ambições, bem como as de seus seguidores da esquerda, já antes demonstradas, sabiam que a saída parlamentarista não era uma solução definitiva. De fato, desde que assumiu o poder, em 7 de setembro de 1961, Jango manobrou para recuperar os poderes constitucionais, procurando equilibrar-se entre os choques de forças opostas, ora apoiando uma ora outra. A essa política vieram juntar-se as vacilações de sua personalidade, conduzindo a vida política brasileira através de um caminho incerto e sinuoso.

E aí residia o grande equívoco do Marechal Denys, que, em sua boa fé, tão característica da vida militar, onde a sinceridade e a lealdade são virtudes fundamentais, assim se expressou, ao finalmente aceitar a solução parlamentarista, segundo ainda o testemunho de Hélio Silva:

> "A democracia brasileira é dirigida, orientada e governada pelas elites, civil e militar. Se naquele momento a elite política, civil, se propunha a governar o País com um regime que limitava o poder do Executivo, não havia como duvidar de sua sinceridade."

Ainda na versão de Chermont de Britto, o Marechal Denys acrescentou a tais razões as seguintes:

> "Nessa conjuntura, os Governadores dos Estados apresentaram uma solução, que aceitei, de acordo com os outros dois ministros militares, para contrariar os comunistas, que queriam uma solução pelas armas, onde lucrariam, mesmo vencidos, por introduzir no Brasil uma divisão interna, que se eternizaria e que lhes daria boas oportunidades para outras lutas futuras."

CAMPANHA DO PLEBISCITO. VOLTA AO PRESIDENCIALISMO

Se a posse de Goulart, através da redução de seus poderes políticos, fora aceita de boa fé pelos que se lhe opunham, como também pelos *legalistas,* o mesmo não acontecia com os três grupos que lutavam pela posse. Tais grupos, integrados pelos ardilosos militantes do partido comunista, evidentemente usaram de má fé ao chegarem a esse consenso.

Cientes da força que viriam a obter com a posse de Goulart e o domínio da máquina estatal, com a ocupação dos postos-chave da política e da administração, estabeleceram um plano para que o

Presidente readquirisse a plenitude de seus poderes, através da volta ao sistema presidencialista.

Em tal procedimento estava implícita uma traição ao difícil acordo que permitira a posse de Goulart, já se caracterizando ele próprio como uma ofensa aos que inicialmente se opunham a ela e que lealmente aceitaram a solução conciliatória, agora ameaçada de ser revertida.

O ardil consistia em difundir largamente a idéia de que Goulart, jungido pelos freios do parlamentarismo, carecia de poderes para a realização das *reformas de base,* as quais só seriam possíveis se lhe fossem restituídos os poderes proporcionados pelo presidencialismo.

Imaginaram para isto a realização de um plebiscito, através do qual o povo decidiria entre parlamentarismo e presidencialismo.

O Ato Institucional de 03/09/61 já previa a realização do plebiscito *"nove meses antes do término do atual período presidencial".* Era a brecha que iria dar ao parlamentarismo tão rápida duração. Criticando o fato, disse o Dep. Raul Pilla, velho batalhador do parlamentarismo, poucos dias após a posse de João Goulart:

> "O Sr. Presidente João Goulart, no discurso que proferiu durante o compromisso, já não se contenta com o plebiscito previsto para daqui a pouco mais de três anos, mas pretende um plebiscito imediato, como se a aprovação da emenda parlamentarista. . . não resultasse de um acordo entre cavalheiros."

A pressão para a realização desse plebiscito foi enorme, com amplo recurso a eficientes instrumentos psicológicos. Tal pressão foi decisiva por ser exercida pelo próprio governo, com grande influência sobre os meios de comunicação social. O próprio Comandante do III Exército, depois Ministro do Exército, escolhido por Jango entre os oficiais generais que o apoiavam, pressionou os comandos subordinados para que transmitissem a seus oficiais a necessidade imperiosa do plebiscito, pois do contrário, segundo ele, o Exército se veria impossibilitado de manter a ordem, face à incontrolável revolta das populações.

Um exemplo muito expressivo da pressão do então Ministro sobre seus subordinados é apresentado no título *"Reações da sociedade",* onde apresentamos as reações que a subversão crescente vinha encontrando no seio das Forças Armadas.

O Gen. Mourão, nas suas citadas memórias, mostra que a idéia do plebiscito já estava decidida desde os primórdios, ao descrever o que aconteceu em Santa Maria, RS, onde servia, em uma reunião na

casa do Gen. Osvino Ferreira Alves, com a presença do anfitrião, de Brizola e do próprio Mourão, episódio a que antes nos referimos:

> "... percebi que os dois me supunham pertencer ao lado político deles! Abriram o papo e deixaram que eu visse todo o plano em suas grandes linhas, a saber: a) Campanha intensa pelo plebiscito para a volta ao presidencialismo; b) Campanha intensa para a obtenção das reformas de base, das quais a principal é a reforma agrária; c) A questão da inelegibilidade dos sargentos e dos soldados e a extensão do voto aos soldados e aos analfabetos." "Lá pelas 00h30m não agüentei mais. Retirei-me da mesa e fui para casa dormir, absolutamente disposto a começar uma contraconspiração para impedir que uns loucos furiosos transformassem este país numa fogueira."

O Gen. Mourão ainda acrescenta:

> "Eu sabia que a primeira fase do golpe – isto é, a volta ao presidencialismo – estava ganha por eles e que deveria ser sucedida pela segunda fase – o golpe definitivo para a instalação da república sindicalista do Sr. Brizola."

Outro testemunho valioso é o do jornalista Samuel Wainer, que assim descreveu o plano revolucionário de Goulart:

> "– o Presidente enviaria uma mensagem ao Congresso, pedindo a decretação de um plebiscito para reformas na Constituição, apoiado por intensa campanha nacional; – em face da provável negativa do Congresso, este seria dissolvido e implantadas, imediatamente, as reformas de base, num processo conduzido pela frente única; – caso esse esquema falhasse, o Presidente ameaçaria renunciar, justificado pela impossibilidade de atender aos anseios populares; – no comício previsto para 13 de março de 1964... Jango anunciaria à Nação a assinatura de decretos de conteúdo popular, tais como a desapropriação das terras ao longo das rodovias e ferrovias, a encampação das refinarias particulares e outros contra a inflação e o custo de vida; – ao comício do dia 13 seguir-se-iam outros 4 ou 5, a serem realizados em importantes cidades do País, onde Jango anunciaria novos decretos...; – com o apoio e o clamor do povo, Jango estaria, ao final do processo, com força suficiente para fazer o que bem entendesse."

Este plano de Jango começaria a ser executado no mês de março de 1964, o que bem demonstra a oportunidade da Revolução de 64.

Entretanto, o povo, trabalhado incessantemente pelos amplos recursos de propaganda disponíveis pelo Governo, acabou se decidindo pela volta ao presidencialismo, alheio às graves repercussões que tal decisão acarretaria para o futuro da Nação.

Outra fora tal decisão, é possível que o governo Goulart, arrefecido em seus arroubos em busca de maior amplitude do poder e freado pelo parlamentarismo, pudesse ter chegado ao seu término, apesar das inevitáveis agitações dos setores inconformados, que privariam tal governo de qualquer eficiência.

O Dep. Bilac Pinto, que liderava na Câmara dos Deputados a oposição ao Governo, já prenunciava a incapacidade de Goulart de chegar a bom termo no seu Governo, como afirma em seu livro *Guerra revolucionária*:

> "Mas se o Sr. João Goulart não tem capacidade para assumir os poderes e responsabilidades que o sistema presidencial confere ao Chefe de Estado, por que se empenhou S. Exa., com tanta pertinácia, em derrubar o sistema parlamentar e em restabelecer o sistema presidencial?"

O Governador Magalhães Pinto, um dos esteios da Revolução de 64, citado por Hélio Silva, assim se manifestou sobre as conseqüências do plebiscito, prenunciadoras de uma escalada da subversão:

> . . . "Logo se mostraria impossível impedir que a máquina de propaganda governamental explorasse os resultados do plebiscito, apresentando-os como prova de consagração pessoal do presidente e repúdio às forças políticas que se opunham à sua maneira de governar. Em conseqüência, tornava-se impossível impedir que se mostrassem ainda mais acirradas as campanhas de radicalização, que resultariam em tudo que se veria depois."

Quanto ao papel do Mal. Denys neste episódio, o testemunho é do Gen. Rubens Bayma Denys:

> – "O Marechal Denys certa vez declarou que o seu compromisso era com a vigência do governo parlamentarista. Com o retrocesso ao presidencialismo, iniciou a conspiração, pois o outro lado não manteve o compromisso assumido".

Acrescentou ainda que os homens-chave da conspiração, que se ligavam ao Mal. Denys, eram:

– São Paulo – Riograndino Kruel
– Santa Catarina – Cel. Pinto da Luz
– Rio Grande do Sul – Cel. Antonio Adolfo Manta

ESCALADA DA SUBVERSÃO

Aspectos gerais

Os três grupos que, com objetivos distintos, sempre apoiaram o Governo Goulart logo se sentiram mais fortalecidos com o resultado do plebiscito, que lhes fora favorável. Tratava-se agora, com tal respaldo, de intensificar suas atividades subversivas, as quais se vinham processando havia muito tempo. Intensificadas com a inesperada e festejada posse de Jango, recebiam agora um novo e substancial alento.

A evidência do caráter subversivo de tais atividades é o que nos propomos a apresentar a seguir.

A situação vacilante do governo Jango colocava-o numa situação intermediária entre Democracia e Comunismo, numa atitude característica daquela posição dúbia apresentada por Suzanne Labin: *"Nem Washington nem Moscou"*, mas que na realidade é muito mais Moscou do que Washington, já que, ao abandonar este, cai-se automaticamente nos braços do outro. Dentro desse contexto, o governo falava de um inimigo, mas sem nunca identificá-lo, o que seria fácil fazer, uma vez que o Estado-Maior do Exército, em suas numerosas publicações sobre a *Guerra Revolucionária*, já o fizera. As técnicas da Guerra Política, primeira fase da Guerra Revolucionária, amplamente denunciadas em tais estudos, eram claramente visíveis e denunciadas por setores responsáveis, que alertavam para o seu objetivo de criação de um clima revolucionário. A advertência de um estudioso francês sobre a ação do governo legal no combate à subversão torna bem clara a omissão do governo Goulart nesse aspecto. Ei-la:

> "Faz parte do jogo adversário dividir a opinião e minar o moral dos agentes da ordem. A autoridade legal não pode, ao mesmo tempo, sem contradição, conduzir com toda a sua vontade a luta contra a subversão e, simultaneamente, deixar de atuar contra os que fazem a sua apologia. É um desses casos em que a lei se deve colocar ao lado da luta anti-subversiva."

Numa aula proferida na Escola Superior de Guerra em 1972, Alfredo Buzaid caracterizou bem esta situação, ao dizer:

"O Brasil, no primeiro trimestre de 1964, se viu diante do dilema: revolução socialista ou democracia social. O Governo João Goulart pretendia implantar a revolução socialista. O povo e as Forças Armadas, repudiando-o, arrebataram-lhe o poder. A Revolução de 31 de março adotou a democracia social. . ."

O esquerdismo de Goulart. Influência comunista, particularmente cubana

A aproximação de Goulart dos comunistas sempre foi evidente. Daí o apoio destes à sua posse e a participação ativa que tiveram nos episódios da *legalidade*. Por isso mesmo, a posse representou uma vitória para eles, conforme o próprio testemunho de um líder comunista, Jacob Gorender, em seu livro *Combate nas trevas:*

> "A crise política da renúncia do Presidente (Jânio) e sua substituição por João Goulart abriram inesperadas perspectivas à aplicação da linha partidária. Finalmente, ocupava a Presidência da República um político ao qual o PCB tinha acesso direto e que podia considerar aliado."

Já em outubro de 61, pouco após a posse de Goulart, o Comitê Central do Partido Comunista publicou uma resolução, a que pertencem os seguintes trechos:

> "Apresenta-se desta maneira um quadro em que as perspectivas são de novas lutas e, também, de novas vitórias. À frente de massas, cabe aos comunistas saber orientá-las para que se unam e lutem organizadamente, em defesa de suas reivindicações imediatas. . ."
>
> "É necessário chamar a atenção para duas incompreensões, as quais têm acarretado erros na atuação de alguns camaradas. A primeira consiste na absolutização da possibilidade da saída pacífica da nossa revolução, isto é, da exclusão de uma possibilidade da saída não-pacífica da revolução brasileira. A outra incompreensão é o entendimento de que o caminho pacífico significa um processo idílico, sem choques e conflitos sociais, e que, por tal motivo, não devemos aguçar as contradições de classes e aprofundar a luta contra o inimigo."

Essa expectativa do PC foi confirmada, pois em novembro de 1961 o restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS aproximou Jango ainda mais dos comunistas. No início de 1962 (já estando infiltrado na UNE e na PETROBRAS) o PCB alcançou a presidência da poderosa Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.

Também Hélio Silva confirma essa aproximação:

> "Apesar de se ter declarado, em discurso pronunciado no Congresso norte-americano, contrário ao regime totalitário de Fidel Castro, nos problemas internos o Presidente mais e mais se aproximava das esquerdas. A campanha pelas 'reformas de base' ofereceu a Jango a oportunidade de obter o apoio das massas. Reforma ou Revolução. Para os comunistas, as reformas serviam para preparar e acelerar a revolução. Para Jango, as reformas poderiam dar-lhe um nome na história, ao estilo populista."

A visão comunista de tais reformas é apresentada por Gorender, quando diz:

> "A tarefa dos comunistas devia ser a de lutar pelas 'reformas de estrutura' a fim de que o desenvolvimento capitalista viesse a tomar um curso que o aproximaria da revolução nacional e democrática."

A tendência de Jango de abandonar a sua própria visão das *reformas de base* para seguir a visão comunista das *reformas de estrutura* é assinalada por Bilac Pinto:

> "A respeito da reforma agrária, deixou de lado a que constava de seu plano trienal para pregar a demagógica reforma agrária dos comunistas, que consiste apenas em dar terra ao camponês sem terra."

E a diferença entre os dois conceitos de reforma é ressaltada ainda por Bilac Pinto neste outro trecho:

> "Entendemos, porém, que tais reformas devem ser inspiradas na experiência dos países do Mundo Livre, de modo a assegurar, ao lado da prosperidade social, a liberdade de cada cidadão."

Estas reformas, com o conseqüente ataque à Constituição de 1946, foram por ele assumidas num discurso em Volta Redonda, a 1° de maio de 1962, quando lançou seu projeto de *reformas de base:* reforma agrária, voto para analfabetos e soldados, reforma universitária, desapropriação das refinarias particulares e convocação de uma Constituinte. Sem uma reforma constitucional, a modernização do país seria impossível:

"'Muitas dessas reformas dependem de leis ordinárias. Mas algumas, as mais importantes, não poderão ser alcançadas se antes não se reformar a Constituição de 1946'. Isto porque se tratava de uma Constituição 'antiquada', 'superada', 'injusta' e 'desumana'. Nacionalista, estatizante e populista, o projeto não só recolhia a herança getulista da carta-testamento, como a radicalizava ainda mais."

Apesar de inicialmente frustrado em sua tentativa de integrar o gabinete parlamentarista de Goulart, o PCB não desanimou da oportunidade de explorar as evidentes simpatias do Presidente, a quem procurou estimular com a seguinte publicação:

"As reformas devem e podem ser feitas já, desde que o governo se apóie no movimento de massas e no próprio dispositivo militar com que agora conta."

A frente Jango-PCB pelas reformas mereceu a seguinte referência de Jacob Gorender:

"Durante os primeiros 10 meses de 1963, a crítica à política de conciliação de Jango foi a posição concreta que o PCB adotou no interesse precisamente da frente de luta pelas reformas de base. Já no final do ano, contudo, o reboquismo ressurgiu com intensidade avassaladora."

E continua:

"Numa entrevista à TV Tupi em 3 de janeiro de 64, Prestes anunciou publicamente a idéia comunista do segundo mandato presidencial de Jango e sugeriu a reforma constitucional para este fim. Açodamento que não escondia o quanto o poder parecia próximo ao secretário-geral. Não podia estar mais próximo e seguro, uma vez que o PCB tinha um aliado no próprio Presidente da República."

Os entendimentos entre o Presidente e o PCB eram constantes. Seus trunfos eram a legalização e a promessa de maior participação no poder. Jango distanciava-se, cada vez mais, de Brizola, que colocava seus pedidos sempre além dos já conseguidos. Para o Presidente, o que realmente seu cunhado desejava era ocupar o seu lugar.

A situação que vem de ser descrita propiciou ao Dep. Bilac Pinto declarar, referindo-a Goulart:

"As provas indiciárias de sua autoria na preparação da 'guerra revolucionária' são numerosas, a saber: 1) vem permitindo que o Sr. Deputado Leonel Brizola, com violação do Código de Telecomunicações, realize, por meio do serviço público de radiodifusão, a pregação ideológica da *guerra revolucionária* e a organização de guerrilheiros (grupos de 11); 2) tem permitido – apesar das reiteradas advertências que lhe têm sido feitas – ampla infiltração de comunistas em todos os escalões do Governo; 3) estimula e prestigia a infiltração comunista na Petrobras; 4) permitiu a criação de órgãos sindicais ilegais como o C.G.T. e P.U.A., controlados por comunistas, aos quais dispensa o apoio do Governo; 5) prestigia e estimula as 'greves políticas'; 6) tem concorrido para solapar a disciplina no seio das Forças Armadas."

"Quando a autoridade do Presidente da República entra em processo de deterioração e de desgaste – como está ocorrendo com o Sr. João Goulart –, cumpre a quantos desejem o funcionamento normal das instituições perquirir e apontar as causas da queda de prestígio do Presidente para que este possa restaurá-lo."

"Quais os títulos e credenciais, as mensagens que traz o Sr. João Goulart para pretender submeter um país de setenta e cinco milhões de habitantes ao seu governo ditatorial? Se ele não foi capaz de exercer a Chefia do Estado no regime parlamentar, nem no presidencialismo, como ousa tramar a subversão da ordem constitucional em busca de poder pessoal e absoluto?"

Ainda Bilac Pinto, apontando para o clima subversivo que se alimentava no país, instigado pelo próprio presidente, declarou:

"Os golpes de Estado tentados pelo Sr. João Goulart têm sido reiteradamente denunciados à Nação, e a única defesa que S. Exa. até hoje apresentou foi a declaração que fez à imprensa de que muitas vezes o golpe lhe foi proposto, no próprio Palácio do Governo, mas que rejeitou tais ofertas. Essa defesa comprometeu irremediavelmente o Sr. João Goulart, porque: a) evidenciou que os golpistas são homens de sua intimidade; b) que S. Exa. não tomou as providências que se impunham de mandar prender e processar os golpistas."

Tais denúncias viram-se confirmadas, não apenas pelos fatos, mas pelo próprio líder do PTB na Câmara, Dep. Almino Afonso, que, em 6 de Março de 1964, às vésperas da Revolução, declarou:

"No instante em que o processo brasileiro ganha vida porque nele ingressou o povo; enquanto nós podemos saudar esse momento como um dos instantes mais belos da vida nacional, aqueles que, acostumados a viver de privilégios de uma estrutura política superada, escandalizam-se ante a perspectiva de vir a perder, dentro de pouco tempo, tais privilégios e, mais do que isso, ver o povo assumir o poder."

Como vemos, era um anúncio ostensivo do próximo golpe.

Entretanto, quem de fato orientava o processo eram os comunistas. O Deputado Bilac Pinto assim explicou esta ascensão, citando Theodor Arnold:

"A direção da guerra é exercida por uma minoria comunista ou por militares e políticos 'simpatizantes'. Estes, muitas vezes, desconhecendo os objetivos estratégicos, servem de prepostos ao comunismo mundial, que exerce a direção real da guerra interna, embora evite manifestar-se ostensivamente." (Theodor Arnold, *A guerra revolucionária,* 1961)

E continua Bilac Pinto:

"O Sr. Presidente João Goulart, que sempre se utilizou – com êxito e sem riscos – do apoio dos comunistas em proveito de sua carreira política, ainda não se deu conta de que presentemente os partidários do Sr. Luiz Carlos Prestes é que dele se estão aproveitando para imprimir ritmo acelerado à 'guerra revolucionária', em curso no Brasil, que visa à tomada do poder para a implantação de um regime comunista."

Influência comunista

Esta influência já ficou evidente nos capítulos e itens anteriores. Entretanto, como é grande a resistência dos céticos em atribuir a ela os graves fatos que antecederam a eclosão da Revolução de 64, vamos insistir no assunto.

Iniciemos por episódio relatado pelo Gen. Mourão em suas memórias:

"Na tarde de 9 de julho (1963) houve uma solenidade na Assembléia (de São Paulo). O Pery (Gen. Pery Bevilaqua) me pediu que o representasse. Foi ao microfone o Dr. Waldemar Ferreira, que foi o secretário da Justiça do governador Pedro Toledo, em 1962, e começou o discurso assim: 'Esta solenidade é um grito de alerta a toda a Nação, no momento em que

se prepara um movimento comunista chefiado do Palácio da Alvorada pelo próprio Presidente da República'."

Pode-se alegar que tal denúncia foi apresentada por um adversário do Governo Goulart, estando, pois, eivada de suspeição.

Vejamos, então, a sua confirmação pelos próprios comunistas:

A *Frente Operária* de São Paulo, órgão do partido comunista, edição da segunda quinzena de 1962, diz:

> "O que sucede no país não é mais do que o começo do mesmo processo revolucionário gigantesco que pode se ver no mundo todo. São ridículas as pretensões dos burgueses de quererem conter ou controlar a revolução, falando da vocação cristã e ocidental do Brasil."

É preciso assinalar que todas essas manifestações de absoluta autoconfiança das lideranças comunistas se externavam num clima de ilegalidade do partido comunista, o que ainda mais agrava a complacência do Governo Goulart, não fora ele um declarado aliado do mesmo.

Inúmeras outras provas de atividade revolucionária comunista foram colhidas nos muitos inquéritos policiais-militares realizados em todo o Brasil, entre os quais se destaca o do Gen. Ferdinando de Carvalho, que reúne tais provas em três alentados volumes. Entre tais atividades, foram comprovadas as seguintes: objetivo de tomada do poder, arregimentação e enquadramento das massas, através do incentivo à organização de sindicatos urbanos e rurais, logo dominados pelos membros do movimento; organização de frentes, com participação de muitos inocentes úteis e companheiros de viagem, como é de regra.

Esta comunhão entre a pequena burguesia petebista e o partido comunista é muito bem apreciada pelo comunista húngaro Gabor Karcag em um artigo extraído da revista *Latinskaya América*, nº 1, jan/fev. de 1972, da Academia de Ciências de Moscou. Eis como a ela se refere:

> "Os comunistas não negam a necessidade da luta para a inclusão da pequena burguesia no rol dos aliados. Paralelamente, partindo de posições de princípios, criticam seus enganos. Os comunistas esforçam-se em evitar uma identificação de todos os ultra-revolucionários com anarquistas e blanquistas. Muitos ultra-esquerdistas conduzem a luta sincera e honestamente; no entanto, o emprego exclusivo por eles de métodos extremos provoca, por vezes, o desvio do rumo certo, podendo até

mesmo degenerar em uma excrescência antimarxista. Os movimentos revolucionários da pequena burguesia em geral e seus grupos extremistas em particular tornam-se logo impacientes em caso de insucesso. . . Tal 'fuga para a frente' está fadada ao insucesso diante da realidade. . ."

Essa afirmação já tinha sido confirmada na prática, no depoimento do teórico marxista da seção de Campo Grande, MT, após a vitória da Revolução, o qual, indagado de sua opinião sobre Leonel Brizola e seu papel na revolução em marcha, declarou:

"Brizola sofre da doença infantil do comunismo. Sua impaciência, ao queimar etapas do processo revolucionário, foi fatal para nossas aspirações."

Acreditamos na sinceridade daquele líder comunista embora não consideremos que Brizola se inclua ideologicamente entre eles, mas sim nitidamente como um companheiro de viagem, como o próprio Brizola já admitiu ter sido.

É digna de ser ressaltada, ainda, a conotação internacional da subversão conduzida no Brasil com idêntico processo ocorrido em outros países. Referindo-se a este fato, diz o Gen. Aurélio Lyra Tavares:

"Verificou-se também que os líderes comunistas do Brasil atuavam em estreita ligação com os de outras áreas do continente, obedecendo todos a uma orientação única, o que demonstra que o problema é o mesmo nas suas conseqüências sobre a Comunidade das Nações Americanas, embora apresente aspectos variáveis, em função das condições próprias de cada uma dessas nações, sobretudo da vulnerabilidade das suas estruturas políticas e econômico-sociais."

Essa orientação única já fora estabelecida por Kruschev que, na Conferência de Moscou, em 1960, determinara:

"Solidarizar-se com Cuba não é apenas o dever de todos os povos da América Latina, é também a obrigação de todo o Movimento Comunista Internacional, do proletariado de todas as áreas do mundo."

Esta afirmação é confirmada por Glycon Paiva:

"Reconhece agora a estratégia soviética que o Brasil é a porta de entrada na América Latina, e a comunização do Brasil representará a comunização de toda a América Latina, porque

o país encerra em si mesmo a possibilidade de ação de que Cuba não dispõe. . ."

Influência cubana

Uma vez que foi mencionada Cuba, é oportuno apresentar alguns aspectos de sua atuação no processo subversivo no Brasil, no exercício de seu papel de *"primeiro satélite soviético nas Américas"*, título de um livro de Daniel James.

Referindo-se a essa influência, diz o Gen. Lyra Tavares:

> ". . .Cuba serviu de base, graças à sua posição geográfica e ao uso indevido de suas relações diplomáticas com o Brasil, à ação subversiva do Comunismo Internacional nestes últimos anos do processo revolucionário em nosso território. A implantação do comunismo em Cuba constituiu um trampolim para a ativação da subversão em nosso país."

É oportuno respaldar tal afirmação com mais um testemunho dos próprios comunistas.

Luiz Carlos Prestes, ao regressar de uma visita à Alemanha Oriental, declarou: *"Nosso partido está plenamente consciente de suas responsabilidades para com a classe proletária internacional e levará o Brasil pelo mesmo caminho de Cuba, que é um exemplo para todos os países latino-americanos"*.

Como mais uma comprovação do recrudescimento da subversão e do referencial cubano, Vicente Goulart, sobrinho do Presidente, numa visita a Cuba, declarou à imprensa local:

> "No Brasil estamos discutindo se vamos chegar ao socialismo pelas armas ou pelo caminho pacífico. Lá chegaremos por uma forma ou outra. Esperamos o apoio do povo cubano." (*O Globo* – 29/03/63)

Além dessa afirmação de um elemento intimamente chegado ao Governo, citaremos as manifestações de outras figuras expressivas, que ocupavam cargos de grande responsabilidade dentro dele.

Poderemos, assim, refutar as possíveis alegações de que as citações antes feitas traduziam pontos de vista e intenções dos comunistas, mas não necessariamente do Governo deposto.

Para rebater definitivamente essa alegação, vamos apresentar um edificante diálogo dos petebistas com seus comparsas comunistas. O diálogo e a confraternização se deram durante o famigerado Congresso de Solidariedade a Cuba, realizado em Niterói não muito antes da revolução.

Eis como falou naquele congresso o ex-deputado federal pelo então PTB Sérgio Magalhães:

> "Senhor Presidente! Meus colegas de representação popular, entre os quais incluo, como fez o meu líder (Bocaiuva Cunha), o Sr. Luiz Carlos Prestes. Vêem os Srs. congressistas que as forças populares, trabalhistas, socialistas e comunistas estão unidas. . . e se Cuba não está só, a América Latina também não está, porque a revolução cubana foi o ponto de partida para a revolução latino-americana, revolução que se integra à revolução mundial. . . Os delegados latino-americanos podem levar para seus países de origem a certeza de que o Brasil não falhará um só instante e será, sem dúvida, o próximo país a seguir o caminho de Cuba."

A resposta que tão entusiástica e confiante alocução mereceu do líder comunista Luiz Carlos Prestes confirma inteiramente sua afirmação, antes citada, de que o Partido Comunista já tinha o poder, faltando-lhe apenas assumir o governo:

> "As palavras pronunciadas desta tribuna pelo líder do PTB na Câmara dos Deputados, deputado Bocaiuva Cunha, pelo presidente da Frente Parlamentar Nacionalista, deputado Sergio Magalhães, membros proeminentes do PTB, significam que nós, comunistas, somos aliados do Presidente da República, Dr. João Goulart, que é o presidente do PTB." (*Novos Rumos,* ed. de 05 a 11 de abril de 1963.)

Confirma-se, assim, que a escalada subversiva se processava dentro do processo descrito pelo deputado Bilac Pinto, largamente disseminado no mundo não-comunista, contando com o substancial apoio dos *"auxiliares do comunismo",* na definição de Suzanne Labin.

As características desse processo de Guerra Revolucionária serão encontradas, na versão de estudiosos nacionais e estrangeiros, inclusive dos próprios comunistas, no item *"Características da Guerra Revolucionária presentes",* que mais tarde serão examinadas.

Ao examiná-las, poderá o leitor perceber, com facilidade, a coincidência de seus aspectos doutrinários com a realidade que se processava no Brasil de então.

O nacionalismo como ideologia intermediária

O papel do *nacionalismo* como ideologia intermediária, associado às *reformas de base* de Goulart, já mereceu referência anterior. Pela importância que a este item dedica o processo de guerra

revolucionária, vamos nos estender um pouco mais sobre o assunto, relacionando-o com o caso concreto do Brasil.

Um estudioso francês da guerra revolucionária, o Comandante Boulnoie, mostrando a necessidade que os comunistas tinham de adotar uma ideologia intermediária para mascarar a sua verdadeira ideologia e assim poderem atrair mais adeptos, disse:

> "Entre as ideologias intermediárias, a preferida dos comunistas é o nacionalismo, que, em boa hora afirmamos, é a maior fonte de energia revolucionária de nossa era."

Esta afirmação é confirmada por Jean-François Revel em *Como terminam as democracias:*

> "O nacionalismo constitui uma das forças autênticas cuja energia o imperialismo soviético soube captar para estender seu campo de ação, em detrimento, embora alguns duvidem, a longo prazo, da independência das nações envolvidas na sua campanha."

Ouçamos, agora, a palavra dos próprios comunistas, a começar por Lenine:

> "A fase proletária da revolução deve ser precedida, nos países subdesenvolvidos, de uma fase nacionalista, no decurso da qual uma colaboração com a burguesia é recomendada, a princípio, pelo menos; a luta de classe e a liquidação da burguesia ficarão para um estágio ulterior.

Em Cuba, quando sentiu que esse estágio já fora atingido, Fidel Castro declarou: *'Eu sempre fui marxista-leninista' e apossou-se definitivamente do poder.*

Segue-se José Luís Ribeiro, que assim afirmou em *Como falam as esquerdas:*

> "A ideologia revolucionária e, por definição, nacionalista, tem um papel terapêutico que consiste em lavar essa vergonha, proporcionar ao colonizado outra imagem de si mesmo, devolver-lhe a dignidade. A independência formal é apenas meio caminho andado se, indiretamente, continuam a prevalecer as normas culturais do Ocidente."

É mais uma confirmação da revolução em duas etapas, ao fim das quais passam a prevalecer as normas culturais do mundo comunista.

No Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), em seu primeiro Congresso Nacional, realizado ainda em fevereiro de 1964, a decisão mais importante

> "foi a aprovação do apoio a Brizola, visto como o único líder que poderia congregar as massas populares contra o 'golpe militar', em torno de um movimento nacionalista."

Enfatizando a importância que emprestavam ao *nacionalismo* e confirmando referências anteriores a Goulart e a Brizola, dizem os trotskistas em seu documento de autocrítica, datado de 17 de agosto de 1964:

> "Las masas estan estimulando el nacionalismo a salir, a mostrar la cara. Pero fuera del nacionalismo no hay otra tendencia que tenga peso y que pueda adquirir y desenvolverse con gran autoridad." "No quiere decir que los comunistas van a dominar a ellos. Ellos no pueden quedar en el vacio. Goulart y sobre todo los nacionalistas, tienen interés en que intervenga el Partido Comunista." "Ellos van a querer impedir nuestra influencia, pero va a ser tarde, porque su programa está totalmente contra el programa que tende a tomar Brizola."

Esta influência está mais claramente explicitada neste trecho:

> "Es por eso que nosotros vamos a trabajar con ellos, para estimular, impulsar, explicar, hacer pequeños avances con ellos, esperando una maduración mayor de ellos, y de una tendencia, que ellos vean en nosotros una tendencia honrada, responsable, decidida, capaz de organizar, porque entonces nosotros podremos influir en el proceso de desenvolvimiento del nacionalismo, a una corriente revolucionaria, ideologicamente comunista; eso es nuestro trabajo."

Também aqui aparece o conceito muito claro da revolução em duas etapas.

Numerosos estudiosos de várias nacionalidades são unânimes em avalizar tais conceitos sobre a importância que o *nacionalismo* apresenta para o incremento da revolução comunista.

Eis algumas dessas opiniões:

– Alain Besançon, em *Breve tratado de sovietologia:*

> "Em sua destruição das pátrias, a ideologia leninista é forçada a travar aliança com uma outra ideologia, mais ambígua,

que desempenha em relação às nações um papel simultaneamente destruidor e conservador, o 'nacionalismo'. O nacionalismo é destruidor, pois ele isola, empobrece espiritualmente e embrutece o povo que por ele se deixa levar. . . Esmigalha a comunidade humana em grupos hostis. E em tudo isso favorece as operações de ideologias que vão na mesma direção."

– Robert Moss, em *O colapso da democracia:*

[Orwell] "apontou alguns dos atributos sociais de uma sociedade democrática há muito estabelecida que os totalitaristas poderiam explorar. . ." "Para Orwell, o duplo apelo do nacionalismo e da legalidade tornaria possível modificações fundamentais nas estruturas sócio-econômicas se pudessem ser manobradas pela esquerda, mudanças estas que, em outras circunstâncias, não seriam provavelmente aceitas pelas vítimas do processo."

– Milovan Djilas, em *A nova classe:*

"Os comunistas não são nacionalistas – para eles a insistência no nacionalismo é apenas uma forma. . . para fortalecer seu poderio."

– Gérard Chaliand, em *Mitos revolucionários do Terceiro Mundo:*

"Qualquer que seja o tipo de luta armada que se examine. . . pode-se dizer que o denominador comum é o nacionalismo. Cada vez mais as massas são conduzidas contra um agressor, um colonizador ou um regime, porque, para elas, as forças revolucionárias representam os valores nacionais autênticos, face a um inimigo estrangeiro ou a um regime corrompido, ele próprio ligado ao estrangeiro."

Domínio comunista dos sindicatos

Quando adiante tratarmos da *república sindicalista,* deveremos atentar para o fato de que a aceitação desse objetivo intermediário pelos comunistas, como a primeira das duas etapas da sua revolução, baseou-se no domínio que eles exerciam sobre os sindicatos, repartido com Goulart somente até a conquista daquele primeiro objetivo.

A evidência desse domínio é o que passaremos a apresentar. Os inconvenientes da repartição desse domínio sobre o poder sindical são assim expressos pelo comunista Hercules Correa no seu livro *A classe operária e seu partido,* que chega ao ponto de atribuir-lhe

grande responsabilidade em um possível fracasso da revolução comunista em pleno curso, abortada pelo Movimento de 64. Refere-se o autor ao fato do PC ter sofrido a concorrência de outras forças na condução da luta da classe operária, e diz:

> "Esse fato não permite à classe operária a força hegemônica na sociedade. Registraram-se alguns indícios desse fenômeno em 1962-63, quando setores de outras classes e camadas sociais começaram a seguir as posições políticas e as formas de luta do operariado. A radicalização política e o golpe mataram essa experiência no nascedouro."

E aí está a confirmação da crítica – a que já nos referimos – feita pelo teórico de Campo Grande, MS, um professor, quando, indagado sobre o papel de Brizola nos eventos ligados ao Movimento de 64, culpou-o por seu esquerdismo, que teria levado o processo revolucionário ao fracasso pela *queima de etapas* daí conseqüente.

Referindo-se ainda à mesma aliança PTB-PC no domínio da atividade sindical, afirma o mesmo autor:

> "O predomínio da corrente do trabalhismo na classe operária e a prática de alianças políticas dos comunistas com essa corrente determinaram a existência de um movimento operário sindical participante da vida política geral da Nação e realizador de pressões sobre o Estado. Esse fato confere ao movimento sindical, como parte mais ativa do movimento operário de massas, papel de relevo na política do País. Em decorrência disso, todas as forças políticas procuram fazer-se presentes no movimento sindical, agindo dentro dele e fora."

Outro comunista, Jacob Gorender, assim se refere à mesma aliança, com posterior referência ao pico de greves que sucedeu à posse de Goulart:

> "A ampliação dos laços dos comunistas com a massa operária produziu mais um resultado desafiador da linha política. Na prática cotidiana, os comunistas firmavam contactos e alianças com os operários de tendência reformista, principalmente os getulistas adeptos do PTB. A aliança dos comunistas com a ala esquerda dos trabalhistas frutificou numa vitória importante em 1961. Após quinze anos sob a presidência. . . do mais célebre pelego da época, a diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) foi conquistada pela chapa de oposição, encabeçada por Clodsmidt Rianni. A aliança entre comunistas e trabalhistas de esquerda se demonstrou

capaz de arrebatar à burocracia ministerialista a principal organização de cúpula da estrutura sindical oficial."

> "O ano de 1961 registrou um pico de greves. Comunistas e trabalhistas de esquerda conquistaram diretorias de confederações e federações, o que lhes dava posições de força na cúpula sindical oficial. Ao mesmo tempo, aumentava o número de organizações intersindicais de caráter horizontal, em funcionamento, apesar de expressa interdição pela legislação trabalhista. A este respeito, a criação do Comando Geral de Greve representou o passo mais avançado."

De acordo com o *brazilianist* Ronald H. Chilcote, em agosto de 1966, João Goulart, apoiado pelos sindicatos e facções do PTB, advogara a proposta comunista (em prol de uma organização sindical de âmbito nacional), ocasionando um rompimento com os líderes anticomunistas do movimento trabalhista. Daí surgiu o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Reportando-se a esse mesmo assunto, diz Jacob Gorender:

> "Em princípios de 1952, uma Resolução da Comissão Executiva. . . determinou a dissolução dos centros operários e a volta dos comunistas aos sindicatos oficiais. Vinculando o trabalho nos sindicatos à atividade nas fábricas, os comunistas estabeleceram suas ligações com a massa operária e puderam assumir funções de liderança no ascendente movimento grevista e nas manifestações populares contra a carestia."

A essa CGT e sua atividade subversiva assim se referia o Gen. Pery Constant Bevilaqua, em denúncia feita em 15 de março de 1963, em pleno Governo Goulart. A versão é de Hélio Silva:

> "Pery inflamou-se e falou cerca de uma hora, repisando o tema e atacando os 'organismos espúrios', como CGT, PUA e congêneres, as ameaças de greves e sua incidência em serviços comunitários intocáveis. . ."

Idêntica denúncia foi formulada pelo Dep. Bilac Pinto, como parte de seus incisivos pronunciamentos:

> "O abuso no exercício do direito de greve nos serviços públicos chegou a tal ponto que a prisão em flagrante, por porte de armas, de um maquinista da Central do Brasil determinou a deflagração de greve nessa ferrovia. As greves de servidores públicos e de bancários em Brasília já se tornaram

acontecimentos banais. Qualquer pretexto basta para que as greves sejam decretadas. A presença e a autoridade do Governo são completamente ignoradas pelos órgãos que as comandam."

Letras em Marcha, numa das edições de 1959, também insiste no mesmo assunto:

"A área sindical estava praticamente entregue aos comunistas, e seus líderes dominavam o presidente. As greves se sucediam, com ou sem causa, legais ou ilegais. Havia greves de solidariedade, greves de cunho político, greves sem finalidade declarada. O importante era destruir, para criar um clima irrespirável.

O país estava parado, ou melhor, involuía. O crescimento do PNB em 1963 foi de apenas 1,6% para um aumento populacional de 3%. A inflação crescia em ritmo assustador. A insegurança era total, inúmeros brasileiros preparavam-se mesmo para abandonar o país ao primeiro sinal de anarquia. Ninguém tinha coragem de fazer novos investimentos."

É de outro estudioso a seguinte referência ao mesmo tema:

"O grande objetivo nessa área (sindical) era o de criar um organismo centralizador, a fim de desencadear as greves gerais, transformando-as em instrumento de pressão política. Nesse aspecto, já existiam dois organismos aglutinadores, o Pacto de Unidade e Ação (PUA). . . e a Comissão Permanente de Organizações Sindicais (CPOS). A conquista da CNTI forneceu ao PCB a hegemonia no meio sindical e a base para a criação de uma entidade acima das confederações."

A intervenção do próprio Governo nessa escalada é assim denunciada por outro estudioso:

"Nos próprios sindicatos o controle comunista era esmagador. Repetidamente o Governo intervinha em eleições sindicais, a fim de garantir a escolha de candidatos comunistas, especialmente em indústrias que podiam prontamente parar o país".

Denunciando a ação de Goulart no incentivo ao movimento grevista, diz o Dep. Bilac Pinto:

"Enquanto o Sr. Presidente da República procurava dar à Nação a impressão de ser árbitro das tensões sociais e de

estar empenhado em evitar e resolver rapidamente os litígios, diligenciava no sentido de preparar os sindicatos para os movimentos grevistas de natureza política. Autorizou a reorganização do C.G.T. – que havia sido declarado ilegal por decisão da Justiça – e deu-lhe apoio tão decisivo que, com o impulso recebido, essa entidade passou a agir autonomamente, perdendo o Sr. Presidente da República o controle sobre esse organismo."

Rememorando a dimensão do complexo sindical e de outras entidades que atuavam ao tempo do Governo Goulart, diz *Letras em Marcha* em edição de 1969:

"Em plena atuação encontravam-se o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI), o Pacto da Unidade de Ação (PUA), o Fórum de Debates, o Bloco Operário-Camponês, as Ligas Camponesas, a CUTAL, a Federação Nacional dos Professores Democráticos, a Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), a UBES (União Brasileira de Estudantes Secundários), a UNE (União Nacional de Estudantes), a Ação Popular, os Movimentos de Cultura Popular, certas campanhas de alfabetização popular, etc."

Sobre o assunto assim opina o Gen. Aurelio Lyra Tavares:

"O poder sindical, obediente ao Comunismo Internacional, dispunha de grandes recursos financeiros, contando com o apoio vindo do exterior e com o prestígio oficial do próprio Governo. O sindicalismo não era mais, como deve ser numa democracia, uma instituição de trabalhadores destinada à defesa dos seus interesses legítimos e autênticos. Intitulava-se como representante dos operários para submetê-los aos desígnios políticos de reduzida minoria, impondo-lhes a participação em greves políticas por vários processos ilegais, inclusive o de interditar as portas das fábricas e empresas com os chamados 'piquetes de greve'.

Não somente as prescrições da Polícia como as próprias decisões da Justiça eram desacatadas pública e ostensivamente pelos seus órgãos dirigentes. O Comando Sindical desafiava a autoridade, promovia a desordem, perturbava as atividades da economia nacional, a pretexto das mais absurdas reivindicações, de modo a colocar-se acima e contra os interesses de todas as classes sociais e contra as próprias instituições constitucionais, como verdadeiro superpoder."

É oportuno destacar que hoje – 1998 – o panorama não mudou muito, pois o PC encontrou no PT um eficiente sucessor.

Mostrando o papel decisivo da Revolução de 64 em interromper a escalada do poder sindical rumo à República Sindicalista, diz René Armand Dreifuss, em *1964: a Conquista do Estado:*

> "Os sindicatos, gradual e firmemente, consolidavam o seu apoio à criação da Central Única dos Trabalhadores, a organização guarda-chuva, orientada para a esquerda trabalhista, que na realidade advinha do Comando Geral de Greve, constituído inicialmente com o intuito de mobilizar a opinião pública para assegurar a subida de João Goulart ao poder depois da renúncia de Jânio Quadros e que se encontrava em vias de transformar-se no Comando Geral dos Trabalhadores. No entanto, quando essa tendência para a esquerda foi efetivamente percebida, o movimento militar contra João Goulart já havia tido tempo de se organizar, estando prestes a intervir".

Entretanto, sabemos hoje que isto não impediu que, a longo prazo, a CUT fosse criada pelo PT.

República Sindicalista e República Socialista

Já vimos que o objetivo visado por Goulart na sua atuação à frente dos destinos nacionais era o de chegar a uma República Sindicalista, objetivo compartilhado por Brizola e cuja liderança, após conquistado, seria disputada entre eles.

Entretanto, o plano de seus aliados comunistas, englobando o plano de Goulart, ia muito mais além. Tal plano poderia ser assim explicitado:

1. derrubada do parlamentarismo e volta ao presidencialismo, como já foi visto;

2. aproveitando as facilidades que a plena posse do poder facultava, com o domínio dos postos-chave e o controle dos sindicatos e outras organizações de massa pelos apaniguados, chegar à República Sindicalista;

3. consolidada a fase anterior, afastamento gradativo das lideranças e elementos não-comunistas, descartando-os de acordo com a antiga tática das *"fatias de salame".* Mediante ela e após se considerarem suficientemente fortes para dispensar as frentes e as outras alianças que antes davam a força de que careciam, os comunistas tratariam de assegurar a posse exclusiva do poder. Neste momento Jango, Brizola e seus partidários seriam postos de lado, como bagaço de laranja.

Não foi sem razão, portanto, que o Dep. Bilac Pinto, em um de seus discursos, endereçou o seguinte alerta ao Presidente da República:

> "Nessa ocasião [a de tomada do poder pelos comunistas], o governante democrata, iludido em sua boa fé, será eliminado do Poder, que não pode ser dividido; seria um corpo estranho no organismo da ditadura férrea e impiedosa."

Se esses líderes estavam avisados dessa possibilidade e assim mesmo persistiam em seu empreendimento subversivo em conjunto com seus *companheiros de viagem,* esperando poder impor-se no momento decisivo, estavam muito iludidos. Seria uma indesculpável ingenuidade, face à força do partido comunista, respaldada na organização, na propaganda e no apoio do Partido Comunista da União Soviética e de seus satélites comunistas, particularmente Cuba. Tais elementos eram ligados pela unidade de pensamento e de ação, que conduzia a um objetivo nítido. Esses atributos não poderiam ser confrontados pelo difuso populismo da outra parte, carente de qualquer nitidez ideológica. Hélio Silva, dentro da mesma linha, diz na obra citada: *"Em início de 63, Ademar confidencia aos íntimos que Leonel Brizola lhe falara em uma República Sindicalista, que seria proclamada no Brasil por João Goulart, em um discurso a ser proferido em 1° de maio, segundo a tradição trabalhista de Vargas".*

A versão de Chermont de Britto, embora confirme a essência da informação retro, é um pouco diferente:

Ademar relatou ao Marechal o convite recebido de Jango para o golpe que pretendia dar. Procurando-o em sua casa, em março de 64, muito agitado, disse-lhe:

> "Vim agora mesmo do Palácio do Planalto, onde Jango me convidou para o golpe que vai dar." E explicou: "o golpe de Jango é o seguinte: no dia 19 de abril, aniversário do Dr. Getúlio Vargas, vai haver um grande comício comemorativo da data, em Belo Horizonte, e nele haverá baderna de grandes proporções para justificar a intervenção em Minas Gerais. E no dia 1° de maio será outorgada a Constituição que implantará no país o regime sindicalista."

E o Marechal respondeu:

> "Os senhores políticos de maior responsabilidade no Brasil são os maiores culpados de tudo o que está acontecendo. Nós, os Ministros Militares, prevíamos tudo isso. E os senhores não acreditaram em nossas palavras. . ."

Ainda sobre o mesmo assunto, o Gen. Muricy afirma, em artigo publicado em *Letras em Marcha:*

> "Ao começar o ano de 1964, a agitação evoluiu num crescendo e tivemos informes de que seriam desencadeados novos e sucessivos golpes destinados a desmoralizar a resistência do povo, a permitir cada vez mais a ingerência do Executivo nas atribuições do Congresso, a desmoralizar as Forças Armadas, a quebrar-lhes a disciplina e destruir sua estrutura hierárquica, a estabelecer no Brasil a chamada 'República Sindicalista'."

A revista *Manchete,* em uma reportagem de Alexandre Garcia, no ano de 1963, bate na mesma tecla:

> "No início de 64, chegava ao ápice o processo que levaria a uma república sindicalista, se prevalecessem as forças do governo de então, ou diretamente a uma ditadura comunista, se os manipuladores da situação conseguissem logo sua meta. Esse processo tinha em seu bojo uma reforma agrária e desapropriações industriais e urbanas sem indenizações; greves políticas forçadas por piquetes armados, que tolhiam o direito de os trabalhadores irem a seus empregos; ações violentas que se caracterizavam por incêndios em lavouras do Nordeste; pela destruição dos meios de transporte urbano; pelo desejo de fechar o Congresso; pela desordem em geral."

Para que se tenha a idéia verdadeira do sentido da ação desse poder sindical no Brasil antes da Revolução, com o apoio da autoridade que lhe emprestava o Presidente da República, basta citar a palavra do intérprete do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), órgão de cúpula, filiado à orientação da Federação Sindical Mundial, entidade a serviço do Comunismo Internacional, com sede em Praga:

> "Eu lhes afirmo, com a segurança da minha posição oficial na Federação Sindical Mundial, que o primeiro objetivo do Comando Geral dos Trabalhadores é a conquista da unidade da classe operária, sob um comando central de todos os sindicatos e federações. Somente nestas condições é possível atingir o nosso objetivo principal, que é a implantação no Brasil da República Popular Sindical."

E aí está mais uma vez confirmado o objetivo intermediário da revolução comunista, abortada pelo Movimento de 1964.

Referindo-se à competição de natureza subversiva que se travava entre o governo federal e as facções *trabalhistas* manipuladas por Leonel Brizola, afirma Delfim Neto:

> "Nessa insana competição, ameaçavam as demais categorias sociais com a implantação de uma *república sindicalista,* uma idéia tão fraudulenta quanto a que sustentou os regimes socialistas no resto do mundo: a *ditadura do proletariado,* nos moldes das 'repúblicas populares' implantadas no Leste Europeu, em Cuba, etc., sob a proteção do poder soviético."

O Gen. Lyra Tavares apresenta outras considerações interessantes sobre o assunto:

> "Era o caso único em que o governo de uma democracia tradicional violentava a consciência do povo, insurgindo-se contra o Congresso Nacional para entregar os destinos do país a um poder sindical estranho aos quadros legais, dominados e orientados pelo comunismo internacional, ao qual dava força e autoridade para decidir e impor soluções aos poderes constitucionais sobre a condução dos mais relevantes problemas nacionais."

Era, pois, o próprio governo o poder usurpador da vontade do povo, servindo de instrumento ao comunismo, ao contrário do fenômeno normal, que é o da luta do comunismo para a conquista e a substituição do governo.

A preocupação persistentemente demonstrada pelo Dep. Bilac Pinto, a par de sua confiança na conduta das Forças Armadas, é de novo expressa na obra citada:

> "Uma República Sindicalista nos moldes da apregoada pelos integrantes dos órgãos espúrios a que acima me referi, só poderia ser implantada sobre o cadáver moral das Forças Armadas e os escombros da Democracia Brasileira. . ." Ainda está em tempo de resguardar a hierarquia e a disciplina militares, alicerces das Forças Armadas, da ação maléfica dos seus inimigos e que são inimigos mortais das instituições democráticas."

O partido comunista, como já vimos, considerava a República Sindicalista apenas como uma etapa intermediária na conquista de objetivos muito mais audaciosos. E isto está claro nesta afirmativa de um estudioso:

"A Frente Única desejada por San Tiago Dantas transformou-se na frente 'popular' de João Goulart, com o PCB e as organizações e entidades por ele infiltradas ou dominadas. Tudo indicava que o prognóstico do Partido, feito havia pouco menos de dois anos, estava correto. O PCB aproximava-se de seu primeiro objetivo estratégico", que seria a República Sindicalista.

No mesmo sentido, é interessante ouvir também a opinião de Mozart Victor Russomano, na edição do *Correio do Povo* de 3 janeiro de 1976. Falando sobre a veleidade dos petebistas e brizolistas, não-comunistas, de se livrarem de seus admitidos aliados, os comunistas, após a conquista de seu primeiro objetivo, que era a República Sindicalista, diz ele:

"Santa ingenuidade! exclamei. Vocês acreditam que esses aprendizes de feiticeiro, que mal sabem como as mágicas começam, serão hábeis e fortes o suficiente para transformarem em 'inocentes úteis' os técnicos da revolução internacional, que têm, atrás de si, a experiência de século e meio de atuação subversiva; que agem como ninguém no *underground* da realidade aparente; que, como poucos, são fiéis a uma série de princípios teóricos bem definidos e rigorosamente aplicados, através de ações vigorosas, enérgicas e, se preciso, dramáticas?" E referindo-se à tradição democrática das Forças Armadas, acrescenta: "Esses meninos estão doidos. Será que eles não conhecem a importância histórica e a linha de conduta das Forças Armadas Brasileiras?"

René Armand Dreifuss se refere à mesma ingenuidade, demonstrada por um político ambicioso na Checoslováquia, como Brizola no Brasil:

"O líder dos social-democratas, Fierlinger, simpatizante do comunismo, foi considerado como o coveiro da democracia tcheca. Enquanto a posição de Fierlinger era claramente ditada pela sua ambição pessoal e influência comunista, ela era apoiada pela ingenuidade de outros social-democratas que continuaram a acreditar, até o fim, na possibilidade de uma coexistência pacífica com um partido totalitário."

E como os comunistas pretendiam beneficiar-se dessa decantada revolução, anunciada por janguistas e brizolistas, no rumo da República Sindicalista?

Jacob Gorender, líder comunista, assim definiu o *modus faciendi,* orientando o partido comunista para tomar conta dos acontecimentos previstos por seus aliados, instalados no governo brasileiro:

> "...que o nosso partido, como força combativa de vanguarda, precisa encontrar-se à altura dos acontecimentos que, rapidamente, aproximam-se, contando com líderes capazes de aproveitar a evolução e acumulação de forças populares, para utilizá-las de acordo com os interesses do partido. Assim, companheiros, sendo o momento de grandes apreensões, o partido comunista deseja que cada um acompanhe, tanto quanto possível, a evolução dos acontecimentos, para podermos merecer a direção dos mesmos."

E continua o mesmo autor:

> "...a revolução à vista não mais podia ser democrático-burguesa. Devia ser uma 'revolução popular', destinada a destruir o Estado burguês (imperante sob formas de democracia representativa ou de ditadura militar) e a conquistar um governo popular revolucionário. Dirigida pelo proletariado, em aliança com os camponeses e as camadas médias urbanas empobrecidas, a revolução popular conduziria a transformações profundas."

Deixando bem claro o objetivo da revolução comunista em duas etapas, diz ainda Jacob Gorender, referindo-se à *Declaração política de 1968:*

> "A nova linha política partiu da mesma premissa do Programa do Quarto Congresso (do PCB): a concepção da revolução brasileira em duas etapas." "Assim, a primeira etapa em curso seria a da revolução nacional e democrática, de conteúdo antiimperialista e antifeudal. Após a vitória dela é que se passaria à segunda etapa – a da revolução socialista." E continua: "A tarefa dos comunistas devia ser a de lutar pelas 'reformas de estrutura', a fim de que o desenvolvimento capitalista viesse a tomar um curso que o aproximaria da revolução nacional e democrática."

Outro comunista, Hercules Correa, não é menos claro a respeito dessa estratégia comunista, denunciando, inclusive, a tendência de alguns setores do partido pela República Sindicalista e anunciando a

necessidade de superar essa tendência. Diz ele que a crescente influência do movimento sindical na vida política do País

> "levou a desenvolver-se no Partido a tendência de transformar as entidades sindicais em principal instrumento de aplicação da linha política. As decisões das direções passaram, num crescendo, a ser levadas às direções sindicais, e não às bases do Partido. Adveio um processo de enfraquecimento das bases e o aumento das divergências nas entidades sindicais, com proveito para o trabalhismo americano e os católicos e esquerdistas. Disso resultou o aprofundamento da identificação do movimento sindical com o Governo, especialmente com o de João Goulart, de um lado, e o Partido, de outro."
>
> "Temos consciência de que nas condições da democracia burguesa o povo, em especial a classe operária, tem possibilidades mais amplas de organizar a luta por seus objetivos imediatos e finais. E nos objetivos finais se inscreve a implantação da democracia real, a democracia socialista."

O objetivo final claramente comunista das atividades revolucionárias durante o Governo Goulart, interrompidas pelo Movimento de 64, é ainda confirmado por outras lideranças comunistas, como adiante se vê:

– Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas:

> "O que quero é a revolução, é transplantar o regime de Cuba para o Brasil. Lá, extinguiram-se os latifundiários e o camponês tem vez. Sou comunista e não me importo que me chamem de tal. Por enquanto propago a revolução pacífica, mas não garanto o que possa acontecer se as coisas não saírem como nós queremos."

Idéia-força: as *reformas de base*

As *reformas de base,* de braços dados com o *nacionalismo* de Brizola, constituíam a ideologia intermediária da revolução de esquerda que se processava, correspondendo às *reformas de estrutura* da versão comunista, conforme já vimos.

Sobre ambas, assim se refere Fernando Nobre Filho em *As Forças Armadas e a Guerra Revolucionária:*

> "Antes da revolução de março, o governo que nos infelicitava explorou da maneira mais torpe as chamadas reformas de base. As ditas reformas, indiscutivelmente necessárias se ventiladas tivessem sido com bons intuitos, serviam apenas para acobertar impatrióticas intenções, para agitar e para

subverter a Nação. Delas os comunistas se aproveitaram o quanto puderam, transformando-as em eficientes auxiliares de suas infames maquinações."

Armando Falcão assim as conceitua, em entrevista a *O Globo,* (edição de 14.08.76):

> "Estava em curso uma revolução de extrema esquerda, com o *slogan* despistatório das *reformas de base*. E foram as populações civis, literalmente em pânico, que pediram socorro às Forças Armadas, as quais tiveram que atender a seus apelos reiterados, cujas repercussões no exterior já davam de nós a impressão de um país sem capacidade para exercer o autogoverno."

Nas denúncias de Bilac Pinto são elas assim apresentadas:

> "Mostramos que as campanhas reformistas nada mais eram que a disseminação ostensiva de 'idéias-força', as quais, dentro da mais rigorosa técnica marxista-leninista, destinavam-se a arreganhar multidões de inocentes e aquiescentes para conduzi-los a comícios aparatosos onde se agitam bandeiras escarlates e cartazes com a foice e o martelo."
>
> "O problema da reforma agrária e das demais reformas foi retirado da área própria para o seu debate, que é o Congresso Nacional, tendo sido transformado na ideologia básica da 'guerra revolucionária'."

E para que não se arguam os testemunhos acima como alarmistas, segue-se o depoimento do comunista Jacob Gorender, que ressalta o valor desse *slogan* como alavanca da primeira etapa do processo revolucionário comunista:

> "Apesar da imprecisão e de certa inclinação populista, a idéia das reformas de base correspondia a aspirações das massas trabalhadoras, de vastos setores das camadas médias e do setor nacionalista da burguesia. Tornou-se uma idéia mobilizadora formidável."
>
> "A esta altura Jango percebeu que se esgotara seu crédito junto às forças conservadoras, uma vez que se demonstrara incapaz de conter o descalabro financeiro e subjugar as forças de esquerda. Voltou-se então para o outro lado e se definiu por um rumo favorável às reformas de base na expectativa de desencadear grande movimento de massas que lhe garantisse um segundo mandato presidencial, apesar de expressamente proibido pela Constituição."

Características da Guerra Revolucionária presentes

Para que se possa sentir melhor a vivência do processo de Guerra Revolucionária naquela delicada conjuntura que o Brasil atravessava, pareceu-nos relevante apresentar as características desse processo, descritas por estudiosos brasileiros e estrangeiros, inclusive pelos próprios comunistas.

Comecemos pelo paulista A. C. Pacheco Silva, em sua obra *Guerra subversiva em marcha:*

> "A guerra subversiva tem por objetivo implantar a indisciplina, quebrar a hierarquia, incitar a revolta e a insurreição, graças a uma propaganda bem conduzida, pela exploração das massas. Objetiva principalmente a desorganização e a desintegração da estrutura social do país, pelo enfraquecimento do potencial nacional, desprestígio das instituições e das autoridades legalmente constituídas e aniquilamento das classes produtoras, para favorecer a implantação do comunismo."

Já outro estudioso, o Dep. Bilac Pinto, assim se refere ao mesmo problema:

> "A 'guerra revolucionária', expressão concreta da estratégia expansionista dos soviéticos, é o mais impressionante fenômeno da história do comunismo universal. Sobre esse tema existem hoje milhares de obras em todos os idiomas, analisando as inumeráveis facetas dessa luta em que se empenham os comunistas para empolgar o poder e esmagar a democracia."
>
> "Nenhum movimento de expansão imperialista teve, na história mundial, a amplitude e a importância do espraiamento comunista sobre as nações do mundo livre através da 'guerra revolucionária'."

O inglês Robert Moss, em *O colapso da democracia,* apresenta o seguinte conceito de subversão, que constitui o primeiro estágio do processo global de guerra revolucionária:

> "Neste livro, eu defino subversão como sendo a tentativa sistemática de um grupo organizado de destruir a ordem existente numa sociedade. No contexto democrático, o subversivo é aquele que explora as relevantes liberdades que lhe são oferecidas no sentido de destruir o sistema vigente e provocar uma mudança total."

E, referindo-se especificamente ao caso brasileiro, acrescenta:

"Nenhum sistema democrático poderia agüentar as forças combinadas de hiperinflação, de terrorismo organizado e de subversão que assolavam o Brasil em 1964."

Também exemplificando com o caso brasileiro, diz A. C. Pacheco e Silva, em *A guerra subversiva em marcha:*

"Quem se der ao trabalho de investigar, analisar e concatenar os fatos e as ocorrências sociais que se têm verificado ultimamente no Brasil não pode deixar de se surpreender com a existência de uma sucessão de atos de indisciplina, revolta, greves, motins, sabotagem, atentados, quebra-quebras que ocorrem aqui e acolá, sob o menor pretexto, em inteira desproporção, na maioria das vezes, com as causas determinantes." "Em todos eles há sempre uma força oculta, uma motivação pré-estudada, uma sucessão no seu desencadeamento, uma subversão dirigida e organizada, aberta ou ocultamente, por comunistas, filo-comunistas, pseudo-socialistas e pseudo-trabalhistas." "Se não nos acautelarmos, se não adotarmos medidas severas para impedir o triunfo da guerra insurrecional contra nós lançada, dentro em pouco o nosso país se verá a braços com uma revolução, de conseqüências imprevisíveis. . ."

O panorama descrito caracteriza muito bem a 3ª fase do processo de guerra revolucionária a que se referia o Dep. Bilac Pinto na sua enérgica reação ao clima vigente:

"A terceira fase da 'guerra revolucionária' está adiantada, porque várias das etapas que a caracterizam já foram realizadas, tais como: a) ampla infiltração comunista no Governo, em todos os escalões; b) infiltração nas Forças Armadas; c) promoção de greves com motivação política ostensiva; d) infiltração nos Partidos Políticos; e) controle de setores governamentais; f) controle de organizações estudantis e trabalhistas. Constitui, ainda, um dos elementos caracterizadores dessa fase a organização e o treinamento de guerrilheiros."

Esta 3ª fase era antecipada pela 2ª, assim caracterizada por A. C. Pacheco Silva:

"A segunda fase visa criar um clima revolucionário. Manifestações de protesto adrede preparadas surgem, sobretudo no seio dos sindicatos dominados pelos comunistas. Instigam a chamada operação tartaruga, greves são declaradas, ocorrem quebra-quebras e atos de sabotagem."

E para que os leitores possam comparar a doutrina da guerra revolucionária com a realidade daquela época, vamos apresentar mais duas versões da sua 1ª fase, já então considerada ultrapassada pelos fatos segundo os dois autores abaixo citados, ambos estudiosos franceses, que se abastecem nas experiências adquiridas na Indochina e na Argélia. Somam-se elas às já antes apresentadas:

Do General Allard:

> "1ª fase – período pré-revolucionário, incluindo: uma intensa ação psicológica, visando difundir a ideologia e um clima favorável."

Tal ideologia, como já vimos, era a intermediária, configurada pelas *reformas de base* de Goulart, reforçadas pelo *nacionalismo* de Brizola.

A respeito de tal ideologia, eis o que diz o outro autor francês, J. Hogard:

> "...essa ideologia base, que na maioria dos casos não é a doutrina comunista, porquanto deve essa ideologia ir ao encontro dos desejos da massa. Esta ideologia selecionada cresce de importância porque o marxismo procura sempre se disfarçar... sob a máscara de outros movimentos revolucionários a fim de, em caso de insucesso, não sofrer os seus efeitos."

E no caso brasileiro, essa tática deu resultado, pois grande número de pessoas, mal informadas, não reconhece na repressão a virtude de se opor à ação dos comunistas, condenando-a, pelo contrário, porque teria interrompido um processo de mudanças sociais justas, lideradas por Goulart e Brizola.

Daí por que muitos dos que assim pensam costumam atacar os anticomunistas, acusando-os de estarem sempre acenando com o *fantasma* do comunismo para melhor atingirem seus *objetivos inconfessáveis*.

As observações que vêm de ser feitas têm o grande mérito de permitir a materialização de tal *fantasma*.

O General Aurélio Lyra Tavares, em *Segurança Nacional*, assim descreve os três complexos utilizados para estimular as massas à subversão, inseridos dentro do amplo processo de guerra revolucionária:

> "a) O complexo reivindicatório, de sentido puramente econômico, que inspira e promove movimentos sucessivos de

> opinião, fazendo surgir nova reivindicação sempre que é atendida uma anterior; b) o complexo de promoção social, que se opõe ao sentido de estabilidade e de equilíbrio, estimulando a inquietação, arregimentando os diversos grupos sociais, de modo a criar problemas de inconformação e de descontentamentos; c) o complexo xenófobo, que deforma e extrema o sentimento nacionalista para confundi-lo e alimentá-lo sob a forma de antiestrangeirismo. Sob a sua ação, as massas podem ser conduzidas a todas as atitudes, inclusive à violência e à revolta. Basta que os seus líderes interpretem e julguem como perniciosa aos interesses do Brasil a política de determinada Nação. É a palavra de ordem para o desencadeamento de uma série de ações, por vários meios, inclusive a violência, a depredação de prédios de Embaixadas, os insultos, etc."

Ao descrever o clima revolucionário então vigente e procurando enquadrá-lo dentro da política do *caminho pacífico,* característico do processo de *assalto ao parlamento,* diz o Gen. Antonio Carlos da Silva Muricy, na edição comemorativa dos quinze anos da Revolução, no jornal *Letras em Marcha:*

> "Desde o lamentável episódio da renúncia do Presidente Janio Quadros, a subida à chefia do governo do Vice-Presidente João Goulart permitira aos comunistas desenvolver sua nova orientação para a conquista do poder. Baseados na doutrina da Guerra Revolucionária, estabelecida na Criméia por teóricos russos e chineses, e desenvolvida a técnica conhecida como 'caminho pacífico da revolução', experimentada na Checoslováquia com sucesso, procuravam os comunistas e apaniguados brasileiros empregar esta última em sua atuação subversiva no Brasil. Existia um quadro político difícil, permitindo o desenvolvimento de todos os apetites; existia grave problema financeiro que levava a insatisfação às mais diferentes áreas; havia as injustiças sociais e a extrema pobreza de determinadas regiões, tudo ensejando a mistificação."

A pressão de cúpula era exercida não só no Congresso, como através dos elementos infiltrados na máquina governamental, desde os que cercavam o Presidente Goulart e verdadeiramente o dominavam, até os ramos menores da máquina administrativa. A pressão de base, feita através de numerosos grupos ou 'frentes', tendia a paralisar o País, destruir suas bases, desvirtuar a ação dos bem intencionados e envolvê-los, como inocentes úteis, em suas atividades.

Esta escalada é assim sumarizada na versão do artigo do *Reader's Digest,* intitulado *A Nação que se salvou a si mesma:*

"O palco estava completamente armado, e determinado o cronograma para a primeira fase da tomada de posse pelos comunistas. Nos calendários dos chefes vermelhos do Brasil – assim como nos de Moscou, Havana e Pequim – as etapas para a conquista do poder estavam marcadas com um círculo vermelho: primeiro, o caos; depois, guerra civil; por fim, domínio comunista total." "A importância estratégica do Brasil para os comunistas era enorme, como a chave para a conquista de todo o continente, já que se limita com todos os países da América do Sul, excetuados o Chile e o Equador." "Por fim, estava tudo preparado. A inflação piorava dia a dia; a corrupção campeava; havia inquietação por toda a parte, condições perfeitas para os objetivos comunistas. O Governo do Presidente João Goulart estava crivado de radicais; o Congresso, cheio de instrumentos dos comunistas." "Os brasileiros em geral olhavam o futuro com a fascinação paralisada de quem assiste à aproximação de um ciclone. Uma expressão brasileira corrente era: 'A questão não é mais saber se a revolução virá, mas de quando virá'." "Luiz Carlos Prestes, chefe do Partido Comunista Brasileiro, tecnicamente ilegal, mas agressivamente ativo, vangloriava-se publicamente: 'Já temos o poder, basta-nos apenas tomar o Governo'."

"Por toda a parte havia técnicos de conflito, comunistas do caos. Adestrados em escolas de subversão atrás da Cortina de Ferro, eram peritos em criar o caos, para depois promover agitações em prol das reformas, *levar o Governo a fazer grandes promessas que nunca poderia cumprir* e, em seguida, aproveitar o desespero resultante para gritar: 'Revolução'." (grifos nossos)

Vários outros testemunhos evidenciam o crescendo da subversão, acentuada após a vitória do plebiscito que restituiu a Jango a plenitude dos poderes presidenciais, ao mesmo tempo em que respaldou a ousadia dos subversivos. Em 29/03/65, o *O Globo,* sob o título *"O Brasil salvou a América Latina e o Mundo Livre de terrível ameaça",* publicou:

"O mês de janeiro (de 64) decorria mais ou menos tranqüilo, embora nos meses anteriores já a oposição denunciasse as manobras da *guerra revolucionária.* Entretanto, na segunda quinzena, recrudescia a agitação em Pernambuco: engenhos ocupados pelas *Ligas Camponesas,* com o hasteamento da bandeira vermelha acima do pavilhão nacional. O Deputado Francisco Julião, fidelista confesso, o advogado Clodomir Moraes, agitador extremista, e o padre Melo, 'inocente útil' ou

'companheiro de viagem', acendiam o rastilho da 'revolução camponesa'."

São dignos de citação ainda dois testemunhos sobre o clima revolucionário vigente no Governo Goulart:

Em 31 de março de 1974, o presidente Ernesto Geisel, referindo-se aos saudosistas do MDB – partido que reuniu as oposições após a Revolução –, os quais exaltavam o regime e os líderes do passado, disse, aludindo a este:

> "Espetáculo dos tumultos e do terrorismo amoral e desenfreado, que poderá dar pálida idéia apenas do que sofremos nós brasileiros, conscientes e temerosos pela destruição da Pátria, naqueles idos perversos de 1963/1964."

Referindo-se a esse mesmo clima, disse Fernando Nobre Filho, em 17 de abril de 1977:

> "Nossa economia estava propositadamente combalida pelos agentes da guerra revolucionária, que sabotavam o regime, já tão atingido pela inconsciência da maioria dos políticos e pela sandice dos inocentes-úteis, em conúbio com os pérfidos sovietistas. A hierarquia e a disciplina das Forças Armadas estavam sendo minadas pelos astutos assalariados de Moscou. Vivíamos dia a dia às vésperas da hecatombe que assustadoramente se aproximava a olhos vistos. O povo, por intermédio de todas as classes, clamava por nossos soldados, pedindo que eles pusessem um paradeiro à decomposição que estava se processando. Isso não são figuras de retórica, são realidades que muitos sentiram e sofreram. Evidentemente a juventude de nossa terra, que era garota em 31 de março, não poderá hoje sentir com a mesma intensidade o que os mais velhos sentem."

Em 29 de março de 1983, o Gen. Otavio Pereira da Costa pronunciava no Clube Militar uma conferência comemorativa do aniversário da Revolução de 64, da qual destacamos alguns tópicos:

> "...esse importante episódio começa a deixar de ser um processo em marcha para ganhar inelutável perspectiva histórica, principalmente quando alguns de seus anistiados assumem poderes estaduais e mandatos legislativos, pela força da vontade popular livremente manifestada e conscientemente respeitada." "Bem lembramos os anos de 62 e 63, nos quais a esquerda, havendo subido acidentalmente ao poder, buscou realizar a verdadeira mudança do regime, insuflando de cima para baixo a

revolução social. Viriam o desgoverno e a falência da autoridade. A estratégia das intimidações, o estado permanente de greve. O primado da CTI (Confederação dos Trabalhadores na Indústria), da PUA (Pacto de Unidade e Ação) e do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores). O incentivo oficial à luta de classes e à justiça com as próprias mãos. A exploração política da fome, da miséria, do analfabetismo e da doença. A comunicação da cultura, da cartilha à história nova, do jornal ao livro de ficção, do professor secundário ao pensador católico. A falaciosa campanha de alfabetização para fazer revoltosos. A corrupção dos grêmios estudantis. O dinheiro fácil para a falácia e curto para o trabalho. O desvirtuamento das generosas energias da mocidade. O aviltamento da bandeira e das aspirações reformistas. A pregação oficial da violência e do ódio. O esfacelamento da disciplina. A idéia-força do divisionismo e do conflito. A luta e a destruição. Empregados contra empregadores. Inquilinos contra proprietários. Sargentos contra oficiais. Mecânicos contra pilotos. A casa das máquinas contra o tombadilho. O campo contra a cidade. O Nordeste contra o Sul. Os moços contra os velhos. E até mesmo os filhos contra os próprios pais."

E os líderes petebistas, à frente o próprio Presidente da República, entusiasmados com a iminente revolução de esquerda, diziam:

– João Goulart:

> "A revolução já não é uma simples bandeira de ameaças demagógicas, porque se transformou, de fato, num temor real da Nação."

– Eloy Dutra:

> "Esse vulcão vai explodir, e eu, com muito prazer, vou ajudar a botar fogo."

– Leonel Brizola:

> "O senhor não só verá o início da revolução brasileira, porque está mais próxima do que parece, mas viverá dentro da própria revolução brasileira." (Discurso pronunciado como paraninfo do ISEB, em 1963.)

Isto seria suficiente para caracterizar o Movimento de março de 1964 como uma contra-revolução, que se opunha à anunciada realização de tais desígnios.

DIVERSOS SETORES ATINGIDOS PELA SUBVERSÃO

Forças Armadas

As Forças Armadas representavam o grande e definitivo obstáculo que se opunha aos planos de tomada do poder pela aliança petebo-comunista. Sua missão constitucional de defesa das instituições é muito clara, e os militares, sobretudo oficiais e sargentos, são permanentemente educados no sentido de seu cumprimento.

O último trecho de seu juramento solene, prestado antes de assumirem maiores responsabilidades, define bem essa devoção ao dever militar. Reza ele: *". . . cuja honra, integridade e instituições defenderei com o sacrifício da própria vida".*

O que acontecia na época, com a escalada desenfreada da subversão, nada mais era do que um ultraje à Nação, afrontada nos fundamentos de seus valores e de sua cultura, que tinham como uma das características fundamentais sua vocação democrática.

O Gen. Lyra Tavares, em palestra pronunciada no Seminárculo de Informações Estratégicas na Zona do Canal de Panamá, em junho de 64, mostra o trabalho realizado pela subversão para enfraquecer as Forças Armadas:

> "Como se mostraram sempre, as Forças Armadas do Brasil, defensoras intransigentes da democracia e das Instituições Nacionais, a ação política do governo se exerceu no sentido de enfraquecê-las, através de impatriótico trabalho feito junto aos militares de menor graduação, de modo a transformá-los em agentes da indisciplina e da subversão. Esse trabalho contou com o apoio do próprio Presidente da República, na sua autoridade de Comandante Supremo das Forças Armadas, com o auxílio de alguns chefes militares investidos de comandos importantes ou promovidos precisamente por serem coniventes com sua política indisfarçavelmente comprometida com o Partido Comunista."

A vocação legalista das Forças Armadas é a seguir exaltada pelo mesmo autor quando diz:

> "O espírito de legalidade das Forças Armadas do Brasil resistiu, durante muito tempo, diante das ações e omissões com que o Governo submetia, progressivamente, o país ao domínio do comunismo. Somente sob o impacto de fatos e pronunciamentos públicos, claros e chocantes, de atitudes iniludíveis e

da própria presença pessoal do Presidente da República, oficializando a subversão da ordem e da lei, decidiram-se as Forças Armadas, com o geral e entusiástico apoio do povo, a atuar contra a legalidade já comprometida e falseada. Elas foram fiéis, como nunca deixaram de ser, ao seu juramento e à sua missão suprema de defender a Pátria, cujos destinos estavam ameaçados pela violação da lei constitucional."

Falando à reportagem de *O Globo* em Brasília, o líder pessedista na Câmara, Deputado Martins Rodrigues, declara enfaticamente, referindo-se ao mesmo assunto:

"Criou-se um soviete na Marinha."

E acrescenta:

"O Presidente da República torna-se, então, um homem extremamente preocupado. As férias da Semana Santa, que pretendera passar no Rio Grande do Sul, haviam sido canceladas. Vendo minada a sua autoridade nos altos escalões, onde estava provada a falta de comando dos 'generais do povo', procura os subalternos, não os tenentes, suficientemente politizados pela 'unidade de doutrina' da Escola Militar, mas os sargentos, comandantes ideais de guerrilhas."

A denúncia de Bilac Pinto é feita nos seguintes termos:

"Esquecido de que a disciplina e a hierarquia são pressupostos fundamentais da eficiência e do prestígio das corporações militares, o Presidente João Goulart, por ação ou omissão deliberada, favoreceu movimentos de indisciplina nas Forças Armadas e ainda procurou criar dispositivos pessoais que certamente não se destinavam a manter a ordem e as instituições, visto que, para esse efeito, poderia sempre contar com a totalidade dos oficiais e inferiores das três armas."

Insiste ainda o Gen. Lyra Tavares:

"Tinha o Governo deposto como certo que o aliciamento dos sargentos, a inversão do princípio hierárquico e o estímulo à indisciplina conseguiriam neutralizar a ação dos Chefes Militares, tornando as Forças Armadas incapazes de qualquer oposição ao poder sindical, que fora infiltrado, mobilizado e orientado para se contrapor às Instituições da democracia brasileira."

Passemos, agora, à citação de alguns episódios ocorridos na época e que demonstram o resultado desse trabalho de solapamento da disciplina militar.

Em 1962 havia indícios, depois confirmados, da possível existência de uma célula comunista no 4º Regimento de Infantaria, em São Paulo. Alguns anos depois veio a confirmação: o Capitão Carlos Lamarca e o Sargento Darcy Rodrigues planejaram e executaram um ousado roubo de grande quantidade de armamento, que veio a beneficiar a luta terrorista que se estabeleceu no país.

Em 11 de agosto de 1963, os sargentos reuniram-se no auditório do Instituto de Aposentadoria e Pensões para comemorar o aniversário do 'General do Povo' (Gen. Osvino). Falando em nome dos subtenentes e sargentos, o Subtenente Jelcy afirmou:

> "...pegaremos em nossos instrumentos de trabalho e faremos as reformas, juntamente com o povo. Mas lembrem-se os senhores reacionários: o instrumento de trabalho dos militares é o fuzil."
>
> "Afetada a disciplina e desmoralizada a autoridade, não se constituiu em grande surpresa a rebelião dos sargentos de Brasília, em 12 de novembro de 1963. Nessa madrugada, sucessivamente, os sargentos apossaram-se do Ministério da Marinha, da Base Aérea, da Área Alfa (da Companhia de Fuzileiros Navais), do Aeroporto Civil, da Rodoviária e da Rádio Nacional. Pretendiam com isso, numa primeira fase, dominar a Capital Federal e, posteriormente, expandindo a ação, implantar um regime de cunho populista."

Antonio Garcia Filho, único sargento empossado como deputado (1963), fazia viagens por diversos Estados, realizando reuniões com os subtenentes e sargentos e fazendo contundentes pronunciamentos. Em Fortaleza, o sargento-deputado afirmou que, se não houvesse uma decisão favorável à posse dos eleitos (elegibilidade dos sargentos), a Justiça Eleitoral seria *fechada*. Pregou *"o enforcamento dos responsáveis pela tirania dos poderes econômicos"* e rotulou a instituição militar de *"nazista"*.

Segundo o testemunho pessoal do Gen. Muricy, o governador do Rio Grande do Norte, Aluísio Alves, afinado com Goulart, ficou tão impressionado com a conversa que teve com esse sargento-deputado, que confidenciou ao general ter ele lhe afirmado que já dispunha dos postes em que deveriam ser enforcados os *"gorilas"*, um deles o próprio Gen. Muricy.

Jacob Gorender relata um episódio em que ficou clara a manifestação de *esquerdismo,* tão atacada por Lenine, de segmentos militares envolvidos na conspiração:

> "A indefinição de Jango impacientou os subalternos nacionalistas das Forças Armadas, propensos, por via profissional, à idéia da solução pelas armas. Segundo revela Paulo Schilling, foi possível desfazer a tempo um projeto de marinheiros que queriam bombardear o Ministério da Marinha. Mas a conspiração entre os sargentos prosseguiu até as últimas conseqüências."

E a inspiração de tais segmentos, centrada no *nacionalismo,* é descrita pelo mesmo Jacob Gorender, que também deixa implícita a desaprovação do Partido Comunista a tal atitude radical:

> "Em contacto com as várias correntes de esquerda, os sargentos e marinheiros foram atraídos principalmente pelo nacionalismo belicoso de Brizola, com o qual estabeleceram relações estreitas. Já o PCB aparecia como força pacífica de pequena aceitação."

O espírito legalista que inspirava a grande maioria dos militares é assim ressaltado por um documento informativo da época:

> "Apesar da conjuntura interna, em 1963, mais de oitenta por cento dos militares continuavam com sua postura legalista. Dos restantes, aproximadamente a metade fazia parte do dispositivo janguista ou concordava com suas posições e os demais eram ativistas da Revolução."

Há um episódio ocorrido com um dos comandantes de Grande Unidade que serve como amostragem da dissociação que se abria dentro do Exército entre essa maioria de oficiais, defensores das instituições, e uma minoria prestigiada pelo Governo Goulart e que por isto mesmo ocupava postos de comando.

O episódio foi provocado por um desses comandantes, o Gen. Jair Dantas Ribeiro, Comandante do III Exército. Como parte da pressão exercida em prol do plebiscito, telegrafou ele ao Ministro do Exército nos seguintes termos:

> "Face à intransigência do Parlamento, à iminência da reunião do Gabinete, tendo em vista as primeiras manifestações de desespero que se pronunciam no território do Estado

do III Exército, cumpre-me informar a V. Exa. como responsável pela garantia da lei e do pleno sossego público e propriedade privada desse território, que me encontro sem condições para assumir com segurança e êxito a responsabilidade do cumprimento destas missões se o povo se insurgir contra o fato de o Congresso recusar plebiscito para antes ou no máximo simultaneamente com a eleição de deputados próxima vindoura. O povo é soberano, e o regime, democrático. Negar-lhe o direito de pronunciação sobre o sistema de Governo que lhe foi imposto é abominar o regime ou querer destruí-lo. Outra qualquer solução será fatalmente o princípio do fim de todas as memoráveis conquistas de nossos antepassados. A presente declaração não é uma imposição nem tampouco uma ameaça, mas apenas uma advertência que julgo do meu dever levar ao conhecimento de V. Exa. ante a possibilidade de me encontrar na contingência de transferir aos poderes constitucionais da República o meu compromisso de guardião das instituições caso advenha de tal circunstância luta fratricida. Enquanto aguardo instruções de V. Exa., tudo farei para garantir a ordem pública, estando o III Exército de rigorosa prontidão."

Muitos "relatórios de informações" da época procuravam traduzir toda a preocupação e inquietação de alguns comandantes de unidades, que descreviam com cores sombrias o reflexo que tais episódios causavam na tropa, que sofria a sua nefasta influência, a par da infiltração subversiva em seus quadros, sobretudo os inferiores. Um exemplo disto é pertinente apresentar. Foi ele vivido por um comandante de unidade no então III Exército. Servirá para mostrar os tremendos problemas que se ofereciam aos comandantes, responsáveis e apreensivos, pressionados, de um lado, pelos ditames de sua consciência, e, de outro, por ordens superiores, coniventes com a conspiração em marcha. A ordem recebida determinava a leitura a todos os oficiais do citado telegrama do Cmt. do III Exército, forjado com a finalidade de criar um clima de pressão que apressasse a mudança do sistema de governo parlamentarista para o presidencialista, então da mais alta conveniência para um mais desenvolto progresso da conspiração. O documento não foi lido nessa unidade, como em muitas outras. E as razões dessa atitude foram assim expressas no relatório de informações dirigido ao comando superior:

"A Nota de Instrução nº 2/62 do III Exército, através da qual esse alto escalão procura manter a tropa sob seu comando informada dos fatos relacionados com a crise política, teve reflexos negativos, pois, embora esta, por certo, não fosse a intenção do redator, deu a idéia de que o Comando do III Exér-

cito não encara com seriedade o perigo atual da ação comunista, dentro do processo revolucionário em plena evolução, que tem sido objeto de instrução aos oficiais e praças, sob o título de 'Guerra Revolucionária'.

Além disto, a afirmação de que o III Exército estava 'em dificuldades para manter a ordem legal' estava em desacordo com a situação vigente nesta guarnição e na unidade em particular, cujo pessoal estava preparado moral e materialmente, dentro dos planos elaborados, para cumprir a sua missão. Além disso, não havia setores de perturbação da ordem na guarnição.

Assim sendo, a leitura do documento aos oficiais teria, por certo, efeito negativo sobre o seu moral, criando, por outro lado, dificuldades ao Comando para interpretar, junto aos mesmos, a intenção do chefe, que a redação do documento não permite apreender devidamente. Por esses motivos, o conhecimento da referida nota ficou limitado ao comando do regimento."

A estratégia subversiva desenvolvida enquadrava-se perfeitamente dentro das instruções do conhecido ideólogo soviético Manuilsky, que uma vez afirmou:

"É preciso explorar ainda mais a cobiça dos políticos de esquerda, ou de qualquer político que, sem nós, não possa chegar onde pretende. Há que trabalhar mais com políticos que não tenham força eleitoral suficiente, que precisem de votos e até de auditórios; ofereçamos esse auditório, outorguemos-lhes aplausos, demos-lhes votos."

Manuilsky não esquece também a necessidade de atrair certo tipo de militares, obtendo o seu apoio, ou pelo menos a sua omissão:

"Há na América numerosos generais ambiciosos que estão dispostos a nos dar apoio, sob a única condição de que não lhes faremos guerra, de que não combatamos sua política e lhes outorguemos o nosso apoio."

Outras evidências do trabalho de solapamento da disciplina e hierarquia das Forças Armadas serão encontradas mais adiante ao examinarmos os três episódios culminantes que antecederam a eclosão da Revolução de 64, no capítulo II.

Esse trabalho de desagregação procurava complementar e facilitar a missão do pretenso *dispositivo militar* com que contava Goulart para respaldar seus planos de instauração da República Sindicalista.

Congresso

No Governo João Goulart, e não necessariamente por culpa deste, o Congresso estava muito mais infiltrado de elementos comunistas do que hoje, quando sua atuação é bem menos agressiva em função da perplexidade que os atacou com a queda fragorosa do comunismo soviético sob os fortes ventos da *perestroika* de Gorbachev.

Naquela época, em pleno clima de euforia revolucionária, sua ação era confiante e desenvolta, como nos demais setores onde se desenvolvia a subversão.

O Major-Brigadeiro Max Alvim, em artigo publicado em *Letras em Marcha*, descreve esse panorama com as seguintes palavras, referindo-se à vitória obtida pelo governo na campanha do plebiscito:

> "Daí em diante tomou corpo a ofensiva das esquerdas para o assalto final ao poder, com a conivência do Governo Federal e omissão dolosa do Congresso Nacional. Muitos comunistas camuflados, *'plantados'* em vários ministérios e órgãos governamentais, já se encontravam em postos-chave na administração federal, todos a serviço das metas da ditadura do proletariado, estabelecidas por Moscou. Segundo o próprio chefe comunista Luiz Carlos Prestes, *'dezessete dos nossos estão no Congresso'*, todos eleitos em chapas de outros partidos, aproveitando-se da ingenuidade de muitos e das franquias democráticas."

No Congresso, estabelecera-se a chamada *Frente Parlamentar Nacionalista*, sob a chefia de Sérgio Magalhães, do PTB, e chegou-se a tentar a organização de uma *Frente de Libertação Nacional*, composta de governadores, parlamentares, operários e líderes sindicais.

Entretanto, não conseguiam, apesar de tudo, dominar o Congresso, confrontados pela ação aguerrida de congressistas esclarecidos e de firmes convicções democráticas, liderados pelo Dep. Bilac Pinto, que se tornou, como já temos visto, um denodado denunciante do processo de guerra revolucionária com o estímulo do governo.

Para contrapor-se a essa ação subversiva, foi criada no Congresso a Ação Democrática Parlamentar (ADP).

Esta circunstância pode explicar o surto da campanha pelo fechamento do Congresso, na qual se destacava Brizola, assunto de que tratamos em outra parte deste livro.

Sobre o assunto, torna-se oportuno citar, ainda, outros autores estrangeiros, de diversas nacionalidades, inclusive comunistas, que confirmarão a importância que a subversão comunista empresta ao uso do Congresso para a obtenção de seus fins.

Em *A questão parlamentar e a Internacional Comunista,* que reúne textos de um grupo de líderes, dizia Zinoviev, em 1919:

> "Podemos utilizar o parlamento burguês com o objetivo de desenvolver a luta revolucionária de classe? Com efeito, podemos destruir uma organização entrando nela e 'utilizando-a'."
>
> "Na Suécia, o camarada Hoeglund. . . aproveitando o seu lugar de deputado, contribui para a destruição do sistema parlamentar burguês."
>
> "Diversos chefes comunistas búlgaros sabem obrigar a tribuna parlamentar a servir à causa da revolução proletária. Minam a posição inimiga no seu próprio campo; estão no parlamento não para o defender, mas para ajudar as massas a destruí-lo de fora."

Temos aí um excelente exemplo do uso das *pressões de cúpula* e *pressões de base,* as primeiras exercidas pelos deputados, e as segundas, pelas massas.

E continua Zinoviev:

> "Para fazer bom uso desse trabalho, é preciso em particular: 1) que o centro de gravidade da luta esteja fora do parlamento (nas greves, nas insurreições e noutras formas de lutas de massas); 2) que as intervenções no parlamento correspondam a essa luta; 3) que os deputados tomem parte do trabalho ilegal; 4) que atuem sob o mandato do Comitê Central do Partido, submetendo-se a ele; 5) que as suas intervenções não se deixem enredar nas formas parlamentares."

As *Teses aprovadas pelo II Congresso da Internacional Comunista,* de julho de 1920, referendam essa estratégia:

> "A tribuna do parlamento burgês é um dos pontos de apoio secundários da luta de massas. O partido comunista não se encontra aí para desenvolver uma atividade orgânica, mas para ajudar as massas, do interior do parlamento, a destruir pela sua ação independente o aparelho do Estado da burguesia e o próprio parlamento."

O inglês Robert Moss tinha, portanto, razão quando afirmou:

> "Está claro que os comunistas não desejam prolongar a existência dos parlamentos, ou de sindicatos livres, um dia a

mais do que o necessário, mas conquistando uma posição segura dentro deles podem tornar esse dia mais próximo."

O caso mais conhecido de sucesso dessa estratégia de conquista do poder é o da Tchecoslováquia, como nos relata Jan Kosak em *O assalto ao parlamento:*

> "A nossa experiência também propicia uma notável prova de ser possível transformar o parlamento da burguesia em instrumento da vontade democrática revolucionária popular e em instrumento para o desenvolvimento da revolução socialista."
>
> "Essa luta teve lugar no período entre 1946-1948. Nesses anos, a classe trabalhadora, dirigida pelos comunistas, empregou, de maneira ativa, todas as antigas táticas de combate postas em prática pelos partidos operários revolucionários no parlamento. . . bem como criou novos processos de luta. Ajudado pelo parlamento, que foi utilizado pela classe trabalhadora como forma de 'pressão de cúpula', tendo por conseqüência o crescimento da 'pressão da base' para aprofundar a revolução e para a transformação gradual, pacífica e incruenta da revolução nacional e democrática em uma revolução socialista, a burguesia foi expulsa progressivamente da participação no poder."

Glycon Paiva, em entrevista ao *O Globo,* edição de 18/06/62, assim se referiu a essa hábil estratégia, procurando aplicá-la ao caso brasileiro:

> "As seguintes são as três etapas da aplicação da pressão de cúpula:
>
> 1) Pressão em favor de reformas sociais justas. Essas reformas são pretexto ou suporte para discursos, comícios, artigos e conferências. Demonstra-se que a sua execução depende de uma série de dispositivos legais, ainda não votados, e que só poderão ser 'se houver modificação substancial na legislação existente'. Na realidade, nenhum dos ativistas pretende apresentar qualquer projeto sobre as reformas, mas apenas agitar o problema para criar o estado de alerta e de tensão e desenvolver um clima de opinião sobre essas matérias, permitindo que os propugnadores da propaganda se projetem e 'obtenham uma imagem favorável no público como cavaleiros a serviço das reformas'.
>
> Esta primeira etapa está em plena marcha no Brasil.
>
> 2) Formação de um governo de união nacional ou de coalizão para melhor execução das reformas. Cria-se um cli-

> ma de urgência para a reforma da constituição, a qual acaba sendo reescrita 'no interesse ideológico dos comunistas'.
>
> 3) Nesta terceira fase da pressão de cúpula, procede-se a um ataque cerrado à burguesia, poupando-se os burgueses progressistas, isto é, aqueles que financiam as atividades do Partido Comunista.
>
> Passando às três fases da pressão de base, prossegue:
>
> 1) Na primeira fase grupos que se intitulam representantes das massas passam a exigir, 'através dos sindicatos dominados pelos comunistas e das associações estudantis', soluções sociais e econômicas mais drásticas do que aquelas previstas na primeira fase da pressão de cúpula. Essas duas fases trabalham quase simultaneamente. O discurso do Governador Brizola e a sessão da UNE de maio passado são exemplos típicos do exercício da primeira fase.
>
> 2) Expurgo da burguesia do governo. Ataque de cúpula governamental e liquidação da união nacional. Controle da estrutura administrativa do país. Segundo o autor, essa etapa ainda não estava em jogo franco no Brasil. É aquela etapa em que, uma vez conquistado o primeiro objetivo da coalizão petebo-comunista, a República Sindicalista, os comunistas começariam a se livrar de seus aliados de véspera, rumo ao seu objetivo final, que seria a República Socialista.
>
> 3) Controle econômico, nacionalização das indústrias e bancos. Campanha para eliminação dos impedimentos psicológicos, em particular a igreja católica, da tradição brasileira, a cultura nacional e o espírito universitário. Estabelecimento do estado policial. Instalação dos tribunais de emergência e execução dos burgueses recalcitrantes".

Este o panorama sombrio que aguardava a Nação Brasileira, caso não tivesse ocorrido a contra-revolução de março de 64. Incompreensível por isto mesmo a ira que ela desperta em tantos esquerdistas não-comunistas e em liberais alienados da realidade.

Como essa estratégia não vinha produzindo os esperados frutos no Brasil, e também pelo radicalismo de certas lideranças que dela esperavam resultados imediatos, surgiu uma campanha pelo fechamento do Congresso.

O relato das atividades subversivas de Brizola mostra que entre elas estava aquela em que propugnava por esse fechamento, como aconteceu em seu discurso durante o comício de 13 de março.

Esse discurso foi ouvido por milhões de pessoas em todo o País. Não foi uma peroração secreta. Lançou-o em praça pública, concitando a multidão para a derrubada do regime, exacerbando os descontentamentos e chamando as massas à luta.

Dentro desse mesmo quadro de pressão, o Gen. Olympio Mourão Filho, em suas *Memórias,* relata o ocorrido em uma recepção oferecida em setembro de 1962, em Juiz de Fora, pelo então general comandante da região militar. O episódio vem demonstrar a intenção do governo Goulart de fechar o Congresso Nacional caso este recusasse a aprovação do plebiscito para a volta ao regime presidencialista. Reproduzindo um testemunho do Gen. Carlos Luiz Guedes, diz o Gen. Mourão: "Em plena recepção, disse-me o Gen. Ladario: 'Estou aqui conversando com você e com o ouvido no telefone, esperando um chamado de Brasília, comunicando-me o fechamento do Congresso'".

Por sua vez, o próprio Gen. Guedes, em seu livro *Tinha que ser Minas,* confirma o episódio com as seguintes palavras, que lhe teriam sido dirigidas pelo citado general: *"Se eu não responder convenientemente ao que você está dizendo, não repare. Tenho um ouvido aqui outro no telefone, à espera de uma importante comunicação de Brasília e que me obrigará a uma porção de providências. E acrescentou, dessa vez inclinando-se mais para o meu lado e protegendo a boca com uma das mãos: Hoje, vamos fechar o Congresso".*

Ainda nas suas memórias, o Gen. Mourão relata o seu diálogo com o então Comandante do III Exército, na versão de Hélio Silva:

> "A 3 de outubro de 63, Mourão, em Santa Maria, recebia a visita do Cmt. do III Exército. Conta que Jair (Dantas Ribeiro) indagou da repercussão de seu rádio, na cidade e na guarnição militar. Aceita o oferecimento de Mourão, hospedando-se em sua casa. Depois do jantar, confidenciou: 'Mourão, mandei aquele rádio para que a Câmara não desse (o plebiscito) e fosse fechada. Eles preferiam que a Câmara não desse e fosse fechada, mas eu não queria a ditadura'."

Aí parecem implícitas três verdades:

1. Os argumentos utilizados no telegrama procurando justificar a necessidade do plebiscito não traduziam a verdade, nem a convicção de seu expedidor. Sua única finalidade era exercer pressão sobre o Congresso.

2. A iniciativa não foi do Cmt. do III Exército, mas de alguém não especificado por ele. Isto fica claro na expressão: "Eles preferiam que a Câmara não desse"...

3. O Congresso só não foi fechado nessa ocasião porque aprovou o plebiscito.

Entretanto, *eles* não desistiram desse objetivo, como denunciava o Dep. Bilac Pinto:

"As reformas de base passaram a ser o tema das novas pressões articuladas pelo Governo contra o Congresso Nacional. Iniciou-se, paralelamente, a propaganda de processos revolucionários para a solução das reformas que estão pendentes de decisão parlamentar. O objetivo visado continua sendo o mesmo: golpe de Estado, mediante o fechamento do Congresso Nacional".

Educação

É grande a importância que a subversão comunista empresta ao setor educacional. Isto é perfeitamente compreensível, considerada a grande sensibilidade da juventude aos apelos ao idealismo, no caso mal intencionados. São assim os jovens impulsionados no sentido do combate às injustiças sociais.

O empenho subversivo visando a conquistar o seu apoio foi bem sucedido, como comprovam as persistentes atividades subversivas do Movimento Estudantil, que se exacerbaram em muitos casos, levando até à adesão de muitos jovens às guerrilhas urbanas e rurais.

Resultou daí o doloroso sacrifício de tantas vidas jovens no altar de uma causa que o futuro iria demonstrar ser utópica e deletéria. Esta descoberta não os alcançou com vida, mas muitos que escaparam da morte puderam presenciá-la.

Alguns estudiosos estrangeiros da subversão comunista mostram que ela tem extensão internacional, particularmente no que se refere à Educação.

A esse respeito, diz Roger Mucchielli, em *A subversão:*

"Em determinada sociedade, qual é o grupo cuja conquista permitirá a destruição mais completa de todo o sistema social? Sabe-se que, segundo Jules Monnerot, a Universidade teria sido escolhida como grupo chave. . . e os resultados incontestavelmente proporcionaram grandes êxitos do ponto de vista da subversão. Na grande maioria, as Universidades, quando não estão integralmente a serviço da revolução (por exemplo, a de Vincennes, na França), estão infiltradas pelos esquerdistas. Graças aos decretos que as *"reorganizaram",* eleições se realizam regularmente, na qual a participação eleitoral dos estudantes (graças à fraqueza da famosa 'maioria silenciosa') é de 10% a 20%, sendo os votantes, por coincidência, os estudantes de extrema esquerda que recebem, assim, oficialmente, cadeiras em todas as instâncias de gestão e de organização geral e cuja representatividade ninguém ousa contestar."

O também francês Jules Monnerot, citado por Mucchielli, em seu livro *Desmarxizar a Universidade,* confirma o que vem de ser dito.

E é ainda mais explícito ao ressaltar, em trechos diversos de seu livro:

> "– aceitação passiva da propaganda marxista na Universidade
> – formação de comunistas na escola, contrariando a sua função social
> – papel dos professores comunistas no proselitismo
> – adulteração das diversas disciplinas pelo marxismo
> – tolerância suicida dos democratas e debilitação de seu espírito crítico
> – os episódios de maio de 68 como uma conseqüência desse fenômeno
> – destruição da ordem vigente e da autoridade
> – os professores progressistas, a União Nacional dos Estudantes e o seu papel na subversão
> – perspectivas anárquicas da França face a esse quadro
> – máscara científica assumida pelo marxismo
> – o corpo docente recebendo missão não mais do Estado, mas de um partido político internacional
> – situação na Universidade: uma minoria aterrorizante e uma maioria aterrorizada
> – o dilema: luta da família tradicional contra a Escola ou o conformismo dos pais
> – omissão da classe política francesa
> – decadência cívica e moral dos jovens, tornando-os presas mais fáceis do proselitismo marxista
> – uma política dificilmente conciliável: favorecer a conquista das mentes e, ao mesmo tempo, proibir os atos revolucionários
> – colaboração passiva do Governo no curso forçado de idéias marxistas
> – pecado do Estado ao permitir que uma minoria marxista conquiste as mentes de filhos de pais não marxistas."

Este era o panorama da Universidade na França, o qual, com variantes peculiares a cada país, observava-se também em todo o mundo não-comunista.

E o Brasil não poderia constituir exceção, como mostram relativamente recentes evidências dessa atividade subversiva. Comprovando tal afirmação, vamos recorrer à amostragem de alguns fatos.

Sobre a infiltração nos diferentes Ministérios, que era generalizada, diz uma fonte disponível:

"O mais sabidamente infiltrado era o Ministério da Educação. Um dos mais íntimos conselheiros de Goulart era Darcy Ribeiro, que, como Ministro da Educação, serviu-se de cartilhas para ensinar a milhões de analfabetos o ódio de classes marxista. Especialmente mimada pelo Ministério da Educação era a UNE (União Nacional dos Estudantes), cuja diretoria era completamente dominada por vermelhos e cujos 100.000 sócios constituem a maior organização estudantil da América Latina. Durante anos um subsídio anual do Governo era entregue aos diretores da UNE, sem que tivessem de prestar contas. Assim garantidos, eles se dedicavam integralmente à agitação política entre os estudantes." "Fortalecida ainda mais por substanciais fundos de guerra oriundos de Moscou, a UNE publicava panfletos inflamados e um jornal semanal marxista. Fingindo-se empenhado em combater o analfabetismo, um grupo da UNE passou dois meses distribuindo material de leitura, no qual se incluía o manual de guerrilhas do castrista 'Che' Guevara, impresso em português por comunistas brasileiros da linha vermelha chinesa. Líderes da UNE especializavam-se em fomentar greves escolares e comícios estudantis, demonstrações públicas e distúrbios de rua."

Ainda o comunista Jacob Gorender, com sua reconhecida honestidade intelectual, apresenta o seu testemunho da influência comunista na cultura brasileira, com a cooperação da UNE, dos progressistas católicos e de Paulo Freire:

"O golpe militar truncou uma fase de excepcional florescimento da cultura brasileira. A politização das massas se tornou o terreno fértil sobre o qual frutificaram iniciativas de cultura popular como nunca havia ocorrido em épocas anteriores. Partiram da UNE os Centros Populares de Cultura, pródigos no âmbito do teatro, da poesia, do cinema. Com o apoio de setores progressistas da Igreja Católica, expandiu-se o Movimento de Educação de Base, atuante nos bairros pobres. O método de alfabetização de adultos do educador Paulo Freire teve aplicação em Pernambuco e daí se difundiu pelo País."

Essa confissão de um autor comunista respalda a veracidade do seguinte texto, retirado de um documento informativo:

"Na área educacional era onde as esquerdas haviam obtido seu maior êxito e, valendo-se de estudantes e clérigos progressistas, procuravam levar sua doutrinação às massas populares. Várias organizações estavam envolvidas nesse processo: a Ação Popular (AP), que era uma ramificação da JUC, setores

radicais da Igreja, através do Movimento de Educação de Base (MEB), a União Nacional dos Estudantes (UNE), por meio de seu Centro Popular de Cultura, bem como o próprio MEC e as Secretarias de Educação dos Estados, por intermédio da comissão de Cultura Popular. Essas entidades, além de se empenharem em programas de alfabetização, trabalhavam no sentido de concretizar uma das metas da UNE, que . . . se empenhara em realizar a aliança política de trabalhadores, estudantes e camponeses, como pressuposto da revolução. O elo dessa intensa massa revolucionária eram as reformas de base, tendo como bandeira a reforma agrária."

René Armand Dreifuss também apresenta sua versão sobre o trabalho da UNE, legítimo instrumento da subversão comunista no Brasil:

"No princípio da década de sessenta, a UNE apresentou um abrangente conjunto de demandas que cobria itens como reforma universitária e educacional, inflação, capital estrangeiro, imperialismo, política exterior independente, apoio a Cuba, solidariedade a grevistas, campanhas de alfabetização, reforma agrária e assistência técnica ao movimento de sindicalização rural. Em 1961, a UNE tornou-se uma parte integrante do bloco nacional-reformista e eventualmente um importante componente da frente de Mobilização Popular, que reunia todas as organizações e instituições políticas e culturais da esquerda trabalhista." "A UNE inspirou documentos de crítica à situação político-econômica do Brasil e sua dependência de poderosos grupos estrangeiros. A solução que o documento propunha para tal estado de coisas era a 'socialização dos setores fundamentais da economia, um fim à alienação do proletariado, a 'efetiva participação dos trabalhadores nos órgãos do governo' e a 'criação pelo governo de condições para o completo desenvolvimento das organizações do proletariado'. Esses constituem o alvo estratégico do movimento estudantil."

Entre seus objetivos estava também o de *"expandir a aliança estudante-operário-camponês"*.

O papel de Miguel Arraes no uso condenável da educação na construção do movimento revolucionário comunista é ressaltado por Jacob Gorender:

"Ao lado de Brizola, adquiriu grandeza em 1963 a estrela de Miguel Arraes. Sua eleição para o Governo de Pernambuco representou – como observa Octavio Ianni – a chegada do populismo ao poder numa região de conservadorismo

retardatário." "Aproveitou a experiência da sua gestão na Prefeitura do Recife e incentivou iniciativas de educação e cultura popular, que mobilizaram milhares de ativistas."

Isto confirma o papel da educação popular ou educação de base, uma distorção da educação, inspirada no método Paulo Freire, a serviço da formação de subversivos, conscientizados para a luta de classes.

E como Paulo Freire conseguiu sobreviver à *perestroika,* sendo até hoje aclamado e prestigiado por muitos remanescentes e saudosistas do clima subversivo que estamos procurando retratar, parece conveniente esclarecer os leitores sobre a essência revolucionária de seu método. Sobre o assunto, assim se manifestou A. J. Paula Couto em *O desafio da subversão:*

"O avanço do processo revolucionário comunista antes de março de 1964, na área da educação, foi em grande parte creditado ao uso do Método Paulo Freire, que tem potencial para materializar, com inegável eficiência, aquela afirmativa de Fred Schwarz: 'O primeiro passo na formação de um comunista é a sua desilusão com o capitalismo'.

Hoje, o método e seu autor vêm sendo reabilitados em vários pontos do país, aparentemente com a mesma função revolucionária de antes. A alfabetização que propicia, baseada nas condições reais em que vive o aluno, explora largamente as contradições internas da sociedade para desmoralizar o capitalismo e, através dele, a democracia, deixando a porta aberta para a opção socialista.

O método se baseia no uso de palavras e expressões empregadas conscientemente de forma dúbia e duvidosa, de acordo com o conceito que seu autor tem de 'educação libertadora' e que pode ser assim resumido, no conhecido jargão marxista:

'. . .há uma incompatibilidade estrutural entre os interesses da classe dominante e a verdade. . .: a verdade está do lado dos oprimidos e não pode ser conquistada senão na luta contra a classe dominante. . . a verdade é revolucionária, não deve ser buscada e sim feita.'

Para ele, educar é conscientizar e é, portanto, um instrumento a serviço da ação revolucionária. A educação não-libertadora é considerada pelos marxistas a que tem por finalidade real integrar o indivíduo na sociedade, fazendo dele um bom cidadão, ou seja, um 'homem da ordem', mediante a difusão da ideologia dominante.

Na educação falsamente libertadora, a que o método visa, o educador, ao contrário, está a serviço da libertação do

homem, dirigindo-se sempre às massas oprimidas, com base numa pedagogia que elimina pela raiz as relações autoritárias. Tais observações, evidentemente capciosas, nos permitem compreender melhor por que se busca hoje eliminar a autoridade educacional ligada ao sistema, substituindo-a por outra, eleita pelas massas – a comunidade escolar – ou por órgãos comunitários, geralmente dominados pela esquerda."

E nos permite compreender, também, a enorme ojeriza que a esquerda sempre dedicou à Educação Moral e Cívica, terminando por erradicá-la quase completamente do currículo das escolas brasileiras.

Inúmeros outros exemplos ainda poderiam ser usados.

A obra que acaba de ser citada os contém em abundância. Entretanto, parecem-nos suficientes as citações feitas.

Meio rural: as Ligas Camponesas

O Nordeste, naquela época como ainda hoje, era uma área onde as contradições internas mais se acentuavam. Na ausência de uma expressiva atividade industrial, tornava-se mais difícil explorar o filão do sindicalismo urbano. A atividade predominante era rural, centrada nas plantações da cana-de-açúcar. A subversão comunista não poderia ignorar as potencialidades dessa delicada área, sensivelmente aumentadas pelo decidido apoio que lhe emprestava o Governador esquerdista Miguel Arraes, auxiliado pelo deputado comunista Francisco Julião.

A expressão maior dessa atividade deletéria cristalizou-se nas *Ligas Camponesas,* verdadeiro embrião das planejadas guerrilhas rurais. E isto é o que procuraremos demonstrar nas considerações que se seguem.

Mostrando que as Ligas já estavam organizadas desde 1961 e que eram prestigiadas por Goulart, afirma Jacob Gorender:

> "Em novembro de 1961... realizou-se em Belo Horizonte o Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Encerrado em solenidade à qual compareceram o Presidente da República e o Primeiro-Ministro, o Congresso aprovou Declaração sobre a reforma agrária. Resultado do predomínio de comunistas e representantes das Ligas Camponesas, a Declaração se definiu por uma reforma agrária camponesa radical."

Sobre o mesmo assunto, assim se manifesta o Gen. Aurélio Lyra Tavares:

"Os principais processos de ação do comunismo no Brasil tiveram como campos principais os sindicatos operários, através de greves políticas que visavam ao colapso das atividades industriais, e a arregimentação dos camponeses contra os proprietários de terras, de modo a paralisar a produção agrícola. No Nordeste, como em Cuba, as plantações de açúcar constituem tradicionalmente uma das bases da economia regional. Os grandes 'engenhos'... constituíram o alvo principal dos comunistas, através das 'Ligas Camponesas', que foram por eles organizadas, sob liderança que mantinha estreito entendimento com o Governo de Fidel Castro, dele recebendo apoio, inclusive de peritos em guerrilhas e de cursos de formação de guerrilheiros.

Embora as invasões organizadas de propriedades privadas, como aconteceu no movimento comunista da China, fossem usadas como processo comunista de agitação dos camponeses em Goiás, no Estado do Rio, no Rio Grande do Sul e em outras áreas, o Nordeste foi a região mais visada pela Guerra Revolucionária, certamente por atender às melhores condições de sucesso, de acordo com as normas conhecidas que a estratégia da Guerra Revolucionária recomenda para a conquista do poder.

O Estado de Pernambuco, com os seus contrastes sociais, a sua pobreza e as dificuldades de vida, apresenta ainda a circunstância de dispor de excelente porto de mar e de assegurar fácil ligação com o exterior.

Ali se configurava uma região propícia para o estabelecimento de uma 'área liberada', para a consolidação de uma base geográfica favorável à realização do objetivo principal da Guerra Revolucionária."

Confirmando as invasões denunciadas pelo Gen. Lyra Tavares, assim se expressa um documento informativo da época:

"A partir de 1961... cresce o número de invasões de propriedades por grupos armados nas regiões de Magé, Paracambi, Itaguaí, Cachoeira de Macacu, Caxias, etc."

A evidência de tão graves fatos não poderia ficar fora das denúncias do Dep. Bilac Pinto que, a respeito, afirmou, baseando-se no testemunho do Dep. Pe. Arruda Câmara, de Pernambuco:

"Em Pernambuco, o nosso distinto colega, o ilustre líder vermelho Sr. Deputado Francisco Julião, prega abertamente a desordem, a revolução e a invasão de propriedades *manu militari,* sob as vistas complacentes e cúmplices do Governo do

Estado. O Sr. ex-Sargento Gregório Bezerra faz organizações revolucionárias nos campos, montado nos jipes oficiais, com placa oficial do Estado."

Jacob Gorender também se manifesta, com inteira autoridade, mostrando a transformação ideológica de Julião após uma visita a Cuba:

"... naquele ano, Julião visitou Cuba e de lá regressou com a cabeça feita pelas idéias que a liderança da ilha estava empenhada em ver aplicadas em outros países da América Latina. O dirigente das Ligas abandonou a orientação seguida com êxito há vários anos e começou a pregar uma concepção socialista coletivizante da reforma agrária. Tornou-se talvez o primeiro a defender uma das idéias-chave dos anos 60: a do papel principal dos camponeses na revolução socialista, com explícita depreciação da função revolucionária hegemônica atribuída pelo marxismo ao proletariado. Como corolário, a utilização dos meios legais e das lutas parciais foi menosprezada e a via da luta de guerrilhas subiu ao primeiro ponto da agenda."

Essa transformação ideológica e a influência que a motivou são confirmadas pelo próprio Julião na sua afirmativa, já antes apresentada, em que definia como seu objetivo a transposição para o Brasil de regime semelhante aos de Cuba e da URSS.

As conseqüências dessa transformação aparecem nas palavras do próprio Jacob Gorender:

"Se a estrela de Arraes brilhava, a de Julião murchava sua luz. Ao abandonar a linha legalista, passou a pregar a reforma agrária 'na lei ou na marra, com flores ou com sangue'."

A radicalização das Ligas Camponesas em função da mudança ideológica de seu líder é assim demonstrada no documento informativo a que já nos referimos:

"As atividades das Ligas inverteram-se. Até agora predominantemente voltadas para a agitação política e para a organização legal do movimento camponês, passam a dar prioridade à ação militar (sob a influência do PC do B e da POLOP nelas infiltradas). Seus melhores quadros de Pernambuco são remanejados para outros Estados, a fim de organizar e mobilizar, revolucionariamente, o movimento camponês. Foi iniciada, então, a preparação de campos de treinamento de guerrilhas"...

"Em outubro de 1962, as divergências internas aprofundaram-se, e Julião foi expulso da Comissão Nacional, passando o controle das Ligas ao PC do B. Em novembro de 1962, as Forças Armadas desarticularam os seus campos de treinamento de guerrilhas e, a 27 desse mesmo mês, a queda de um Boeing 707, da VARIG, quando se preparava para aterrissar no Aeroporto Internacional de Lima, no Peru, permitiu o encontro de documentos que tornaram públicas as ligações do governo cubano com as Ligas. Todos esses fatos levaram as Ligas Camponesas a atravessar uma profunda crise, do que se valeria o PCB para tentar retomar a hegemonia do movimento camponês.

As Ligas foram a expressão mais explícita da tendência violenta do Movimento Comunista Brasileiro, antes da Revolução de 1964."

Tal radicalização foi posteriormente confirmada pelos documentos apreendidos nas sedes das Ligas, após a Revolução de 64:

"Nas áreas mais adequadas à exploração dos problemas sociais e aos incitamentos das lutas de classe já haviam os comunistas criado um clima pré-revolucionário. O próprio Governo de Pernambuco os apoiava para esse fim, até com a sua força policial. Organizações e escolas de guerrilheiros eram instruídas sob orientação cubana. Nas suas sedes foram apreendidos retratos de Fidel Castro, consagrado como líder e inspirador do movimento, bandeiras de Cuba, armamento de todos os tipos e postos radiotransmissores. Havia, já no estoque, uniformes destinados ao Exército de guerrilheiros a ser mobilizado com camponeses nordestinos."

BRIZOLA E OS "GRUPOS DOS ONZE"

Um dos maiores inimigos da Revolução de 64 é Leonel Brizola, que não perde oportunidade para dirigir-lhe acerbas críticas, compreensíveis por ter ela tolhido suas ambições políticas, hoje plenamente restabelecidas. Na campanha para a eleição presidencial de 1989, na qual foi um dos candidatos, dirigia-se pejorativamente a adversários chamando-os de *"filhotes da ditadura"*, pretendendo assim desmoralizá-los em definitivo. Estes, por sua vez, aceitando sua vinculação, direta ou indiretamente, com os ideais revolucionários, mas sucumbindo ao peso da intimidação, uma das eficientes técnicas da *guerra política*, defendiam-se debilmente, deixando de contra-atacar, o que lhes seria facílimo, dado o estreito e ostensivo envolvimento

daquele líder político com a subversão que campeava abertamente no período pré-revolucionário.

Seria muito difícil omitir a figura de Brizola na descrição das atividades revolucionárias que se desenrolavam durante o Governo Goulart, ao qual se associava por laços de parentesco e na condição de correligionário político. Foi essa associação, aliás, o móvel maior de sua defesa da *legalidade* no episódio da sucessão, após a renúncia de Jânio Quadros, como a seguir se poderá comprovar por suas repetidas e ostensivas atitudes de ofensor da lei após a posse de Jango.

Apesar de seu estreito envolvimento com o partido comunista, não era um deles. Pode-se dizer que o ideário a que se prendia era o próprio *"brizolismo"*, significando um conjunto de crenças, atitudes, adesões, aplausos incondicionais, submissão e fidelidade absoluta a um líder carismático indiscutível.

A crença comunista é muito firme e muito nítida. Brizola não se enquadrava nesse perfil. É o que muito bem mostra Janio Freitas em seu artigo *"O líder indecifrável"*, onde, entre outras coisas, diz: *"...as atitudes de Brizola tornavam-se ininteligíveis. Contrário ao estado de sítio, mas favorável, em pregação constante, à intervenção na Guanabara"*.

A incoerência de atitudes aí denunciada enquadra-se perfeitamente no conceito de *brizolismo*, como a própria contradição entre o defensor da legalidade em 1961 e o ofensor da mesma legalidade no Governo Goulart. A sua situação dentro desse governo padecia da mesma inconstância.

O Dep. Bilac Pinto resume muito bem a dubiedade dessa situação quando diz:

> O Sr. João Goulart "dividiu a liderança do poder com um membro de seu próprio partido, a ele ligado por laços de família, caracterizando, assim, uma personalização binária do poder, em que duas figuras humanas – que denominaríamos 'ego' e 'alter ego' – passaram a falar linguagens diferentes: o primeiro em tom moderadamente progressista, e o segundo em jargão marxista e revolucionário."

Segundo Chermont de Britto, referindo-se a Jango, teria dito o Governador Ildo Meneghetti ao Marechal Denys, quando por este procurado na fase conspiratória:

> "É um títere nas mãos inteligentes e solertes de seu cunhado, o engenheiro Leonel Brizola. Esse é que é terrivelmente

perigoso, terrivelmente ousado e capaz de tudo para atingir seus fins."

A mesma dualidade é objeto da crítica de Janio Freitas no artigo citado:

"Forte candidato à eleição presidencial em 1965, o que poderia explicar sua aversão a um golpe janguista, toda a sua pregação destinava-se a montar um esquema, não eleitoral, mas de força, baseado nos "grupos de onze" que disseminava, sem definir sua finalidade; na excitação de suboficiais e sargentos e na pregação da 'luta antiimperialista'. Em resumo, um radicalismo progressivo, porém de objetivos desconhecidos."

A sua insubordinação a qualquer ideário que não fosse o próprio *brizolismo,* centrado na figura da liderança incontestável, está também presente nesta observação do documento informativo:

"Desprezando San Tiago Dantas (Primeiro Ministro de Jango) e isolado pelo seu caráter autoritário e por sua desmedida ambição, Brizola, desde outubro, estava mais empenhado em organizar a sua frente, a Frente de Libertação Nacional."

Tem-se mencionado neste texto o *"binário petebo-comunista",* cuja ação subversiva conduziria à República Sindicalista. Na verdade, o primeiro termo desse binário, o petebismo, se dividia em dois ramos mais notórios, que, juntamente com os comunistas, iriam se defrontar entre eles, após uma eventual vitória conjunta na consecução do citado objetivo:

– o *janguismo,* centrado nas *reformas de base;*

– o *brizolismo,* mascarado pela ideologia básica do nacionalismo, tão grata aos comunistas.

Este *nacionalismo* mereceu o seguinte comentário de Jacob Gorender:

"O capítulo se encerra com a referência à irrupção de uma corrente esquerdista poderosa, distinta das demais pela ausência de perspectiva socialista, senão muito vaga, e de qualquer inspiração marxista. Trata-se do nacionalismo pequeno-burguês, de que Brizola será o líder de expressão nacional. Já em 1961, o então governador gaúcho se lançou a intensa pregação, em que o antiimperialismo ultrapassou de longe a postura nacionalista setorial de políticos burgueses." – "A crítica à política conciliadora de Jango foi desfechada também pela

> corrente nacionalista de Brizola." "Através da Rádio Mayrink Veiga, sua pregação atingiu todo o país e popularizou os temas da luta contra o imperialismo e pela reforma agrária." "Na frente nacionalista, exibia um estilo caudilhesco de liderança, desfavorável à ação unitária." "Firmou-se na ambição de chegar à Presidência da República..."

Enquanto Goulart contava, no respaldo de suas pretensões, com os pretensos dispositivos militar e sindical, Brizola construía seu próprio apoio através dos chamados *"Grupos dos Onze"*, que serão objetivo de apreciação posterior.

Brizola estava tão indissoluvelmente ligado às atividades subversivas que seria difícil isolá-lo neste item, separando-o dos demais acontecimentos. Por isto, seu nome aparecerá em muitos outros trechos deste livro, associado a episódios diversos. Aqui, reunimos apenas algumas referências que nos pareceram mais expressivas para caracterizar sua eminente participação nos graves eventos então ocorridos.

Uma delas se refere ao episódio ocorrido com o então Comandante da ID-7 e Guarnição de Natal, RN, Gen. Antonio Carlos da Silva Muricy.

Como aquele Chefe Militar opusera-se diretamente à posse de Goulart quando era Chefe do Estado-Maior do III Exército, em Porto Alegre, Brizola, indo a Natal em maio de 63, resolveu ofendê-lo pessoalmente em discurso pronunciado em ato público. Após isto, no mesmo discurso, *"fez apelo aos soldados do Exército, da Marinha e da Aeronáutica para que pegassem em armas, em defesa das reformas de base. Declarou ser necessário 'colocar mais fogo na fogueira e aumentar a pressão contra o Congresso para conseguir a aprovação das reformas indispensáveis à vida brasileira"*.

O próprio Gen. Muricy conseguiu sustar a reação mais severa de seus comandados contra o imprudente agitador, reduzindo-a a uma manifestação de desagravo.

> "No dia seguinte, o Dep. Hercules Correa (comunista) declarou estar autorizado pelo CGT a dar apoio irrestrito às afirmações de Brizola contra o Gen. Muricy. Afirmou, ainda, que o CGT não mais tolerará os sucessivos adiamentos das reformas que defende, sobretudo a agrária, devendo adotar uma ação mais enérgica na defesa dessas reivindicações, estando prevista uma greve geral de 24 horas, de todos os trabalhadores, em qualquer data. Salientou, ainda, que o CGT estava plenamente solidário com o Dep. Brizola e que não hesitaria em 'sair a campo em sua defesa'."

Tais episódios são relatados por Helio Silva, que ainda acrescenta, reportando-se às memórias do Gen. Mourão:

A Convenção da FARSUL a ser realizada em jan. 62 em Santa Maria *"seria perturbada pelos estudantes e comunistas e que a reunião seria para articular a defesa dos fazendeiros contra a ameaça de invasão de suas terras por parte dos 'João sem terra' de Brizola. Informou-me mais, a 2ª Seção, que o movimento dos 'sem-terra' era articulado por Brizola, e que o Cel. Prado era o executivo dele na tarefa de reunir os invasores e acampá-los na frente das estâncias".*

E aí está a origem remota do MST – Movimento dos Sem Terra.

Alguns discursos de Brizola provocaram o seguinte aparte do Dep. Newton Carneiro ao Dep. Bilac Pinto, no curso das denúncias que este vinha fazendo na Câmara:

> "Os últimos discursos do Sr. Deputado Leonel Brizola têm mantido uma tônica tão crescente em matéria de subversão... que hoje requeri à mesa fossem solicitadas ao CONTEL as gravações de seus últimos pronunciamentos para que, distribuídos às lideranças e aos membros da mesa, possam julgar da ação subversiva desse pseudolíder nacional, que tanto está tumultuando a vida brasileira."

Sua feição incendiária naquela época, que tanto concorreu para o surto da Revolução de 64, foi bem demonstrada em seu discurso pronunciado no dia 01 de abril de 1964, no Largo da Prefeitura de Porto Alegre, RS. Dizia ele, entre outras coisas do mesmo jaez:

> "Alguns chefes militares, gorilas e reacionários, traíram o seu juramento... transformando-se em simples capitães do mato das minorias privilegiadas e reacionárias." "Quero através destas mensagens iniciar a derrubada desses chefes militares golpistas e traidores."

Segue-se o apelo aos sargentos para que cometessem um crime de lesa-disciplina e lesa-hieraquia:

> "Atenção, sargentos do III Exército. Atenção, sargentos das unidades chefiadas por esses militares golpistas. Atenção, oficiais nacionalistas... o povo pede que os sargentos se levantem, tomem os quartéis e prendam os gorilas." "... tomem a iniciativa, à unha mesmo, com o que tiverem na mão, tomem as armas desses gorilas, tomem conta dos quartéis e prendam os traidores."

Referindo-se depois aos progressos que vinham sendo alcançados por aqueles que vieram a ser os contra-revolucionários de 64, diz:

> "Mas eles não se esqueçam que até agora não correu bala... nós iremos ver quem realmente tem fibra na hora de correr bala." "Quanto a mim, podem ter a segurança e a certeza de que o meu lugar é exatamente aqui, convosco!
> Aqui ao vosso lado!"

Analisando hoje essa manifestação e conhecedores do desfecho da crise, quando o governo Jango caiu como um castelo de cartas, conclui-se que todo o passionalismo nela contido procurava dissimular o desespero de quem via suas horas contadas. E já sabia que nem ele nem o ex-presidente – que igualmente prometera resistir – teriam condições de cumprir suas promessas.

Procurando caracterizar o grau de seu envolvimento no processo subversivo que se desenvolvia, assim diz o relatório do inquérito policial-militar instaurado em 1964 e só concluído em 1968, que revela a extensão e profundidade dos fatos subversivos apurados. Referindo-se a Brizola, diz:

> "... teve uma intensa atividade subversiva, em estreita ligação com o Partido Comunista Brasileiro. É tão fértil e notória a ação criminosa deste cidadão, em suas constantes manifestações atentatórias à segurança nacional, que possivelmente apenas a crônica de suas atitudes públicas poderia servir como uma base indiscutível de incriminação. Brizola foi um permanente ofensor da lei, investindo a todo instante contra as instituições legais e as tradições nacionais, procurando exacerbar a opinião pública, conduzir as massas para aventuras revolucionárias inconseqüentes. Explorando as insatisfações sociais, os anseios legítimos do povo crédulo e confiante, aparecendo nos comícios, nas televisões e diante de outros meios de propaganda como um pretenso líder carismático, difundindo conhecidos *slogans* comunistas. Protegia-lhe a transigência temerosa do presidente da República, seu cunhado. Ostensivamente, pregou a revolução armada e difundiu em perorações quase diárias, instruções para a organização de uma milícia comuno-terrorista, que denominou de Grupos de Onze ou Comandos de Libertação Nacional.
>
> Foi o presidente de honra da Frente de Libertação Nacional que pretendia representar no Brasil o denominado 'Movimento de Libertação Nacional', preconizado por Kruschev para a comunização dos países subdesenvolvidos da América Latina e da África."

Os "Grupos dos Onze"

Uma vez que tão repetidamente são citados como instrumento de Brizola para assegurar sua emersão vitoriosa da crise em que o País estava mergulhado, passamos à apreciação dos *Grupos dos Onze* para verificar o que eram e o que pretendiam.

A fonte é o documento informativo que temos citado:

> "Em outubro de 1963, Brizola achava que o Brasil estava vivendo momentos decisivos e que, rapidamente, se aproximava do desfecho por ele almejado. Sucessivamente, em 19 e 25 de outubro, fez pronunciamentos à Nação, através dos microfones de uma cadeia de estações de rádio, liderada pela Mayrink Veiga... Nesses pronunciamentos, eivados... de metáforas e redundâncias, Brizola conclamou o povo a organizar-se em grupos que, unidos, iriam formar o 'Exército Popular de Libertação'. Comparou esses grupos com equipes de futebol, e os 11 'jogadores' seriam os 'tijolos' para 'construir o nosso edifício'. Estavam lançados os Grupos dos Onze (G-11) que, em sua cabeça megalomaníaca, seriam o seu exército particular. Os documentos encontrados posteriormente, nos arquivos pessoais de Brizola, revelaram os planos para a formação dos G-11 e do Exército Popular de Libertação. Como todo o discurso 'brizolista', esses documentos possuíam uma linguagem incisiva, mas primária, dramática, mas demagógica. O documento mais hilariante, se não fosse trágico, era o das 'Instruções Secretas', assinadas por um 'Comando Supremo de Libertação Nacional'. Inicia-se por um 'preâmbulo ultra-secreto', onde consigna que a morte pesaria sobre aqueles que revelassem os segredos dos Grupos dos Onze. 'O compromisso de resguardo deverá ser um tanto solene, para impressionar o companheiro, devendo, antes, verificar as idéias desse soldado dos G-11, a fim de que sejam selecionados, ao máximo, os autênticos e verdadeiros revolucionários, os destemerosos da própria morte...' (das Instruções Secretas) Os G-11 seriam a 'vanguarda avançada do Movimento Revolucionário', a exemplo da 'Guarda Vermelha da Revolução Socialista de 1917 na União Soviética'. Defendendo a tese de que 'os fins justificam os meios', faz veladas ameaças sobre os futuros atos dos G-11: 'Em conseqüência, não nos poderemos deter na procura de justificativas acadêmicas para atos que possam vir a ser considerados, pela reação e pelos companheiros, sentimentalistas, agressivos demais ou, até mesmo, injustificados'."

Alertam também para a circunstância de que:

> "A escassez inicial de armas poderosas e verdadeiramente militares será suprida pelos aliados militares que possuímos em todas as Forças Armadas..."

Sobre a tática a adotar pelos G-11, culminando as ações iniciais, continuam as Instruções:

> "Desses pontos e à sombra da massa humana, deverão convergir os G-11 especializados em destruição e assaltos, já comandando os companheiros e com outros se juntando pelas ruas e avenidas, para o centro da cidade, vila ou distrito, de acordo com a importância da localidade, depredando os estabelecimentos comerciais e industriais, saqueando e incendiando, com os *molotovs* e outros materiais inflamáveis, os edifícios públicos e os de empresas particulares."

A aliança com o Partido Comunista, do qual por certo esperava o apoio na aglutinação e no manejo das massas, está clara nas mesmas Instruções:

> "Devemos... ter sempre presente que o comunista é nosso principal aliado, mas, embora alardeie o Partido Comunista ter forças para fazer a Revolução Libertadora, o PCB nada mais é do que um movimento dividido em várias frentes internas em luta aberta entre si pelo poder absoluto e pela vitória de uma das facções..."

E aí reaparece bem clara e implícita, além de sua aliança com o partido comunista, sua ilusão de superá-lo na disputa pelo poder juntamente com sua vitória sobre a facção janguista.

Prossegue o documento:

> "Mas o tragicômico das Instruções aparece... no item sobre a 'Guarda e Julgamento dos Prisioneiros': Para essa tarefa de suma importância, deverão ser escolhidos companheiros de condição humilde mas, entretanto, de férreas e arraigadas condições de ódio aos poderosos e aos ricos, a fim de que não discutam ordens severas que poderão ser conhecidas no momento da luta de libertação. E conclui, numa clara amostra de influência do *paredón* cubano e de fanatismo: No caso de derrota de nosso movimento, o que é improvável, mas não é impossível... e esta é uma informação para uso somente de alguns companheiros de absoluta e máxima confiança, os reféns deverão ser sumária e imediatamente fuzilados, a fim de que não denunciem seus aprisionadores"...

Apesar de extensamente referidos, muito poucos sabiam de tão alarmantes pormenores sobre os *Grupos dos Onze*, cuja atuação, felizmente, reduziu-se ao plano das intenções.

Assim, apesar da suspeição, não parecem exageradas as referências que, sobre o mesmo assunto, faz Alcides Fonseca, um de seus críticos mais veementes, que afirma em *O Globo* de 21/03/90:

> "... o maior culpado pelos 21 anos de ditadura que o País sofreu foi o Sr. Leonel Brizola. Os jovens não sabem que na época em que João Goulart assumiu a Presidência da República, após a renúncia de Jânio Quadros, o seu cunhado, Leonel Brizola, já se insinuava ostensivamente como candidato à Presidência. Queria que Jango fizesse dele seu candidato oficial e, como o cunhado relutava, fez da vida daquele Presidente um inferno e por pouco não incendiou o nosso país." "... antes da deposição do cunhado, Brizola, querendo derrubá-lo, idealizara e começara a organizar comandos revolucionários chamados 'Grupos dos Onze', que teriam como objetivo iniciar uma luta fratricida no Brasil, com seqüestros, mortes, atentados."

Nas "Instruções Secretas" constavam os objetivos dos Grupos dos Onze:

1. OBJETIVOS

1.1 – Os Grupos dos Onze Companheiros têm por finalidade precípua servir como instrumento principal e vanguarda avançada do Movimento Revolucionário que libertará o País da opressão capitalista internacional e de seus aliados internos, com a finalidade de instituir no Brasil um Governo do povo, pelo povo e para o povo.

1.2 – Os G-11 serão, como foi a 'Guarda Vermelha da Revolução Socialista de 1917 da União Soviética – da qual seguirá o vitorioso exemplo –, os agentes e aríetes da libertação do nosso povo do capital espoliativo norte-americano."

A idéia, como vemos, seguia o modelo da técnica de enquadramento da guerra revolucionária comunista, com a diferença decisiva de que não dispunha de lideranças locais, selecionadas e formadas com essa missão específica. A iniciativa devia partir das próprias massas, e as lideranças, devia pensar ele, surgiriam depois.

Essas referências são suficientes para demonstrar de forma cabal o destacado papel que coube a Brizola no desenvolvimento da subversão que caracterizou o governo Jango, movido pela incoercível ambição de ser o seu sucessor na Presidência da República. Para satisfazer tal ambição, não escolhia os meios, como ele próprio confirmou mais tarde, quando, já auto-exilado no Uruguai, ao ser interpelado sobre as razões pelas quais fora recorrer ao líder comunista Fidel Castro para

procurar reverter a Revolução de 64. Respondeu ele então: *"Para conseguir isto, eu recorreria até ao diabo!"*.

É interessante conhecer a opinião da Quarta Internacional trotskista, expressa no já citado documento de autocrítica datado de 17 de agosto de 1964, analisando o fracasso comunista em resistir ao Movimento de 64. Procurando mostrar a diferença das situações de Goulart e Brizola no processo e aí situar a função dos *Grupos dos Onze,* diz o documento, no original em espanhol:

> "La diferenciación de Brizola con Goulart en los últimos meses, en una forma muy aguda, indicaba una izquierdización del ala de Brizola. Arriba, no abajo. No eran las masas. No era acompañado con un llamado a las masas. Al acto del 13 de marzo, quando Brizola llamó a la Constituyente de obreros, soldados y campesinos, marcó el punto culminante de esta diferenciación."

Na mesma linha, tratando agora da origem dos *Grupos dos Onze,* diz:

> "Cuando el llamó a organizar grupos de once, era contra Goulart, contra el partido trabalhista. Era una forma, un intento de organizar grupos que el podia controlar..."

Mostrando agora que os trotskistas se consideravam "companheiros de viagem" de Brizola, e referindo-se à tendência nacionalista deste, afirma:

> "Apoyaremos sin condiciones de nuestra parte, salvo la condición de impulsionar la lucha hasta adelante, contra el imperialismo y el capitalismo."

Isto deixa claro que a viagem para os comunistas não terminaria no objetivo que Brizola visava, nem na República Sindicalista de Goulart, mas continuaria até a República Socialista, como repetidamente temos demonstrado.

Jacob Gorender confirma os trotskistas, no que se refere ao objetivo prioritário dos *Grupos dos Onze:*

> "No dia 24 de março... o Comando Nacional dos Grupos dos Onze, reunido sob a presidência de Brizola, com a presença de líderes dos sargentos e marinheiros nacionalistas, avaliou as possibilidades de enfrentamento de um golpe e considerou que tinha maior probabilidade o golpe vindo da parte

de Jango do que da parte da direita. No caso da iniciativa janguista, decidiu-se que as forças de esquerda deveriam aproveitá-la para transformar o golpe em começo da revolução."

REAÇÕES DA SOCIEDADE

Forças armadas

Essa situação de absoluta desenvoltura na subversão dos valores da sociedade não poderia se dissociar do sentimento de frustração e revolta dos diversos setores dessa mesma sociedade. Ia-se, assim, fortalecendo o clima que permitiria, afinal, pôr um fim à passividade da *maioria silenciosa,* perplexa e aturdida ante o desmando das *minorias atuantes,* cujos sucessivos êxitos davam-lhes cada vez maior confiança em atingir em breve seus objetivos antidemocráticos.

E a tarefa destes se lhes afigurava tanto mais fácil uma vez que contavam com o apoio do próprio Presidente da República. Portanto, não foi surpresa começarem a surgir as reações dessa sociedade, assim agredida. Por sua maior sensibilidade aos problemas de segurança, o primeiro setor onde se manifestou essa reação foram as Forças Armadas, que, por dever de ofício, vinham estudando o problema da Guerra Revolucionária desde a segunda metade dos anos 50, com base no relato das experiências dos franceses na Indochina e na Argélia. Nessa época, o *Mensário de Cultura Militar,* publicação mensal do Estado-Maior do Exército, era pródigo na publicação de artigos de autores franceses que descreviam o processo em todas as suas nuances. À medida que o conhecimento da Guerra Revolucionária se ia disseminando, mais clara se tornava a identidade dos métodos usados pelos subversivos no Brasil com aqueles que eram descritos pelos estudiosos franceses, permitindo facilmente assimilar o estágio do processo subversivo brasileiro com o primeiro período da Guerra Revolucionária, restando entre os estudiosos a dúvida sobre qual a fase desse período em que se situava, dúvida difícil de desfazer, já que não há estanqueidade entre tais fases. Esse primeiro período é aquele em que mais intensamente se desenvolvem os aspectos psicológicos da guerra revolucionária, conduzida através de todos os meios de difusão e precedida do enquadramento dos diversos segmentos ocupacionais da sociedade, como os sindicatos, associações de classe e entidades estudantis, sob o comando de lideranças selecionadas e treinadas, em regra comunistas. É o que se pode denominar o período da guerra política.

Foi fácil às Forças Armadas identificar tais lideranças, com toda a vasta corte de seus auxiliares, denominados pelos comunistas de *inocentes úteis, companheiros de viagem, simpatizantes* e uma série de outras denominações, significando todas a adesão e o apoio às atitudes subversivas de inspiração comunista.

Sentindo sua responsabilidade perante a sociedade civil, assim atacada, e cientes do perigo representado pela inconsciência de tal perigo pelas lideranças civis e pelo público, as Forças Armadas passaram a transmitir-lhes os conhecimentos essenciais sobre o grave problema, através de conferências e palestras, que foram se sistematizando e intensificando, procurando atingir cada vez maiores e mais diversificadas áreas da sociedade.

Referindo-se a essa ampliação do conhecimento do processo de guerra revolucionária das Forças Armadas para a sociedade civil, assim disse brilhante autor francês, na conclusão de um estudo publicado na *Revue Militaire*, de junho de 1960:

> "A guerra do século XX é uma cosia muito séria para que os militares guardem silêncio sobre o que aprenderam, para que aceitem que não a levem em consideração."

O que se passava no espírito dos oficiais das Forças Armadas, ao testemunharem o clima de agitação crescente que se apresentava, pode bem ser avaliado no seguinte documento de autoria de um grupo de oficiais e que recebeu o nome de *Documento Leex,* segundo afirma Helio Silva.

Este documento foi mandado entregar em cada Corpo de Tropa a um só oficial de confiança:

> "Todos desejamos que o atual governo (o de Jango) cumpra o seu mandato com o maior respeito às Leis, às Liberdades democráticas e à autonomia dos Estados. Todos desejamos que as eleições se processem livremente nos prazos estipulados e que os novos mandatários de cargos eletivos sejam empossados na mais rigorosa forma da Lei." "O que há, porém, na consciência de todos os militares de formação democrática é o justificado receio de que certos setores governamentais... venham por fim a destruir a ordem social e a democracia representativa... E não se diga que se tratam de receios infundados. As manobras que vêm sendo postas em prática, sem quaisquer escrúpulos, deixam a Nação atônita, estarrecida e angustiada. A agitação dirigida das massas operárias e meios rurais com o propósito de arregimentá-las, aliciá-las, excitá-las e conduzilas...; as ameaças aos Poderes Legislativo e Judiciário, com o

> fim de torná-los dóceis aos seus desígnios; a pregação aberta de soluções revolucionárias... por políticos de notórias vinculações extremistas, que chegam mesmo a prescrever minúcias de organização de forças sediciosas e recomendar as formas de luta a empreender; a omissão sistemática das autoridades responsáveis pela preservação da ordem social e do regime; a constante ameaça de intervenção em alguns Estados, cujos Executivos constituem entraves ao processo de bolchevização do País; a tentativa de denegrir e empenhar a força militar na execução de missões ilegais e criminosas; o estímulo à baderna e à rebelião de inferiores; o prêmio imediato aos que tiveram a fraqueza de vencer as últimas resistências morais e perpetrar os atos que lhes foram propostos...; a subversão dos valores profissionais e morais...; o ambiente de terror e de pânico que se procura semear no País com o desencadeamento de ilegais e generalizadas greves políticas associadas à sonegação de alimentos e paralisação de serviços essenciais; todos esses fatos estão bem vivos na consciência da Nação e dispensam digressões elucidativas."

Além desse grupo de oficiais, muitos oficiais generais também manifestaram suas preocupações, de maneira mais ou menos ostensiva.

Um exemplo disso foi o relatório enviado pelo Gen. Castelo Branco, então Comandante do IV Exército, sediado em Pernambuco, ao Ministro da Guerra, sobre o incidente provocado por Brizola, na sua agressão verbal contra o Gen. Muricy em Natal, a que antes já nos referimos.

O citado relatório do Gen. Castelo Branco assim dizia:

> "Já apurei que o Dep. Leonel Brizola, na noite de 5 para 6 do corrente, em Natal, discursando, declarou que o Gen. Bda. Antonio Carlos da Silva Muricy 'é um golpista e um gorila'. Tal afirmação foi feita absolutamente sem causa ou pretexto, entre chacotas do orador, seguida de incitamento às Forças Armadas para a reação contra a situação atual. Houve, de maneira incisiva, uma provocação." "Percebo que o Dep. Brizola, em seus discursos no Nordeste, acusa de 'golpistas' os militares que não o acompanham na montagem de seu golpe e de 'gorilas' os que não participam de sua política para, de qualquer jeito, dominar o poder. É notório, então, o esforço desse Deputado para dividir o Exército, agora, em 'brizolistas' e 'gorilas', em desmoralizar seus chefes, generais e coronéis, e voltar-se para os sargentos como seus adeptos. Já se vislumbra que tal processo de difamação e insídias se reproduz no meio de estudantes, de

sindicatos e na imprensa, ofendendo as instituições militares numa quadra dificílima da Nação."

Referindo-se ao mesmo episódio, diz Helio Silva:

"O episódio de Natal, entretanto, serviu como um teste. A oficialidade brasileira podia ser unida. Não tanto o número de mensagens recebidas, mas os nomes que as assinavam... podiam dar uma primeira visão panorâmica dos pontos de apoio com que se poderia contar para qualquer movimento de reação ao Governo João Goulart."

O já citado artigo de *Seleções do Readers's Digest* também aborda a reação dos Chefes. Como representativa disto, apresenta a atitude do Gen. Castelo Branco, que assim descreve:

"Um desses oficiais (generais), o Gen. Humberto de Alencar Castelo Branco, comandava o Exército situado em Pernambuco, há muitos anos um perigoso foco de agitação social. Quando alguns fazendeiros foram assassinados, e muitas famílias fugiram do terrorismo vermelho para as cidades, Castelo Branco entrou em ação. Aí, o Governador de Pernambuco, Miguel Arraes, notoriamente radical, queixou-se de que o Gen. Castelo estava neutralizando as influências esquerdistas em seu Estado. Goulart imediatamente tirou de lá o criador de casos – 'promovendo-o' a Chefe do Estado-Maior do Exército. Outros oficiais que se manifestaram contra o comunismo foram analogamente transferidos para cargos burocráticos, enquanto esquerdistas eram levados a posições de comando estratégicas."

Entretanto, do ponto de vista da subversão, foi contraproducente essa medida, pois ao assumir a Chefia do Estado-Maior do Exército, em setembro de 1963, o Gen. Castelo Branco assim se expressava, numa antecipação ao documento decisivo que mais tarde viria a expedir, citado em outro ponto deste livro:

"Há reformadores oportunistas que querem substituí-la (a estrutura), por meio de um solapamento progressivo e antinacional, e instituem o Exército Popular, arremedo de milícia, com uma ideologia ambígua, destinado a agitar o País com exauridos pronunciamentos verbais e a perturbar com subversões brancas e motins a vida do povo. Em seu processo de destruição, empenhava-se no desprestígio dos padrões profissionais, em tornar marginais os que cuidam da profissão e em menosprezar a seleção de valores, pela discriminação, a cizânia

no meio militar. Não tem absolutamente as características de uma estrutura revolucionária, e sim, de uma desejada organização, para a tomada do poder, a serviço de quem possa custeá-los e apoiá-los."

Outro episódio bem ilustrativo da preocupação e inconformidade dos militares com o clima vigente vamos encontrar no caso das devoluções das medalhas por militares da Marinha, citado pelo Almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald, um dos líderes da Revolução naquela força:

> "Durante o governo João Goulart, houve condescendência e facilidade na infiltração de esquerdistas nos diversos setores da administração do Governo, inclusive na Marinha. Houve também a condecoração de personalidades consideradas de esquerda, gerando o movimento, sugerido pelo Almirante Mario Cavalcanti de Albuquerque, da devolução das medalhas, sendo iniciado pelo Capitão-de-Fragata Julio de Sá Bierrenbach."

Ao mesmo acontecimento assim se refere o Almirante Heitor Lopes de Souza, com maiores detalhes:

> "Nesse mesmo ano, de 1963, ao ser agraciado com a Ordem do Mérito Naval um dos principais líderes do movimento sindicalista esquerdista, que já se estende pelo Brasil, inclusive nas Forças Armadas, respondemos a esse ato não meritório com a devolução das medalhas com as quais havíamos sido agraciados."

E prossegue com o relato de outro ato do governo, altamente desprimoroso para a Marinha:

> "Em seguida, a Marinha de Guerra do Brasil foi surpreendida com a exoneração intempestiva do Comandante Geral do Corpo de Fuzileiros Navais e a nomeação de novo Comandante. Tal fato provocou o lançamento de um manifesto, assinado por dezenas de Oficiais Fuzileiros Navais, que dizia, entre outras coisas, o seguinte:
>
> '... Os mais credenciados observadores da situação brasileira afirmam que os esquerdistas infiltrados na Alta Administração tramam um golpe de Estado. E marcam data. E se agitam, tentando, inclusive, intervenção em unidades da Federação. É nesta conjuntura que é nomeado para comandar o Corpo de Fuzileiros Navais um Almirante que, por seu passado, excluído da Marinha Brasileira por não ter idoneidade moral,

seus processos criminais, suas aventuras no campo da política partidária, seus tráficos de influência e, principalmente, suas atitudes como Comandante do Quartel Central do Corpo de Fuzileiros Navais, cortejando subalternos, minando a disciplina, corrompendo, fazem desse Almirante o menos indicado dos componentes da nossa tradicional corporação para seu Comandante'."

E termina dizendo:

"Responsabilizamos o Sr. Ministro da Marinha pelos dias desesperançados do futuro, nós que participamos da construção desse patrimônio moral que é o Corpo de Fuzileiros Navais."

Na Aeronáutica, registre-se a presença decidida e atuante dos Brigadeiros Gabriel Grum Moss e Marcio de Souza Mello, em estreita ligação com o Marechal Denys e com o IPES.

Foi justa, portanto, a observação do Gen. Lyra Tavares sobre o papel dos militares naquela delicada conjuntura:

"Por maior que tenha sido o esforço do Governo deposto no sentido de conduzir a opinião pública para a compreensão deturpada dos fenômenos nacionais e para a desfiguração da luta ideológica, em que as reivindicações tinham o franco amparo oficial, o espírito do militar brasileiro pôde manter-se alerta e esclarecido, através dos ensinamentos das escolas militares dos diferentes níveis."

Outras observações e comentários sobre o papel e a atitude das Forças Armadas na séria crise que se configurava serão encontrados em outros capítulos e títulos deste livro, onde são apresentados ilustrando os assuntos neles tratados.

Congresso

Um dos setores mais imediatamente atingidos pela pregação anti-subversiva e pela defesa das instituições democráticas foi o Congresso Nacional, onde conviviam parlamentares identificados com a subversão e outros a ela avessos e altamente preocupados com os destinos democráticos da Nação. Coube a um deputado da UDN, Bilac Pinto, assumir corajosamente a palavra em defesa dos valores ameaçados, vigorosamente apoiado por colegas de firmes convicções democráticas. E o faz não apenas em memoráveis discursos na Câmara dos Deputados, mas também através de entrevistas e publicações nos

meios de comunicações. Tais manifestações, reuniu-as ele em um livro denominado *Guerra revolucionária*, que foi largamente difundido. Tão corajosa atividade, partindo de um representante do povo, constituiu-se em uma magnífica caixa de ressonância das denúncias que os militares vinham fazendo.

Sobre o sentido de sua denúncia, disse o deputado em um de seus pronunciamentos:

> "A nossa denúncia da participação do Sr. João Goulart no processo da 'guerra revolucionária' teve o sentido de uma grave advertência para que S. Exa., alertado, pudesse se libertar da liderança comunista a que se submeteu e que dia a dia mais o compromete."

Sem que obtivesse resultados em mais esta tentativa de demover o Presidente da República, preso que estava este a uma engrenagem da qual não se poderia dissociar, continuou Bilac a sua pregação. E refere-se então ao ânimo contra-revolucionário dos mineiros:

> "E parece chegado o momento de nos prepararmos para a peleja. A intensa pregação revolucionária, que hoje se faz abertamente no Brasil, com a cumplicidade do governo, é de caráter nitidamente comunista. Impelidos por essa vocação histórica de lutar pela liberdade, os mineiros tomaram a iniciativa de sair à rua para barrar a marcha acelerada do comunismo para o poder."

Referindo-se à ação subversiva de Brizola e à reação que este encontrou em Minas, disse:

> "Se o Sr. Leonel Brizola foi a Belo Horizonte com o propósito de fazer a propaganda da ideologia da 'guerra revolucionária', que visa à implantação de uma ditadura comunista no nosso País, os mineiros, ao impedirem que ele propagasse suas idéias subversivas, não violaram a Constituição: defenderam-na."

Poderiam ser aqui incluídas muitas outras suas manifestações, que são oportunamente aproveitadas em outros títulos deste livro.

Ainda no Congresso, ao serem denunciados deputados e senadores como latifundiários pelo Sr. Pinheiro Neto, Superintendente da Reforma Agrária, com propriedades ao longo da rodovia Belém-Brasília, e anunciado o decreto de expropriação que se preparava, a Câmara reagiu.

É o que relata o *O Globo,* edição de 29/03/65:

> "Levanta a luva o Sr. José Bonifácio, 1º Secretário da Câmara, pedindo provas; a resposta ao repto fica para as calendas gregas."
>
> "O Partido Libertador, em S. Paulo, inicia campanha defendendo o *impeachment* do Presidente da República. O congresso continua reagindo energicamente, mas não se considera possível obtenha número para a medida extrema."
>
> "Na instalação do Congresso é lida a mensagem presidencial, veemente defesa das reformas preconizadas pelo Sr. João Goulart: bancária, agrária, universitária, política, eleitoral. Dois pontos vão encontrar a oposição irredutível, aliada à maioria do PSD: a delegação legislativa, com a revogação do § 2º do Art. 36 da Constituição, e a desapropriação paga em títulos da dívida pública. O líder oposicionista Pedro Aleixo pede a palavra pela ordem e é interrompido pelos tímpanos, enquanto a bancada trabalhista ulula no plenário. Vê o representante mineiro que a Presidência não mantém a ordem e pede que se calem os gritos da ignorância."

O *Correio Brasiliense,* edição de 31/03/76, publica entrevista do líder da ARENA na época, o citado Dep. José Bonifácio, em que, reportando-se às reações do Congresso, diz:

> "A Revolução de 64 só se tornou possível naquela data e época em conseqüência da bravura do Congresso, sobretudo da UDN, que era a oposição na época, como também de muitos membros do PSD e PTB que tomaram uma posição de vanguarda e funcionaram como aríete, de tal forma veemente e intrépida, que proporcionou ao país, e sobretudo aos militares, condições de deflagrar a Revolução de 64. Não sou exagerado ao dizer que se não fosse uma larga parte do Congresso Nacional, a Revolução não teria surgido naquela oportunidade, teria sido muito depois, talvez em 70. Foi aquele Congresso que teve um comportamento revolucionário diante do Governo e de todas as dificuldades. Ele soube lutar bravamente porque teve oportunidades devidas aos desafios e ofensivas partidas do Executivo, que estava, efetivamente, desagregando o país."

– O *O GLOBO,* edição de 29/03/65, insiste na matéria:

> "Tão graves e insistentes ameaças pesavam sobre o Congresso Nacional, avalizadas pelo Executivo, que na Câmara e no Senado surge um movimento pelo retorno para a Guanabara ou pela transferência da sede do Legislativo para S. Paulo. Há

projetos anunciados pelo Senador Vasconcelos Torres e pelo Dep. Aniz Badra. Ao mesmo tempo, chega uma notícia de Minas: o Governador Magalhães Pinto afastara da Secretaria do Governo o Dep. José Aparecido, autor da comissão de inquérito do IBAD, instituída para desmoralizar os representantes da 'Ação Democrática Parlamentar', órgão que se opunha à comunização do Legislativo."

"Procurando sistematizar a reação contra a evidente ação revolucionária que se processava abertamente, organizara-se no Congresso, desde 1962, um bloco interpartidário denominado Ação Democrática Parlamentar (ADP), que se constituiu numa oposição atuante até a Revolução." "Foi no Congresso, pela palavra do Deputado Bilac Pinto, que se fez mais veemente a correta denúncia da guerra revolucionária que se desenvolvia no País, com larga repercussão..."

Referindo-se à atuação desse bloco, diz Helio Silva:

"Através dos 'comícios pela Democracia', realizados pelo Dep. Amaral Neto e com a presença de parlamentares de todo o país, membros da Ação Democrática Parlamentar pregavam em praça pública a reação ao Governo." "Através da Rede da Democracia, cadeia de emissoras de rádio que se opunha à Cadeia da Legalidade, de Brizola, Aristides Drummond falava todas as semanas sugerindo inclusive a mobilização armada contra os camponeses de Francisco Julião e do Grupo dos Onze, de Brizola."

Também ao assunto se refere René Armand Dreifuss quando diz:

"... as forças políticas conservadoras e reacionárias tentavam manter o controle do Senado e da Câmara dos Deputados para bloquear a aprovação de legislação conducente a substanciais reformas nacionais. O Congresso se transformou em um crucial campo de batalha. Como o fórum político de maior importância, o parlamento foi transformado em um foco de propaganda pela Frente Parlamentar Nacionalista e pela Ação Democrática Parlamentar, que apresentavam seus casos não apenas pelo mérito da questão, mas também visavam a ganhar a simpatia e o apoio ativo dos vários setores da opinião pública."

Finalmente, a denúncia frontal do Dep. Armando Falcão:

"Cumpro o dever de alertar a Nação para o complô que se organiza contra o regime. Prepara-se um golpe de Estado

que tem por objetivo derrubar as instituições democráticas, e o chefe da conspiração chama-se João Belchior Marques Goulart. O movimento subversivo que ora se articula não é o primeiro que o Sr. João Goulart procura fazer deflagrar visando ao fechamento do Congresso Nacional e a destruição da Constituição."

Imprensa

Os mais influentes jornais e emissoras de rádio e televisão deram, desde o início, seu apoio às campanhas em defesa da democracia. Essas empresas, além de acolher o material preparado pelas organizações empenhadas na defesa do regime, tinham suas próprias campanhas editoriais.

Ao fato refere-se o artigo de *Seleções do Reader's Digest* já citado:

> "Os principais jornais brasileiros cedo entraram na luta. Comunicando regularmente as descobertas dos grupos de resistência e mantendo por conta própria cerrada fuzilaria editorial, destacavam-se os dois mais influentes jornais do Rio, *O Globo* e o *Jornal do Brasil,* bem como o *Estado de São Paulo,* da capital paulista, e o *Correio do Povo,* o mais antigo e mais respeitado jornal independente do Rio Grande do Sul."

As denúncias do Dep. Bilac Pinto repercutiam em muitos órgãos da imprensa, que a elas davam o devido destaque, como é o caso do Editorial do *Diário de Notícias,* de Porto Alegre, após o comício do dia 13 de março:

> "É inegável que existem forças subversivas visando claramente a uma tentativa de derrubar o regime e as instituições vigentes... Estas forças parecem ter cooptado o próprio Presidente da República e colocaram-se pela primeira vez à frente do processo subversivo de oposição à lei, ao regime e à Constituição. Se a autoridade suprema do Executivo se opõe à Constituição, condena o regime e se recusa a obedecer às leis, ela automaticamente perde o direito de ser obedecida..."

Manchetes de diversos outros jornais, em 16 de janeiro de 1964:

Diário de São Paulo:

> "Estarrecedoras revelações do Presidente da UDN"

Jornal do Brasil:

> "Bilac Pinto quer dar armas ao povo para defender a legalidade"

Estado de São Paulo:

> "Bilac Pinto denuncia organização do golpe"

O Globo:

> "Bilac Pinto: o governo arma os sindicatos para o golpe"

O Jornal:

> "Democratas despertam: armar a população civil para obstar a subversão"

Estado de Minas:

> "Presidente da UDN faz grave denúncia à Nação"

Tribuna da Imprensa:

> "UDN denuncia a subversão no Governo"

Dois editoriais publicados na iminência e imediatamente após a eclosão da Revolução de 64 exprimem muito bem o estado de espírito com que a sociedade recebeu a vitória desse movimento, tal a sua exaustão com a situação caótica em que mergulhava o país. Ei-los:

Editorial do *Correio da Manhã* de 31 de março de 1964:

> "Basta! Até que ponto o Presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto pretende tomar para si, por meio de decretos-leis, a função do Poder Legislativo? Até que ponto contribuirá para preservar o clima de intranqüilidade e insegurança que se verifica presentemente na classe produtora? Até quando deseja levar ao desespero, por meio da inflação e do aumento do custo de vida, a classe média e a classe operária? Até quando quer desagregar as Forças Armadas por meio da indisciplina, que se torna cada vez mais incontrolável? Não é possível continuar nesse caos em todos os sentidos e em todos os setores, tanto no lado administrativo como no lado econômico e

financeiro. Basta de farsa. Basta de guerra psicológica que o próprio governo, desencadeou com o objetivo de convulsionar o país e levar avante a sua política continuísta. Basta de demagogia para que realmente se possam fazer as reformas de base. Não é tolerável esta situação calamitosa provocada artificialmente pelo governo, que estabeleceu a desordem generalizada, desordem esta que cresce em ritmo acelerado e ameaça sufocar todas as forças vivas do país. Não contente de intranqüilizar o campo com o decreto da SUPRA, agitando igualmente os proprietários e os camponeses, de desvirtuar a finalidade dos sindicatos, cuja missão é a das reivindicações da classe, agora estende a sua ação deformadora às Forças Armadas, destruindo de cima para baixo a hierarquia e a disciplina, o que põe em perigo o regime e a Segurança Nacional."

Editorial do *Correio da Manhã* de 01 de abril de 1964:
O artigo 83, parágrafo único da Constituição, diz:

"O Presidente da República prestará, no ato de posse, este compromisso: prometo manter, defender e cumprir a Constituição da República, observar as suas leis, promover o bem geral do Brasil, sustentar-lhe a união, a integridade e a independência."

Este foi o juramento prestado pelo Sr. João Goulart, no dia 7 de setembro de 1961, perante o Congresso Nacional. Jurou e não cumpriu. Não é mais Presidente da República. Fora! A Nação não suporta mais a permanência do Sr. João Goulart à frente do Governo. Chegou ao limite final a capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart senão a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: Saia! Durante dois anos o Brasil agüentou um governo que paralisou seu desenvolvimento, primando pela completa omissão, o que determinou a completa desordem e a completa anarquia no campo administrativo e financeiro. Quando o Sr. João Goulart saiu do seu neutro período de omissão foi para comandar a guerra psicológica e criar o clima de intranqüilidade que teve seu auge na total indisciplina que se verifica nas Forças Armadas. Isso significou e significa um crime de alta traição contra o regime, contra a República que ele jurou defender. O Sr. João Goulart iniciou a sedição no País. Não é possível continuar no poder."

Estes poucos exemplos, junto a tantos outros citados ao longo deste livro, permitem aquilatar a decisiva influência da grande imprensa no esclarecimento da sociedade sobre a gravidade dos acontecimentos que se sucediam em assustadora progressão.

Coube-lhe, pois, parcela maiúscula na criação do clima psicológico que proporcionou a sensação de desafogo e de alívio com que a imensa maioria do povo brasileiro recebeu a vitória da Revolução de 64.

IPES/IBAD

A preocupação dos empresários com a infiltração comunista, com a propaganda esquerdista e a estatização vinha de algum tempo... Dessa preocupação resultou uma série de encontros de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo, os quais, com a posse de Goulart, se amiudaram. Da troca de idéias sobre suas responsabilidades na manutenção da liberdade e da democracia, surgiu no final de 1961 o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). A preocupação primeira do IPES era defender a frágil democracia nacional. Como declarava um de seus fundadores, Paulo Ayres Filho:

> "A princípio a idéia era resistir, não atacar. Todos queríamos que Jango terminasse seu mandato."

O IPES, porém, não se restringiu ao empresariado. Passaram a integrar seus quadros profissionais liberais, militares da reserva, clérigos, funcionários públicos, etc.

Apesar de ser um órgão considerado reacionário pelos inimigos da Revolução de 64, isto não ocorria. Ao contrário, as reformas sugeridas pelo IPES mostram sua intenção de superar as deficiências do *status-quo,* como se pode verificar no seguinte trecho de um documento, datado de 08/04/63: ***"A reforma seria tocada mesmo contra os 'brizolas' e contra os reacionários"*** (grifo nosso).

René Armand Dreifuss endossa essa informação quando, referindo-se à ação didática do IPES, apresenta uma proposta de cursos e seminários sobre a luta ideológica: "Um plano de colaboração para difundir em grandes áreas das diferentes classes sociais a filosofia democrática aplicada à administração pública e empresarial". Assinala ainda que *A Aliança para o Progresso* insiste, com toda justiça, que serão necessárias reformas prévias estruturais em nossos países, para a eficácia das aplicações econômicas no desenvolvimento.

Helio Silva anuncia uma evolução dessa atuação puramente didática para rumos mais incisivos, em função de certas circunstâncias:

> "No final de 1962 houve uma mudança na atitude de alguns membros do IPES, segundo um deles, Paulo Aires. Sabíamos que toda a gente em outras partes do mundo estaria contra nós, se o depuséssemos. Mas uma série de atitudes do Governo Goulart no sentido de uma reforma radical no País

fizera com que uma ala do IPES começasse a achar que a resistência intelectual não operaria com a devida rapidez."

Com a intensificação da subversão, surge o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), constituído especificamente com o propósito de *"defender a democracia, as instituições e o regime"*. O IBAD iria, principalmente após a posse de Goulart, atuar particularmente na conscientização ideológica dos sindicatos e movimentos estudantis.

Referindo-se à ação dessas duas organizações, diz René Armand Dreifuss:

> "O IPES e o IBAD, organizações político-ideológicas das classes empresariais, intimamente associadas, tiveram ação marcante na divulgação ativa, entre os empresários e o público, da ação comunizante do governo Goulart."
>
> "O complexo IPES/IBAD aos poucos patenteava um amplo leque de meios de pressionar o sistema político. Sua ação principal no congresso e nos partidos políticos era desenvolvida através da Acão Democrática Parlamentar (ADP), que operava como a frente política e o canal ideológico da elite orgânica no Parlamento e diante da opinião pública."
>
> "Apesar de sua rica ação política nos vários setores de opinião pública e de suas tentativas de reunir as classes dominantes sob seu comando, o complexo IPES/IBAD mostrou-se incapaz de, por consenso, impor-se na sociedade brasileira. Logrou êxito, entretanto, através de sua campanha ideológica e política, em esvaziar o apoio homogêneo ao Executivo e foi capaz de estimular uma reação generalizada contra o bloco nacional-reformista."

A eficiência do método Paulo Freire em incrementar a subversão mereceu as preocupações do IBAD, como relata o mesmo autor:

> "Com o seu próprio sistema de Cursos de Formação Democrática para camponeses e líderes rurais, o IBAD procurava contrapor-se ao método Paulo Freire de alfabetização e àquele do Movimento de Educação de Base, patrocinado pelo Ministério da Educação."

Em apoio a essa ação educativa há ainda a assinalar o trabalho ativo da Igreja no Nordeste, sob a liderança do então bispo de Natal, D. Eugenio Sales, cuja maior demonstração foi a influência exercida pelo Padre Crespo e pelo Padre Melo em oposição às atividades subversivas das Ligas Camponesas.

Ainda nesse trabalho de educação, mas agora na área estudantil, Helio Silva acrescenta:

> "Um dos grupos que se formou como produto da pregação do IPES foi o Grupo de Atuação Patriótica (GAP), que atuava no Rio, em Minas Gerais e em São Paulo e era composto por jovens estudantes entre 17 e 26 anos de idade, e em sua maioria das classes alta e média." "Contando com ampla cobertura da imprensa, sobretudo *O Globo* e os *Diários Associados,* esses estudantes tinham como meta 'levar a palavra a uma juventude não comprometida com a UNE (União Nacional de Estudantes), auxiliando na formação de uma corrente de opinião pública consciente dos rumos comunizantes e anárquicos a que o Governo estaria conduzindo o País'."

O GAP tinha por finalidade levar à comunidade estudantil a mensagem dos jovens que a UNE não conseguira atrair, alertando-os para os perigosos rumos a que o país estava sendo conduzido, caracterizados pelo intenso proselitismo comunista e anarquista. Apoiavam-os no seu esforço de convencer os companheiros a não servirem de massa de manobra para tais desígnios.

Outra das organizações que cooperava com o trabalho educativo do IPES era a Associação Brasileira para o Rearmamento Moral, sediada em Petrópolis, RJ, que até hoje vem exercendo nobilitante obra educativa no sentido do aperfeiçoamento moral e espiritual, de que urgentemente carece o povo brasileiro, aí incluídas as elites.

Como uma das importantes atividades de propaganda patrocinadas pelo complexo IPES/IBAD, não se pode deixar de salientar a constituição da denominada Rede da Democracia. Essa rede reunia mais de 700 estações de rádio, cujas transmissões iam para o ar na mesma hora em que Brizola transmitia sua arenga revolucionária por uma cadeia de emissoras lideradas pela Rádio Mayrink Veiga.

Em diversos apêndices de seu livro, René Armand Dreifuss apresenta ainda a relação de pessoas e entidades participantes da infiltração comunista, bem como, ressaltando o caráter reformista e não reacionário do IPES, uma série de estudos sobre a reforma agrária por ele preconizada, assim como uma versão das demais reformas de base que sugeria.

Governadores

Nos meios políticos, a oposição mais objetiva às esquerdas e ao Governo, decisiva mesmo para o êxito da Revolução, seria desempenhada pelos Governadores, principalmente os de Minas Gerais, São Paulo e Guanabara.

Essa reação foi assim descrita por Helio Silva:

Em face da gravidade da situação, um grupo de governadores, liderados por Ademar de Barros, resolve lançar um manifesto de protesto, com vários considerandos e assim encerrado:

> "Resolvem estabelecer entre si um entendimento com os objetivos discriminados nos considerandos anteriores, visando uma ação comum e uniforme, em plano elevado e independentemente de filiação partidária, de modo a sempre poderem colaborar para a sustentação e o aprimoramento do regime democrático, para cujo fim reunir-se-ão quando qualquer deles convocar os demais... para permutarem informações e idéias, consultarem-se reciprocamente e pronunciarem-se em conjunto quando as circunstâncias o exijam..."

O Governador Ademar de Barros, que vinha denunciando, com insistência, no rádio e na televisão, o processo de comunização do país, comandado pelo Governo Federal, ordena prontidão na Força Pública ante ameaças de invasão de terras no interior do Estado, encorajadas pela SUPRA.

Neste ponto, cabe apresentar o testemunho pessoal do Gen. Rubens Bayma Denys sobre a atitude do governador Ademar de Barros, que ilustra sua posição na fase conspiratória. Diz ele:

> "Nos primeiros dias de março, o Gov. Ademar de Barros visitou o Marechal (Denys), afirmando que recebera convite do presidente Goulart para participar da criação da União das Repúblicas Sindicalistas do Brasil, demonstrando sua apreensão. O Marechal aconselhou-o, então, a espalhar essa notícia o mais amplamente que fosse possível."

Esta informação, depois, foi muito útil ao Marechal, no seu apelo à adesão do governador Magalhães Pinto.

O Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, propõe união aos Srs. Ademar de Barros e Magalhães Pinto para a defesa das instituições.

O Governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais, antevendo o papel decisivo que seu Estado viria a desempenhar no movimento, alarmado com a rápida seqüência dos acontecimentos, que vinham configurando um iminente desenlace indesejável para os destinos democráticos do país, assim se manifestou em discurso, em 8 de fevereiro de 1961:

"Um País de iguais sentimentos cristãos (Cuba), bem próximo a nós, vive hoje sob a prepotência de uma ditadura comunista. A hora é difícil, mas estamos certos de que o nosso povo, especialmente os poderes constituídos, saberá evitar que a Pátria mergulhe em doutrinas e credos exóticos a que nos querem levar. Minas, pelo seu passado, sempre será uma cidadela de civismo."

É oportuno antecipar as palavras de Magalhães Pinto na reunião do aeroporto de Juiz de Fora, já nas vésperas da eclosão, quando se convenceu das razões do Marechal Denys:

"Confesso, lealmente, que não me inclinava para uma medida preventiva, tendo ainda esperanças de que o Presidente da República tivesse o bom senso de repelir os seus maus conselheiros. Mas diante da exposição clara e eloqüente do Marechal Denys, penso também que só uma ação preventiva nos evitará a derrocada."

Por sua vez, o Governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, em telegrama aos presidentes da Câmara e do Senado, assim se manifestou:

"Ante os ataques ao Congresso Nacional, lamentavelmente feitos na presença de autoridades responsáveis pela salvaguarda da lei e da legalidade, não posso deixar de exprimir a indignação e o protesto do povo rio-grandense. A inquietação e a insegurança que vêm solapando todos os setores da vida nacional põem em grave risco as instituições democráticas."

Mais tarde, na iminência da eclosão da Revolução, voltaria a se manifestar publicamente:

"Nesta hora trágica e, ao mesmo tempo, gloriosa que vive o nosso povo, dirijo-me a todos os rio-grandenses para dizer-lhes que estou presente na luta que trava nossa Pátria pela sobrevivência da Democracia e da Liberdade. Os últimos acontecimentos que se verificaram neste Estado demonstraram perfeitamente que aqui também se pretende instalar a violência, a ilegalidade e a ruptura da Constituição."

Em setembro de 1963, o jornal comunista *Novos Rumos* adverte o governo *sobre uma iminente conspiração,* instando-o a *mobilizar as massas contra as forças reacionárias,* especialmente Carlos Lacerda e Ademar de Barros.

Esta é uma amostra da reação que a política subversiva de Goulart encontrava na grande maioria dos Estados brasileiros, representados por quatro deles, os de maior expressão política e econômica.

Família

Esse encadeamento de reações, de que acabamos de apresentar apenas alguns exemplos, terminou por atingir as próprias camadas populares, que, afinal, vieram a se manifestar, de forma insopitável. E nessa manifestação de patriótico inconformismo, a mulher brasileira teve papel relevante. Juntamente com o que, a seguir, denominaremos de *três fatos culminantes,* a sua atitude foi decisiva para o desencadeamento da Revolução de 64, quebrando os últimos escrúpulos legalistas das Forças Armadas.

Reconhecendo essa importância, diz o já citado artigo de *Seleções do Reader's Digest:*

> "Mas é às mulheres do Brasil que cabe uma enorme parcela de crédito pela aniquilação da planejada conquista vermelha. Em escala sem paralelo na história da América Latina, donas de casa lançaram-se à luta aos milhares, fazendo mais para alertar o país do que qualquer outra força."

René Armand Dreifuss assim descreve o papel da mulher, como a mais lídima representante da família brasileira:

> "A escolha da dona de casa da classe média como potencial ponta de lança para o contra-ataque a João Goulart foi de especial importância." "A mobilização das mulheres asseguraria parte significativa da caixa de ressonância, uma máquina poderosa e de grande alcance. As organizações femininas mostravam-se instrumentais na campanha conduzida pela elite orgânica para infundir o temor à 'ameaça vermelha', ao mesmo tempo que elas eram o seu próprio alvo. No decorrer dos primeiros meses de 1964, as organizações femininas e grupos católicos proporcionavam a mais visível ação cívica contra João Goulart e contra as forças nacional-reformistas, especialmente em Minas Gerais, São Paulo e Guanabara." "As três organizações femininas mais importantes eram a Campanha da Mulher pela Democracia – CAMDE, do Rio de Janeiro, a União Cívica Feminina – UCF, de São Paulo, e a Campanha para Educação Cívica – CEC, cuja ação foi reforçada por uma série de outras organizações femininas que surgiram nos diversos Estados."
>
> "A Campanha da Mulher pela Democracia, presidida por Amelia Molina Bastos, irmã do General Antonio de

Mendonça Molina, devia sua significância aos seus muito ativos programas promocionais, realizados desde a sua criação, em 1962, ao golpe de 1964, a sua harmonia com importantes elites políticas e militares e com a imprensa nacional, principalmente *O Globo,* e a seu papel especial na agitação pública nos dias que precedem o golpe. A idéia de se criar a CAMDE pouco antes das eleições de 1962 partiu declaradamente de três indivíduos: Leovigildo Balestieri, vigário franciscano do bairro de Ipanema, Glycon de Paiva e o General Golbery do Couto e Silva. 'Eles convincentemente argumentavam que o Exército fora minado pelo 'vício de legalismo', que só mudaria se legitimado por alguma força civil, e que as mulheres da classe média e alta representavam o mais facilmente mobilizado e interessado grupo de civis..."

Sob esse influxo, já se fizera sentir a reação das mulheres mineiras, que no dia 25 de fevereiro haviam impedido os Srs. Leonel Brizola e Almino Afonso de realizar, em recinto fechado, uma prédica vermelha em Belo Horizonte. O Governador consentira e oferecera prédio público à reunião dos agitadores. Mas as mulheres, de rosário em punho, invadiram o recinto, e o deputado gaúcho, apesar de garantido pelas metralhadoras de alguns fuzileiros navais, fugiu, num carro de aluguel, para o aeroporto.

A 'Marcha da Família' em São Paulo, depois dos distúrbios antibrizolistas em Belo Horizonte, foi uma espécie de senha. A partir do dia 20 de março, a conspiração ganhava força, para transformar-se numa revolução vitoriosa.

A informação é confirmada pelo brigadeiro Marcio Leal Coqueiro que, em discurso pronunciado em abril de 1988, disse:

> "De S. Paulo partiu a centelha viva, incentivadora da tomada de posição de toda a Nação Brasileira, apoiando a ação das Forças Armadas contra as investidas das hostes socializantes comandadas pelos eventuais detentores e aproveitadores do poder. Centelha essa exuberantemente configurada pela corajosa e inesquecível Marcha da Mulher Paulista, lotando as ruas da cidade, enfrentando riscos imprevisíveis."

Tais *Marchas* se constituíram na mais espetacular e expressiva manifestação da família brasileira repudiando a conspiração comunista em rápida evolução. O efeito psicológico que elas viriam a exercer sobre os adversários dessa conspiração é reconhecido pelos próprios esquerdistas, como veremos.

A *Tribuna Universitária,* em sua edição de dezembro de 1983, assim se reporta a elas:

> "Primeiro foram as mulheres e a Igreja, com as Marchas da Família com Deus pela Liberdade; depois foram líderes políticos e militares que passaram a se preocupar contra o que se poderia chamar de caos organizado: uma desorganização proposital do País para levá-lo a adotar caminhos não compatíveis com os valores nacionais. Por sua importância geopolítica na América do Sul, o Brasil era uma peça valiosíssima para os que jogam o xadrez internacional nas mesas do Kremlin..."

No mesmo sentido, diz o *O Globo,* edição de 29/03/65:

> "As mulheres paulistas intensificam os preparativos para a primeira 'Marcha da Família com Deus pela Liberdade', que tem o apoio do Governador do Estado, dos líderes partidários, das entidades democráticas estudantis e sindicais... 8500 veículos chegarão de todos os estados à capital bandeirante, para a maior demonstração pública de repúdio ao comunismo."

E continua o mesmo jornal:

> "Um fato veio diminuir a euforia dos esquerdistas, que apontavam o comício do dia 13 com a exageradíssima estimativa de 300 mil pessoas como um verdadeiro plebiscito pelas reformas: foi a primeira 'Marcha da Família com Deus pela Liberdade', no dia 19, na capital paulista. Nunca no Brasil, nem mesmo no Congresso Eucarístico Internacional, realizado no Rio de Janeiro, se reuniu tamanha multidão: mais de um milhão de pessoas. Numa procissão cívica, de terço na mão, as mulheres cortavam as principais avenidas bandeirantes para a grande concentração diante da catedral. Não se diga que a hierarquia católica bandeirante influiu nessa mobilização. Porque, dias antes, a Ação Católica daquela arquidiocese se solidarizara com um pronunciamento esquerdista da Ação Católica de Belo Horizonte. A 'Marcha' era, antes, uma resposta de solidariedade da mulher paulista à mulher mineira, que expulsara da sua capital a *entourage* comuno-esquerdista do Sr. Leonel Brizola."

O mesmo René Armand Dreifuss acrescenta, comentando o grande evento:

> "O auge dos esforços das organizações femininas orientadas pelo IPES se deu seis dias depois (do comício de 13 de

> março), com a coordenação da 'Marcha da Família com Deus pela Liberdade', em São Paulo. Aproximadamente 500.000 pessoas compareceram para protestar contra o comício de João Goulart..." "De tudo isso, o mais importante foi que o Exército, como é do consenso geral, teria hesitado em agir se não houvesse fortes indicações de que a opinião pública era favorável, e é bem possível que demonstrações espetaculares, tais como a de 19 de março, a 'Marcha da Família com Deus pela Liberdade'... fossem decisivas para convencer o setor estritamente militar do Movimento Revolucionário de que havia chegado o momento propício."

O Marechal Cordeiro de Farias, um dos mais ativos líderes da conspiração anticomunista, viria a confirmar a importância do papel psicológico das *Marchas*, corroborando a asserção que vem de ser feita:

> "Sou dos que defendem a tese de que a Revolução foi feita pelas mulheres brasileiras, principalmente as de Minas e São Paulo. Todas as pessoas que não estiveram, como eu estive, nesse setor, poderão achar a minha afirmação fora de propósito... Acho que nunca ouvi tantos desaforos na minha vida como os que me foram ditos pelas mulheres de São Paulo na antevéspera da Revolução. Elas me diziam, então, o seguinte: 'Mas o que os senhores querem mais que façamos para que tenham a coragem de ir para as ruas?'"

Será interessante ouvir ainda Gustavo Corção, que, em artigo no *O Globo*, de 22 de abril de 1978, relembrava:

> "A 19 de março as largas avenidas do centro da cidade de São Paulo ficaram entupidas pelo que as mulheres denominaram Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Apertando livros de orações e rosários contra o peito, mais de 600.000 pessoas marcharam solene e ritmicamente sob pendões anticomunistas. Enquanto marchavam, os jornaleiros nas calçadas venderam centenas de milhares de exemplares de jornais contendo na íntegra uma proclamação de mais de 1.000 palavras, previamente preparada pelas mulheres. É dessa proclamação o seguinte trecho: 'Esta Nação que Deus nos deu, imensa e maravilhosa como é, está em extremo perigo. Permitimos que homens de ambição ilimitada, sem fé cristã nem escrúpulos, trouxessem para nosso povo a miséria, destruindo nossa economia, perturbando nossa paz social, criando ódio e desespero. Eles infiltraram o nosso país, o nosso Governo, as nossas Forças Armadas e até as nossas Igrejas com servidores do totalitarismo, exótico para nós e que

> tudo destrói. Mãe de Deus, defendei-nos contra a sorte e o sofrimento das mulheres martirizadas de Cuba, da Polônia, da Hungria e de outras nações escravizadas."

A importância decisiva das *Marchas* na eclosão do Movimento de 64 foi também reconhecida por Helio Silva:

> "A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi, realmente, o ponto de partida para a Revolução de 64."

E, para culminar, apresentamos idêntico reconhecimento de um líder comunista, Jacob Gorender:

> "No dia 19 de março (de 64), as organizações orientadas pela direita golpista promoveram em S. Paulo a primeira 'Marcha da Família com Deus pela Liberdade'. As estimativas da multidão, que desfilou da Praça da República à Praça da Sé, vão de cem mil a oitocentas mil pessoas. Seja como for, era uma resposta ao comício do dia 13, no Rio."

Diversos

Outros importantes setores da sociedade manifestavam sua indignação e preocupação com os perigosos rumos a que a situação conduzia. É o caso da Igreja, que, através do Cardeal D. Jayme Camara, no programa radiofônico *A Voz do Pastor,* deu um alerta aos fiéis contra o *perigo vermelho,* usando argumentos do Dep. Bilac Pinto sobre a guerra revolucionária em marcha. Prevenia contra a penetração de comunistas nas próprias entidades e organizações católicas. Denunciava, inclusive, o que ocorrera numa delas, no norte do país: depois de receber verbas oficiais copiosamente distribuídas pelo Ministério da Educação, transformara-se em pregoeira da agitação comunista.

O insuspeito e inatacável advogado Sobral Pinto, um padrão de dignidade e coragem moral, também levantou sua voz de alerta, numa atitude inteiramente compatível com tais virtudes, chegando a propor a constituição de *Núcleos de Resistência Legal* para a defesa das instituições ameaçadas, através da ação de cidadãos prestantes.

Outra figura cercada pelo respeito de seus concidadãos, o Marechal Eurico Gaspar Dutra, ex-presidente da República, fez um pronunciamento em defesa da legalidade – a legítima legalidade – comovendo os meios políticos e encorajando os que reagiam contra a comunização do país.

Um democrata insuspeito, padrão de coerência, idealismo e dignidade, que tanto dignificou a classe política, Raul Pilla, em entrevista

a *O Globo,* publicada na edição de 1º de fevereiro de 1964, assim manifestou seu inconformismo:

> "Não há, pois, como desconhecer a gravíssima situação do País, que, estando já em pleno caos político, administrativo e social, se vê na iminência de ver destruídas as instituições democráticas."

Inúmeras outras manifestações semelhantes poderiam ser aqui enumeradas, não fora o caráter sintético deste trabalho.

O que vem de ser dito neste título torna ainda mais claro que o Movimento de 64 não foi um *golpe,* como comumente é afirmado pelos diversos setores da esquerda, que objetivasse satisfazer a ambição dos militares pelo poder, apoiados pelos reacionários civis. O espírito legalista das Forças Armadas, também realçado em outros pontos deste livro, tornava-as reticentes em adotar a solução drástica. Aguardavam que se caracterizassem plenamente as condições que dessem cobertura legal à sua intervenção, prevista, em casos extremos, pela Constituição Federal, ao definir suas atribuições.

Quando não havia nenhuma dúvida de que tais condições se configuravam, já tarde para muitos, finalmente agiram, numa ação legitimada pelo mais amplo apoio da sociedade civil.

CAPÍTULO II

ECLOSÃO DA REVOLUÇÃO

SITUAÇÃO IMEDIATAMENTE ANTERIOR

Aspectos gerais

A situação caótica descrita no capítulo anterior constituiu-se em um grande fator da eclosão de 64, como diz Renê Armand Dreifuss:

> "O estímulo imediato para a ação veio de sua percepção do nível de 'deterioração' corporativa e organizacional e de um declínio em seu próprio padrão de vida material. A intervenção militar foi descrita como uma 'ação salvacionista' legitimada pela doutrina de segurança nacional disseminada em grande parte pela ESG. E mais ainda, uma grande parcela dos militares sentia que o governo deixara de se comportar adequadamente, em termos constitucionais, justificando sua própria intervenção como sendo 'dentro dos limites da lei'."

O Deputado Hugo Mardini, da ARENA, focaliza ainda um aspecto relevante, qual seja o da omissão de muitos parlamentares em relação aos graves fatos que se desenrolavam no Brasil antes da Revolução de 64:

> "...a Revolução eclodiu para a manutenção da ordem, da defesa da democracia e das liberdades públicas." "...parlamentares mantiveram-se calados, silenciosos, completamente indiferentes a um processo de agitação, de anarquia, de violência, que ganhou as ruas, que ganhou os sindicatos." *(Folha da Tarde, Porto Alegre, 18/11/77.)*

A reação do Congresso, exposta no capítulo anterior, mostra que esta crítica não pode ser generalizada.

Como um exemplo, uma amostra do quadro subversivo vigente, ocorrido na antevéspera do Movimento de 64, realizou-se em Recife um Congresso dos Ferroviários, durante o qual foi cantada a *Internacional,* hino comunista, que ainda hoje vem sendo cantado por alguns remanescentes da *dèbacle* do Leste Europeu. O hino foi cantado com a assistência de pé e com a presença do Governador do Estado, Miguel Arraes.

Os dispositivos militar e sindical de Goulart, bem como os *Grupos dos Onze* de Brizola, destinavam-se a garantir o governo contra os prenúncios do movimento que se preparava. Hélio Silva apresenta um exemplo da preocupação dos revolucionários com este aspecto, quando diz, citando um líder revolucionário:

> "Prevendo uma resistência das prováveis forças fiéis a Goulart, já havíamos providenciado a publicação de um aviso de que o voluntariado se abriria às sete horas da manhã no Departamento Estadual de Esportes... Na manhã seguinte apresentaram-se cerca de cinco mil voluntários."

É interessante focalizar um dado curioso, relacionado com a data prevista para a eclosão e com aquela em que ela, de fato, ocorreu. Segundo diversos testemunhos, a data prevista pelos conspiradores do Rio era 2 de abril. Sobre o assunto, assim opina Hélio Silva:

> "Na reunião do dia 29 na casa do Gen. Mourão, o Gen. Guedes já estava decidido. Ao Dr. Antonio Neder, que tivera grande atuação em todas as articulações e que trouxera a Juiz de Fora, no dia 29, as apreensões dos almirantes no Rio, respondeu: 'Diga aos almirantes que Minas sai amanhã'."
>
> "A notícia (de que a Revolução em Minas eclodira a 31) surpreendeu o Gen. Castelo Branco. A data escolhida era o dia 2 de abril."

Isto é confirmado por outra fonte, onde consta:

> "...o dispositivo revolucionário estava pronto. O início do movimento foi marcado para a noite de 2 para 3 de abril..."

Esta data, entretanto, não coincidia com aquela de que se cogitava em Minas Gerais. Duas razões se somam para que tal discrepância ocorresse:

– a já citada falta de uma maior coordenação das atividades conspiratórias de Minas e do Rio, refletindo-se na falta de unanimidade

quanto à data em que a Revolução deveria eclodir, com uma nítida influência da impaciência de Mourão;

– a preocupação de Mourão em se antecipar a qualquer ação dos conspiradores do Rio de Janeiro, assegurando para si a iniciativa da eclosão.

Vejamos o que, a respeito, diz ele em suas *Memórias,* quando relatava o resultado de uma reunião no aeroporto de Juiz de Fora da qual, além dele, participaram o Mal. Denys e o Gov. Magalhães Pinto:

> "De útil da reunião ficou o seguinte:
>
> 1º) Ao Magalhães compete marcar o dia do início do movimento, que terá de ser o mais próximo possível. Caso contrário, acabamos invadidos pelas forças do Governo e presos, porque uma reunião naquele momento, naquele local, cheio de pessoas passeando, era uma total imprudência.
>
> 2º) Magalhães mandará uma cópia do manifesto que conterá a frase taxativa da deposição do Dr. João Goulart. Sem isto, não deporemos armas; o Manifesto somente será publicado depois que der o 'pronto', porque não quero que sua publicação coincida com a irrupção do movimento. Quero, ao contrário, que o Manifesto seja dado ao público quando já estiver partido. Quando se discutiu o dia da partida, eu disse que supunha poder partir dia 28, dia em que o Magalhães viria trazer o manifesto combinado. Alguém opinou o dia 1º de abril: não seria possível demorar tanto, depois daquela reunião escandalosa. Estaríamos sendo denunciados *in actu.* O dia 1º de abril teria somente uma vantagem, acrescentei brincando: ninguém iria acreditar. Magalhães declarou que precisava de dois dias para reorganizar seu secretariado. Calculei, pois, que partiríamos na segunda-feira, dia 30, à noite. Iríamos estourar a bomba!!!"

E prossegue:

> "Anoiteceu e o Manifesto do Governador não chegou no dia 28, sábado. ...pensei comigo mesmo que Magalhães mandaria o documento no domingo, 29. E este gravíssimo erro prolongou-se por todo o domingo e parte de segunda-feira. Se eu tivesse raciocinado e não continuasse a proceder como estúpida alimária teimosa, não aguardaria pronunciamento algum do Magalhães, ao qual, para cúmulo da infelicidade, eu estava ligado por laços de hierarquia. Ele era meu chefe. Depois de tudo o que sucedeu, tornou-se claro que no próprio dia 28 à noite eu deveria ter dado início à movimentação da Vanguarda, que se transformaria em Destacamento destinado a continuar, logo ao

atingir a região de Paraibuna, o movimento para a Guanabara. Teria sido a vitória rápida e total, sem possibilidade de interferência do Costa e Silva, Castelo ou outro General qualquer, porque o Destacamento atingiria a Guanabara entre quatro e cinco horas do dia 29. Teríamos realizado o mais brilhante e audacioso golpe de mão de um Comando de dois batalhões, um grupo de artilharia e um esquadrão mecanizado de reconhecimento. Em lugar de tomar as providências cabíveis, fiquei siderado de fúria e agarrado à esperança de receber o Manifesto até 18 horas de domingo e depois, da segunda."

Afinal, quando o manifesto chegou, segundo Chermont de Britto, Mourão não gostou e resolveu suspender a partida do movimento. Foi então que Guedes o informou de que era tarde para isto, pois já o deflagrara, com o deslocamento de tropa sua na direção respectivamente de Juiz de Fora e de Brasília, já em execução.

Jacob Gorender confirma tal discrepância ao afirmar:

> "Em Minas, os generais Olympio Mourão Filho e Carlos Luiz Guedes avaliaram o momento oportuno para desencadear o levante contra o Presidente da República. De madrugada, puseram suas tropas em movimento, antecipando-se ao comando do general Castelo Branco, que previa o dia 2 de abril para início da operação golpista. A precipitação ousada dos generais Mourão e Guedes se revelou acertada."

Hélio Silva opina sobre a idéia inicial de Mourão:

> "O Gen. Olímpio Mourão Filho não lograra fazer vitoriosa a proposta da Operação Popeye. Ela consistia em partir, no próximo dia 28 à noite, utilizando o destacamento da vanguarda de modo a atingir a Guanabara entre 4 e 5 horas do dia 29."

Enquanto Magalhães Pinto, segundo a mesma fonte, decidiu sobre a data que afinal vigorou:

> "Assim, a 28 de Março, reunido no aeroporto de Juiz de Fora com os militares e auxiliares do meu Governo, na presença do Mal. Odilio Denys, que se fazia acompanhar do Dr. Antonio Neder e do seu genro Cap. Gustavo Julio, determinamos a data de 31 de Março para o início da revolução."

O fato é que, como adiante veremos, na base dessa discrepância estava a pouca confiança que os conspiradores do Rio depositavam em

Mourão, devido ao seu temperamento extrovertido e pouco discreto, bem como à sua impulsividade, que o afastava do ponto de equilíbrio que a situação recomendava.

Jacob Gorender focaliza um ponto interessante, que tem relação com o assunto de que estamos tratando. Refere-se ele ao jogo de alternativas entre suportar Goulart até o fim de seu mandato, exercendo sobre ele o indispensável controle, ou depô-lo, tão logo a situação amadurecesse:

> "Houve conjunturas em que a burguesia julgou viável controlar Jango até o término do seu mandato e garantir as eleições presidenciais em 1965. O provável é que a decisão irreversível de marchar para o golpe se firmasse no segundo semestre de 1963."

Focalizemos agora a atuação de alguns conspiradores mais conseqüentes, seja pela duração da atividade conspiratória, seja pelo papel decisivo que vieram a ter imediatamente antes da eclosão. Partimos da constatação já mencionada de que havia uma falta de coordenação entre os grupos do Rio e de Minas Gerais, parcialmente suprida pela presença do Gen. Muricy, originariamente pertencente ao primeiro dos grupos citados, mas que acabou tendo ação decisiva junto ao segundo.

O próprio Gen. Muricy irá, a seguir, esclarecer as razões dessa dualidade:

> "As circunstâncias alimentavam o desenvolto otimismo do Gen. Mourão, equilibrado pela prudência de seus companheiros revolucionários de Minas Gerais, o Governador Magalhães Pinto e o Gen. Guedes."

O Gen. Muricy, em seu testemunho, publicado em *Letras em Marcha,* como participante ativo da conspiração e da eclosão da Revolução, traduz esse estado de espírito do Gen. Mourão, na sua verdadeira obsessão revolucionária:

> "Após longa conversa sobre o momento brasileiro e depois de sentir a minha posição e mais, a minha disposição, convidou-me Mourão para comandar o que ele chamava a vanguarda das tropas mineiras, que deveria se deslocar de Juiz de Fora para o Rio quando chegada a ocasião. Essa 'vanguarda' seria, na realidade, grande parte da tropa com que ele contaria, pois as restantes ainda teriam que ser mobilizadas, armadas e adestradas. Disse-me Mourão que estava procurando um

chefe capaz de conduzir com firmeza e destemor uma operação de surpresa sobre o Ministério da Guerra, no Rio, e obrigar o Governo a renunciar. Ficaria para mais tarde a confirmação do convite. Senti que Mourão desconhecia quase tudo da grande conspiração que se desenvolvia no Brasil e, embora seu plano fosse descabidamente otimista, aceitei o oferecimento."

Compara, a seguir, o Gen. Muricy, o potencial da revolução em Minas Gerais com o resultante da conspiração que se desenvolvia no Rio de Janeiro, atividades que, embora orientadas por um ideal comum, não mantinham estreita coordenação. E explica por que, sendo parte de ambas, decidiu-se por atuar em Minas Gerais:

"...primeiro porque a presença do Major Brasiliano, meu velho conhecido de tempos difíceis, dava confiabilidade às intenções conspiratórias de Mourão; segundo porque era uma oportunidade única de eu comandar tropas no futuro movimento militar que se aproximava e torná-lo, efetivamente, viável na área mineira. No início de Março tivemos notícia de que Jango marcara para 1º de Maio o desencadeamento de sua ofensiva; em conseqüência, ficou decidido que deveríamos a ele nos antecipar."

"O exame geral da situação mostrou que havia grande dificuldade em dar partida ao movimento militar no Rio, onde estavam os órgãos do Governo Federal e onde os Comandantes de tropa eram da maior confiança do Governo, embora numerosos fossem nossos apoios nas bases. Em Minas, a situação era diferente – governo civil, tropa federal e povo estavam unidos, sendo, por isso, a área mais favorável para início de um movimento armado, e o Governador Magalhães Pinto estava decidido a aceitar essa responsabilidade."

É interessante ainda ouvir o seu relato de como ele e seu estado-maior conseguiram chegar a um meio termo virtuoso entre a afoiteza de Mourão e a prudência de Magalhães Pinto e do Gen. Guedes:

"Estabelecemos um esboço de idéia de manobra que consistia num meio-termo entre o exagerado risco de nos lançarmos às cegas para o Rio de Janeiro, como queria Mourão, e a imobilização defensiva em torno das fronteiras de Minas, que resultaria na transferência ao Governo de toda a iniciativa das operações, como era o desejo de Guedes e Magalhães Pinto."

A atuação do Gov. Magalhães Pinto, se bem que inicialmente reticente, veio a se tornar decisiva depois de sua decisão de apoiar a

Revolução que estava em gestação. E essa circunstância transfere-se para o estado que governava. Sobre as reticências iniciais de Magalhães Pinto, assim se refere Armando Falcão:

> "A princípio, não se sabia o que ele era." "Todavia, manda a verdade histórica que se diga que, de repente, Magalhães mudou de rumo, firmou o pé, apoiou a Revolução e foi peça de indiscutível relevo no desdobramento final do movimento. Denys, em Minas, cabalou e atraiu Magalhães para o campo revolucionário."

A importância que assumiu Minas Gerais na eclosão da Revolução de 64 é bem retratada por esta nota, publicada pelo *O Globo,* edição de 29/03/65:

> "O centro dos acontecimentos militares deslocara-se para Belo Horizonte, onde os Generais Guedes e Mourão, comandantes das tropas do Exército sediadas em Minas, haviam atendido à pregação legalista do Marechal Denys e convenciam o Governador Magalhães Pinto a romper com o Governo Federal. No dia 31 de março, a proclamação do Governador de Minas, mobilizando o estado contra a subversão comunista, eletrizava a Nação. Minas inteira, sem distinção de partidos, estava coesa, e a Força Pública se engajava nas tropas que desceriam sobre a Guanabara..."

O próprio Magalhães Pinto, em declaração formal feita através do rádio e da TV em 20 de março de 1964, já se antecipava a essa proclamação quando dizia, segundo o testemunho de Hélio Silva:

> "Este é um pronunciamento de Minas Gerais. De Minas parte esta conclamação ao País. Esperamos uma atitude clara e conseqüente das Forças Armadas, pois a Lei Maior faz delas não defensoras de parcialidades do País, mas de toda Pátria; não garantidoras de um, mas dos Poderes Constitucionais; servidoras não de situações e eventualidades, mas da lei e da ordem."

René Armand Dreifuss acrescenta sua versão sobre as restrições que se faziam ao Gen. Mourão, cujo papel decisivo na preparação e eclosão de 64, entretanto, foi inegável, conforme já vimos:

> "...Mourão Filho não realizou muito no setor puramente militar, isto é, na coordenação e preparação de um movimento subversivo dentro das Forças Armadas. Ele próprio

manifestou insatisfação com seu Estado-Maior militar, que considerava ineficiente e até completamente incapaz. Mal sabia ele que essa ineficiência demonstrava ser o resultado de uma ação deliberada de desaceleração por parte de seus colaboradores... grande parte do pessoal da estrutura militar por ele estabelecida era formada por jovens oficiais ligados ao complexo IPES/IBAD. A liderança da elite orgânica não se mostrava muito entusiasmada com a idéia de o Gen. Mourão Filho continuar com seus excêntricos pontos de vista políticos e idéias sócio-econômicas tradicionais, conforme lhes parecia."

É um julgamento talvez excessivamente severo do papel de Mourão, cujo entusiasmo pela causa já foi plenamente demonstrado neste trabalho. O quanto ele era cioso de seu papel pode bem ser avaliado neste trecho de seu diário, apresentado por Hélio Silva:

"O movimento, se for vitorioso, como infalivelmente deverá sê-lo, elegerá um Presidente civil para completar o qüinqüênio, ao passo que um Conselho Militar-Civil, por mim presidido, estudará e apresentará as reformas à Constituição com a mudança da forma de Governo. Tudo deverá ficar pronto no espaço máximo de três anos, isto é, terminará em 1965."

Por aí se vê que ele afastava a idéia de um Presidente militar assumir o Governo após a vitória da Revolução, preferindo reservar a si próprio um papel decisivo nos destinos do movimento, em estreita cooperação com os setores civis que dele vinham participando.

Quanto ao Marechal Denys, um dos signatários do profético *Manifesto* dos ministros militares do governo Jânio Quadros contra a posse de Goulart, sua participação já foi citada diversas vezes ao longo deste trabalho. Embora já afastado dos quadros da ativa do Exército, ele próprio, estimulado pelo grande prestígio de que desfrutava entre seus pares, julgou-se obrigado a apoiá-los com sua visão, experiência e discernimento nos acontecimentos decisivos, que culminaram na eclosão da Revolução de 64. E as razões por que o fez são por ele apresentadas:

"Eu aceitei o papel de coordenador e depois de articulador militar por me julgar obrigado a observar a marcha dos acontecimentos, em vista de ter sido ouvido no acordo que instituíra o regime parlamentar."

O seu testemunho, publicado em *Letras em Marcha* de março de 74, mostra que ele participava da impaciência do Gen. Mourão,

mas, por outro lado, tinha idéia diferente sobre a data da eclosão, que não coincidia nem com a de Mourão nem com a do grupo conspiratório do Rio, cuja previsão a situava entre os dias 02 e 10 de abril. Reportando-se à reunião "escandalosa" no aeroporto de Juiz de Fora, referida por Mourão, diz o Marechal:

> "Conhecendo o Governador Magalhães Pinto e sabendo de seu interesse em ficar a par da verdadeira situação político-militar, tive com ele uma conferência, por mim solicitada, no Aeroporto de Juiz de Fora, no dia 28 de Março de 64, às 17 horas, onde tudo ficou decidido..."

Sobre essa reunião, a versão do Gen. Bayma Denys é a seguinte:

> "A preparação esteve a cargo de Monteiro de Castro e Pierucetti, ambos Secretários do Governador Magalhães Pinto, que procuraram o Mal. Denys a 27 de março para sondá-lo sobre os acontecimentos. O Mal., após atualizá-los sobre o quadro conspiratório, pediu uma reunião com o Governador Magalhães Pinto, o mais breve possível, a qual se realizou no dia 28 no Aeroporto, às 15 horas.
>
> Além do Marechal e dos dois Secretários, estavam presentes o Governador, o Gen. Mourão, o juiz Antonio Neder e o Comandante da PM/MG, Cel. José Geraldo. Nessa ocasião, o Marechal expôs o quadro conspiratório. Informou contar com os seguintes e definidos apoios na área dos diversos Exércitos:
>
> 1º Ex – quadros de Generais sem comando
> 2º Ex – Riograndino Kruel e promessas de Amaury Kruel
> 3º Ex – Cel. Manta e Generais sem comando
> 4º Ex – Gen. Justino Alves Bastos, Cmt. do Exército.
>
> Na reunião, o Mal. instou com o Gov. Magalhães Pinto no sentido de assumir a liderança civil do movimento, já que a Revolução necessitava de uma conotação civil, com base em um grande Estado: 'Hoje o Sr. tem condições de reagir, porque é governo, mas no dia 24 de abril o Governo Federal deverá fazer a intervenção federal em Minas Gerais e então o Sr. perde a força de que hoje dispõe'. O Cel. José Geraldo assumiu postura favorável à entrada de Minas na conspiração, dizendo então ao Governador: 'Governador, o Mal. Denys tem razão'. Finalmente o Governador concordou e colocou a Polícia Militar à disposição do Exército.
>
> O Gen. Mourão pediu mais tempo para uma melhor preparação da tropa, ao que o Marechal respondeu: 'Mourão, revolução não deve ter data marcada, mas quanto mais retardar sua eclosão mais risco haverá de delação. Ninguém está

preparado, nem nós nem o Governo, mas a nosso favor temos a surpresa'."

Assim terminou a reunião, ficando o Gen. Mourão com o encargo de acertar os detalhes.

Ainda segundo o Gen. Bayma Denys, após a reunião do aeroporto, num dos dias 28 ou 29 de março, o Mal. Denys reuniu-se com o Gen. Carlos Luiz Guedes em Juiz de Fora, quando disse a este:

> "Guedes, o Mourão está em dificuldade para sair logo com o movimento. Vê se sai o quanto antes."
>
> "De fato, assim aconteceu, pois o 12° RI, sob o Comando do Cel. Dióscoro Valle, saiu no dia 30, segunda-feira, no final do expediente, dirigindo-se para Juiz de Fora, onde chegou no dia seguinte, já revoltado."

Acrescenta o Gen. Bayma Denys:

> "Esta atitude do Gen. Guedes, ao partir com o movimento no dia 30 de março, teve a virtude de tornar irreversível a sua deflagração."

Revela ainda o General outros aspectos da dinâmica atuação do Marechal, ao informar sobre suas atitudes logo após a decisão tomada na reunião do aeroporto:

> "No dia 29, à noite, o Mal. Denys deu ordem ao então Cap. Rubens Bayma Denys para que informasse aos Gen. Costa e Silva e Castelo Branco sobre o desfecho da reunião do Aeroporto de Juiz de Fora. O primeiro não acreditou no possível bom êxito do movimento e apresentou para isto as seguintes razões:
>
> – Magalhães Pinto não era confiável;
>
> – Mourão era conspirador 'de alto falante na boca', querendo com isto dizer que era indiscreto;
>
> – a única saída para a reação seria a criação de 'batalhões sagrados'.
>
> A finalidade do aviso a Costa e Silva era para que ele se preparasse para assumir a liderança militar no Rio de Janeiro.
>
> Quanto ao Gen. Castelo, o mesmo foi informado pelo então Cap. Telesca, que veio a ser seu Ajudante de Ordens na Presidência da República."
>
> "No dia 29 de março, mensageiros de Minas Gerais foram ao Rio de Janeiro para contactar Cecil Bohrer, Chefe de

Polícia, para que ficasse preparado para a eventualidade de realizar prisões a partir de 2ª feira, dia 30, envolvendo lideranças sindicais, tomando cuidado para manter sigilo sobre a iminente eclosão do movimento.

Foi-lhes recomendado, especialmente, não informar sobre o assunto o Gen. Gustavo Borges, Secretário de Segurança Pública da Guanabara, para que o mesmo não levasse a informação ao conhecimento do governador Carlos Lacerda, a fim de que os preparativos para a eclosão não fossem explorados politicamente, ocorrendo em conseqüência uma delação da mesma.

O sigilo desses preparativos foi a razão pela qual o Embaixador Lincoln Gordon e o Gen. Vernon Walters foram surpreendidos pela eclosão da Revolução."

"Outra intervenção muito importante do Marechal ocorreu quando o juiz Neder pediu-lhe que comparecesse ao Quartel General na manhã de 31 de março para resolver um impasse que surgira no Estado-Maior de Mourão. Vários oficiais e alguns comandantes não tinham sido preparados para a revolução e relutavam em dela participar. O Mal., em conversa com os oficiais relutantes, conseguiu convencê-los."

Outro episódio narrado pelo Gen. Denys revela que:

"O Gen. Muricy, chamado para comandar a vanguarda da tropa, recebeu recomendação do Mal. para que não parasse no limite de Minas Gerais com o Estado do Rio de Janeiro, como queria o Gen. Mourão, preocupado em não invadir a área de outro comando."

Tais fatos confirmam o seu dinamismo e o peso de sua atuação, empenhando-se pessoalmente em momento tão crucial para os destinos do movimento.

É oportuno ressaltar que tal atuação credenciava plenamente o Marechal Denys para vir a ser o primeiro Presidente da República do ciclo revolucionário, privilégio que sua desambição prontamente descartou, preferindo indicar para o posto um líder civil, o governador Magalhães Pinto.

Outra figura que veio a exercer papel proeminente, sobretudo na fase final do período pré-revolucionário, foi o Gen. Amaury Kruel, que comandava o II Exército, em São Paulo.

Amigo pessoal que era de João Goulart, de cuja confiança desfrutava, sentia-se em posição desconfortável em participar de uma conspiração contra ele. Isto fez com que, de início, seu papel nos acontecimentos fosse visto com reservas pelos setores revolucionários.

Chegou a um ponto, entretanto, em que, convencido do envolvimento do Presidente pela vasta teia da subversão que se armava e depois de inutilmente tentar alertá-lo para a gravidade da situação, decidiu-se pelo alinhamento entre os revolucionários. Armando Falcão assim se refere ao fato:

> "O Gen. Amaury Kruel era anticomunista e isto acabou levando-o, na hora da decisão, a uma posição contrária a Goulart."

A decisão foi completada com uma proclamação, que assim se inicia:

> "O II Exército, sob meu comando, coeso e disciplinado, unido em torno de seu chefe, acaba de assumir atitude de grave responsabilidade com o objetivo de salvar a Pátria em perigo, livrando-a do jugo vermelho.
>
> É que se tornou por demais evidente a atuação acelerada do Partido Comunista para a posse do poder, partido agora mais do que nunca apoiado por brasileiros mal avisados que nem mesmo têm consciência do mal que se está gerando."

Kruel já estava informado da iminente eclosão do movimento e assim informa aos seus oficiais no dia 28 de março, adiantando que "o levante geral seria marcado na semana seguinte", o que correspondia à previsão do grupo conspiratório do Rio.

Surpreendido, como este, pela eclosão do movimento em Juiz de Fora, ainda tentou demover o Presidente de sua atitude, repetindo-lhe advertências anteriores, ponderações que não foram acolhidas. Tal circunstância é testemunhada em entrevista do Gen. Euryale Jesus Zerbini, subordinado do Gen. Kruel e que se negou a seguir sua liderança. Em seu relato diz ele:

> "O Gen. Kruel me esclareceu de que até as onze e trinta da noite de 31 de março ele instara com o Presidente para que se desembaraçasse de elementos que o cercavam, de cor e situação de extrema esquerda. Me repetiu a resposta do Presidente. Dizia: 'Nunca tive o apoio nem das forças políticas nem das Forças Armadas durante o meu Governo. Só tive dificuldades. Se agora, nesta hora cruciante, eu me livro dos que me cercam, equivale a um suicídio'."

Sobre a atitude do Gen. Amaury Kruel face à conspiração, testemunha o Gen. Bayma Denys, citando as palavras do Mal. Denys

dirigidas ao grupo de conspiração de alto nível, do qual participava o Gen. Riograndino Kruel:

> "Esta Revolução não tem chefe. O chefe será quem mais fizer por seu sucesso, sua vitória. Diga isso ao seu irmão Amaury."

A resposta de Riograndino foi:

> "Na hora certa ele estará conosco."

Naquela ocasião, acrescenta o Gen. Denys, pensava-se que a Revolução poderia durar no tempo como a Revolução Espanhola.

Não foi o Gen. Kruel o único a tentar influenciar João Goulart. Segundo Hélio Silva, o Gen. Pery Constant Bevilacqua, também muito chegado ao Presidente, tanto que era o seu Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, igualmente tentou demovê-lo, conforme testemunho do próprio Gen. Pery:

> "No dia 31 de março último fui recebido no Palácio das Laranjeiras pelo então Presidente João Goulart, em audiência especial que solicitara para levar-lhe informações sobre o estado moral e disciplinar das Forças Armadas, as repercussões sobre elas das ocorrências político-militares e uma impressão sobre a situação no tocante à Segurança Interna. Nessa oportunidade mostrou essa Chefia, verbalmente, a necessidade de o Presidente fazer uma opção imediata, entre as Forças Armadas e os sindicatos dominados pelos comunistas e quanto ao apoio do seu Governo, por não parecer compatível a coexistência do Poder Militar com o 'poder sindical', ideologicamente antagônicos."

Dessa atitude acautelatória participou o próprio ex-presidente Juscelino Kubitscheck, segundo o testemunho do Gen. Pery, que a mesma fonte reproduz:

> "General, esta tarde eu estive com o Presidente João Goulart propondo-lhe uma solução política para a grave crise política em que está imerso o país. Urge uma substituição do Gabinete, dos Ministros e, também, de algumas pessoas da própria Presidência por pessoas marcadamente anticomunistas. S. Exa. declarou-me que já era tarde, que o Gen. Mourão já tinha levantado Minas e que pareceria um recuo, uma covardia."

Carlos Lacerda era um dos destacados líderes civis na oposição a Goulart. Apesar de sua combatividade e clareza de atitudes, eis o

que diz Armando Falcão a respeito de seu estado de espírito às vésperas da eclosão do movimento:

> "O Governador Carlos Lacerda mostrava-se cético, achando que estávamos definitivamente perdidos; que Goulart tinha conseguido montar o que chamava de 'dispositivo militar invencível', ao lado do 'dispositivo sindical imbatível'."

No que se refere ao Gen. Castelo Branco, os contatos iniciais de Armando Falcão encontraram este chefe militar numa posição de extrema discrição, obediente ao seu feitio de legalista clássico. A sua nota interna, baixada já na condição de Chefe do Estado-Maior do Exército, face ao descalabro a que se chegara, é que veio definir sua posição francamente dentro do espírito da Revolução de 64, constituindo-se em um dos maiores estímulos à sua eclosão, dada a liderança intelectual e moral que exercia.

Quanto ao Gen. Costa e Silva, o Gen. Jayme Portella é testemunha de sua atividade silenciosa na fase conspiratória, mostrando que ele esteve na própria "raiz do movimento".

Esse chefe sempre estimulou os companheiros revolucionários, seja no comando do IV Exército, seja como Diretor Geral do Pessoal, sendo que nesta última função contrariou ordens do ministro quanto ao destino da transferência de oficiais favoráveis à Revolução, colocando-os em locais onde pudessem ser mais úteis à causa. Perdeu o comando do IV Exército por sua atitude definida ao tratar os subversivos de sua área, assim como depois veio a perder a chefia do DGP por sua atitude em relação aos oficiais transferidos.

Ao Gen. Golbery do Couto e Silva deve-se a já citada criação da "Campanha da Mulher pela Democracia" – CAMDE – em 1962, cuja atuação, sempre por ele incentivada, tanta influência veio a ter na eclosão da revolução. Ainda como exemplo de sua ação conspiratória, deve ser citado o papel decisivo que exerceu na fundação do IPES, e depois do IBAD, e na posterior e ativa atuação dessas duas entidades, a ponto de merecer de Glycon de Paiva referências altamente enaltecedoras, como as que já foram mencionadas.

Os três fatos culminantes

O conjunto de fatos até aqui descritos mostra que havia um clima pré-revolucionário, bem como a decisão de desencadear a contra-revolução a qualquer momento. Esse momento foi precipitado pela ocorrência de três acontecimentos sucessivos, que denominamos de "os três fatos culminantes". A simples circunstância de terem ocorrido mostra não apenas a ousadia e o otimismo dos subversivos petebo-

comunistas, mas também o seu grau de desinformação quanto às suas reais potencialidades, comparadas com as do movimento de 64 que, a esta altura, estava maduro para eclodir. O aspecto comum nesses três fatos culminantes foi a imprudência e irresponsabilidade do Presidente João Goulart, ao prestigiar aberta e desafiadoramente graves manifestações, altamente atentatórias aos princípios da hierarquia e da disciplina, elementos basilares na estrutura das Forças Armadas. Examinemos esses três fatos na ordem cronológica de sua ocorrência.

A eles assim se refere o Mal. Denys, no testemunho já citado:

> "Nos começos de março desse ano (1964), se deram graves ocorrências, que foram julgadas como tendo sido preparadas para a intimidação prévia de quem fosse contrário ao governo. Um grande comício perto da Estação Central, no Rio, seguido de repetidas e espalhafatosas indisciplinas de marinheiros e fuzileiros, com o chamado Cabo Anselmo, e o anunciado banquete de Sargentos e Praças ao Presidente da República, no Automóvel Clube, na noite de 30 de março, alarmaram as oposições no Congresso, nas Assembléias e nos jornais."

O *O Globo,* edição de 29/03/65, nos relembra o primeiro desses "três fatos":

> "Não satisfeito com a mobilização de seus ministros, em cadeia de rádio e televisão, não apenas para defender o Governo, mas para propagar as reformas, o Sr. João Goulart resolve, ele próprio, vir à praça pública, a fim de sustentar a necessidade da reforma da Constituição, alegando que a de 1946 não lhe permite governar nem atender às imperativas exigências de mudança de estrutura. Programa uma série de comícios pró-reformas nas principais capitais do País. Começaria no dia 13 de março, no Rio de Janeiro. Diante desses anúncios, afastada a polícia carioca, porque a concentração se realizaria na Central do Brasil, diante do Ministério da Guerra, local vedado a comícios, o Governador carioca (Carlos Lacerda) toma apenas uma medida: declara ponto facultativo naquele dia. Os janguistas interpretam tal anúncio como desejo de esvaziar o comício."

E continua, acrescentando maiores detalhes:

> "Chega o dia 13 de março. O Governo vinha preparando um enorme aparato militar, para sua grande demonstração de força no 'Comício das Reformas'. As entidades estudantis, dominadas por diretórios esquerdistas, procuram mobilizar a

opinião pública. O dispositivo sindical está a postos. O Partido Comunista prepara faixas e cartazes: predominam os dísticos pedindo a legalidade do PC. O campo de Santana parece, de tarde, uma praça de guerra: tanques e canhões cercam o Ministério da Guerra, soldados espraiam-se na praça, metralhadoras em profusão, bazucas, armas de toda a espécie. Começa a afluir a massa, trazida em caminhões: calcula-se que vieram, dessa forma, cinqüenta mil pessoas das cidades fluminenses circunvizinhas. Preparando o comício, o Sr. Leonel Brizola aparece em 'manchete' na imprensa esquerdista: 'Congresso não representa mais o povo brasileiro'. O CGT já se declara 'em prontidão' até a derrota definitiva das forças retrógradas." "De noite, chega ao palanque o Presidente de República. Vibra o locutor, entregando o microfone ao Sr. João Goulart, que tem à direita a Primeira Dama, Dona Maria Teresa, pela primeira vez ao seu lado num ato público daquela natureza e, à esquerda, o líder comunista Osvaldo Pacheco, que representara o PCB, ainda na ilegalidade, na Constituinte de 1946. Atrás do Presidente, agitado, o Professor Darcy Ribeiro. Parlamentares esquerdistas, federais e da Guanabara, são figuras eminentes no palanque presidencial, ao lado de pelegos notórios e comunistas fichados: confraternizam-se os Srs. Roberto Morena e Riani, os dirigentes do PUA e do CGT, os presidentes da UNE e da UME, do CACO e entidades estudantis menores. Jamais o Partido Comunista Brasileiro, na ilegalidade, conseguira tão retumbante vitória: as faixas e cartazes, elevando-se sobre a cabeça dos paisanos e os capacetes dos soldados, proclamam esse triunfo. Dizem os maiores: 'Viva o PCB' e 'PCB, teus direitos são sagrados'. Diante do entusiasmo avassalador da massa arregimentada, que lhe interrompe a fala a cada instante, o Sr. João Goulart começa a ler o seu discurso. Vez por outra, interrompido pelos aplausos, volta-se um pouco e inclina o ouvido a um conselho do Sr. Darcy Ribeiro, parecendo, depois, improvisar. É total a cobertura de rádio e televisão: a imagem do comício chega a quase todos os municípios paulistas, a mais de cem cidades fluminenses, a mais de duzentos municípios mineiros. O presidente anuncia as desapropriações pela SUPRA, a regulamentação dos aluguéis, a encampação das refinarias particulares e manifesta seu inabalável desejo de pressionar o Congresso – em nome do povo – a promover a reforma constitucional."

Por sua vez, em *Letras em Marcha,* edição de abril de 84, o Gen. Meira Mattos assim comenta o assunto:

"O Movimento de 31 de março impediu que sucumbisse nossa sociedade democrática submetida à ameaça de um

processo de subversão sistemático e programado, que chegou a proporcionar o espetáculo degradante do comício da Central do Brasil, a 13 de março, com a presença do Presidente da República e do Ministro do Exército, onde uma massa mobilizada através de toda sorte de facilidades de transporte e alimentação gratuita mostrava os seguintes cartazes, entre muitos outros: 'Jango assina a reforma e nós faremos o resto' – 'Osvino taca a faca nos trustes' – 'Armai-vos uns aos outros' – 'Os trabalhadores querem armas para defender o governo' – 'Jango, defenderemos suas reformas à bala' – 'Cadeia para os gorilas' – 'Todo o poder à CGT' – 'Legalidade para o PC'."

O Gen. Muricy, no seu já referido testemunho, assim se reporta ao mesmo tema:

"Março veio mostrar quão certas eram as nossas previsões. O comício do dia 13 em frente à Central do Brasil foi um acinte ao Povo brasileiro e ao Exército, que teve que garantir a pessoa do Presidente e, indiretamente, assegurar a ação dos agitadores que pediam, em altas vozes, a legalização do Partido Comunista, as chamadas 'Reformas de Base', a desapropriação de terras pela SUPRA, o direito de voto aos analfabetos, aos marinheiros, cabos e soldados, a elegibilidade para todos os eleitores, visando com isso particularmente as praças, e a anistia para crimes políticos (comunistas)."

O acontecimento é assim descrito pelo já citado artigo de *Seleções do Reader's Digest:*

"No começo de março de 1964 o País inteiro era um rastilho pronto a irromper em chamas de revolta. Em 13 de março, o próprio João Goulart, com os vermelhos a incitá-lo, temerariamente riscou o fósforo. Perante uma audiência de uns 100.000 trabalhadores – arrebanhados por líderes vermelhos e trazidos para o Rio de Janeiro em ônibus e trens ao custo de mais de 400 milhões de cruzeiros para o Governo –, Goulart e Brizola irrevogavelmente comprometeram o Governo a fazer mudanças radicais. Realizado na praça em frente à estação da Central do Brasil, no Rio, na hora da volta para casa das grandes massas residentes nos subúrbios, o comício apresentou uma floresta de cartazes enfeitados com a foice e o martelo e exigências como 'Legalidade para o Partido Comunista!' e 'Armas para o Povo'. Agentes democratas, procurando misturar-se com a multidão, constataram estar dividida em blocos, cada um com sua própria senha para deixar de fora quaisquer intrusos inamistosos. A estupefata classe média brasileira, assistindo TV,

ouviu Goulart denunciar como 'superadas' a estrutura do Governo e a ordem social existente, exigindo mudanças básicas na Constituição. Entre as mudanças sugeridas: legalização do Partido Comunista. A seguir, Goulart anunciou dois decretos. Um confiscava e entregava à Petrobrás as seis refinarias ainda em mãos de particulares. O outro, mais assustador, autorizava o Governo a confiscar, sem indenização em dinheiro, quaisquer áreas agrárias por ele julgadas inadequadamente utilizadas e entregá-las a camponeses sem terra – uma clara repetição do programa inicial de Fidel Castro de 'Reforma Agrária'."

Jacob Gorender acrescenta:

"Na noite de 17 de março, na comemoração do aniversário de 'Novos Rumos' no auditório da ABI... Prestes se referiu ao comício do dia 13 e declarou: 'O povo veio à rua para perguntar ao Presidente da República se está disposto a colocar-se à frente do processo democrático e revolucionário que avança. E as massas puderam naquele dia tomar conhecimento de alguns atos do Presidente da República, conhecer suas palavras em discurso que, sem dúvida alguma, podemos chamar de memorável, porque naquele dia o Presidente João Goulart, com os atos que assinou e com as palavras que enunciou, disse ao povo brasileiro que queria assumir a liderança do processo democrático em desenvolvimento em nosso país."

O esforço legalista do Gen. Castelo Branco, refletindo o espírito vigente no grosso das Forças Armadas, sofreu um abalo definitivo após a realização do comício, o qual se ampliaria de forma decisiva com os outros fatos culminantes que se sucederam. Eis como a eles se referiu este chefe militar, em nota que publicou, fazendo sua apreciação dos acontecimentos e orientando o Exército sobre a atitude a adotar, retirando-as de sua perplexidade. Eis a parte principal da referida nota, que deixa a porta aberta para a eclosão da Revolução:

"Compreendo a intranqüilidade e as indagações de meus subordinados nos dias subseqüentes ao comício de 13 do corrente mês. Sei que não se expressam somente no Estado-Maior do Exército e nos setores que lhe são dependentes, mas também na tropa, nas demais organizações militares e nas duas outras corporações militares. Delas participo e elas já foram motivo de uma conferência minha com o Exmo. Sr. Ministro da Guerra. São evidentes duas ameaças: o advento de uma Constituinte como caminho para a consecução das reformas de base e o desencadeamento em maior escala de

agitações generalizadas do ilegal poder do CGT. As Forças Armadas são invocadas em apoio a tais propósitos. Para o entendimento do assunto, há necessidade de algumas considerações preliminares. Os meios militares nacionais e permanentes não são propriamente para defender programas de governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei. Não estão instituídos para declarar solidariedade a este ou àquele poder. Se lhes fosse permitida a faculdade de solidarizar-se com programas, movimentos políticos ou detentores de altos cargos, haveria necessariamente o direito de também se oporem a uns e a outros. Relativamente à doutrina que admite o seu emprego, como força de pressão contra um dos poderes, é lógico que seria também admissível voltá-la contra qualquer deles. Não sendo milícia, as Forças Armadas não são armas para empreen-dimentos antidemocráticos... A ambicionada Constituinte é um objetivo revolucionário pela violência com o fechamento do atual Congresso e a instituição de uma ditadura. A insurreição é um recurso legítimo de um povo. Pode-se perguntar: o povo brasileiro está pedindo ditadura civil ou militar e Constituinte? Parece que ainda não. Entrarão as Forças Armadas numa revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo para gozar o Poder? Para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para submeter a Nação ao comunismo de Moscou? Isso, sim, é que seria antipátria, antinação e antipovo. Não. As Forças Armadas não podem atraiçoar o Brasil. Defender privilégios de classes ricas está na mesma linha antidemocrática de servir a ditaduras fascistas ou síndico-comunistas. O CGT anuncia que vai promover a paralisação do País, no quadro do esquema revolucionário. Estará configurada provavelmente uma calamidade pública. E há quem deseje que as Forças Armadas fiquem omissas, ou caudatárias do comando da subversão? Parece que nem uma coisa e nem outra. E, sim, garantir a aplicação da lei, que não permite, por ilegal, movimento de tamanha gravidade para a vida da Nação."

O segundo fato culminante foi o motim dos marinheiros. Vejamos como a ele se referem fontes já citadas.

Almirante Rademacker:

"Vários marinheiros, chefiados por um cabo escrevente, tentaram se organizar na Associação de Marinheiros, proibida pelos regulamentos militares. Mesmo avisados da proibição, arranjaram um sobrado, na rua São José, onde se instalaram. O

Ministro da Marinha, Almirante Sylvio Borges de Souza Motta, ordenou seu fechamento e a prisão dos marinheiros implicados. O Presidente Goulart ordenou ao Ministro da Marinha a soltura dos marinheiros, e o Almirante Sylvio Motta, dignamente, recusou-se e pediu exoneração do cargo que ocupava. O Presidente Goulart resolveu contemporizar. Outros marinheiros, insuflados por comunistas, instalaram-se no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, reagindo durante alguns dias às ordens de se retirarem. Muitos oficiais, principalmente os da Escola de Guerra Naval, puseram-se à disposição para retirar os marinheiros do Sindicato. Um outro grupo de marinheiros foi organizado dentro do Arsenal da Marinha, ostentando um pavilhão nacional, para ir se juntar aos do Sindicato dos Metalúrgicos. Esse grupo, ao chegar em frente ao Ministério, foi enfrentado pelos oficiais que constituíam uma vigorosa resistência, reunidos em torno do Almirante Arnaldo Hasselmann Fairbairn, Diretor de Intendência da Marinha... O Capitão-de-Fragata Rafael de Azevedo Branco avançou e, bravamente, arrancou a Bandeira brasileira das mãos de um grupo, que retrocedeu e dispersou-se, sendo muitos presos."

O testemunho seguinte é do General Muricy:

"A Semana Santa trouxe o motim dos marinheiros, que se homiziaram no Sindicato dos Metalúrgicos, receberam a adesão da Força de Fuzileiros Navais que os foi cercar e, depois, liberados pelo Presidente Goulart na hora em que se montava uma ação militar contra eles, desfilaram pela Avenida Presidente Vargas conduzindo nos ombros o subversivo Almirante Aragão."

O Almirante Heitor Lopes de Souza assim relata o mesmo episódio:

"Comprovando o fato (a infiltração comunista na Marinha), ocorreu o episódio do Sindicato dos Metalúrgicos e marcha de cerca de setecentos marinheiros da área do Arsenal da Marinha em direção àquele Sindicato, e que foi dissolvida em frente ao Ministério da Marinha.

Consultado pelo Ministro Sylvio Motta se aceitaríamos, sob o Comando de um Almirante, a missão de desalojar e prender os amotinados... declarei que aceitaria, mas sob o meu próprio Comando, com oficiais fuzileiros e tropa de minha inteira confiança. Apresentei o plano a executar, achando o Ministro necessária a aprovação do Presidente João Goulart... o Presidente não aprovou o plano. A polícia do Exército recolheu os

sublevados pela manhã e levou-os para o seu Quartel, de onde foram liberados... Os fuzileiros e marinheiros, em *marche au flambeau,* vieram até a Igreja da Candelária, onde carregaram nos braços os então Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais e o Chefe do Estado-Maior da Armada. Este gesto, somado à manifestação feita ao Presidente da República pelos sargentos, no Automóvel Clube, acelerou a eclosão de 31 de março."

O *O Globo,* na edição comemorativa antes citada, descreve o fato com certas minúcias bem elucidativas, por evidenciarem o alto grau de subversão da hierarquia que era incentivada dentro da Marinha:

> "Sete dias depois do Comício das Reformas, quando o Governo já programava outro, em Belo Horizonte... chega ao auge, na Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, o movimento de rebeldia que se instalara no seio daquela entidade, visando à subversão total da hierarquia na Armada. Anteriormente, haviam comparecido alguns cabos e fuzileiros àquela associação, para solidarizarem-se com outras manifestações sindicais. Reagindo contra a baderna, o Ministro da Marinha mandara prender... os indisciplinados. Mas os cabeças, os cabos Anselmo e Marco Antonio, comandados do Almirante Aragão – um dos 'generais do povo' – já haviam sofrido durante o ano punições superiores a um mês, por isso sua pena seria a expulsão da Armada. Em lugar de apresentarem-se às autoridades superiores para a punição, homiziaram-se na sede do Sindicato dos Metalúrgicos. Proclama o Almirante Sylvio Motta que não admite idéias subversivas nos quartéis."

E mais adiante:

> "O Almirante Candido Aragão vai reabrir a sede da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil e o Almirante Araujo Suzano e o próprio Almirante Aragão são carregados nos braços da marinhagem insubmissa, para revolta das figuras mais representativas da Armada Brasileira."

O mesmo jornal ilustra a matéria com duas fotografias: uma do Almirante Suzano carregado nos braços dos marinheiros, e outra do Almirante Aragão confraternizando com eles.

A prisão dos rebelados e os acontecimentos que se seguiram são assim descritos por outra fonte:

"As Tropas do Exército cercaram e prenderam os rebeldes, que no entanto foram postos em liberdade algumas horas depois, por ordem do próprio Presidente. Para grande desapontamento dos militares, Goulart 'pediu' aos amotinados que fossem para os seus quartéis, com a garantia de que não seriam punidos e receberiam dispensa no fim da semana. O Ministro da Marinha, Almirante Silvio Borges de Souza Motta, abruptamente exonerou o 'Almirante do Povo', depois demitiu-se em protesto contra o encorajamento do motim pelo Governo. Goulart imediatamente reconduziu o 'Almirante do Povo' ao seu posto e a seguir anunciou que o novo Ministro seria Paulo Mario da Cunha Rodrigues, um esquerdista conhecido como 'Almirante Vermelho', convocado da reserva nessa emergência. Os amotinados comemoraram ruidosamente a vitória nessa tarde no centro do Rio, conduzindo aos ombros o bem-amado 'Almirante do Povo'."

Finalmente, o Dep. Bilac Pinto reproduz trechos de uma nota do Gen. Costa e Silva, onde se lê:

"Mais do que se poderia esperar, os fatos ocorridos... na Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais vieram demonstrar o acerto das precisões do Exmo. Sr. General Castelo Branco, no que respeita ao desencadeamento, em maior escala, de agitações generalizadas do ilegal poder do CGT. Agora, o CGT, em conluio com elementos reconhecidamente comunistas, leva a agitação, não mais à classe operária, mas ao seio das Forças Armadas, começando pela gloriosa Marinha do Brasil. As agitações da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais foram... preparadas, incentivadas e desencadeadas por comunistas e membros atuantes do CGT."

O terceiro "fato culminante" ocorreu na sede do Automóvel Clube, no Rio de Janeiro, a 30 de março de 1964. Foi a gota d'água que faltava para desencadear a revolução.

Goulart queria demonstrar seu prestígio junto aos escalões menores das Forças Armadas. Daí seu comparecimento à reunião promovida pela Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Rio de Janeiro, no Automóvel Clube, na noite de 30 de março de 1964.

"Dezenas de comunistas confraternizaram-se com os militares." "O ponto alto da reunião foi o discurso do Presidente da República. Inebriado pela calorosa recepção dos sargentos e incentivado pelos constantes aplausos, Jango fez um dos discursos mais inflamados de sua vida pública. Defendeu os

sargentos amotinados. Propugnou pelas reformas de base. Acusou seus adversários, políticos e militares, de estarem sendo subsidiados pelo estrangeiro. Ameaçou-os com as devidas 'represálias do povo'. A televisão mostrou ao vivo estas cenas. Muitas das pessoas que as assistiram sentiram que, após aquela reunião, a queda de Jango era iminente. Na verdade, fora seu último discurso como Presidente da República."

O Gen. Mourão confirma essa impressão:

"Eu não queria ouvir o Jango, e Maria me obrigou. Que coisa horrível! Quem pode duvidar, depois dos graves acontecimentos da Marinha, uma sessão subversiva daquelas no Automóvel Clube, que o Jango vai dar o golpe em poucas horas?"

Sobre o fato, o Gen. Lyra Tavares apresenta sua versão:

"Na véspera desse dia, o Presidente deposto, orientado por líderes comunistas, compareceu a uma reunião pública promovida deliberadamente, a pretexto de uma homenagem que lhe prestava o Clube de Sargentos da Polícia, com alguns outros militares que se deixaram envolver pela política, colocando a sua autoridade de Comandante das Forças Armadas a serviço da indisciplina, pois se tratava sabidamente de um atentado ostensivo às normas básicas do comportamento militar.

Basta citar estas palavras por ele publicamente dirigidas aos sargentos que, com grande empenho, os seus assessores conseguiram reunir:

'Quero que as minhas primeiras palavras sejam de agradecimento pelo estímulo e conforto e, acima de tudo, pela solidariedade que acabo de receber (a dos discursos políticos e subversivos) nesta memorável assembléia de todos (era uma insignificante minoria especialmente preparada e convocada) os suboficiais e sargentos das Forças Armadas' (a reunião era da Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado da Guanabara)."

Segundo Hélio Silva, a imprudência de Goulart ao comparecer a tal homenagem era tão grande que:

"Os Deputados Tancredo Neves e Doutel de Andrade, em ligações telefônicas com o Palácio das Laranjeiras, pediram ao Presidente que não comparecesse àquele ato. A festa, na opinião dos líderes do PSD e do PTB, poderia resultar na gota d'água que transbordaria o copo... como resultou."

ECLOSÃO

Aspectos gerais

A reunião de João Goulart com os sargentos na sede do Automóvel Clube, na noite de 30 de março de 1964, foi a gota d'água que fez transbordar os sentimentos patrióticos do povo brasileiro e de suas Forças Armadas.

No dia 31 de março, em apelo de salvação nacional, pôs-se em marcha um Destacamento do Exército, sediado em Minas Gerais, sob o comando do General Olympio Mourão Filho. Nas horas aflitivas que se seguiram, outras Grandes Unidades do Exército e Unidades da Marinha e Aeronáutica passaram a apoiar a contra-revolução em marcha. Em menos de quatro dias, estava consolidada a vitória das forças democráticas, já então sob a liderança ostensiva do General Humberto de Alencar Castelo Branco; Goulart, a esta altura dos acontecimentos, abandonara a capital com os principais elementos de seu séquito, rumo ao exílio, no Uruguai.

A *Manchete*, em edição comemorativa dos dezenove anos da Revolução, referindo-se às condições peculiares da Revolução de 64, afirma:

> "Então o povo e as Forças Armadas saíram para as ruas e depuseram o governo. Imediatamente o Congresso, declarando vaga a Presidência, elegeu novo presidente, de acordo com a Constituição. A Revolução, feita pelo povo e por militares que se confundem com o povo, foi fiel à índole popular: ao contrário das revoluções marxistas da América Latina, não houve fuzilamentos; os responsáveis pelo caos foram punidos com a perda dos cargos e de seus direitos políticos, para preservar o País de sua influência prejudicial por algum tempo."

O eminente sociólogo Gilberto Freire, por sua vez, ao apresentar um enfoque sociológico da Revolução de 64, diz que o que ela fez e, sobretudo, evitou

> "basta para lhe assegurar uma caracterização histórica que a eleve acima de quarteladas ou dos chamados 'pronunciamentos' militares ou caudilhescos. Dela não emergiu caudilho algum de capote, a opor-se a desorientados políticos de casaca. Nenhum que concorresse para situar as Forças Armadas Brasileiras num papel caudilhesco, contrário à sua tradição..."

O papel exemplar da Revolução de 64 e suas repercussões positivas para o Mundo Livre são assim apresentados por Bilac Pinto:

"É necessário que o Mundo Livre se aperceba da profundidade e da significação desse movimento de repulsa democrática e construa sobre essa vitória a linha de partida de uma contra-ofensiva destinada a varrer a infiltração que a 'guerra revolucionária' executa à sombra das liberdades democráticas."

"No plano internacional, a revolução redundou em uma das maiores vitórias estratégicas do Mundo Livre sobre o expansionismo comunista, irradiado de Moscou e Pequim, cujas pretensões de domínio político da América Latina são atestadas em constantes pronunciamentos dos líderes vermelhos."

Em outros pontos deste livro já foi oportunamente ressaltado o fato de que o Movimento de 64 deve ser considerado mais uma contra-revolução do que uma revolução, apesar de sua denominação ter sido consagrada como a "Revolução de 64".

Acrescentemos mais algumas opiniões a respeito, as quais respaldam essa conclusão, que é uma de suas peculiaridades.

A revista *Hora Presente,* edição de abril de 76, frisa devidamente este aspecto:

"O Movimento de 31 de março não foi uma revolução, mas uma contra-revolução. Tratou-se de restabelecer a ordem, perturbada de alto a baixo por um Governo que afastava a Nação de seus rumos históricos, submetendo-a aos planos da Revolução mundial comunista. Tal como viria a acontecer alguns anos depois no Chile. Nisso está a razão mais profunda da legitimidade do Movimento Libertador de março de 64."

O ex-deputado federal e grande entusiasta da Revolução de 64, Fernando Nobre Filho, em artigo de 04/05/77, confirma:

"31 de março foi uma contra-revolução, que geraria, como gerou, o verdadeiro, o único, o principal movimento político-social em nossa Pátria, e que universalmente passou a denominar-se a Revolução Brasileira de 1964. Nossas Forças Armadas, atendendo a convicções patrióticas e ao apelo que o povo lhes fazia, se viram na contingência de pôr um fim às aflições que nos torturavam. Note-se bem: não puseram apenas um paradeiro, puseram um fim. E portanto e para tanto é que a Revolução não pode deixar de perdurar."

Esse caráter contra-revolucionário do Movimento de 64 é também objeto da honesta autocrítica de Jacob Gorender:

"Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse."

Ainda de fonte comunista é o seguinte comentário, de autoria de Hercules Correa :

"O golpe de Estado de 1964 e o regime ditatorial por ele implantado assinalaram mais um momento de culminância do choque entre as forças políticas e sociais que defendem mudanças estruturais e as que defendem o prosseguimento desse sistema injusto. Ele aparece, assim, como expressão de um movimento destinado a barrar o processo de transformações que se esboçava e que era fruto, principalmente, da mobilização popular. Foi, nessa medida, um golpe contra-revolucionário cujos efeitos teriam de se fazer sentir... em todos os terrenos da vida brasileira."

A autocrítica da IV Internacional, em seu Congresso realizado em 17 de agosto de 1964, também concorda com esse caráter da Revolução de 64:

"El nacionalismo de Brizola, diferenciando-se de Goulart, en la declaración, en el programa, se quedaba preso de Goulart, y en la organización también no tenia una organización diferente, a parte. El golpe dado por la reacción *contrarevolucionaria,* se encontró con el comienzo de organización de Brizola." (grifo nosso)

Mais adiante confirma esse caráter:

"La ventaja de la *contrarevolución*... es que ellos teniam un objetivo: impedir la continuación del gobierno de Goulart, porque era peligroso y podia desembocar en un movimiento revolucionário." (Grifo nosso)

Clarence W. Hall, em um artigo publicado nas *Seleções do Reader's Digest* logo após a vitória do Movimento de 64, diz:

"E então, de repente, algo aconteceu. No último instante, uma contra-revolução antecipou-se à iniciativa deles. A sofrida classe média brasileira, sublevando-se em força bem organizada e poder completamente inesperado, fez sua própria

revolução – e salvou o Brasil. Sem precedentes nos anais dos levantes políticos sul-americanos, a revolução foi levada a efeito não por extremistas, mas por grupos normalmente moderados e respeitadores da lei. Conquanto sua fase culminante fosse levada a cabo por uma ação militar, a liderança atrás dos bastidores foi fornecida e continua a ser compartilhada por civis. Sua ação foi rápida, sem derramamento de sangue e popular, além de todas as expectativas."

No que se refere à oportunidade do Movimento de 64, diz a IV Internacional no documento citado :

> "El intento de organizar a las masas atraves del movimiento nacionalista mostró que se pudo hacer. Si el golpe militar tardaba cinco, seis meses más, Brizola organizaba el movimiento."

Confirmando essa oportunidade, afirma o Gen. Lyra Tavares, em conferência pronunciada no Seminário de Informações Estratégicas, realizado na Zona do Canal de Panamá na semana de 9 a 17 de junho 64:

> "Em Minas Gerais, a polícia apreendeu o Plano Revolucionário do Partido Comunista para o movimento que iria eclodir, em breve prazo, mas que foi totalmente aniquilado pela Revolução de Março. Constam desse documento as seguintes recomendações sobre o processo de neutralizar a ação das Forças Armadas, nos quartéis ou nos navios: 'É necessário regular todos os pormenores. Cada oficial suspeito à revolução deverá ter um agente responsável pela sua eliminação. Essa eliminação terá que ser executada, na hora prescrita, sob pena de morte do responsável por ela. Quanto aos sargentos, é preciso fazer a ficha de todos os que puderem prejudicar o movimento, pelo seu prestígio na tropa, pela sua inteligência e coragem, para que sejam incluídos no plano de eliminação'."

De igual juízo compartilha o Prof. Manoel Gonçalves Ferreira Filho, quando diz em seu livro *A democracia possível:*

> "...é preciso não esquecer que o Movimento de Março foi, inicialmente, uma contra-revolução. Eclodiu não com o intento de elidir a democracia deficiente que tínhamos, e sim com o desígnio de salvar a democracia abertamente ameaçada pelo Governo de João Goulart e seus aliados, os quais não ocultavam o desejo de alterar o regime. Foi ele, assim, motivado pela

necessidade de interromper um processo de subversão, obediente ao esquema da guerra subversiva."

Características peculiares da revolução de 64

A rapidez com que se desenhou a vitória, outra de suas peculiaridades, mereceu a seguinte referência de Bilac Pinto:

> "Julgamos que a brevidade da operação militar se deve, entre outros fatores... à inteligente aplicação que as forças armadas revolucionárias democráticas empreenderam do clássico princípio da surpresa, aliada a condições indiscutíveis do apoio maciço da opinião pública..."

Bilac Pinto acresce às causas do sucesso rápido aquelas provenientes dos erros cometidos pelos subversivos:

> "Parece que os empreendedores da 'guerra revolucionária' no Brasil cometeram, em relação aos princípios formulados por esses líderes comunistas mundiais, uma série de flagrantes erros táticos, uns resultantes de uma aplicação indevida, em razão de condições evidentemente diversificadas das que se observaram na China, no Vietname e em Cuba, e outros ocasionados por uma inadequada interpretação daqueles princípios."

O Marechal Odylio Denys, em testemunho prestado no 15° aniversário da Revolução de 64, em *Letras em Marcha,* confirma as idéias anteriores:

> "A Revolução de 31 de Março de 1964 foi vitoriosa em 48 horas, sem sacrifício de vidas. Se assim aconteceu é porque teve o apoio geral das Forças Armadas e da opinião pública de todo o País, que não queriam que fosse implantado o regime sindicalista no Brasil. E esteve por pouco, pois sabia-se de plano existente para outorgar a sua Constituição no dia 1° de Maio de 1964, pelo Presidente da República, Dr. João Goulart."

Ainda no leque de peculiaridades há outros aspectos a ressaltar.

Enquanto os movimentos revolucionários anteriores tinham a característica de dissensão apenas no plano da política interna, com fidelidade das partes em conflito aos fundamentos do regime, baseados na democracia representativa, o de 31 de março de 1964 diferiu fundamentalmente nesse aspecto, pois que, mais do que uma revolução, foi

uma contra-revolução, desfechada contra a intenção clara e ostensiva do governo deposto de uma ruptura institucional, culminando por entregar o Brasil à tutela do comunismo internacional, no exato molde do que aconteceu em Cuba, diretamente citada como exemplo por figuras altamente representativas do governo da época, como já vimos nos antecedentes.

Surgiu como um movimento insopitável das elites democráticas e do povo, poderosamente estimulados pela atitude edificante da mulher brasileira, a que as Forças Armadas emprestaram imediato e decisivo apoio, introduzindo o elemento de força que permitiu a vitória fulminante.

Foi, portanto, a mais legítima das revoluções, pois que visou, sobretudo, à preservação da forma de governo democrático-representativa e da concepção de vida tradicional do povo brasileiro, legitimamente integrado na civilização cristã e ocidental.

Se esta foi a sua grande motivação, não se limitou, entretanto, o movimento, a este papel de defensor das instituições. Foi mais além, integrando-se no conceito pleno de revolução, pela ênfase que, desde o início, emprestou às reformas sociais, políticas e econômicas, procurando dinamizar as diversas atividades de governo. Esta dupla finalidade está bem explicitada em diversas afirmações de líderes revolucionários, que timbram em caracterizar o seu sentido legitimamente democrático e reformista anti-reacionário.

Outra peculiaridade da Revolução de 64, um reflexo ainda do espírito legalista das Forças Armadas – que tanto contribuiu para adiar a sua eclosão –, foi o seu empenho em resguardar ao máximo os preceitos constitucionais. Assim, logo após a vitória do movimento, não se apressaram elas em assumir o poder, o que seria perfeitamente admissível numa conjuntura revolucionária. Ao contrário disso, o poder foi entregue de imediato ao sucessor legal do presidente deposto, que era o Presidente da Câmara dos Deputados, deputado Ranieri Mazzili. Também o Congresso foi mantido em funcionamento, cabendo-lhe mais tarde referendar a eleição do Marechal Castelo Branco como primeiro presidente do ciclo revolucionário.

Esse aspecto legalista fica mais ressaltado quando se toma conhecimento de algumas críticas que, por essa razão, a Revolução sofreu, como esta de Jaber Medeiros, publicada no jornal *Renovação Nacional,* edição de Maio/Junho de 81:

> "Embora os chamados governos da Revolução tenham feito algo de benéfico ao País, seja-nos lícito afirmar que todos eles, sem exceção, teimaram em continuar nos mesmos rumos do passado condenado, eis que a Revolução autolimitou-se, em

quase nada alterando os quadros da situação anterior, não caminhando para uma necessária e indispensável transformação do Estado Nacional capaz de consolidar a segurança do país e de conformar os textos constitucionais a novas exigências impostas pela realidade brasileira e mundial. O sistema representativo continuou o mesmo; a Justiça não se atualizou diante de elementos novos que surgiram na vida do País, tais como os crimes sociais, os contra a economia popular, a guerra revolucionária, a deflagração de conflitos de rua, o terrorismo, a pregação de idéias subversivas pela cátedra, pela imprensa, pelos meios modernos de comunicação. A administração pública não se premuniu contra a infiltração de elementos comunistas ou da corrupção."

Para encerrar essas apreciações, nada melhor do que conhecer a opinião de um liberal, Milton Campos, figura inatacável, que era então Ministro da Justiça do primeiro governo revolucionário. Em discurso pronunciado a 20 de Setembro de 1964, na presença do Presidente da República, apresentou seu respeitável parecer sobre as características peculiares da Revolução de 64, focalizando com muito equilíbrio e propriedade a feliz simbiose que soube realizar entre a força da revolução e o resguardo das instituições democráticas. Disse ele:

"Estamos numa fase revolucionária e ao mesmo tempo instituímos um governo constitucional. A vitória das armas foi fácil não só pela coesão das Forças Armadas, como pela participação e pelo consentimento das forças políticas e populares.

Em correspondência, o poder revolucionário se limitou a si mesmo e promoveu a eleição do governo nos termos da Constituição. Vossa Excelência ficou sendo um Presidente eleito na forma anteriormente prevista, as instituições foram preservadas e as liberdades públicas mantidas. Essa irresistível vocação para a lei merece ser assinalada, porque vale como marca de maturidade política e de educação democrática. Mas cumpre não esquecer que o ponto de partida foi a Revolução, e as revoluções, no seu dinamismo próprio, forçam caminhos e impõem soluções que nem sempre são as da normalidade e das expectativas anteriores. Daí a necessidade de compor, em meio ao tumulto, os quadros da normalidade renovada e de se abrir o leito por onde deverão correr as águas antes revoltas. Bem se pode imaginar o que essa tarefa exige de ponderação de valores e de avaliação de realidades, de senso discriminatório e capacidade de distinção, de paciência e de modéstia.

Do caos para a revolução e da revolução para a reconstrução, eis o itinerário pelo qual os povos se salvam de suas crises, e lançam as linhas vitoriosas de sua história. Essa é, em

nosso país, a pesada e grandiosa tarefa que cabe a Vossa Excelência, Presidente Castelo Branco."

Fracasso dos dispositivos de defesa e frustração do Governo deposto

Já vimos que as reações da sociedade contra a subversão aberta, estimulada pelo Governo Goulart, eram de tal vulto que o efeito de seu progressivo acúmulo se assemelhava ao do vapor d'água dentro de uma panela de pressão.

A euforia dos agentes subversivos era tal, que os cegava para o significado dessas reações e para a real fragilidade do "dispositivo militar" e do "dispositivo sindical" aos quais se somavam os *Grupos dos Onze.*

Bem que houve frágeis tentativas de reação do governo, mas prontamente se frustraram ao falhar seu ilusório apoio.

Eis alguns exemplos dessa frustração.

Criticando Goulart pela falta de reação ao Movimento de 64, dizem os trotskistas, em um documento de autocrítica da IV Internacional, datado de 17 de agosto de 64:

> "...los millones de votos que recibio Goulart, quando el plesbicito, no fueron votos obreros. La inmensa mayoria es la pequeño-burguesia. Si esta no salió a la calle a defender Goulart, es por la misma razón que el proletariado también no salió; que iban a defender con Goulart? Un gobierno que huió, escapa y no llama las masas y que quiere proteger-se en base a las cúpulas de las direciones militares, no puede incitar, no puede atrair la resolución de las masas."

Hélio Silva nos dá outro exemplo ao focalizar o apelo do Gen. Ladário a Brizola. O general fora designado para organizar e comandar a reação ao movimento no território do Rio Grande do Sul e contava com os *Grupos dos Onze.* Numa reunião com Goulart e Brizola em Porto Alegre, dirigiu a este o seu apelo vão:

> "Perguntei, nesse momento, para o Dep. Brizola, em quanto tempo seria possível colocar à minha disposição cinco mil homens. Poderíamos, então, em seis horas, mobilizar dez Corpos Provisórios sob o Comando dos Oficiais da Brigada Militar. Além disso, acrescentei, V. Exa. é um homem do povo, nossa resistência aqui levantará a opinião pública no resto do país e se tornará incontrastável."

O mesmo Hélio Silva, citando o Gen. Ladário, focaliza sua inexplicável cegueira sobre a gravidade da situação que se desenhava no Brasil e que não poderia escapar à observação de um chefe supostamente bem informado:

> "Sempre fui medularmente democrata. Jamais poderia defender um governo comprometido com o comunismo. Tenho hoje a perfeita certeza de que a invocação de combate ao comunismo e a miserável campanha movida nesse sentido é obra de alguns inconscientes, de muitos fanáticos e de uma malta de farsantes a serviço de políticos 'sem votos' e dos interesses de pessoas e grupos ligados à espoliação do povo brasileiro pelos interesses estrangeiros."

Confirmando a falta de reação ao Movimento, diz Fernando Nobre Fº, no documento "A Contra-revolução no Brasil", já citado:

> "As minorias comunistas não chegaram a esboçar a menor reação diante da simultaneidade e da determinação com que atuavam todas as classes sociais, arrebatando-lhes, inclusive, a técnica da iniciativa, da agressividade e da surpresa, que normalmente caracterizam as ações comunistas na fase final do processo de Guerra Revolucionária."

Condenando a atitude dos "nacionalistas" de Brizola e batendo na mesma tecla, diz a citada autocrítica dos trotskistas:

> "...los viejos pelegos demonstraron falta de voluntad de lucha, abandonaron el movimiento de Brizola, que en cuanto se puso la situación peligrosa cada uno abandonó, desertó, dejando a las masas abandonadas y solas."

Referindo-se à falência do "dispositivo militar" de Goulart, diz o mesmo documento antes citado:

> "Tinha o governo deposto como certo que o aliciamento dos sargentos, a inversão do princípio hierárquico e o estímulo à indisciplina conseguiriam neutralizar a ação dos Chefes Militares, tornando as Forças Armadas incapazes de qualquer oposição ao poder sindical, que fora infiltrado, mobilizado e orientado para contrapor-se às Instituições da democracia brasileira. A rapidez com que a Revolução de 31 de Março salvou o Brasil do comunismo demonstrou, mais uma vez, o espírito democrático de suas Forças Armadas, inclusive de seus sargentos, na quase totalidade fiéis ao juramento que

prestaram de fidelidade às Instituições e ao sistema de vida livremente escolhido pelo povo brasileiro, de acordo com as autênticas tradições nacionais."

Na segunda quinzena de Maio de 64, o PCB, através de sua Comissão Executiva, fez uma autocrítica de seu fracasso, junto com o de seus aliados da burguesia, onde afirma:

"Absolutizamos a possibilidade de um caminho pacífico e não nos preparamos para enfrentar o emprego da luta armada pela reação. Embora nos documentos do Partido se afirmasse que um dos caminhos possíveis para a conquista de um governo nacionalista e democrático era a ação armada do povo e de parte das Forças Armadas, em resposta a uma tentativa golpista, estávamos inteiramente despreparados para isto no terreno político, ideológico e prático."

Este texto sugere o aproveitamento dos erros cometidos para o prosseguimento da luta numa linha mais agressiva.

O comunista Hercules Correa confessa o despreparo e a desinformação dos subversivos, surpreendidos pela reação contra-revolucionária à sua tentativa de se apossar do governo:

"Quando os tentáculos do fascismo envolveram a Bolívia em 1971, o Uruguay em 1972 e o Chile em 1973, o espanto inicial de muitos companheiros queridos em La Paz, Montevideo e Santiago fez-me recordar nossa surpresa e despreparação no Brasil de 1964, quando fora preciso enfrentar situações inesperadas de derrota."

Mozart Victor Russomano confirma tais apreciações quando diz:

"A avalanche do movimento armado – rápido e perturbador – era facilmente previsível, na série de provocações feitas à hierarquia militar, ao poder econômico e às instituições tradicionais do País. Não obstante, ao que parece, tomou de surpresa tanto aqueles que detinham largas parcelas de mando, quanto aqueles que, na planície, em silêncio ou com empáfia, aplaudiam os rumos sindicalistas pelos quais o Brasil parecia enveredar."

Uma fonte disponível apresenta sua versão sobre as verdadeiras causas da queda de Goulart, onde estão implícitos a ausência de apoio popular e o ônus de sua aliança com o Partido Comunista:

"Goulart, no entanto, acabou caindo. Sua queda não se deveu às reformas de base que desejou implantar. Elas eram necessárias e a maioria justas, tanto é que a Revolução vitoriosa, a seu modo, acolheu várias delas. Goulart caiu por causa da estratégia e das táticas que adotou. Pretendeu implantar as reformas com ou sem apoio do Congresso, 'na lei ou na marra', como diziam seus seguidores, através da mobilização das massas..."

Emblemática da frustração do Governo e da rápida vitória da Revolução de 64 foi a defecção do Grupamento Tático do 1º RI – com exceção de uma bateria de artilharia –, como veremos na descrição que, no Capítulo II, será feita das operações militares. Só o 1º RI, unidade básica do Grupamento, era mais poderoso, em termos de força militar, do que a vanguarda das forças de Minas Gerais que deveria enfrentar. A facilidade com que se processou a adesão mostra que, além das razões que serão oportunamente apresentadas, o fator moral e a adesão da maioria dos seus componentes aos ideiais da grande maioria das Forças Armadas teve papel preponderante.

As operações militares

O Gen. Muricy foi o comandante do Destacamento Tiradentes, que constituiu a vanguarda das forças revolucionárias de Minas Gerais. O grosso de tais forças não necessitou ser empregado, pois a ação da própria vanguarda, associada a outros acontecimentos favoráveis, foi o suficiente para decretar a queda do governo Goulart. Deixemos que o próprio Gen. Muricy relate a ação dessa vanguarda, de acordo com entrevista concedida a "Letras em Marcha":

"Nessa mesma noite (30 Mar) a televisão transmitiu para todo o Brasil a festa do Automóvel Clube. Minas já estava com seu dispositivo pronto. Mourão precipitou os acontecimentos e mesmo sem se ligar ao Governador Magalhães Pinto – que deveria dar partida em Minas – e ao General Guedes, determinou, cerca das 5 horas da madrugada de 31 de Março, o início do movimento.

Tomadas as providências preliminares junto ao seu excelente Estado-Maior revolucionário, determinou que fossem avisados aqui no Rio, entre outros, o Deputado Armando Falcão, o Governador Carlos Lacerda e eu."

"Cerca das 7 horas (dia 31), entretanto, recebi o telefonema do Juiz Neder informando-me de que o Gen. Mourão dera partida ao movimento e perguntava a que horas eu poderia estar em Juiz de Fora.

> Disse ao Juiz que, por ter sido apanhado de surpresa, precisava reunir os oficiais que iriam comigo e avisar aos companheiros do Rio. Esperava poder partir pelas 9 horas e, assim, estar no QG da 4ª RM pelo meio-dia, acrescentando que, a partir daquela hora, estaria à disposição do Gen. Mourão."

Esta parte do relato do Gen. Muricy mostra que ele não estava ao par do movimento do 12° RI, na tarde do dia 30, por ordem do Gen. Guedes, conforme informou o Gen. Bayma Denys. Isto é perfeitamente compreensível, pois quando ele chegou a Juiz de Fora, a 31, já lá encontrou o regimento, reunido aos demais elementos de seu destacamento.

Continua o Gen. Muricy:

> "Imediatamente ao chegar apresentei-me ao Gen. Mourão, que se mostrou radiante com a minha chegada e determinou que assumisse o comando do Destacamento da Vanguarda, por ele denominado Tiradentes.
>
> Fardamo-nos, tomei conhecimento rápido da situação, fiz contato com os elementos do Estado-Maior da 4ª RM, com os quais teria que trabalhar, organizei o embrião do meu próprio Estado-Maior, cuja chefia dei ao Cel. Walter Pires, e parti com ele e o Caracas para os quartéis, a fim de não só tomar contato com meus novos comandados, como para assumir realmente o comando, apressando a partida da tropa para concentração inicial no Paraibuna, a ser realizada naquela tarde e noite de 31 de Março para 1° de Abril.
>
> No 10° RI, a tropa, já sob o comando do Coronel Everaldo José da Silva, do Estado-Maior do Gen. Mourão, que assumira as funções face à posição legalista do seu comandante efetivo, armava-se e preparava-se para embarcar nos ônibus cedidos pelo empresário José Mansur, que os colocara prazerosamente, bem como seus motoristas, à disposição do comando revolucionário. Reuni a oficialidade do 10°, expus-lhes a situação, disse-lhes que era o comandante do Destacamento Tiradentes, elogiei a atitude por eles assumida e pedi-lhes, se necessário fosse, o sacrifício pessoal em benefício do Brasil. Recebi o maior apoio. Determinei que, tão logo embarcados, partissem para a ponte do Paraibuna, onde o destacamento se concentraria.
>
> Seguimos depois para o quartel da 4ª RO 105, onde a tropa já estava embarcada e pronta para partir, aguardando apenas a fixação da hora do início do movimento. Chamei seu comandante, o Ten. Cel. Elias Antonio Jaber, reuni os oficiais, e repeti a cena do 10° RI. Todas as velhas viaturas estavam

impecáveis e, como mais tarde verifiquei, eram um exemplo de manutenção como não vi melhor no Exército.

A seguir, foi a vez do 9º Batalhão da Polícia Mineira, coeso com seu comandante Cel. da PM Antonio de Padua Falcão. Lá encontrei o mesmo entusiasmo e a mesma decisão das unidades do Exército.

Cerca das 16 horas regressamos ao QG, onde fiz um relato do que vira e, enquanto almoçava, ouvi uma explanação dos E2 (informações) e E3 (operações), que nos puseram a par da situação e dos acontecimentos até aquele momento, mostraram-nos a Ordem de Operações elaborada pelo EM, em que era previsto o deslocamento da tropa até a fronteira de Minas, e sua concentração. Com o magnífico E3 Major José Antonio Barbosa de Morais, discutimos o prosseguimento das operações, ficando assentado que ao amanhecer de 1º de abril partiríamos rumo ao sul, já com a coluna completa e em ordem de marcha, incluindo, além da tropa de Juiz de Fora, o 11º RI, de São João Del Rei, sob o comando do Cel. Oswaldo Ferraro de Carvalho, um Batalhão do 12º RI, de Belo Horizonte, sob o comando do Major de Infantaria Carlos de Oliveira Pinto, e elementos de apoio logístico organizados em Juiz de Fora, que deveriam chegar ao Paraibuna durante a noite, como de fato chegaram.

Dois Batalhões da Polícia, em posição defensiva, deveriam barrar qualquer progressão pela estrada que conduz do Rio para Além Paraíba."

"Determinei ao 4º Esquadrão de Reconhecimento que se deslocasse para uma região a 1,5 km ao Sul da ponte do Paraibuna, a fim de assegurar uma sólida cabeça-de-ponte que me permitisse partir ao romper a aurora.

Somente depois disso, pelas 5 da tarde, o Gen. Mourão fez sua proclamação, havendo-a mostrado previamente ao Juiz Neder, a mim e a outros oficiais."

"Às 20 horas, segui para a ponte sobre o Paraibuna na divisa de Minas, acompanhado do Ten. Cel. Walter Pires e do Maj. Alisio, num carro dirigido pelo Sgt. Nelson e tendo como segurança o soldado Cesar.

Em outro carro seguiram o Ten. Cel. Caracas e outros oficiais do meu EM.

Pouco depois das 21 horas instalei meu posto de comando na estação da via férrea, em Paraibuna, e iniciamos o planejamento para a jornada de 1º de abril.

Pouco antes da meia-noite entrou em contato com nossa tropa o 1º BC de Petrópolis, cujo comandante, o Cel. Kerensky, era de total confiança do governo.

O Capitão Fassheber, que já servira naquela unidade e que conhecia todos os seus oficiais, corajosamente ultrapassou nossas linhas, fez contato com o Tenente Comandante do

Pelotão de Vanguarda, convenceu-o a vir conversar comigo e o trouxe. Disse-me o Tenente que ele e outro comandante do pelotão da companhia-testa estavam prontos a se juntar a nós. Determinei que voltasse à sua tropa e trouxesse todos os elementos que pudesse. Menos de uma hora depois, os dois tenentes e seus pelotões se apresentaram a mim e foram incorporados ao Destacamento.

Essa defecção e a incerteza sobre o que poderia acontecer fizeram com que o Cel. Kerensky retornasse para Petrópolis, com o restante do BC, desguarnecendo a frente. Com isso, suspendi uma operação de envolvimento que estava sendo preparada e que seria conduzida pelo Maj. Alisio.

Cerca das 4 da madrugada, próximo de um velho casarão colonial, fui procurado pelo Marechal Denys. Vinha comunicar-me que estava em deslocamento para Paraibuna, vindo do Rio, um Grupamento Tático composto do 1º RI e de um Grupo de Artilharia. O Comandante do GT, o Cel. Raimundo Ferreira de Souza, antigo assistente do Marechal, entretanto, chamado ao telefone por um filho do Coronel Batista, Chefe do EM de Mourão, quando passava por Três Rios, atendera à solicitação do Marechal de aderir ao movimento.

Em vista disso e também pela possibilidade de aprisionar o Gen. Cunha Mello, que comandaria a tropa do I Exército face a Minas, embarquei no meu carro com o Cel. Walter Pires, o Cel. Caracas e o Maj. Alisio, ultrapassei nossas linhas e fui ao encontro do Cel. Raymundo.

Clareava o dia quando, já em Serraria, 20 km ao sul da ponte, encontrei o Regimento Sampaio. Seu comandante se apresentou a mim e colocou sua tropa à minha disposição. Ao mesmo tempo me comunicava que o comandante do Grupo, o Ten. Cel. Raymundo Nonato, não estava de acordo com sua decisão e que procuraria retrair. Fui ao encontro do Cel. Nonato e concitei-o a lutar pelo Brasil ao nosso lado, e determinei que fosse expor meu convite a seus oficiais. Minutos depois, fui alertado de que o Grupo estava manobrando suas viaturas para regressar ao Rio. Não havia tempo a perder. Fiz uma Companhia do 1º RI tomar posição e, após dar ordem de 'fogo ao meu comando', dirigi-me ao encontro da unidade, determinei pessoalmente aos motoristas que manobrassem suas viaturas de modo a bloquear a estrada, fui ao encontro do Cel. Nonato e o prendi. Dei ordem para a tropa desembarcar e entrar em forma, e acabei convencendo-a a permanecer conosco. Apesar da rapidez de minha ação, uma bateria conseguiu retirar.

Determinei, então, ao Cel. Walter Pires que providenciasse as medidas solicitadas pelo Cel. Raymundo – alimentação, repouso e combustível – para a sua tropa e ordenei que o GT se incorporasse à coluna, à retaguarda da mesma. A partir

desse momento, percebi que era necessário partir com audácia para o Sul, a fim de rapidamente ganhar espaço, enquanto novas tropas não viessem ao nosso encontro.

Determinei à vanguarda do Destacamento que seguisse com o máximo de velocidade, num primeiro lance, para Três Rios. Desloquei-me, com meu Estado-Maior, junto a essa vanguarda.

Em Três Rios, face a uma possível ameaça vinda de Valença (até aquela hora não havia tido notícias do levante do II Exército e da Academia Militar), organizei uma flancoguarda, constituída pelo 9º Batalhão de polícia e uma seção de canhões anticarro, e a desloquei para a estação de Alfredo Chaves, situada a W de Três Rios, num apertado desfiladeiro do rio Paraíba do Sul, e que dominava tanto a via-férrea como a estrada de rodagem.

Retomei, em seguida, o movimento, e o próximo lance se destinava a nos apoderarmos da ponte da BR-161 sobre o rio Paraíba, ao S de Três Rios, o que foi conseguido.

Logo ao Sul daquela cidade fiz um alto e estava estacionado quando, vindo do Rio, chegou ao meu encontro o Marechal Djalma Dias Ribeiro. Disse-me que havia ultrapassado na subida da serra numerosos caminhões militares com tropa de infantaria e numerosas peças de artilharia de calibre 105 e 155.

Pelo número e espécie de viaturas, calculamos que se tratava de 2 a 3 Batalhões e de 4 a 6 baterias.

Ao mesmo tempo, uma viatura de reconhecimento do I Exército foi observada ao sul da ponte e ao N de Areal.

A partir de então mudava a situação; era preciso reduzir a audácia, e o Destacamento Tiradentes tomou dispositivo de aproximação. Fiz vir à frente o 11º RI e o 4º GO 105 para, sob o comando do Cel. Ferraro, ficarem em condições de ultrapassar a vanguarda tão logo fosse ela detida e, em seguida, sem novas ordens e sem dar tempo ao adversário para se instalar, montar um dispositivo de ataque e romper a frente defensiva que o General Cunha Mello tentava estabelecer ao N de Areal.

Nessa ocasião, seriam 2 ou 3 horas da tarde, determinei ao Cel. Walter Pires que fosse a Três Rios e fizesse uma ligação telefônica com o QG em Juiz de Fora, para informar nossa posição e pedir certas providências de ordem logística.

Pouco tempo depois regressou ele para me dizer que o Gen. Mourão mandava me informar que estava havendo um encontro na Academia Militar entre os comandantes do I e II Exércitos, os Generais Ancora e Kruel, que o Presidente Goulart havia fugido do Rio e que eu procurasse agir com cautela para evitar um desnecessário derramamento de sangue.

Ao tomar conhecimento dessa informação, decidi enviar o Cel. Walter à frente e procurar ligação com o Gen. Cunha

Mello, através da linha do 2º RI que estava ocupando posição à nossa frente, a cavaleiro da estrada, e que transmitisse àquele General a informação que acabara de receber. Como resultado dessa missão, executada através do Ten. Cel. Silva Reis, que já servira naquela unidade, Cunha Mello mandou ao meu encontro o Major Granja, do seu Estado-Maior, para informar-me de que seu chefe declarara haver sido enviado para me deter e iria cumprir sua missão, mas que sua tropa não seria a primeira a atirar. Iria, entrementes, verificar a veracidade da informação.

Respondi-lhe que dissesse a Cunha Mello que a minha missão era deslocar minha tropa em direção ao Rio e que também iria cumprir minha missão; que já estava montando um dispositivo de ataque, como o próprio major deveria ter visto quando atravessava nossas linhas, e que, tão logo estivesse pronto, eu atacaria. Comprometia-me, porém, antes de atacar, a avisar que iria desencadear a ação.

Uma ou duas horas após o regresso do Major Granja, recebi a visita do Cel. Ribeiro, do EM do Gen. Cunha Mello, que, de ordem de seu chefe, me comunicava que realmente se efetuara, em Resende, na Academia, o entendimento entre os comandantes do I e II Exércitos e que o Gen. Ancora declarara que o Governo não tinha mais capacidade de resistência e que ele, Cunha Mello, havia recebido ordem de retirar e, assim, pedia para eu parar onde estava, uma vez que, não tendo havido combate, convinha não dar a impressão de perseguição.

Respondi que prosseguiria para o Rio e que faria, apenas, uma concessão – não retomar o movimento antes de duas horas, dando assim tempo para o retraimento, em ordem, das tropas vindas do Rio.

Nesse intervalo, já à noitinha, reuni todos os oficiais do Destacamento na região da ponte ao norte de Areal, e falei-lhes diretamente. Informei-os da vitória da Revolução e fiz uma pregação patriótica e de cunho democrático que levantou ainda mais o moral da minha tropa."

"Daí em diante os acontecimentos se precipitaram. Dei ordem para o Destacamento prosseguir, num lanço, até a Refinaria Duque de Caxias.

Pouco depois de ultrapassar o Belvedere do Grinfo, fui alcançado pelo Gen. Mourão, que vinha pela primeira vez à frente e estava num carro com o Juiz Neder e sua mulher. Ouvimos, juntos, pelo rádio, a notícia de que o General Costa e Silva havia assumido o Comando do Exército e, havendo combinado com Mourão irmos nos apresentar ao novo chefe do Exército, no Rio, entreguei o Comando do Destacamento ao Cel. Ferraro e, com o Cel. Walter Pires, o Cel. Caracas e o Maj. Alisio, desloquei-me para o Ministério da Guerra, onde chegamos por volta das 2h da madrugada do dia 2 de abril."

"Pela manhã, após rápido descanso, depois de duas noites e dois dias sem dormir, voltei ao encontro da nossa tropa, que fizera um grande alto à altura do entroncamento da Rio-Petrópolis com a Avenida Brasil.

Nesse momento, veio ao nosso encontro o Governador Carlos Lacerda, que, após as naturais manifestações de regozijo, colocou o estádio do Maracanã à minha disposição para lá acantonar a tropa mineira.

A pedido dos Generais Costa e Silva e Castelo, o Destacamento permaneceu no Rio até o dia 5, aguardando que ficasse bem clara a situação no Brasil, uma vez que ele era o principal elemento de força com que contavam os dois chefes para uma emergência.

A 6 regressamos a Juiz de Fora, recebendo o Destacamento, em todos os lugares por onde passamos, grandes manifestações de alegria popular, espontâneas e de grande calor humano."

O Marechal Denys complementa esse testemunho:

"Depois de iniciado o movimento, começaram a chegar, sem demora, as adesões das Guarnições, que se levantavam com as notícias propaladas pelas rádios, que continham, no texto, a senha prevista com antecedência.

Como ia ser em Juiz de Fora o centro das operações militares, aí permaneci, em contato com o Quartel-General da Região. Na noite do dia 31, deu-se o grande acontecimento que fez pender, de modo decisivo, a balança a favor da Revolução.

Sabendo o Cel. João Batista da Costa, Chefe do Estado-Maior da Região, que vinha do Rio um destacamento para dominar o levante de Minas, mandou o filho Milton Batista da Costa, civil, a Três Rios, para verificar o volume da tropa, a unidade que vinha na vanguarda e quem a comandava. De lá informou ele, pelo telefone, que o Destacamento tinha várias unidades, sob o comando de um General, e que na vanguarda vinha o 1º Regimento de Infantaria, Sampaio, comandado pelo Cel. Raymundo Ferreira de Souza. Em resposta, o Cel. Batista disse ao filho para chamar o Coronel Raymundo ao telefone. O Cel. Raymundo era meu amigo e tinha sido meu secretário; assim, quando ele, em Três Rios, veio ao telefone, quem o atendeu, em Juiz de Fora, fui eu, que lhe dei informações e lhe fiz um apelo para se reunir aos revolucionários. Aí me disse o Coronel Raymundo: 'Marechal, pode contar comigo e com minha tropa'; em resposta, depois de enaltecer o patriotismo de sua decisão, avisei que iria ao seu encontro na Ponte do Paraibuna, onde estava a vanguarda revolucionária, sob o comando do Gen. Muricy. Indo até lá, na noite chuvosa, depois de fazer a

comunicação do ocorrido e estabelecer a ligação das duas vanguardas, disse ao Gen. Muricy que tomasse a ofensiva em direção a Petrópolis, pois o resto do Destacamento governista iria naturalmente se solidarizar, acompanhando o heróico Regimento Sampaio. E assim aconteceu.

Essa grande solidarização de unidades da Guarnição do Rio de Janeiro, quando conhecida, foi fulminante em suas conseqüências. Os acontecimentos se precipitaram em todo o País, dando rápida vitória à Revolução.

Foi uma arrancada impressionante, em que se viu a ação enérgica e patriótica de militares e civis dar a vitória ao Povo brasileiro, numa unidade de vistas admirável e com a compreensão da responsabilidade que lhes cabia naquele momento histórico.

Este velho soldado, embora já afastado das lides profissionais, não hesitou um só momento em preparar e tomar a iniciativa de promover o começo dessa gloriosa jornada de 31 de março de 1964, certo de que cumpria com seu dever; marchou ombro a ombro com os camaradas que se dispuseram a lutar e morrer para manter nosso tradicional regime democrático e os ideais cristãos, sob cuja égide formamos nosso coração e nosso espírito."

O papel político das Forças Armadas

Descrevemos o trabalho insidioso que a subversão exercia no seio das Forças Armadas, particularmente entre os sargentos, enquanto que adiante apresentamos a reação que tal trabalho provocou no meio militar. Ambos os itens acima situavam-se no período pré-revolucionário, quando a idéia da revolução vinha paulatinamente amadurecendo.

O presente item é uma continuação dos dois anteriores, referindo-se ao desempenho das Forças Armadas em fase posterior, correspondente à eclosão da revolução, quando seu papel foi decisivo.

E esse significativo evento constituiu um elo a mais numa cadeia de acontecimentos históricos que encontram as Forças Armadas invariavelmente em posição inconfundível de respeito aos legítimos anseios populares. Consultando a história, encontramos sempre a proclamação dessa virtude marcante do Exército. Segundo Alcindo Guanabara:

"Confunde-se na nossa história o soldado com o cidadão; e, de ordinário, mal acaba o soldado de realizar obra do cidadão, desaparece, ou é aniquilado. É o Exército que faz, em 1831, a revolução de 7 de abril; é o Exército que proclama a maioridade; é o Exército que institui a regência; e não tardará que a regência dissolva o Exército."

Referia-se ele a uma conjuntura em que, em relação à atual, só variou a falta de estabilidade de um Exército ainda embrionário.

Não é outra a opinião de Silvio Romero, quando diz:

> "Desde os pródromos da independência, a força armada tem sido poderoso auxiliar em nossas aspirações de liberdade e progresso. Foi ela que fez a famosa reunião em que se aventou e decidiu a partida de D. João VI para fora do Brasil; foi ela, a jovem gente armada, que se levantou para garantir a nova Pátria livre, que mais ardentemente propugnou pela emancipação política do país; foi ela quem primeiro compreendeu a necessidade da dissolução da constituinte, em 1823, que se tinha tornado facciosa; foi ela mais tarde, no 7 de abril de 1831, que melhor verificou a indispensabilidade da deposição do primeiro imperador; foi ela quem largou as armas, quando, nos últimos anos do cativeiro, lhe mandaram pegar escravos fugitivos e bater nos escravos revoltosos; foi ela finalmente, prestando ouvidos à proclamação do republicanismo histórico, quem deu, em 15 de novembro de 1889, o último empurrão ao trono imperial."

Esta continuidade na tradição histórica do Exército já fora também assinalada por outro estudioso, Antonio Monteiro Tourinho, quando disse:

> "Todo aquele que estuda a história do Brasil, confrontando-a com a de outros países, se surpreende com a missão verdadeiramente revolucionária em que ela tem atirado o Exército, sempre ao lado do povo. Suas tradições democráticas, suas revoluções de conteúdo popular, fazem dele um Exército raro no mundo."

A revolução de 31 de março de 1964 terá sido, talvez, a oportunidade em que mais nítida foi esta simbiose de sentimentos.

Referindo-se a outras circunstâncias históricas, disse o historiador Samuel Guimarães da Costa:

> "Em tudo isto, o povo tem sido mais um espectador que um participante, enquanto o Exército cada vez mais se transforma numa força de equilíbrio, mas que às vezes rompe os quadros normais das instituições e se coloca ao lado do povo e às vezes até à sua frente, 'inquieto e trepidante', na expressão de Gilberto Freire, diante da realidade nacional e da missão que se sente chamado a desempenhar."

Em 31 de março, a atitude do Exército ainda foi a mesma. Apenas variou a do povo, que não foi um simples espectador; nem se poderá dizer que as Forças Armadas se colocaram à sua frente: as memoráveis Marchas da Família com Deus pela Liberdade precederam-no, de fato, na eloqüente expressão da repulsa do povo aos rumos criminosos do governo de então. Procurava-se instilar a indisciplina nas fileiras das Forças Armadas, mas o Exército estava atento à advertência de Caxias: "Na anarquia ainda há uma Nação; mas na indisciplina não existe mais Exército". Procurava-se arrastar a Nação à tirania dos governos totalitários. Não foi possível. Povo e Exército, Exército e Povo, repeliram os impatrióticos agitadores. E hoje podemos repetir Evaristo da Veiga quando, em 8 de abril de 1831, na célebre proclamação ao povo, disse:

> "Tudo, tudo se deve à vossa resolução, e patriotismo, e à coragem invencível do Exército brasileiro, que desmentiu os sonhos insensatos da tirania."

Nessa referência comparativa ao procedimento das Forças Armadas Brasileiras com as de outros países cabe, ainda, a citação de uma circunstância elucidativa, muito bem retratada em um artigo que encontramos na imprensa, sob o título "A revolução redentora e outras revoluções":

> "Tanto os franceses como os russos tiveram, depois de feitas as respectivas revoluções, o natural problema dos opositores, dos contestadores e dos vencidos alijados do poder. Para solucionar esses problemas, os métodos adotados pelos franceses, com a carnificina guilhotinesca e com eliminações sumárias, e os empregados pelos russos, com outras carnificinas semelhantes e com todo o gênero de eliminações efetuadas por meio de atrocidades de todo o jaez, são sobejamente conhecidos porque históricos, públicos e notórios.
>
> Entretanto, no Brasil, nós, os 'selvagens' na opinião de muitos franceses e de russos, agimos de maneira completamente diferente. Como a deles, também a nossa Revolução teve opositores, contestadores e vencidos que foram expulsos do poder. Mas, aqui, os implicados em ações contra o poder revolucionário são apenas afastados dos lugares que ocupavam ou que ocupam. Aqui, ao civil demite-se, remove-se, aposenta-se, põe-se em disponibilidade, e ao militar reforma-se ou transfere-se para a reserva, mas a uns e outros sempre assegurando-se não só os vencimentos, mas as vantagens proporcionais ao tempo de serviço. Assim, os inimigos ou os adversários, em vez de irem para a guilhotina ou para campos de concentração, vão

> tranqüilamente para casa, e ao fim de cada mês se apresentam ao Tesouro, para que o Estado lhes pague os vencimentos e as vantagens, oferecendo-lhes, desta forma, tempo suficiente para que possam continuar a se opor e a contestar o Poder constituído que com tanto carinho os trata."

Neste ponto, poderia alguém alegar a ação nada branda da Revolução contra contestadores, ocorrida nos anos setenta. Entretanto, é preciso considerar que o fato só ocorreu cerca de dez anos mais tarde, provocado pela ação violenta de tais contestadores, que recorreram às guerrilhas urbana e rural, contra as quais a brandura nada resolve. O episódio será oportunamente abordado, quando examinarmos os acontecimentos ocorridos durante os governos revolucionários.

A revista *Mundo Econômico, Político e Social,* em sua edição do 1° trimestre de 1977, publica matéria muito importante sobre a intervenção dos militares na vida pública em geral e na Revolução de 64 em particular, a qual atualiza e confirma as citações antes feitas sobre o mesmo assunto. Eis alguns trechos expressivos dessa matéria:

> "Embora periodicamente, a partir da preparação e proclamação da República e durante todo o transcorrer destas últimas quase nove décadas, os militares brasileiros tenham interferido na vida pública nacional, eles na verdade sempre demonstraram desambição e elevado espírito de serviço ao bem comum. Seria altamente injurioso e totalmente improcedente equiparar as Forças Armadas brasileiras aos militares de alguns conhecidos países da América Espanhola, da África ou da Ásia, que abocanham o poder para desfrute próprio ou de oligarquias às quais estejam vinculados. Em 1964, mais uma vez essa tradição de nosso Exército, de nossa Marinha e de nossa Aeronáutica foi reafirmada. Os militares saíram dos quartéis para salvar o país da situação caótica a que estava sendo arrastado pela mais nociva coalizão de corrupção, de irresponsabilidade e de subversão já registrada em nossa história."

Sobre o assunto, é ainda interessante ouvir a opinião de Hermann Oehling que, em seu estudo "A função política do Exército", diz:

> "...é incorreto apresentar os chamados poderes civil e militar como uma dicotomia ou uma disjunção, pois o exército como entidade é um elemento integrante de forma mediata da estrutura de autoridade." "A função política do exército se

manifesta pela intervenção. Esta é necessariamente sintoma de crise, e possui um caráter reativo. Constatada esta, o militar passa da expectação à ação. A ação vai acompanhada da convicção de cumprir assim um dever inescusável e intransferível. Politicamente é impossível que o exército intervenha em situações de ordem, em que o poder constituído é eficaz e responde aos princípios usualmente admitidos sobre sua transmissão e exercício, ou em momentos de plena coesão social... A ação política que desenvolve o exército pode ter como objetivo proteger, complementar ou substituir o poder civil, ficando entendido que a transitoriedade é condição obrigatória e essencial."

Essas considerações são quase plenamente aplicáveis à intervenção do Exército brasileiro na inegável crise político-social que se estabeleceu em março de 1964, quando acabou por substituir o poder civil, não apenas por sua ineficácia, mas sobretudo por sua nocividade. A única restrição fica por conta da transitoriedade do poder, que se estendeu por um tempo bem superior ao inicialmente desejado e esperado. No entanto, houve ponderáveis razões para que assim acontecesse. E tais razões não são da inteira responsabilidade das Forças Armadas, como oportunamente veremos, ao tratar dos governos revolucionários.

Cabem ainda mais algumas referências sobre o papel desempenhado pelas Forças Armadas na eclosão da Revolução de 64:

A já citada autocrítica trotskista apresenta a sua versão da intervenção dos militares nas crises políticas e o faz confirmando opiniões não-comunistas de que assim agem sem a intenção preconcebida de um mero golpe:

"...aquellos generales que tratan de hacer una política de desarollo del mercado interno, lo hacen en función de los interesses de la burguesia... Y lo hacen quando ven que la burguesia es incapaz de realizar tal mission... Elles no intervienen porque tengam un programa prévio, porque sean generales preparados para eso."

De René Armand Dreifuss:

"...havia uma opinião unânime de que, sem manifestações inequívocas da opinião pública, as Forças Armadas não se sentiriam autorizadas a intervir... para a mobilização militar contra o governo e o regime desde o fracasso do golpe anterior contra a posse de João Goulart."

De Hélio Silva:

> "Esse instrumento militar (o Exército) não foi domesticado pelo Governo do Dr. João Goulart. Na hora exata, se pronunciou de modo fulminante, pondo abaixo o castelo de cartas da extrema-esquerda, que era constituído por uma minoria atrevida, habituada a dominar pela presença da greve geral e pela propaganda."

E continua:

> "Não seria possível que a evidência de uma infiltração comunista insólita e consentida pelo Governo, culminada com os lamentáveis acontecimentos do dia 26 próximo passado, deixasse de provocar a revolta generalizada a que estamos assistindo, revolta que, partida do coração de todos os brasileiros, lhes armou o braço para esta ação brava e consciente, que há de constituir um dos maiores serviços prestado ao Brasil por suas Forças Armadas."
>
> "É este conflito de poder que ocupa o centro da luta política e torna impraticável a execução de qualquer programa por parte dos dirigentes. A existência desse conflito fundamental ameaça, por fim, o próprio funcionamento das instituições básicas em que se apóia o poder. Assim, a intervenção militar teria de ocorrer, mais cedo ou mais tarde, dependendo de condições mais ou menos favoráveis ao golpe."

O Gen. Lyra Tavares, por sua vez, interpreta o retardo das Forças Armadas em atender ao reclamo nacional por sua intervenção, como sendo um reflexo de seu espírito legalista, tradicionalmente cultivado:

> "O espírito de legalidade das Forças Armadas resistiu, durante muito tempo, diante das ações e omissões com que o Governo submetia progressivamente o país ao domínio do comunismo.
>
> Somente sob o impacto de fatos e pronunciamentos públicos, claros e chocantes, de atitudes iniludíveis e da própria presença pessoal do Presidente da República, oficializando a subversão da ordem e da lei, decidiram-se as Forças Armadas, com o geral e entusiástico apoio do povo, a atuar contra a legalidade já comprometida e falseada. Elas foram fiéis, como nunca deixaram de ser, ao seu juramento e à sua missão suprema de defender a Pátria, cujos destinos estavam ameaçados pela violação da lei constitucional."

Podemos concluir este item afirmando que as Forças Armadas têm plena consciência de que, de todas as suas intervenções no processo político brasileiro – e são muitas as que a história registra – esta foi a mais legítima e a mais genuína, pois que atendeu ao manifesto reclamo popular, em defesa de valores impostergáveis da sociedade brasileira.

A LEGITIMIDADE DA REVOLUÇÃO

A rapidez com que a contra-revolução foi desencadeada e concluída não permitiu aos subversivos, assim surpreendidos, inutilizar todos os documentos que comprovavam sua criminosa atividade, conforme já acentuamos. Vejamos como uma fonte já citada descreve o resultado das buscas empreendidas:

> "Dias depois da Revolução, os brasileiros começaram a tomar conhecimento de quanto tinham estado perto de perder a liberdade. Varejando antros de subversão, apressadamente abandonados, unidades do serviço militar de informação descobriram toneladas de publicações comunistas, manuais de guerrilhas, arsenais de armas, planos meticulosos para a dominação vermelha, projetos estranhos para o massacre dos principais elementos anticomunistas. No Palácio das Laranjeiras, no Rio, havia arquivos comprometedores de correspondência de gente do Governo com chefes vermelhos, cheques compensados no valor de milhões de cruzeiros doados a organizações comunistas camufladas."

Além desses documentos, foram apreendidas na residência de Leonel Brizola as instruções relativas aos *Grupos dos Onze,* às quais já fizemos referência no item "Brizola e os *Grupos dos Onze*".

Sobre as evidências de que se vinha preparando uma revolução de índole comunista, interrompida pelo Movimento de 64, fonte disponível ainda acrescenta:

> "Foram apanhados em flagrante nove agentes vermelhos chineses, sete deles apresentando-se como membros de uma missão comercial e dois como correspondentes da Agência de Notícias Nova China. Em poder deles havia planos pormenorizados para o assassinato de proeminentes anticomunistas, bem como maçarocas de dinheiro e registro de gratificações pagas a congressistas e a membros do séquito de Goulart. O dinheiro encontrado com os nove, aparentemente destinado a subornar,

elevava-se a mais de um bilhão de cruzeiros, 53.000 dólares americanos, 5.000 libras esterlinas e diversas quantias menores de outras procedências."

"Em Pernambuco, quartel-general dos preparativos comunistas no Nordeste, foram descobertos mais de 60.000 uniformes e o mesmo número de pares de sapatos, além de encomendas para mais 50.000, destinados ao Exército Camponês, que estava sendo recrutado e adestrado por Miguel Arraes, o Governador vermelho de Pernambuco. Havia vários uniformes para os chefes revolucionários, um com desenho especial destinado ao próprio Arraes."

A Revolução de 1964, ao poupar o Brasil dessa dolorosa experiência, surgiu como medida de salvação nacional, prevenindo que acontecesse aquilo que, mais de vinte anos depois, Gorbachev conseguiu estoicamente erradicar em sua própria pátria. E a ela também deveriam ser gratos tantos de seus adversários e inimigos, que aí estão ocupando posições destacadas em todos os campos de atividade, inclusive no governo, poupados do vigoroso expurgo que sofreriam na sua aliança com os comunistas, quando estes se sentissem suficientemente fortes para entrar na segunda etapa de seu processo revolucionário.

O Ministro do Exército, na ordem do dia comemorativa datada de 31 de março de 1983, rememora e sintetiza as ameaças de que o Brasil se livrou, graças à vitória da Revolução:

"As Forças Armadas foram levadas à Revolução de 31 de março pelo clamor da sociedade civil. Este alerta, tão bem conduzido nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, era produto das seguintes ameaças:

– ao direito à propriedade, através de pregação de reforma agrária e desapropriações rurais e urbanas sem justa indenização;

– ao direito à livre representação política, pela pretensão de fechar o Congresso Nacional, eliminar os partidos políticos e substituí-los por uma "república sindicalista", para uns, e pela própria ditadura comunista, mascarada de "república popular", para outros;

– ao direito ao trabalho, pelo desencadeamento de greves políticas forçadas por piquetes armados, pelo incêndio criminoso de lavouras no campo, pela destruição de bens móveis e imóveis nas cidades para impedir o acesso da população ordeira aos locais de trabalho;

– ao direito à paz e à ordem, através de motins e revoltas de que foram vítimas as próprias Forças Armadas, cujos

escalões inferiores eram incitados a destruir os sagrados princípios da hierarquia e da disciplina, segundo os quais são constitucionalmente organizadas. Tudo isto apoiado e orquestrado por um governo fraco, contraditório, minado por comunistas e aproveitadores, que desempenhavam cargos-chave nos Poderes da República, na imprensa e nas organizações trabalhistas, algumas publicamente filiadas ao comunismo internacional."

Também nas comemorações de março de 1983, em palestra do Gen. Otavio Costa publicada na *Revista do Clube Militar,* assim se expressou aquele chefe militar:

"Bem sabemos que a Nação foi chamar os seus soldados nos quartéis para dizer o 'Basta' e o 'Fora' ao cinismo e à insensatez, à audácia e à anarquia, ao despudor, ao desgoverno, à desagregação. Bem lembramos que os liderados civis foram buscar um General para ser o novo Presidente. Todos reconhecemos a coragem e a determinação com que esse soldado com alma de estadista se consagrou à tarefa de salvação nacional e deu à Nação um exemplo de dignidade e eficiência, de serenidade e de firmeza."

O Gen. Sebastião Ramos de Castro, em mais um aniversário da Revolução, pronunciou uma palestra no "Movimento de Renovação Política", liderado pelo saudoso e dinâmico jornalista Paulo Zingg, na qual afirmou:

"Há 23 anos passados eclodia no País o Movimento Revolucionário de 31 de Março. Surgiu como resultado natural da inquietação e do descontentamento popular com o clima de agitação e de instabilidade que assolava o País. Não foi uma quartelada, um simples golpe de estado, pois os militares somente agiram atendendo, em especial, à pressão popular e também ao constatarem que os pilares básicos das Instituições Militares, quais sejam a disciplina e a hierarquia, estavam colocados em grave risco."

Seguem-se as opiniões de alguns políticos, também ligados à Revolução de 64. Comecemos por Armando Falcão, ex-Ministro da Justiça dos Governos Juscelino e Geisel, em discurso pronunciado no Tribunal de Justiça de Pernambuco, reproduzido em *O Globo* de 14 de agosto de 1976:

"A rigor, não é próprio dizer que as Forças Armadas depuseram o Presidente da República, pois este já se encontrava

em processo de fuga para o exterior, por deliberação pessoal. Não assaltaram o poder, que se achava por assim dizer no chão. Cumpriram os líderes militares o dever de ocupar o vazio e restituir-lhe o conteúdo ético para, tão rápido quanto possível, estabelecer as bases de um governo revestido de autoridade, fundado no ideal de democracia moderna, que há de ser simultaneamente um instrumento de progresso econômico e social, penhor de ordem e segurança e fator de garantia das liberdades fundamentais, com responsabilidades definidas. Se o poder civil entrou em crise, da qual o episódio de Março de 1964 representou apenas o clímax, a presença militar não traduz, por si mesma, a ausência de democracia, cujas marcas principais podem ser identificadas por um *quantum* suficiente de liberdade para o intercâmbio das idéias; garantias individuais, não só inscritas na Constituição, mas de cujo gozo estão revestidos os brasileiros; o funcionamento do princípio do juiz universal, com ausência de tribunais de exceção; o Poder Judiciário exercendo livremente o seu alto papel e em vias de passar por uma reforma vertical, há tantos anos reclamada pela magistratura e pelos cidadãos que vêem comprometidos seu patrimônio e sua liberdade pela lentidão com que o Estado responde ao dever de prestação jurisdicional; o Poder Legislativo ocupando o espaço que lhe cabe no quadro institucional; a rotatividade no Poder, certa, regular e inevitável, imprimindo ao novo regime a marca fundamental da transitoriedade dos mandatos."

Vejamos, agora, a opinião de três intelectuais da mais alta expressão no panorama cultural brasileiro:

Em artigo no *O Globo,* de 10 de novembro de 1977, dizia o saudoso Gustavo Corção, um dos mais lúcidos e apaixonados críticos da situação caótica, vivida antes de 31 de março de 64:

"Desde as primeiras horas e a despeito de todas as ameaças, alistei-me decididamente entre os que esperavam das Forças Armadas a medida de salvação nacional que todos os brasileiros normais ardentemente desejavam em 1964. Graças a Deus, nossos soldados compreenderam claramente o dever que lhes impunha a situação calamitosa do país, e não hesitaram em estabelecer um governo de exceção e de emergência, nem se detiveram diante do supersticioso escrúpulo de interromper 'o jogo democrático' que para muitos tinha, e até hoje tem, força de dogma religioso."

Miguel Reale apresenta seu ponto de vista respeitável, solidamente baseado em seu saber jurídico:

"...quando um povo subdesenvolvido se sente traído, por ver que nenhuma relação existe entre os fins de autonomia cultural e econômica, pomposamente proclamados, e a técnica e os processos empregados pelo Governo; quando a demagogia do desenvolvimento se converte em desastre comprovado, reduzindo a produção nacional a índices denunciadores de iminente colapso, tal como se deu em março de 1964, a revolução já se acha imanente ao processo mesmo do desenvolvimento, que impõe o afastamento inexorável dos responsáveis pelo seu fracasso." "Foi por tais motivos que, de maneira inesperada para alguns, mas obedecendo a uma lógica imanente ao processo revolucionário, a Revolução de Março arvorou, logo nos primeiros dias, a bandeira do combate à subversão, à corrupção, e a todas as formas de oportunismo, cujo mal congênito e irremediável consiste em tirar proveito do momento que passa, sem se levar em conta as conseqüências desastrosas que poderão resultar de abdicações e concessões nascidas do temor e da irresponsabilidade, assim como da visão unilateral dos problemas do povo."

Sobre as sólidas causas da Revolução de 1964, assim se manifestou uma figura confiável, como Austregésilo de Athayde, em artigo de 09/04/87:

"Há 23 anos instalou-se no país um regime de exceção, sob a responsabilidade do poder militar, cognominado no tempo de 'Revolução Salvadora', o que de fato lhe cabe na avaliação histórica. Salvou-se o Brasil de uma onda de desordem, cuja característica mais estranha era de que a subversão estava sendo promovida pelo Governo. Pensava-se na organização de uma república sindicalista, cujo elemento de propulsão eram as greves e a anarquia militar. O povo alarmado veio às ruas, e os quartéis, ameaçados em suas bases de hierarquia e disciplina, movimentaram-se, a começar por Minas Gerais, sempre mais sensível ao famoso 'grave senso de ordem', e a máquina artificialmente montada do sindicalismo peleguista ruiu em poucas horas, porque lhe faltava o apoio popular."

Muitas foram as apreciações de jornalistas e jornais sobre a importância do evento. Limitemo-nos a dois deles. O editorial de *Letras em Marcha* de março de 1988 diz:

"Tocada em seu instinto de sobrevivência, a Nação levantou-se a 31 de março de 64, tendo convocado suas Forças Armadas para a ação profilática; à orgia do despudor, reagiram os anticorpos da preservação social. Aí, pois, o primeiro

débito do país para com a Revolução, bastando, a propósito, acrescentar-se à lembrança o que, então, afirmava Luis Carlos Prestes: 'Estamos no Governo; só nos falta o Poder.' Foi assim que o comunismo sofreu a sua mais contundente derrota política no mundo, tirando da sua iminente sujeição o maior país da América Latina, cujo destino certamente influiria sobre o resto do Continente, o que explica o fato de o totalitarismo vermelho jamais tê-la perdoado e aberto contra ela suas baterias difamatórias, espalhadas pelo universo inteiro."

O estado de espírito das Forças Armadas ao desencadear a Revolução é muito bem retratado pelo jornalista Carlos Castelo Branco, em artigo de 04/09/89:

"Como se sabe, em 1964, as Forças Armadas não estavam determinadas a implantar uma ditadura. O golpe caracterizou-se como um contragolpe de caráter preventivo, como gostava de dizer Pedro Aleixo. O Presidente Castelo Branco, primeiro agente executivo do processo em marcha, tentou contê-lo nos limites da responsabilidade democrática, sem que pudesse dominar os cavalinhos liberados pela ação revolucionária, conforme o conceito emitido na época pelo general Meira Matos. Naquele remoto golpe, pretendia-se declaradamente preservar a Constituição e os três poderes, forma encontrada para indicar que o Congresso seria defendido contra João Goulart se ele pretendesse operar à sua revelia ou se quisesse eliminá-lo do quadro institucional, conforme se suspeitava."

Tais pontos de vista, enaltecedores da justiça da causa defendida pela Revolução de 64, são ainda enriquecidos pela opinião de diversos autores que a ela dedicaram livros, ou que escreveram artigos em jornais e revistas. Examinemos alguns deles.

Ivan Zanoni Hausen, em *Por que os militares:*

"Dentro de alguns séculos, quando os historiadores fizerem a exegese dos idos de 64, a práxis brasileira já terá o seu lugar entre as grandes alavancas de transformação social; ela terá dado ao movimento de 64 a dimensão mundial e histórica que foge hoje ao comum dos observadores: foi a primeira grande derrota do comunismo internacional. É possível que o embate final entre comunismo e capitalismo tenha de ser no campo das armas; porém, o que fica em relevo é o papel da Revolução Brasileira: quem primeiro negou ao comunismo sua justificativa de necessidade histórica; a passagem do Brasil, através da Revolução, para a fase de pleno desenvolvimento econômico-social refuta e anula a tese marxista; foi uma revolução

própria que não importou modelos e que impôs a sua práxis contra uma conjuntura de condições adversas."

Bilac Pinto, em *A guerra revolucionária:*

"Em nenhum outro país, até hoje, a 'guerra revolucionária' dispôs ostensivamente de tantos recursos como os que lhe proporcionou o Governo Goulart. Todas essas verdades devem ficar bem nítidas no espírito do povo, vacinando-o contra a argumentação depreciativa do despeito mesquinho."

"Contrariamente às situações normais de guerra revolucionária, em que o adversário do comunismo é o governo legal e as forças sociais que mantêm a ordem vigente, no caso brasileiro o processo revolucionário era apoiado pelo Governo e as forças sociais eram manipuladas pelos comunistas em seu proveito."

"Que a opinião pública se dê conta de que o cancro revolucionário não foi totalmente extirpado e que poderá alastrar-se de novo, procurando destruir o espírito nacional de amor à liberdade e o fervor democrático tradicional desta Nação."

Fernando Nobre Fº no opúsculo "A contra-revolução no Brasil":

"A Revolução de 31 de Março foi, sem qualquer dúvida, um movimento espontâneo e generalizado do povo. Não encontrou, por isso, nenhuma oposição nem obstáculo. Não houve derramamento de sangue nem qualquer luta fratricida. Limitou-se a expulsar das posições do Poder Público alguns homens que traíam a confiança do povo. Restaurou no país a ordem democrática em que ele deseja viver e em que está agora vivendo, de acordo com os mesmos princípios da Constituição Federal, que o Comando Revolucionário respeitou e manteve em vigor."

São ainda da mesma fonte os textos que se seguem:

"Pelo meio da tarde de quarta-feira, 1º de abril, estava tudo terminado, e os líderes da classe média do Brasil estavam nos microfones saudando o colapso do comunismo. Em todas as janelas do Rio esvoaçavam lençóis e toalhas saudando a vitória, e as ruas de todas as grandes cidades do Brasil se encheram de gente alegre e dançando num espírito carnavalesco."
"Como pôde uma Nação dividida de 80 milhões de pessoas mudar politicamente tão depressa e sem perda de vidas, em contraste com as carnificinas de circo romano de Cuba, ou da

Espanha, onde ambos os lados lutaram tão encarniçadamente durante anos?"

O artigo "A Nação que se salvou a si mesma", publicado em *Seleções do Reader's Digest* logo após a vitória da Revolução, diz:

> "Raramente uma grande Nação esteve mais perto do desastre e se recuperou, do que o Brasil em seu recente triunfo sobre a subversão vermelha. Os elementos da campanha comunista para a dominação – propaganda, infiltração, terror – estavam em plena ação. A rendição total parecia iminente... e então o povo disse: NÃO!"

Ainda o mesmo artigo, descrevendo o ambiente da época com muita exatidão, mostra que as três fases sucessivas da dominação comunista – primeiro, o caos; depois, a guerra civil; por fim, o domínio comunista total – estavam em pleno desenvolvimento.

Ressalta ainda o fato de que o Brasil, limitando-se com dez outros países, era a chave para a dominação de todo o continente sul-americano; sua conquista, uma vez consumada, tornaria comparativamente insignificante a expressão de Cuba como o primeiro satélite soviético das Américas.

Entre as opiniões que estamos apresentando, torna-se importante registrar a da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), antes de ser dominada pela ala progressista da Igreja, que nela introduziu a influência marxista, notória até os dias de hoje.

Um trecho da declaração da CNBB, divulgada em 02 de julho de 1964, dizia o seguinte:

> "O Brasil foi, há pouco, cenário de graves acontecimentos, que modificaram profundamente os rumos da situação nacional. Atendendo à geral e angustiosa expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as Forças Armadas acudiram em tempo e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa terra. Seria, além do mais que se pode imaginar, a supressão das liberdades as mais sagradas, e, de modo especial, da liberdade religiosa e da civil. Logo após o movimento vitorioso da Revolução, verificou-se uma sensação de alívio e de esperança, sobretudo porque, em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontravam as diferentes classes sociais, a proteção divina se fez sentir de maneira sensível e insofismável.

De uma à outra extremidade da Pátria transborda dos corações o mesmo sentimento de gratidão a Deus, pelo êxito de uma revolução armada. Ao rendermos graças a Deus, que atendeu as orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da nação e gratos somos a quantos socorreram para libertá-la do abismo iminente."

É oportuno citar a expressiva opinião do Embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, após a vitória da revolução. É apenas um entre muitos testemunhos de representantes de outras nações:

"Os futuros historiadores é bem possível que registrem a revolução brasileira como a mais decisiva vitória pela liberdade em meados do século XX. Esta foi uma revolução doméstica, feita com as próprias mãos, tanto na concepção, como na execução. Nem um só dólar ou cérebro norte-americano foi empenhado nela."

Para os que alegarem que a opinião acima é parcial, dada a sua origem, nada melhor do que mostrar a opinião de um comunista desapaixonado, como Jacob Gorender:

"Se, no primeiro momento, houve acordo geral das frações da classe dominante na entrega do poder às Forças Armadas, a idéia de um regime militar duradouro não estava nos planos de importantes conspiradores... Tampouco o embaixador Gordon, conforme revela sua correspondência diplomática, julgou que aquela fosse a melhor solução." "A intenção legitimista de Castelo Branco se frustrou pelos acontecimentos de 1968. O Ato Institucional nº 5 consumou o fechamento completo da ditadura militar. Fez-se a identificação da ditadura militar com o fascismo. Penso ser uma tese falsa, pois esconde exatamente o mais peculiar do regime político imperante de 1964 a 1985: o comando ostensivo do Estado pelas Forças Armadas *(não por um caudilho militar)*. A direção do Estado não foi monopolizada por um partido fascista... mas pela instituição estatal 'permanente' detentora do exercício superior da coerção. Ao invés de 'fascistização', houve a 'militarização' do Estado." (grifo de Gorender)

É digno de nota o fato de que entre as opiniões expostas, além das dos comunistas Jacob Gorender e Hercules Correa, figuram as de elementos considerados de esquerda, como Hélio Silva, de liberais,

como Milton Campos, de juristas isentos da paixão política, como Miguel Reale, de um intelectual do porte de Austregésilo de Athayde e de um órgão insuspeito, como a CNBB.

CAPÍTULO III

OS GOVERNOS MILITARES

FASE INICIAL

A massa falida encontrada

A descrição dos acontecimentos que antecederam a Revolução de 1964 permite bem avaliar a situação encontrada pelo primeiro governo revolucionário, no campo político, econômico e social: uma verdadeira massa falida, como dizia o próprio Gen. Castelo Branco em carta dirigida a seus familiares.

Por isso mesmo coube a seu governo a tarefa mais dura e difícil de restabelecer a disciplina social, restaurar e dar ordenação aos sistemas administrativo e econômico-financeiro, a braços este último com uma alarmante taxa inflacionária, e ainda institucionalizar a Revolução, procurando reduzir ao mínimo o impacto nas instituições vigentes, como adiante veremos.

Mesmo que o trabalho hábil e persistente da subversão tivesse sido detido em seus aspectos mais ostensivos, os danos por ele já causados durante tantos anos permaneceram como um desafio à competência do novo regime.

Por mais eficiente que seja a repressão a tais atividades, sempre sobra um resíduo muito difícil de atingir, intoxicando mentes e comprometendo organizações. Essa subversão residual se comporta como a brasa dormida, pronta a novamente irromper em chamas na primeira oportunidade. E assim veio a acontecer, como veremos.

Intenções iniciais da Revolução. O reformismo

O estado de espírito com que o Gen. Castelo Branco assumiu o governo não poderia fugir à índole democrática que o caracterizava e ao seu culto aos dispositivos e instituições legais.

Neste aspecto, por ser comum à formação militar, no caso brasileiro pelo menos, seu comportamento assemelhava-se ao do Gen. Eurico Gaspar Dutra, que timbrava em resolver os casos que se lhe apresentavam de acordo com as regras do "livrinho", como ele se referia à Constituição Federal.

A *Revista do Clube Militar*, em edição comemorativa dos 26 anos da Revolução, assim define esse estado de espírito:

> "Para o líder consagrado pelo movimento democrático – Castelo Branco –, a expressão maior do pensamento revolucionário de 1964, os principais objetivos da Revolução, transformados em meta de seu governo, eram a arrancada para o desenvolvimento econômico, pela elevação moral, educacional, material e política."

E acrescenta:

> "Os primeiros anos foram muito difíceis. Vencida a fase heróica essencialmente político-militar, sucederam-se a político-administrativa, a de saneamento financeiro, a de planejamento econômico, a de pacificação admissível e a de retomada do desenvolvimento."

Tais intenções estão bem expressas neste trecho de seu discurso ao assumir a chefia da Nação:

> "Caminharemos para a frente com a segurança de que o remédio para os malefícios da extrema esquerda não será o nascimento de uma direita reacionária, mas o das reformas que se fizerem necessárias."

Essas palavras são reforçadas por estas outras, pronunciadas durante uma visita que recebeu da direção do novo partido, criado para servir de suporte à política oficial do governo revolucionário:

> "Falei-vos há pouco em Desenvolvimento e Democracia. Em verdade, devem ser o nosso supremo objetivo, pois foi para preservar essas duas grandes aspirações nacionais que o Povo, com a decisiva colaboração das Forças Armadas, rompeu a ordem jurídica anterior, que se deteriorara, levando-nos à estagnação e à anarquia que sempre negaram aquelas aspirações. Não basta, porém, dizer o que pretendemos fazer. Pois tanto ou mais importante é aquilo que o Brasil sabe não permitiremos. Não permitiremos que os cofres públicos alimentem qualquer programa partidário. . . que as empreitadas concedidas sem

concorrência pública sejam fonte de enriquecimento ilícito ou campo dadivoso da advocacia administrativa... que favores, nomeações, contratos ou empréstimos em bancos controlados pelo Governo sejam utilizados para corromper consciências ou obter facilidades incompatíveis com a verdade eleitoral. . . que a Previdência Social... transforme-se num deprimente espetáculo de nomeações a granel... que as Autarquias e Institutos sejam repartidos entre a politicagem para benefício de venturosos donatários dessa nova forma de capitanias. Vale dizer que não permitiremos que o País retorne ao negro passado de que se libertou e ao qual não quer voltar."

Se o presidente Castelo Branco ainda fosse vivo, por certo ficaria perplexo ao verificar que hoje, tantos anos após essa sua manifestação, estão de volta aquelas práticas condenáveis, como os privilégios concedidos às empreiteiras, o enriquecimento ilícito e tantas outras que vêm sendo cometidas nas asas da *redemocratização,* tão decantada pelos oposicionistas de então.

A escolha do Gen. Castelo Branco para o primeiro governo do ciclo revolucionário foi providencial pelo somatório de qualidades que ostentava, entre as quais destacavam-se o equilíbrio, a serenidade, a determinação e a integridade moral, a primeira das quais é muito bem confirmada por esta sua afirmação:

"A extrema direita é reacionária, a extrema esquerda é subversiva, o Brasil precisa um honesto meio-termo."

Poucos haviam ouvido, antes, o seu nome, embora não tivesse passado despercebido à acuidade política de Tancredo Neves, que em Novembro de 1963 dissera a um grupo de políticos:

"Se houver alguma complicação maior neste País, o nome que vai surgir como estrela de primeira grandeza não é o de nenhum desses generais que andam dando entrevistas. Quem vai aparecer é o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Castelo Branco."

Como diz Luiz Vianna Filho, Castelo estava

"convicto de que, afastado Goulart e eliminados da vida pública alguns elementos perturbadores, governaria com tranqüilidade, mantida toda a ordem jurídica."

Como se viu depois, esta era uma ilusão, cuja frustração muito o decepcionou.

Ainda sobre as intenções iniciais da revolução depõe Manoel Gonçalves Ferreira Filho, em *A democracia possível:*

> "... a Revolução de início julgou realizar sua obra política através de uma breve intervenção cirúrgica que eliminasse as causas perversas da corrupção das instituições. Assim, o Ato Institucional (nº 1) se limitava no tempo, pondo termo aos poderes excepcionais de que investia o Presidente, em 31 de Janeiro de 1966, data em que se extinguia o mandato do Presidente da Revolução. Desses poderes excepcionais, o mais grave e drástico se extinguia mesmo antes, já que a cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos cessava dentro de sessenta dias da posse do novo Presidente."

O reformismo de Castelo e sua inconformidade com o imobilismo do *status-quo,* circunstância que tanto contraria as acusações de reacionários assacadas contra os governos militares, é confirmado por suas palavras, já antes citadas, contrapondo-se ao *reformismo revolucionário* da esquerda, centrado nas decantadas *reformas de base.*

Hélio Silva, reportando-se aos objetivos da Revolução de 64, confirma essa tendência, incluindo entre tais objetivos:

> "a) restaurar a legalidade; b) restabelecer a Federação; c) eliminar o plano comunista da posse do poder, em desenvolvimento; d) defender as instituições militares que começavam a ser destruídas; e) estabelecer a ordem para o advento das reformas legais."

O próprio Castelo, no discurso aos capitães da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, que concluíam o curso, foi enfático ao assinalar o espírito reformista que o animava:

> "As reformas estão inabalavelmente no programa deste governo. Quando a revolução se tornou vitoriosa e foi constituído um governo que a representasse na realidade brasileira, de todos os cantos surgia o imperativo de que aqueles que assumiam a liderança nacional estavam na obrigação de reformar o país. Em conseqüência, o presidente, que assumiu o governo em abril, colocou em seu discurso de posse a bandeira da reforma como sendo legítima aspiração da Revolução. E não podia deixar de assim proceder. Há mais de trinta anos, o País assiste e participa de um debate interminável em torno de idéias e proposições com as quais se procura aperfeiçoar as instituições políticas do Brasil. Não era agora, então, a oportunidade

de se fugir ao debate. Não era o momento de se ter medo de enfrentar as idéias opostas às proposições do Governo.

Na chefia deste governo está um ex-militar que aprendeu na vida cotidiana dos quartéis a não ter medo das idéias, nem mesmo das idéias novas. O mandato deste Governo é limitado no tempo e está dotado de prerrogativas especiais para promover, sem os processos de rotina, todas as reformas que se impõem. Então, é preciso não perder tempo, empreendê-las, realizá-las até o fim deste mandato."

E aí está implícito um convite às oposições democráticas – para distingui-las dos subversivos – para cooperarem nesse esforço, que emprestaria a necessária racionalidade às *reformas de base,* que tanto pleiteavam.

Vitoriosa a revolução, seguiu-se um momento de perplexidade dos vencedores, logo seguido do impulso reformista. O fato é assim descrito em um documento informativo:

> "As forças vitoriosas, porém, estavam perplexas. Não tinham preparo ideológico e nenhum plano político definido. Entretanto, os objetivos traçados pelo General Castelo Branco e enviados no final de Março aos chefes militares. . . conjugados com os contidos nos pronunciamentos à Nação no curto período de atuação do Alto Comando Revolucionário, eram pontos básicos e sintetizavam o ideário da Revolução."

Entre tais objetivos estava o de reformas legais, cujo enunciado atestava o sentido reformista da Revolução.

E, para aqueles que acusam Castelo de conservador, declara ele seu ideal reformista:

> "A idéia da reforma representa o aríete com que se tem abatido a muralha dos privilégios. E isso não pode acontecer sem reações dos que se julgam protegidos por esses muros defensores. Há que enfrentar resistências, e até compreendê-las, mas nem por isso ceder diante delas."

A perplexidade inicial da revolução vitoriosa é confirmada em um artigo publicado na *Revista do Clube Militar,* onde lemos:

> "Na verdade, a Revolução de 64 não dispunha de um programa ao ser deflagrada, o que atesta a sua espontaneidade, mas possuía um ideário fundamentado na preservação dos princípios da liberdade, arraigados na nacionalidade brasileira."

Carência de uma doutrina da Revolução

Referindo-se à carência de uma doutrina que embasasse a missão construtiva da Revolução, diz o Gen. Meira Mattos, em seu *Ensaio sobre a doutrina política da Revolução:*

> "Vitoriosa a revolução de 31 de Março de 1964, surgiu o grande problema. Qual o programa da Revolução? Um programa político tem que ser produto de uma doutrina. E a doutrina há de ser fiel à ideologia.
>
> O Governo Revolucionário do Presidente Castelo Branco, depois de empossado, teve que conceber uma doutrina, formular um plano político e lançar um programa para a Revolução que só tinha, clara, a sua ideologia – a sobrevivência da democracia. Dizemos sobrevivência, porque a Revolução irrompeu no auge da ameaça que acutilava o nosso sistema democrático de vida.
>
> A ideologia, por si só, não fornecia o instrumental necessário a imprimir um rumo político à Revolução. É a democracia, antes de tudo, uma concepção existencial de teto, não um instrumento de ação política. Numa tentativa de comparação, diríamos que a democracia, assim como o marxismo e o nacionalismo, aquecem as mentes, mas são insuficientes para mover, desembaraçadamente, as pernas e os braços de seus adeptos. Apenas o fato de sermos todos democratas não nos imprimia a força motora indispensável à realização de uma obra político-revolucionária.
>
> Precisávamos, além da inspiração ideológica, de uma dinâmica de ação política. Esta, não a tínhamos ao irromper-se o Movimento de 31 de março. O anticomunismo e o antijanguismo – que serviam de impulso e de elo para a derrubada da situação então vigente – não se prestavam à formação de uma política revolucionária.
>
> Assim é que, nos primeiros dias de abril, o Governo empossado se deparava com um problema sério e inadiável, o de dar à Revolução um instrumento de ação política, ou melhor, o de criar uma doutrina para o movimento vitorioso que, conhecendo nitidamente sua ideologia, titubeava quanto aos rumos de sua dinâmica política.
>
> Coube ao primeiro Governo Revolucionário, inspirado nos ideais democráticos de todos aqueles que propugnaram pelo movimento vitorioso, formular uma doutrina revolucionária e lançar o seu programa de ação política."

Para realizar essa hercúlea tarefa, Castelo precisava assegurar eqüidistância das paixões partidárias. Por isso, na formação de sua equipe de trabalho, confirmando seu pragmatismo político e seu

descompromisso eleitoral com a classe política, foi buscar os elementos considerados mais capacitados para o exercício da função pública, desconsiderados pleitos partidários. É o que assinala René A. Dreifuss quando diz:

> "Apesar de a administração pós-64 ser rotulada de 'militar' por muitos estudiosos de política brasileira, a predominância contínua de civis, os chamados técnicos, nos ministérios e órgãos administrativos tradicionalmente não-militares é bastante notável."

PUNIÇÕES REVOLUCIONÁRIAS

Suavidade das punições

Os desmandos cometidos durante o governo Goulart, já suficientemente expostos no Capítulo 1, exigiam que, uma vez vitoriosa a Revolução, tivessem de ser punidos, não da forma passional e cruel que caracteriza tais punições em outras revoluções que a história registra, mas dentro do equilíbrio e da racionalidade de inspiração democrática, plenamente compatível com o espírito do próprio Presidente Castelo. Em seu já referido discurso aos capitães formandos da EsAO, resumiu ele muito bem tal espírito:

> "Quanto ao expurgo, ele segue inexoravelmente prazos e condições exigidas para que tudo se processe em ambiente de seriedade. O expurgo não pode entregar-se a uma ação desvairada e deve dar à Nação a impressão de que a justiça se faz obedecendo à lei e a todos os processos que esta impõe."

O deputado Edson Lobão, em discurso constante do *Diário do Congresso,* de 27 de julho de 1980, dirigiu-se ao Presidente Castelo em termos que caracterizam muito bem essa situação. Disse ele:

> "Sr. Presidente, só as idéias geram revoluções. E as razões que inspiram os movimentos insurrecionais definem que a ordem social anterior falhara, à falta de suporte para o resguardo das instituições políticas. Fez-se então uma Revolução pacífica, sem sangue e sem violência, que reconduz o país ao leito da legalidade constitucional. Caracterizada a situação brasileira em 31 de Março de 1964 como nação ingovernável, houve uma revolução quando afloraram os sentimentos de recomposição da alma nacional. Os éditos de um processo revolucionário são extremamente brandos, diante das sublevações

> vitoriosas que tomam o poder inspiradas no ódio e no terror. Os próprios intérpretes e obstinados defensores do regime político deposto entenderam – depois da estabilização constitucional do País – que desfrutam de prerrogativas que eles mesmos negariam aos seus adversários se estes tivessem sido derrotados em 1964."

Confirmando essa suavidade punitiva podemos ainda citar Ivan Zanoni Hauser, em *Por que os militares?:*

> "Se a revolução Francesa trouxe a guilhotina, a Russa os pelotões de fuzilamento e a Cubana o Paredón, a revolução brasileira trouxe as listas de cassações. Para quem habita um país, privá-lo da participação política é extraditá-lo dentro do próprio território; assim, as cassações deram o corretivo exemplar àqueles filhos que não souberam interpretar o curso histórico da nacionalidade brasileira; é um simbolismo terrível esse de alienar politicamente o cidadão; o fenômeno da cassação ao nível da nacionalidade significa que a Revolução neutralizou toda conduta atentatória à Entidade Nacional, restringiu a conduta atentatória à Sociedade Nacional, mas não privou o homem da participação na Comunidade Nacional, garantindo-lhe, inclusive, a oportunidade do desempenho biótico no quadro familiar."

Sobre o mesmo assunto assim se manifesta o Prof. Manoel Gonçalves Ferreira Filho em artigo escrito para a revista *Convivium,* de Janeiro-Fevereiro de 72:

> "A cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos que o Art. 10 do Ato nº 1 autorizava só podiam ser decretadas dentro do prazo de sessenta dias da posse do novo Presidente. A vigência do Ato era limitada no tempo, expirando a 31 de Janeiro de 1966, data em que se extinguiria o mandato do novo Presidente e tomaria posse o seu sucessor. Destarte, o Comando Supremo da Revolução se dispunha a deflagar uma depuração política em prazo curto e operar uma reforma em tempo definido, que não iria a dois anos de duração."

A necessidade dessas punições era incontestável e, se não tivessem ocorrido, a Revolução de 64 não faria jus a esse nome.

O Dep. Bilac Pinto insiste no assunto em um pronunciamento feito após a vitória do movimento revolucionário:

> "A queda do Governo Goulart marca realmente o início da revolução democrática brasileira. Na realidade, a batalha

para desenraizar os esteios profundos do comunismo e da corrupção deverá ser penosa e prolongada. Todavia, sem a purificação da vida nacional, extirpando esses dois carcinomas debilitantes, o fulgor da vitória democrática será apenas um lampejo fugidio. O mal deverá ser atacado em sua profundidade, buscando origens, seccionando tecidos apodrecidos, para que o organismo, que merece a vida e anseia por crescimento, não se estiole e feneça."

Outra não era a opinião do Prof. Paulo Bonavides, cientista político, ao afirmar:

> "O estado de direito que oferece e proporciona a liberdade seria, porém, um poema de teoristas inocentes se porventura viesse institucionalmente desacompanhado de garantias contra os infratores políticos da ordem jurídica, os inimigos do regime, os contestadores das instituições."

Outro documento informativo, estendendo-se um pouco mais, também dá sua contribuição para o bom entendimento da necessidade das punições:

> "Contra todos esses elementos subversivos e corruptores os militares agiram depressa, prendendo todos os suspeitos – por um 'Ato Institucional' rapidamente promulgado para orientar o Brasil durante o governo provisório –, excluindo do cenário político pessoas reputadas como ameaças imediatas para o sucesso da Revolução. Muitos foram soltos após investigações; só continuaram detidos aqueles cujos atos provados, e não meras palavras, contribuíram para o quase sossobro do Brasil. Naquela época, tiveram seus direitos políticos cassados por 10 anos 68 membros expulsos do Congresso e 349 outros brasileiros destacados – entre eles os ex-presidentes Goulart, Quadros e Kubitschek. Somente depois que o Presidente Castelo Branco examinou pessoalmente as provas que tinham contra Kubitschek teve o ex-Presidente também cassados os seus direitos políticos. Aos críticos estrangeiros, para quem tais medidas foram excessivamente severas, o novo governo limitou-se a dizer: *'Quando a casa da gente foi saqueada, não se convidam os ladrões a voltarem para jantar. No mínimo coloca-se uma nova fechadura na porta'.*"

Em grandes linhas, tais punições eram avaliadas através de três prismas:

– os subversivos e seus aliados, apoiados pelos eternos liberais exacerbados que se negavam a aceitar a necessidade da Revolução e, pois, de tais punições, que lhes pareciam excessivas ou injustas;

– os partidários da Revolução, afinados com o espírito de Castelo Branco e do Comando Supremo da Revolução, que as consideravam necessárias, justas e suficientes;

– os militares e civis da chamada *linha dura,* que as julgavam fruto da excessiva tolerância do governo e, por sua suavidade, comprometedoras dos ideais revolucionários.

Mesmo o Dep. Bilac Pinto, que não pertencia necessariamente à *linha dura,* preocupou-se a certa altura do processo com a desenvoltura da subversão e começou a duvidar da eficiência das medidas. O próprio Comando da Revolução utilizou um de seus pronunciamentos como documento básico para alertar a opinião pública sobre a ameaça comunista, que continuava atuante mesmo depois da vitória do movimento revolucionário. Isto se deveu à suavidade da ação repressiva e à preocupação do imediato retorno à legalidade institucional. O volume da subversão residual era superior à capacidade repressiva, e até à preventiva, do Governo, cuja ação era reduzida pela própria autolimitação que o governo revolucionário se impôs.

Entretanto, a crítica da *linha dura* era muito mais incisiva, chegando a criar problema para as autoridades.

Fernando Nobre Filho, referindo-se à inocuidade do AI-1, assim se manifesta:

> "Foi, porém, em aparência que vencemos a guerra, porque infelizmente estamos a perder a paz. . . As providências tomadas não foram as mais adequadas para extirpar os riscos e a ação deletéria, que se abalançavam e continuam a se abalançar contra a Pátria e as instituições. Se, em parte, vários setores foram atacados e alguns efemeramente neutralizados, o germe da desagregação perdura – e os perigos continuam latentes ou em plena efusão. Confessemos, os revolucionários, que agimos com ingenuidade porque não atuamos radicalmente, sem peias e sem preconceitos. O Ato Institucional foi apenas um paliativo, quando se reclamava uma profunda intervenção. A Guerra Revolucionária, aproveitando a candura dos vitoriosos, concedeu simplesmente uma trégua durante a qual se rearticula para reaparecer com maior vigor."

Uma das fontes disponíveis dá novas cores a essa situação:

> "O preconceito legalista, que dominou a elaboração do AI-1, não agradou aos militares mais jovens que haviam

conspirado com correntes civis. . . A redação do AI-1 denotava o receio do alto Comando Revolucionário de que a Revolução se confundisse com um golpe, razão por que desejava realizar um mínimo de alterações na ordem constitucional, preservando as instituições e buscando formas insólitas de realizar a Revolução, tanto quanto possível, dentro das regras políticas democráticas. Esse exagero conduziu ao paradoxo de eleger-se um presidente revolucionário para um governo constitucional. A preocupação em manter as aparências redundaria no erro de atribuir-lhe apenas o período restante presidencial, que logo se mostraria exíguo e desproporcional aos objetivos que se prentedia alcançar nesse período."

"Havia grupos que consideravam que, tendo a Revolução vencido e sendo Castelo Branco seu chefe, seu comandante *'deveria assumir o governo, não por meio de eleições mas pela força dos fatos, como comandante de uma força revolucionária vitoriosa, e, em seguida, cumprir programa revolucionário'.* Para essa corrente, o Congresso e o Supremo Tribunal Federal deveriam ter sido fechados e reformados, e os partidos políticos dissolvidos. Enfim, deveriam ter sido tomadas todas aquelas providências que as revoluções costumam realizar durante um certo prazo, até exaurir-se o poder constituinte que toda revolução traz em si."

A própria imprensa não era alheia a tais preocupações, de que é exemplo o *Jornal do Brasil,* que assim afirmava em seu editorial da época:

"Não queiramos perder a Revolução pela incapacidade de consolidá-la. A matéria-prima dessa consolidação chama-se tempo. . . Se quisermos ser suficientemente realistas e sensatos, transferindo o pleito para 3 de outubro de 1966, obteremos muito mais do que a coincidência de mandatos."

As maiores resistências à prorrogação partiam do próprio Presidente da República e de alguns setores das hostes revolucionárias. Ante a relutância de Castelo, o *Jornal do Brasil* voltou a comentar:

"Por isso, nunca entendemos a atitude do Presidente Castelo Branco, que, no fundo, mistura o seu dever de chefe de uma Revolução com os seus escrúpulos de cidadão, colocando-se contra a prorrogação ou coincidência de mandatos."

Castelo, praticamente, foi obrigado a conformar-se. Quem não o fez, porém, foi o governador Carlos Lacerda, que se julgou prejudicado e abriu campanha contra o Governo revolucionário.

Entretanto, a obra punitiva, apesar de empreendida por homens bem intencionados e preocupados em fazê-la justa, não poderia fugir à inarredável circunstância da imperfeição da criatura humana, dando lugar a algumas injustiças. É o que reconhece Jarbas Passarinho, que, em artigo publicado no *Correio Brasiliense* de 31 de março de 1976, diz:

> "Pode apontar-se, especialmente no campo das punições, este ou aquele caso de doloroso equívoco, cuja origem estará precisamente na própria contingência revolucionária. Estou certo de que isso não é irrelevante. Ao contrário, bem me dou conta de que as pessoas atingidas jamais poderiam aceitar uma explicação, nesse plano teórico, para o seu sofrimento prático."

Setores atingidos pelas punições

A descrição dos diversos focos de atividades subversivas, já levada a efeito em capítulos anteriores, bem como suas derivações nos diversos segmentos da sociedade, torna fácil concluir que tais elementos tenham sido os alvos das punições.

Entretanto, na realidade, definem eles apenas as áreas em que se encontravam os punidos, mas não necessariamente a sua totalidade, muito longe de ser atingida. E este é mais um fato que propugna a favor da suavidade das punições que já caracterizamos.

A ênfase das punições se dirigiu mais contra os focos do que contra as ramificações, talvez na suposição de que, eliminados os primeiros, estas últimas não pudessem se sustentar.

O foco principal estava na militância comunista, nos seus múltiplos matizes, todos reunidos em torno do objetivo comum de, em aliança com o Governo Goulart, atingir o objetivo intermediário da República Sindicalista, antecâmara do objetivo final, que era a República Socialista do tipo cubano, como já vimos.

Indissoluvelmente ligados a esse foco, estavam os seus aliados, cuja profunda solidariedade com os comunistas não permitia que fossem tratados de forma diferente, no que concerne às punições.

E aí, então, encontramos uma extensa gama de políticos, intelectuais, componentes da área cultural e ideológica de esquerda, entre os quais os mais destacados e atuantes foram atingidos desde o início.

Mais tarde, à medida que os governos revolucionários se sucediam, novos elementos, a princípio incólumes e muitos deles até partidários da Revolução, foram sendo atingidos. Isto aconteceu por terem assumido atitude frontalmente hostil a tais governos e à Revolução, excedendo os limites de tolerância, apesar da amplitude de tais limites, sempre condenada pelos revolucionários mais radicais.

Assinale-se por oportuno que o critério de fixação desses limites baseava-se na consideração dos efeitos de tal hostilidade sobre o conjunto da obra revolucionária, afastada a idéia de retaliação.

Algumas dessas punições foram muito controvertidas, como as que atingiram os ex-Presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. As razões que as motivaram constam em outra parte deste livro.

Quanto aos comunistas, a Revolução apanhou o PCB de surpresa, pois contava ele com o propagado *esquema militar* de Jango. Entretanto, a onda de prisões só atingiu alguns de seus líderes mais notórios, pois as forças policiais ainda não possuíam um serviço de informações bem estruturado, e freqüentemente confundiam socialistas com comunistas e, entre estes, a quais organizações realmente pertenciam.

> "Os sindicatos e as universidades haviam sido os alvos prediletos da difusão de idéias comunistas. A prisão da cúpula comunista que manipulava as confederações e o CTG e a intervenção nos sindicatos que atuavam de forma irregular desarticularam o movimento sindical, embora os operários permanecessem afastados da Revolução. Na área educacional, porém, as dificuldades foram maiores. Submetidos, havia anos, à intensa propaganda marxista, os estudantes radicais, já apoiados pelo nascente 'clero progressista', tornaram-se o único pólo de oposição consistente. Doutrinados pelo PCB, PC do B, PORT, AP e POLOP, já possuíam uma visão de esquerda, e os mais politizados estavam a favor da luta armada."

O Partido Comunista do Brasil (PC do B), com dois anos de existência, não foi atingido pela Revolução de março, permanecendo incólume, com a sua ainda pequena estrutura clandestina. Em junho de 1964, uma reunião de seu Comitê Central estabeleceu a tática revolucionária do Partido, centrada no deslocamento do trabalho para o campo e no início da preparação da Guerra Popular.

As punições não se limitaram aos responsáveis por ações subversivas, se bem que seus setores merecessem maior divulgação.

Há um mal endêmico no Brasil, que hoje (1992) atingiu o paroxismo. Referimo-nos à corrupção, que igualmente campeava nas hostes do governo deposto. A ação punitiva da Revolução procurou também atingi-la, de que nos dá um exemplo René Armand Dreifuss quando afirma:

> "Enquanto isso, o General Dalisio Menna Barreto estava encarregado do IPM sobre corrupção em São Paulo, que atingiu fortemente os políticos e a burocracia."

Essa luta sistemática contra a corrupção foi retomada posteriormente no Governo Costa e Silva, com o AI-5, do qual resultou a criação da Comissão Geral de Investigações. A CGI investigou e denunciou numerosos casos de corrupção, devidamente punidos pelo Governo Revolucionário, os quais jazem também na vala comum do esquecimento. Ainda voltaremos ao assunto quando tratarmos do AI-5.

E aqui se torna oportuno ressaltar um dos grandes erros dos Governos Revolucionários, que, peiados por uma série de escrúpulos, não deram a devida divulgação aos resultados de tais inquéritos e às conseqüentes punições. Esta atitude complacente trouxe como resultado que os elementos por eles atingidos e as razões por que o foram não chegassem ao conhecimento público, e muitos deles, proclamando-se "democratas" e resistentes ao "golpe de 64", alegaram perseguição sofrida pela coragem de suas atitudes e, com tais títulos, se candidataram em diversas eleições, atingindo seus objetivos em número substancial. O mesmo fenômeno, aliás, ocorreu com os punidos por subversão, cuja culpa ficou oculta debaixo de grossos volumes, arquivados na justiça e nos órgãos de informações.

Enfatizamos neste item as punições que se seguiram à vitória da Revolução, com ligeira referência às que depois se sucederam, resultantes estas últimas da exacerbação das atividades subversivas, que vieram a atingir o estágio da luta armada, sob a forma de guerrilhas urbanas e rurais.

Sobre a amplitude de tais punições, cuja mera existência provocava sistemáticos e incisivos protestos dos subversivos e de seus aliados, aí incluídos os da classe política, assim se manifestou o Maj. Carlos Maia de Assis, sob o pseudônimo de S. I. Brasil, em artigo publicado no *Diário de Notícias* de Porto Alegre, RS, em 9 de agosto de 1975, referindo-se sobretudo à segunda fase de punições:

> "Sempre que alguém diz que a revogação do Ato Institucional nº 5 ou do decreto-lei nº 477 é um problema que só interessa às elites, uma orquestra de vozes iradas se levanta, procurando querer provar que o povo está lutando denodadamente para a anulação desses instrumentos de que o Governo dispõe, como medidas excepcionais, para combater a subversão e a corrupção.
>
> É o caso de se indagar com honestidade: você, homem do povo, que trabalha e luta para, de forma anônima, fazer esse país crescer; você que luta para garantir o pão de sua família e que quer nos fins de semana ter o direito do mais merecido descanso, está com receio de que o Governo venha a aplicar sobre sua pessoa o AI-5 ou o 477?

> É muito antigo um ditado popular: quem não deve não teme. Somente aqueles que procuram, sob a inspiração comunista, agitar o País ou os que procuram, à custa do povo, ganhar lucros excessivos e por formas pouco honestas são os que mais lutam contra os instrumentos legais."

Quanto aos instrumentos punitivos, foram constituídos pelos diversos atos institucionais e complementares, cujo conjunto configura a *institucionalização da Revolução,* que o espírito idealista de Castelo pretendeu fosse coroado pela promulgação da Constituição de 1967, considerada por ele o ponto final da fase punitiva. Mal sabia ele que a fase pior ainda estava por vir e que suas aflições e angústias durante a longa gestação do AI-2 tivessem que ser reproduzidas por seu sucessor, o Gen. Costa e Silva, na edição do AI-5.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA REVOLUÇÃO

Sensibilidade democrática dos Governos Revolucionários

Sem querer aprofundar os demais aspectos da hercúlea tarefa que se apresentava ao Governo inaugural da era revolucionária, atentemos para o aspecto da institucionalização.

Um conflito de difícil solução logo se apresentou aos responsáveis pela condução da coisa pública. A vocação legalista do Presidente, adquirida e consolidada na formação e na vivência militar, entrou em choque com a necessidade de alterar certos dispositivos liberais das instituições vigentes, que vinham sendo tão bem aproveitados pela subversão, no seu trabalho solerte e na sua paradoxal tentativa de utilizá-los ao máximo para, afinal, acabar com a própria liberdade.

Todo aquele panorama de deterioração, cujos aspectos essenciais já relembramos, estimulado pelo próprio governo deposto, buscava o seu respaldo legal na exacerbação das chamadas *liberdades clássicas,* que constituem a porta de entrada do cavalo de Tróia.

Como restringir tais liberdades sem ferir de morte o próprio princípio da liberdade, que se constitui em um dos pilares básicos dos regimes democráticos?

Este o dilema de difícil solução que se apresentava.

Os diversos atos institucionais e complementares procuraram, de forma fragmentária, superar essa contradição, solução mais tarde consolidada, parcialmente, pela Constituição de 1967, que suprimia as punições mais rigorosas, consideradas casuísticas.

Terá sido resposta cabal e perfeita, que conseguisse realizar a difícil simbiose das características políticas consagradas numa

democracia com os ditames da segurança compatíveis com o moderno estado democrático?

Mais tarde veremos que esse ambicioso objetivo não foi atingido, para grande frustração dos governos revolucionários, cujas intenções foram bem ressaltadas em um artigo do Gen. Meira Mattos, publicado em *Letras em Marcha,* de abril de 84, onde ele afirma que, ao tomar posse, o Presidente Castelo Branco não foi arbitrário, nem arrogante. Pelo contrário, enalteceu o império da lei:

> "Meu governo será o das leis do País e permanecerei em vigília para que todos as observem com exação e zelo. Meu governo será o das leis, o das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira, o que vale dizer que será um governo firmemente voltado para o futuro, tanto é certo que um constante sentimento de progresso e de aperfeiçoamento constitui a marca e, também, o sentido de nossa história política e social."

O Gen. Meira Mattos assinala que nessas palavras de posse estão os dois veios do ideário que inspirou a Revolução – Democracia e Desenvolvimento.

O comando revolucionário desejava que o Congresso começasse por sua depuração e que votasse uma legislação anti-subversiva de emergência, a fim de facilitar a restauração da ordem legal, após a necessária *limpeza da área.* Ao invés disso, o Congresso procedeu como se 1964 não diferisse das crises anteriores e tentou viabilizar um ato de emergência próprio. Esse procedimento provocou a pronta reação do Comando Revolucionário, outorgando o já referido Ato Institucional nº 1.

O manifesto à Nação que precedeu a edição desse ato foi o seguinte:

> "À Nação:
>
> É indispensável fixar o conceito do movimento civil militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.
>
> A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Esse se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a

forma mais expressiva e mais radical do poder constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como o Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normalidade anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe.

O presente Ato Institucional só poderia ser editado pela revolução vitoriosa, representada pelos Comandos-em-Chefe das três Armas que respondem, no momento, pela realização dos objetivos revolucionários, cuja frustração estão decididas a impedir. Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional.

Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação.

> Em nome da revolução vitoriosa, e no intuito de consolidar a sua vitória, de maneira a assegurar a realização dos seus objetivos e garantir ao País um governo capaz de atender aos anseios do povo brasileiro, o Comando Supremo da Revolução, representado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, resolve editar o seguinte Ato Institucional:"

O Ato Institucional outorgava à Revolução poderes para a rápida transformação do País, mantendo o Legislativo, o Judiciário e a própria Constituição. Dava ao Presidente da República o poder de introduzir emendas constitucionais; abreviava o processo de elaboração dos atos legislativos; dava ao Executivo competência exclusiva em legislação financeira; suspendia por seis meses as garantias de vitaliciedade e estabilidade, permitindo, mediante investigação sumária, a demissão, a disponibilidade ou a aposentadoria dos que houvessem "atentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade administrativa", autorizava, também, nos seis meses seguintes, a suspensão de direitos políticos pelo prazo de 10 anos e a cassação de mandatos legislativos, excluída a apreciação judicial. Finalmente, o ato institucionalizava o mecanismo de transferência do Poder Executivo, através do Colégio Eleitoral, encarregado de escolher indiretamente o Presidente da República. Investida no exercício do Poder Constituinte, por algum tempo, a revolução traçava seus próprios limites.

A *Hora Presente*, revista de assuntos culturais, em seu número 21, assim apreciou o problema da institucionalização, iniciado pelo AI-1:

> "Mas para alcançar efetiva e plenamente esse restabelecimento da ordem, reconduzindo-se o País aos lídimos objetivos nacionais, não bastava depor um homem e derrubar o aparelho por ele montado. Os fatos que levaram ao levantamento de 31 de Março demonstravam também uma crise institucional, crise cujas origens remontam a época bem distante, mas que só agora se começa a perceber, uma vez que suas fases agudas, anteriormente manifestadas, desde 1922 até 1961, haviam girado sobretudo em torno de pessoas e de questões superficiais de ordem eleitoral. Começava agora a generalizar-se a crença de que 'o sistema era inoperante', consoante o observa Alfred Stepan (um brasilianista). A contra-revolução não devia, pois, significar uma simples reposição do *status-quo* perturbado pelo Governo deposto, importando-lhe levar avante uma corajosa obra de revisão institucional, não apenas com vistas à segurança e ao desenvolvimento, mas também para estruturar no País um

regime adequado às suas condições reais. Obra tendo por condição prévia e indispensável o afastamento de políticos corruptos e carreiristas do passado, sem falar – o que é óbvio – nos subversivos.

Aliás, o Ato Institucional nº 1, pedra angular do sistema resultante do movimento de Março, reconhecia, em seu preâmbulo, que os procedimentos constitucionais não funcionaram para a destituição de um governo que, deliberadamente, se preparava para bolchevizar o País."

A revista conclui suas observações referindo-se ao período 1961-1964 como sendo:

"a última etapa de um processo de desagregação nacional, a que a intervenção militar pôs termo em 1964. Foi então que se pôde bem avaliar a precariedade de um regime, fora de cujos parâmetros legais era preciso sair, nos momentos de grandes crises, para impedir uma derrocada total."

Não podemos furtar-nos a uma comparação entre a situação atrás referida e a de hoje – novembro 1992 – quando escrevemos estas notas.

No primeiro caso o autor condena a falta de um dispositivo constitucional que permitisse o afastamento do Presidente da República ou a ausência de ambiente político para isto, enquanto que no segundo o amadurecimento político do País permitiu que fosse afastado um Presidente que, por motivos diferentes, vinha se mostrando indigno de exercer a sua função. No primeiro caso, foi necessária uma Revolução, enquanto que no segundo bastou que o Congresso acionasse um dispositivo constitucional.

O *Jornal do Brasil*, por sua vez, em editorial de 12 de junho de 1972, assim se reporta ao assunto:

"Já o antigo chefe de Gabinete do Ministro da Justiça, também jurista e professor, Manuel Gonçalves Ferreira Filho, sistematizou as suas reflexões num livro que veio agora a lume – *Democracia possível* –, no qual reclama a elaboração de uma nova Constituição, já que a atual 'não traz um modelo capaz de realizar a democracia no Brasil, nem apto a assegurar a continuidade da revolução'. Para o professor Gonçalves Ferreira Filho, a Revolução não pode permanecer sem uma institucionalização que lhe dê forma definitiva e estável."

Ato Institucional nº 2 – AI-2

O presidente Castelo Branco julgava inicialmente que com a Constituição de 1946 e as modificações nela introduzidas pelo AI-1 dispunha do respaldo para conduzir o seu governo e levar o País à conquista dos elevados objetivos visados pela Revolução de 64, apesar de todos os abstáculos a eles opostos por seus inimigos.

Entretanto, o prazo das punições estabelecidas pelo AI-1 – seis meses –, que terminava em outubro de 1964, revelou-se logo insuficiente para coibir tal ação desagregadora, cuja desenvoltura era crescente.

E assim, após as resistências já assinaladas, entre as quais pontificava a do próprio Presidente, impôs-se a edição do AI-2, que reafirmava a vitalidade da Revolução, cuja tolerância vinha sendo confundida com fraqueza.

O AI-2, editado cerca de três meses antes do fim da validade do AI-1, retomava as punições interrompidas um ano antes, acrescentando outros dispositivos que reforçavam sua severidade, ao mesmo tempo que, com base na experiência anterior, não estabelecia um prazo que limitasse no tempo a aplicação das punições retomadas.

A longa gestação do AI-2 pode ser acompanhada através da exposição de uma testemunha pessoal dos acontecimentos, que ocupava posição de destaque junto ao Presidente Castelo Branco, de quem era Chefe do Gabinete Civil. Trata-se do então deputado Luis Viana Filho, que registrou suas observações no livro *O governo Castelo Branco* e a quem passaremos a citar.

Assinala ele a resistência de Castelo à edição do ato, já expressa em suas palavras pronunciadas em Bagé:

> "Há preocupações nos meios militares quanto ao destino do Brasil. Eu também as tenho, e não procuro transformálas em fonte de agitação e, muito menos, em um motivo para protelar decisões. Para se combater o perigo comunista, não se pode vestir a Nação com a camisa-de-força do nazismo, maltratando os brasileiros através de um regime em que alguns civis desejam segurar no copo da espada dos militares para, ditatorialmente, passar a lâmina nos patrícios que contrariam as suas ambições."

Em outra fala, em uma convenção de ex-combatentes, já notamos uma evolução em seu pensamento, pressionado que estava pelos acontecimentos e pela atitude dos Ministros Costa e Silva e Eduardo Gomes:

> "Eu não arredo de minhas responsabilidades o exame de outros fatores que determinam, também, a conduta do governo. Se contemos legítimas preocupações de combate à volta

funesta da subversão e da corrupção, e tomamos uma a uma como elementos de nossa própria orientação, não podemos, absolutamente, deixar à solta as tentativas de restauração de homens, meios e regime afastados pela Revolução. O Governo, inexoravelmente, as combaterá, e assim afirma como imperativo da própria segurança nacional."

Sobre essas proposições restritivas das liberdades, dizia Castelo às lideranças do PSD, por ele convocadas, após ter enviado ao Congreso proposta de emendas solicitando ampliação de poderes:

> "Não estava plantando 'horizontes sombrios para assustá-los', dissera então. Ao que acrescentara sobre os poderes pedidos: 'Prefiro não usá-los, mas preciso tê-los à mão'."

Preocupado com um endurecimento do Governo Revolucionário caso o Congresso denegasse os poderes solicitados, cuja concessão dispensaria a edição do AI-2, *"Castelo confessou que 'sentia agonia com a idéia de que o derrubassem para pôr o General X, que seria derrubado pelo general Y, mais tarde abatido pelo general Z'"*.

E continua Luis Viana Filho:

> "A idéia de ser forçado a editar novo Ato Institucional o angustiava. Autorizara-me a pedir a colaboração de Afonso Arinos, que tinha como inevitável a mudança do regime, sob pena de chegar-se a um estorvo em 1966."

É oportuno ouvir a opinião de Afonso Arinos, muito acatada pelo Presidente, sobre as dificuldades enfrentadas pelas autoridades para resolver problema de tal magnitude dentro da Constituição de 1946:

> "Seja-me permitido insistir no que venho dizendo desde o ano passado: com esta Constituição, com este regime, o Brasil não encontrará, de novo, a ordem jurídica. Só a instalação de um sistema adequado, de fundo parlamentarista, resolverá a situação, dentro da ordem democrática."

Depois de prolongada discussão com seus ministros, assessores e juristas, Castelo acabou por se convencer da necessidade do AI-2, caso o Congresso afinal se recusasse a conceder-lhe os poderes solicitados. Mas ainda reagiu:

> "No avião, diz o Presidente: 'Somente o Papa faz um Ato desses, e assim mesmo dizendo-se inspirado por Deus'."

"Gradativamente, o Ato tornava-se inevitável, pois, apesar do trabalho para a aprovação das proposições governamentais, nada indicava alcançar-se esse objetivo."

Na época, documento de um órgão do governo, mostrando preocupação com a desenvoltura exibida pelos inimigos da revolução de 64, afirmava:

"Importante é, pois, definir quanto antes o que será melhor para assegurar-se a continuidade e o fortalecimento do Governo da Revolução e o clima indispensável à consecução dos objetivos nacionais: 1) obter-se as medidas revigoradoras da ação revolucionária, através do Congresso, a longo prazo, arriscando-se a enfrentar uma sucessão de crises, ou 2) fazer-se com que o conjunto dessas medidas necessárias seja estabelecido de uma só vez, através de ato do Executivo, de modo a criar o Governo, de forma definitiva, as condições para o desempenho de sua missão?"

Respondendo àqueles que propunham soluções drásticas para a séria crise, disse Castelo certa vez:

"Mas eu não sou nem quero ser ditador!"

Castelo afinal chegou a uma dolorosa decisão, assim descrita por Luiz Viana Filho:

"O Presidente, que nisso tinha o apoio de Pedro Aleixo, resistiria até o último momento. Custava-lhe assinar o Ato, que representava violência à sua formação e aos seus sentimentos. Era o irremediável. Milton Campos, tão apegado à ordem jurídica, reconheceria, numa entrevista à *Visão,* no mês seguinte, que, remetidas as proposições ao Congresso, o Presidente não teria condição de se manter no poder, caso o resultado lhe fosse adverso. Provavelmente ambos, Congresso e Presidente, cairiam, soterrados pelos radicais."

A esta altura, Viana Filho introduz uma observação interessante:

"Aliás, por curiosa contradição, os fatos haviam-se encaminhado de tal modo, que, na realidade, o dilema não era o de manter ou quebrar a legalidade, mas de permitir ou não que o país ficasse irremediavelmente entre a ditadura de direita, de tipo fascista, e a volta dos elementos depostos em 1964. Por

algum tempo, a impressão do país em face do novo Ato era a de entrar-se numa ditadura. Para Gueiros (Nehemias), a necessidade do Ato demonstrava que o período de seis meses de poderes excepcionais estabelecido pelo Ato 1 não havia sido suficiente."

O próprio Nehemias Gueiros completa, de forma clara, o seu pensamento:

> "O Ato Institucional nº 2 representa sem dúvida uma demonstração de que não foi possível conciliar, em tão curto espaço de tempo, a Revolução e a legalidade formal. Podia uma Revolução realizar os seus objetivos apenas em seis meses?"

E continua Viana Filho:

Mais tarde, às 6h30min, o Presidente chamou Juracy ao Planalto, dizendo-lhe:

> "Concluí que o meu dever é assinar o Ato, sob a condição da minha inelegibilidade."

Juracy contestou essa cláusula, mas o Presidente insistiu:

> "É, mas eu posso assinar um ato, se mostrar à opinião pública que não me beneficia."

Acrescenta Viana Filho:

> "...Vencido na tentativa de incluir no novo Ato um dispositivo, antecipando para 31 de janeiro de 1966 o término do mandato presidencial, Castelo seria irredutível no propósito de entregar a presidência em 15 de março de 1967."

Decidida a edição do AI-2, Castelo convocou as autoridades para o ato de leitura do respectivo texto. E o fez com evidente emoção, lendo antes breve alocução:

> "A Revolução brasileira, como qualquer movimento nacional, está sujeita a contingências, até mesmo a circunstâncias várias. Cabe ao governo, que dela também emanou, garantir a conquista de seus objetivos, sobretudo por serem estes coincidentes com os da Nação. Um ato revolucionário que objetive tal garantia, por ser imanente, é legítimo. As contingências têm sido apreciadas e, umas e outras que tenham o sentido de revanchismo, reacionarismo e de contra-revolução

devem ser afastadas. Sobreleva em nossa ação a finalidade de empreender o movimento de 31 de março, a consolidação da ordem política, financeira e econômica. E leio para a Nação brasileira os fundamentos da decisão revolucionária que hoje firmamos."

Os pontos principais do AI-2 eram a eleição do Presidente pela maioria absoluta do Congresso; a decretação do estado de sítio pelo Presidente para *prevenir ou reprimir a subversão da ordem interna;* a suspensão das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade; a extinção dos partidos políticos; a possibilidade de o Presidente decretar o recesso do Congresso, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de dez anos e a cassação de mandatos legislativos, acarretando a suspensão dos direitos políticos e outras importantes restrições. O Ato vigiria até 15 de março de 1967.

Segue-se o manifesto à Nação no qual o governo Castelo Branco justificava a necessidade de edição do AI-2.

"À Nação

A revolução é um movimento que veio da inspiração do povo brasileiro para atender às suas aspirações mais legítimas: erradicar uma situação e um governo que afundavam o País na corrupção e na subversão.

No preâmbulo do Ato que iniciou a institucionalização do movimento de 31 de março de 1964 foi dito que o que houve e continuará a haver, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, mas também na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.

Frisou-se que:

a) ela se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que traduz não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação;

b) a Revolução investe-se, por isso, no exercício do Poder Constituinte, legitimando-se por si mesma;

c) edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória, pois graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação representa o povo e em seu nome exerce o poder constituinte de que o povo é o único titular.

Não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará. Assim, o seu Poder Constituinte não se exauriu; tanto é ele próprio do processo revolucionário, que tem de ser dinâmico para atingir os seus objetivos. Acentuou-se, por isso, no

esquema daqueles conceitos, traduzindo uma realidade incontestável de Direito Público, o poder institucionalizante de que a Revolução é dotada para fazer vingar os princípios em nome dos quais a Nação se levantou contra a situação anterior.

A autolimitação que a Revolução se impôs no Ato Institucional de 9 de abril de 1964 não significa, portanto, que, tendo poderes para limitar-se, se tenha negado a si mesma por essa limitação, ou se tenha despojado da carga de poder que lhe é inerente como movimento. Por isso se declarou, textualmente, que os processos constitucionais não funcionaram para destituir o Governo que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País, mas se acrescentou, desde logo, que, destituído pela Revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo Governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País.

A Revolução está viva e não retrocede. Tem promovido reformas e vai continuar a empreendê-las, insistindo patrioticamente em seus propósitos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil. Para isto precisa de tranqüilidade. Agitadores de vários matizes e elementos da situação eliminada teimam, entretanto, em se valer do fato de haver ela reduzido a curto tempo o seu período de indispensável restrição a certas garantias constitucionais, e já ameaçam e desafiam a própria ordem revolucionária, precisamente no momento em que esta, atenta aos problemas administrativos, procura colocar o povo na disciplina do exercício democrático. Democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença para contrariar a própria vocação política da Nação. Não se pode desconstituir a revolução, implantada para restabelecer a paz, promover o bem-estar do povo e preservar a honra nacional.

Assim, o Presidente da República, na condição de Chefe do Governo Revolucionário e Comandante Supremo das Forças Armadas, coesas na manutenção dos ideais revolucionários:

Considerando que o País precisa de tranqüilidade para o trabalho em prol do seu desenvolvimento econômico e do bem-estar do povo, e que não pode haver paz sem autoridade, que é também condição essencial da ordem;

Considerando que o Poder Constituinte da Revolução lhe é intrínseco, não apenas para institucionalizá-la, mas para assegurar a continuidade da obra a que se propôs;"

Segue-se o texto do AI-2, aqui não reproduzido, mas cuja essência está suficientemente resumida nas considerações anteriores.

Outros Atos Institucionais

O Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966, regula as eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, Governadores e Vice-Governadores dos Estados e Prefeitos Municipais, a se realizarem ao término do Governo Castelo.

> "A experiência do poder levou a Revolução a evoluir. Certamente por ser maior a obra do que se esperava a princípio, a Revolução passou da simples restauração da democracia para uma renovação da democracia. Via o Governo Revolucionário que a continuidade de sua obra impunha a realização de reformas para uma 'recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil', conforme sublinhava o preâmbulo do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.
>
> Essa evolução foi confirmada pelo Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, que determinou a elaboração de uma nova Constituição. Em seu preâmbulo, afirmava esse Ato que "se tornou imperioso dar ao país uma Constituição que, além de uniforme e harmônica, represente a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução'. Isto porque, segundo palavras do Presidente Castelo Branco. . . 'Com uma Constituição vulnerável a vários tipos de crise, a Nação vinha há muito inquietada entre as alternativas inelutáveis da anarquia e da ditadura. Por que não se completar agora a institucionalização da Revolução?'"

O Ato foi baixado ainda pelo Governo Castelo Branco, em 7 de dezembro de 1966, com a seguinte justificativa:

> **"Ato Institucional nº 4**
>
> Considerando que a Constituição Federal de 1946, além de haver recebido numerosas emendas, não atende às exigências nacionais;
>
> Considerando que se tornou imperioso dar ao país uma Constituição que, além de uniforme e harmônica, represente a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução;
>
> Considerando que somente uma nova Constituição poderá assegurar a continuidade da obra revolucionária;
>
> Considerando que ao atual Congresso Nacional, que fez a legislação originária da Revolução, deve caber também a elaboração da lei constitucional do movimento de 31 de março de 1964;

Considerando que o Governo continua a deter os poderes que lhe foram conferidos pela Revolução;

O Presidente da República resolve editar o seguinte Ato Institucional nº 4."

Esse Ato estabelecia resumidamente o seguinte:

– o Congresso era convocado para discussão, votação e promulgação do projeto de Constituição;

– o Presidente do Congresso designará Comissão, composta de 11 Senadores e 11 Deputados, indicados pelas respectivas lideranças;

– o relator da Comissão, indicado por seu presidente, por ela eleito, terá o prazo de 72 horas para dar seu parecer, que concluirá pela aprovação ou rejeição do projeto;

– se aprovado pela maioria absoluta do Congresso, o projeto voltará à comissão para receber emendas. Se rejeitado, encerrar-se-á a sessão extraordinária;

– as emendas deverão ser apoiadas por um quarto de cada uma das casas do Congresso, tendo a Comissão o prazo de 12 dias para sobre elas se manifestar;

– as emendas serão submetidas à discussão do plenário durante o prazo de 12 dias, findo o qual passarão a ser votadas em um único turno;

– a emenda será aceita se for aprovada, tanto na Câmara como no Senado, pela maioria absoluta de seus membros;

– a promulgação se dará a 24 de janeiro de 1967, através das Mesas da Câmara e do Senado, segundo a redação final da Comissão;

– o Presidente da República, na forma do artigo 30 do AI-2, poderá baixar Atos Complementares ou Decretos-Leis sobre matéria de segurança nacional até 15 de março de 1967.

Ato Institucional nº 5

Devido à sua importância, abrimos um item especial para este Ato.

Tal como aconteceu com o AI-2, o AI-5 também teve gestação difícil e dolorosa. A verdade é que a Revolução vinha fazendo ingentes esforços no sentido da normalização, esforços estes que provocavam a imediata distensão da mola comprimida, imagem que representa muito bem a contenção da subversão comunista.

O AI-5 foi editado após o recrudescimento da desordem nas ruas, provocadas pela agitação dita *estudantil,* coincidentemente observada também em muitos outros países do Mundo Livre. E imediatamente após o violento ataque da tribuna da Câmara dos Deputados

por um deputado esquerdista, com a negativa do Congresso para que ele fosse processado por seu crime, como queriam as autoridades revolucionárias.

Relembremos as palavras com que o Presidente Costa e Silva o justificou:

> "A Constituição de 24 de janeiro de 1967 deveria ter por finalidade institucionalizar as idéias e princípios da Revolução Democrática de 31 de março de 1964 e assegurar a continuidade da obra revolucionária.
>
> Acontece, porém, que, após mais de um ano de sua vigência, não se revelou um instrumento capaz de preservar a segurança interna, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do país. Daí a necessidade imperiosa em que se viu o Presidente da República, no interesse da Nação, do povo e da Revolução, de editar o Ato Institucional número 5, que introduziu modificações na Constituição de 24 de janeiro de 1967, visando, ainda, com atos posteriores, a criar um clima capaz de manter, em caráter duradouro, os objetivos da Revolução Brasileira, entre os quais se encontram a reconstrução política, social e econômica do país, mantendo a ordem interna, impulsionando o desenvolvimento e reafirmando o prestígio internacional do Brasil como nação autenticamente democrática.
>
> Sustentei sempre que a Constituição só seria modificada se os fatos a isso me conduzissem. E, mais cedo do que julgava, o inevitável aconteceu, impondo-me, como Chefe de Estado, uma decisão suprema que jamais julgara necessária. Faltaria, porém, com meu dever para com a Nação e o povo brasileiro se não o fizesse. E pelos atos que estou praticando, com consciência e desprendimento, respondo perante o povo, porque o faço em seu benefício e para o bem do Brasil."

Vê-se por aí que o AI-5 não surgiu como iniciativa espontânea do *arbítrio* – para usar uma palavra tão do gosto da oposição da época – mas sim por culpa exclusiva da contestação dentro da oposição, atitude afinal acobertada pelo Congresso, cuja maioria se mostrou, assim, divorciada dos graves contornos da situação. Acreditou ele, parece, que já era hora da Revolução se encerrar.

A sensibilidade do Presidente Costa e Silva à vocação brasileira para a democracia é confirmada por Amaral Gurgel no livro *Segurança e desenvolvimento,* onde cita o próprio então Presidente, mostrando sua aceitação da oposição política como norma:

> "É normal no regime democrático que a divergência política e a falta de unanimidade de juízos sobre a conjuntura nacional e a maneira de compreendê-la e tratá-la se insinuem no solo social, deitem raízes e rapidamente repontem na superfície, assumindo corpo, esgalhando-se, estendendo-se em várias direções e dando a impressão, aos menos avisados, de graves e profundas divergências."

Entretanto, os contornos da situação por ele enfrentada levaram-no a decidir-se pela edição do Ato, que reabria a fase punitiva da Revolução de 64.

Reportando-se ao fato e assinalando a frustração dos objetivos da Constituição de 1967, afirma Manoel Gonçalves Ferreira Filho na obra já citada:

> "Esse objetivo, lamentavelmente, não foi alcançado com a Constituição promulgada a 24 de janeiro de 1967. Não foi ela capaz de atender às necessidades de um Governo forte para uma época conturbada. Reabriu-se, por isso, o processo revolucionário, com o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Este, porém, reiterou o compromisso democrático da Revolução, afirmando que esta visava 'dar ao país um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo...'"

O Gen. Emilio Garrastazu Médici apresenta o seu testemunho da resistência do Presidente Costa e Silva em editar o Ato:

> "Para mim, que desempenhava na época e no governo do Marechal Costa e Silva a função de Chefe do Serviço Nacional de Informações, o Ato Institucional nº 5 já veio tarde. E explico por quê. Em fins de julho ou começo de agosto... o país atravessou uma grave crise, ocasião em que o Conselho de Segurança Nacional foi reunido. Nessa oportunidade, na minha função de manter o Presidente da República permanente e constantemente informado, fiz um relato panorâmico da situação no País. Havia, indiscutivelmente, uma rebelião das massas, na camada estudantil, no professorado, no clero, no meio dos trabalhadores e, inclusive, no parlamento. Cheguei à conclusão... o que estava na rua era a subversão e a contra-revolução, e pedi ao Presidente da República que adotasse medidas enérgicas e sem tardança para deter o mal. Somente o espírito democrático, a formação altamente democrática do Presidente Costa e

Silva, o levou a não editar o Ato nessa ocasião e a aguardar nova oportunidade."

Essa resistência foi confirmada pelo Gen. Jayme Portella de Mello, Chefe do Gabinete Militar da época, em seu livro *O governo Costa e Silva,* onde afirma que o presidente da República, ao tomar conhecimento da negativa do Congresso ao pedido de licença para processar o Dep. Marcio Moreira Alves, disse a seus assessores:

> "Eles vão receber a resposta. Vocês são testemunhas de que fiz tudo para que atendessem aos apelos para desagravar as Forças Armadas, e não quiseram me ouvir."

A nosso ver, a assimilação da Revolução pelo contexto sóciocultural brasileiro, preconizada por Ivan Zanoni Hausen, nunca aconteceu, e a Revolução, afinal, teve de encerrar o seu ciclo apesar disso. E o resultado foi o violento movimento pendular que levou a *Nova República* para o extremo oposto, na sua busca ansiosa pela remoção do que chamou de *entulho autoritário,* englobando nesse termo genérico praticamente tudo o que provinha dos Governos Revolucionários, independentemente de seus méritos.

Sucedeu-a o *Brasil Novo.* E o resultado está vivo em nossas memórias.

É tempo, então, de examinarmos a justificativa do AI-5:

> "ATO INSTITUCIONAL Nº 5
>
> O Presidente da República Federativa do Brasil, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e
>
> Considerando que a Revolução brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, 'os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria' (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964);
>
> Considerando que o Governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança

internas, só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário, ao editar o Ato Institucional nº 2, afirmou categoricamente que não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará' e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido;

Considerando que esse mesmo Poder Revolucionário, exercido pelo Presidente da República, ao convocar o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar a nova Constituição, estabeleceu que esta, além de representar a 'institucionalização dos ideais e princípios da Revolução' deveria 'assegurar a continuidade da obra revolucionária' (Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966);

Considerando, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destituí-la;

Considerando que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País, comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;

Considerando que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição;"

Seguem-se os principais pontos do AI-5:

– mantinha a Constituição de 1967 e as Constituições estaduais, com as modificações por ele introduzidas;

– dava ao Presidente da República poderes para decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores;

– o Executivo assumia a função legislativa no caso de recesso;

– o Presidente da República podia decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sendo os interventores nomeados por ele;

– o Presidente podia suspender os direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de dez anos e cassar mandatos federais, estaduais e municipais;

– a suspensão dos direitos políticos acarretava, além de outras, as seguintes restrições:

– liberdade vigiada

– proibição de freqüentar determinados lugares

– domicílio determinado

– as medidas de segurança aplicadas estavam fora da apreciação do Poder Judiciário;

– suspendia as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade;

– dava ao Presidente da República o poder de demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias acima, bem como transferir para reserva ou reforma militares, assegurados os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço;

– conferia ao Presidente poderes para decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, bem como, após investigação, decretar o confisco de bens de todos quantos tivessem enriquecido ilicitamente no exercício de cargo ou função pública, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

– suspendia a garantia de *habeas corpus* nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular, excluídos da apreciação judicial todos os atos praticados em conseqüência do Ato.

Ao examinar tais dispositivos repressivos, podemos bem entender a tremenda ojeriza que os subversivos e seus aliados políticos alimentam em relação ao AI-5, que os deixava de pés e mãos atados nos esforços que vinham fazendo, muitos deles bem-sucedidos, de sabotar a revolução de 1964 e de reverter a situação em favor daquela que vigia antes de sua ocorrência.

O Ato também continha dispositivos contra os quais ninguém, de sã consciência, poderia se opor, como é o caso do combate à corrupção, tão atual nos dias de hoje. E acrescente-se que foi combate conseqüente já que, em função do Ato, foi nomeada uma *Comissão Geral de Investigações* (CGI) com amplos poderes para executar o dispositivo previsto.

Esta Comissão funcionou durante aproximadamente dez anos, e seu resultado foi prejudicado por uma série de contratempos e dificuldades, das quais nos dá uma idéia bastante expressiva o Gen. Luiz Serff Sellmann, que exerceu a presidência daquele órgão por mais de três anos.

Agradecemos ao general a extensa carta que nos remeteu e que conservamos em nosso arquivo, à disposição dos interessados.

Entretanto, neste caso repetiu-se aquilo que consideramos um dos erros dos Governos Revolucionários: tanto o povo como as elites

ficaram na ignorância das conclusões do trabalho, dos nomes dos culpados e das punições respectivas, podendo muitos deles, como ocorreu, voltar ao exercício da função pública, apresentando como troféu o fato de terem sido atingidos por punições revolucionárias.

É oportuno ouvir a opinião do deputado que foi o *pivô* da crise que culminou no AI-5, expressa em artigo do *Jornal do Brasil,* de 22 de abril de 1992:

> "A ação contra o Governo de um grupo de deputados eleitos pelas grandes cidades do Centro-Sul, jovens todos, à exceção de Edgar da Mata Machado, tampouco ameaçava o regime, embora dificultasse a sua evolução no sentido desejado pelos golpistas, ampliadas que eram pela liberdade de imprensa. Imprensa livre e uma tribuna parlamentar com imunidades são incompatíveis com o autoritarismo. Um discurso meu, na seqüência da invasão da Universidade de Brasília por provocadores armados da polícia e do Exército, serviu de pretexto para o ataque às imunidades parlamentares. Era, pode-se dizer, uma provocação respondendo a outra. Como o Congresso não poderia concordar com a violação da imunidade da sua tribuna, pedra angular da autoridade desde o século XVII, recusou-se a permitir que fosse eu processado e, no dia seguinte, o Ato Institucional nº 5 foi proclamado e o Estado autoritário constituído na sua plenitude."

Vê-se no primeiro trecho que o autor admite que a ação de um grupo de jovens deputados dificultava a ação do Governo revolucionário e que isto era possível pela liberdade de imprensa e pelo privilégio do uso da tribuna parlamentar.

Aí está uma confissão de que a chamada abertura política já estava em plena vigência no segundo governo revolucionário, que permitia tais facilidades à oposição, e até à subversão.

Não fora a imprudência do citado deputado, é bem possível que a abertura política tivesse sido consideravelmente antecipada.

Quanto aos demais atos institucionais, cujo número totalizava dezessete, vamos apresentar resumidamente o seu conteúdo, detendo-nos, eventualmente, naqueles que tratavam de assunto que nos pareça mais importante para a finalidade deste livro.

– AI-6, de 01/02/1969 – altera a composição e a competência do Supremo Tribunal Federal.

– AI-7, de 26/02/1969 – edita normas disciplinadoras do funcionamento das Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, bem como a remuneração de seus membros, pondo fim a privilégios inaceitáveis que, como sabemos, voltaram a existir após o ciclo

revolucionário. É mais uma conseqüência do combate ao chamado *entulho autoritário.*

– AI-8, de 08/04/1969 – regula a execução da reforma administrativa nos Estados e Municípios.

– AI-9, de 25/04/1969 – estabelece instrumentos hábeis para a execução da reforma agrária. E aqui está um problema polêmico e controvertido que hoje, passados mais de vinte anos e apesar do consenso sobre a necessidade de sua solução, permanece de pé. Como mais um argumento em prol do sentido reformista da Revolução, apresentamos a justificativa que o Governo Costa e Silva apresentou para a edição deste Ato, seguida do respectivo texto:

> "ATO INSTITUCIONAL Nº 9
>
> O Presidente da República
>
> Considerando a motivação contida nos preâmbulos dos Atos Institucionais números 5 e 6, respectivamente de 13 de dezembro de 1968 e 1º de fevereiro de 1969;
>
> Considerando, ainda, que a Reforma Agrária, para a sua execução, reclama instrumentos hábeis que implicam alterações de ordem constitucional, resolve editar o seguinte Ato Institucional:
>
> Art. 1º – O § 1º do artigo 157 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:
>
> " Art. 157. ....
>
> § 1º – Para os fins previstos neste artigo, a União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de justa indenização, fixada segundo os critérios que a lei estabelecer, em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurando a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinqüenta por cento do imposto territorial rural e como pagamento do preço de terras públicas.
>
> Art. 2º – É substituído o § 5º do artigo 157 da Constituição Federal pelo seguinte:
>
> § 5º – O Presidente da República poderá delegar as atribuições para a desapropriação de imóveis rurais, por interesse social, sendo-lhe privativa a declaração de zonas prioritárias.
>
> Art. 3º – Revoga-se o § 11 do artigo 157 da Constituição Federal."

Procurou assim o Governo Revolucionário conciliar a necessidade da solução de problema social tão premente com o devido respeito ao direito de propriedade, um dos pontos cardeais de sua filosofia.

As conseqüências desse dispositivo surgiram mais tarde, com a promulgação do Estatuto da Terra, de que trataremos no título *Realizações dos governos revolucionários.*

– AI-10, de 16/05/1969 – estabelece normas uniformes para as punições previstas nos AI-1, AI-2 e AI-5. No seu mérito, dispõe que as punições resultantes dos citados Atos podem acarretar, ainda, a perda de qualquer cargo ou função exercidos na administração direta ou indireta, a aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais ao tempo de serviço ou a cassação imediata do exercício de qualquer mandato eletivo.

– AI-11, de 14/08/1969 – regula as eleições para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.

– AI-12, de 31/08/1969 – este Ato é precedido de uma proclamação dos três ministros militares, conseqüente da doença do Presidente Costa e Silva, que o impediu de continuar no exercício de sua função. Sua principal finalidade foi a de esclarecer a Nação sobre os sérios motivos pelos quais o poder não seria transferido automaticamente para o Vice-Presidente, Dr. Pedro Aleixo.

Procura também tranqüilizar a Nação, assegurando a transitoriedade dessa substituição, que só deveria durar enquanto persistisse a doença do Presidente, hipótese que não veio a se confirmar devido a seu agravamento e posterior falecimento.

Segue-se o texto da referida proclamação:

"À NAÇÃO

> Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, como responsáveis pela execução das medidas destinadas a assegurar a paz e a ordem pública e de tomar as providências relacionadas com a Segurança Nacional, comunicam à Nação que o Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, por motivo de enfermidade, se encontra, temporariamente, impedido do exercício pleno de suas funções.
>
> A conselho médico, S. Ex.ª deverá guardar repouso e ficar liberado, durante certo prazo, dos encargos do Governo, a fim de mais rapidamente recuperar a saúde.
>
> A situação que o país atravessa, por força do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e do Ato Complementar nº 38, da mesma data, que decretou recesso do Congresso Nacional, a par de outras medidas relacionadas com a Segurança Interna, não se coaduna com a transferência das responsabilidades da autoridade suprema e de Comandante Supremo das Forças Armadas, exercida por S. Ex.ª, a outros titulares, conforme previsão constitucional.

Como imperativo da Segurança Nacional, cabe aos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar assumir, enquanto durar o impedimento do Chefe da Nação, as funções atribuídas a S. Ex.ª pelos textos constitucionais em vigor.

O exercício da autoridade suprema, que as Forças Armadas em outras oportunidades já desempenharam, ficará limitado ao período de repouso e tratamento médico a que está submetido o Chefe do Poder Executivo.

Os objetivos da Revolução de 31 de março de 1964 serão inteiramente cumpridos, conforme os compromissos assumidos perante a Nação, na forma dos Atos Institucionais e da Constituição de 24 de janeiro de 1967.

A paz e a segurança internas, o exercício dos poderes constituídos, no plano federal, estadual e municipal, a garantia dos direitos individuais e os compromissos de ordem internacional ficarão mantidos na forma da legislação em vigor.

Pode a Nação confiar no patriotismo de seus chefes militares, que nesta hora, como sempre, souberam honrar o legado histórico de seus antepassados, fieis ao espírito da nacionalidade, à formação ordeira e cristã de seu povo, contrário às ideologias extremistas e às soluções violentas, nos momentos de crises políticas ou institucionais.

Apelam os Ministros Militares para a compreensão e cooperação do povo brasileiro, para o desempenho do relevante encargo que assumem, em nome do Presidente da República, temporariamente impedido por motivo de saúde. Durante esse período o Governo adotará todas as medidas que se fizerem necessárias para a normalidade da vida do País, nos planos interno e internacional, abstendo-se de adotar outras que não sejam as indispensáveis à continuidade administrativa e das atividades públicas e privadas em todo o país.

Em nome do Governo e da Revolução de 31 de março de 1964, pelos motivos expostos, resolvem baixar o seguinte Ato Institucional:"

Seguem-se os pontos principais dos "considerandos":

– continua em plena vigência o AI-5;

– relembra que o Ato Complementar nº 38, de 13/09/68, decretou o recesso do Congresso Nacional;

– afirma a continuidade dos compromissos assumidos perante a Nação pelas Forças Armadas.

Os artigos do próprio Ato eram os seguintes:

"Art. 1º – Enquanto durar o impedimento temporário do Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, por

motivo de saúde, as suas funções serão exercidas pelos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, nos termos dos Atos Institucionais e Complementares, bem como da Constituição de 24 de janeiro de 1967.

Art. 2º – Os Ministros Militares baixarão os atos necessários à continuidade administrativa, à preservação dos direitos individuais e ao cumprimento dos compromissos de ordem internacional.

Art. 3º – Continuam em exercício os poderes e órgãos da administração federal, estadual e municipal que não foram atingidos pelos Atos Institucionais e Complementares.

Art. 4º – Cessado o impedimento, o Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, reassumirá as suas funções em toda a sua plenitude.

Art. 5º – Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos."

– AI-13, de 05/09/69 – Este ato reconhece a necessidade de um rigor punitivo ainda maior, devido ao recrudescimento da luta armada. Estabelece um novo tipo de punição, que é o banimento:

"Art. 1º – O Poder Executivo poderá, mediante proposta dos Ministros de Estado da Justiça, da Marinha de Guerra, do Exército ou Aeronáutica Militar, banir do Território Nacional o brasileiro que, comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional.

Parágrafo único. Enquanto perdurar o banimento, ficam suspensos o processo ou a execução da pena a que, porventura, esteja respondendo ou condenado o banido, assim como a prescrição da ação ou da condenação.

Art. 2º – Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e Atos Complementares dele decorrentes, bem como os respectivos efeitos.

– AI-14, de 05/09/69 – Abre uma exceção para a vigência da pena de morte nos casos de guerra revolucionária, a qual nunca chegou a ser consumada, e dispõe sobre a perda de bens nos casos de enriquecimento ilícito:

"ATO INSTITUCIONAL Nº 14

Aos Ministros de Estado da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, e

Considerando que atos de Guerra Psicológica Adversa e de Guerra Revolucionária ou Subversiva que, atualmente, perturbam a vida do País e o mantêm em clima de intranqüilidade e agitação, devem merecer mais severa repressão;

Considerando que a tradição jurídica brasileira, embora contrária à pena capital, ou à prisão perpétua, admite a sua aplicação na hipótese de Guerra externa, de acordo com o direito positivo pátrio, consagrado pela Constituição do Brasil, que ainda não dispõe, entretanto, sobre a sua incidência em delitos decorrentes da Guerra Psicológica Adversa ou da Guerra Revolucionária ou Subversiva;

Considerando que aqueles atos atingem, mais profundamente, a Segurança Nacional, pela qual respondem todas as pessoas naturais e jurídicas, devendo ser preservada para o bem-estar do povo e desenvolvimento pacífico das atividades do País, resolvem editar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1º – O parágrafo 11, do artigo 150, da Constituição do Brasil, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 150..

....

Parágrafo 11. Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento ou confisco, salvo nos casos de Guerra Externa, Psicológica Adversa, ou Revolucionária ou Subversiva nos termos que a lei determinar. Esta disporá, também, sobre o perdimento de bens por danos causados ao erário, ou no caso de enriquecimento ilícito no exercício de cargo, função ou emprego na Administração Pública, direta ou indireta.

Art. 2º – Continuam em vigor os Atos Institucionais, Atos Complementares, Leis, Decretos-leis, Decretos e Regulamentos que dispõem sobre o confisco de bens em casos de enriquecimento ilícito."

– AI-15, de 09/09/69 – Regula eleições municipais.

– AI-16, 14/10/69 – Este ato foi conseqüência da vacância do cargo de Presidente da República devido ao impedimento definitivo do Presidente Costa e Silva e estabelece as regras para a sua substituição, dando prazo para a extinção do mandato temporário da Junta Militar.

A peculiaridade maior deste ato reside em estabelecer o impedimento definitivo do Vice-Presidente eleito com o Presidente Costa e Silva, confirmando o que já fora estabelecido no AI-12.

Somente a reconstituição do clima vivido na época, com a escala crescente da subversão, permitirá hoje compreender os motivos de tão grave decisão, tomada pelo Comando da Revolução, conhecida a sucessiva desaprovação do Dr. Pedro Aleixo aos AI-1, AI-2 e AI-5.

Enquanto a Revolução procurava assim se defender das graves ameaças que pesavam sobre a sua sobrevivência e do conseqüente risco de ver o país retroceder à insustentável situação vivida nas vésperas do Movimento de 64, ia, ao mesmo tempo, realimentando os argumentos e os protestos de seus inimigos. Tais contestações seguiram num crescendo até atingirem o estágio da luta armada, que veio a caracterizar o Governo do Gen. Medici, sobre o qual, por isto mesmo, vieram a recair os ônus maiores da repressão.

A intenção do Comando da Revolução ao escolher um civil, o Dr. Pedro Aleixo, identificado com a Revolução mas de tendência liberal, para o cargo de Vice-Presidente era obviamente a de demonstrar um abrandamento, por retirar da cúpula do Governo a exclusividade militar. Esta tendência só viria a ser retomada no último dos governos da Revolução, o do Gen. João Batista Figueiredo, que teve como companheiro de chapa o Dr. Aureliano Chaves, já em pleno clima de abertura.

A importância do AI-16 e a peculiaridade das condições que o motivaram indicam a sua transcrição integral:

"ATO INSTITUCIONAL Nº 16

> Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no exercício da Presidência da República, ouvido o Alto Comando das Forças Armadas, e
>
> Considerando ter sido o Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, atacado de grave e lamentável enfermidade;
>
> Considerando estar Sua Excelência totalmente impedido, no momento, para o pleno exercício de suas funções, não obstante achar-se em estado de lucidez;
>
> Considerando a conclusão exarada em laudo médico proferido aos vinte e cinco de setembro próximo passado, e confirmada em novo laudo, com data de quatro do corrente, pelos renomados especialistas que o assistem, de que se eventualmente o Presidente da República, lúcido como está, vier a atingir a recuperação completa desejada por todos, poderá reassumir as funções, ficando, porém, novamente exposto a situações de *stress* que contribuíram para sua enfermidade atual;
>
> Considerando que, diante disso, a reassunção de seu cargo, se para tanto viesse a readquirir condições, não se poderia dar sem grave e irreparável risco para sua saúde;
>
> Considerando que a conjuntura nacional impõe encargos cada vez mais pesados ao Chefe do Poder Executivo;

Considerando que o Marechal Arthur da Costa e Silva, com o conhecimento da sua família, manifestou o desejo de que se promovesse a sua substituição no cargo;

Considerando que os superiores interesses do País exigem o preenchimento imediato, em caráter permanente, do cargo de Presidente da República, e

Considerando, por fim, que o Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto do corrente ano, no seu artigo 1º, atribuiu aos Ministros Militares a substituição do Presidente da República no seu impedimento temporário, resolvem editar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1º – É declarada a vacância do cargo de Presidente da República, visto que o titular, Marechal Arthur da Costa e Silva, está inabilitado para exercê-lo, em razão da enfermidade que o acometeu.

Art. 2º – É declarado vago, também, o cargo de Vice-Presidente da República, ficando suspensa, até a eleição e posse de novo Presidente e Vice-Presidente, a vigência do artigo 80 da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967.

Art. 3º – Enquanto não se realizarem a eleição e posse do Presidente da República, a Chefia do Poder Executivo continuará a ser exercida pelos Ministros Militares.

Art. 4º – A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, de que trata este Ato, será realizada no dia 25 do corrente mês de outubro, pelos membros do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal.

§ 1º – A sessão conjunta do Senado Federal, e da Câmara dos Deputados, para os fins deste artigo, será dirigida pela Mesa da primeira dessas Casas do Congresso.

§ 2º – Os partidos políticos, por seus Diretórios Nacionais, inscreverão, perante a Mesa do Senado Federal, os candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República até vinte e quatro horas antes do dia marcado para o pleito.

§ 3º – O Diretório Nacional de cada partido funcionará, para escolha dos candidatos a que se refere o parágrafo anterior, com os poderes da convenção nacional, dispensados os prazos e as demais formalidades estabelecidas pela Lei Eleitoral.

§ 4º – Será considerado eleito Presidente o candidato que obtiver maioria absoluta de votos.

§ 5º – Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta na primeira votação, os escrutínios serão repetidos, e a eleição dar-se-á no terceiro, por maioria simples; no caso de empate, prosseguir-se-á na votação até que um dos candidatos obtenha essa maioria.

§ 6º – O candidato a Vice-Presidente considerar-se-á eleito em virtude da eleição do candidato a Presidente com ele registrado.

§ 7º – Para a eleição regulada neste artigo, não haverá inelegibilidades, nem a exigência, para o candidato militar, de filiação político-partidária.

§ 8º – A posse do Presidente e do Vice-Presidente da República dar-se-á no dia 30 de outubro do corrente ano, em sessão solene do Congresso Nacional, presidida pelo Presidente do Senado Federal.

Art. 5º – O mandato do Presidente e do Vice-Presidente da República, eleitos na forma do artigo anterior, terminará a 15 de março de 1974.

Art. 6º – Embora convocado o Congresso Nacional, os Ministros Militares, no exercício da Presidência da República, poderão, até 30 do corrente mês de outubro, em caso de urgência ou de interesse público relevante, legislar, mediante Decreto-Lei, sobre todas as matérias de competência da União.

Art. 7º – As atuais mesas do Senado e da Câmara dos Deputados, irreelegíveis para o período imediato, têm seus mandatos prorrogados até 31 de março de 1970, elegendo-se, todavia, novos membros para as vagas existentes ou que vierem a ocorrer."

– AI-17, de 14/10/69 – O ato foi provocado por um recrudescimento das manifestações da chamada *linha dura* dentro das Forças Armadas. As punições por ele estabelecidas são temporárias, dando aos punidos a oportunidade de retornarem ao serviço ativo tão logo fosse aplacado o seu entusiasmo contestatório. Estava implícito neste dispositivo o reconhecimento do mérito profissional de muitos dos punidos.

Este o referido ato, precedido dos "considerandos":

"ATO INSTITUCIONAL Nº 17

Considerando que se torna imperiosa a adoção de medidas que preservem a ordem, a segurança, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e a harmonia política e social do Brasil;

Considerando que as Forças Armadas, como instituições que servem de sustentáculo dos poderes constituídos, da lei e da ordem, são organizadas com base nos princípios da hierarquia e da disciplina, resolvem baixar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1º – O Presidente da República poderá transferir para a reserva, por período determinado, os militares que hajam atentado, ou venham a atentar, comprovadamente, contra a coesão das Forças Armadas, divorciando-se, por motivos de caráter conjuntural ou objetivos políticos de ordem pessoal ou

de grupo, dos princípios basilares e das finalidades precípuas de sua destinação constitucional.

Parágrafo único. A sanção prevista neste artigo aplicar-se-á quando, em face dos antecedentes, do valor próprio e dos serviços prestados à Marinha, ao Exército, à Aeronáutica e à Revolução, for de presumir-se que o militar assim punido possa vir a reintegrar-se no espírito e nos deveres próprios da instituição militar.

Art. 2º – O afastamento temporário do serviço ativo não implicará, salvo declaração em contrário, qualquer restrição quanto às atividades civis nem percepção de vencimentos e vantagens a que fizer jus, de acordo com o posto e o tempo de serviço.

Art. 3º – Findo o prazo previsto no artigo 1º, o Ministro de Estado, ouvido o Alto Comando ou órgão correspondente do respectivo Ministério Militar, promoverá ou a reversão do militar ao serviço ativo ou a sua transferência definitiva para a reserva."

Encerrava-se, assim, o ciclo dos Atos Institucionais, de cuja edição foram excluídos os três últimos governos revolucionários.

Atos Complementares

Incluem-se ainda neste capítulo os chamados "Atos Complementares" que, como o nome permite inferir, tinham a função de complementar os Atos Institucionais com providências e normas que definiam a sua amplitude. Alguns deles alteravam atos idênticos anteriores.

Seu número alcançou a cifra de 96. Vamos nos limitar a uma referência àqueles que consideramos mais importantes para a finalidade deste livro.

O maior número deles trata de punições ou providências correlatas. São eles os seguintes:

– AC-23, de 20/10/1966 – Opõe-se à ação dos inimigos da Revolução que atuam na Câmara dos Deputados e à cobertura que lhes pretendia dar o presidente da Casa. Eis o seu texto:

"ATO COMPLEMENTAR Nº 23

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 31 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e

Considerando que, no interesse de preservar e consolidar a Revolução de 31 de março de 1964, e ouvido o Conselho de Segurança Nacional, o Presidente da República houve por

bem suspender os direitos políticos e cassar mandatos de deputados federais, na forma do artigo 15 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965;

Considerando que os atos desta natureza estão excluídos da apreciação de qualquer instância legislativa ou judiciária, e assim tem sido entendido pelo Supremo Tribunal Federal e o próprio Congresso Nacional;

Considerando que em relação aos recentes atos que atingiram seis deputados federais, publicados no *Diário Oficial*, de 14 de outubro corrente, entendeu o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, depois de recebida a comunicação regular de sua expedição e publicação, submetê-los à apreciação de comissões internas e do plenário da mesma Casa do Congresso Nacional, para discussão e votação;

Considerando que tal procedimento importa em suspender a execução dos atos mencionados, retirando-lhes os efeitos imediatos que são de sua própria essência e natureza;

Considerando, ainda, que esta procrastinação, além de infundada e contrária aos precedentes, foi agora tomada no momento em que a Câmara dos Deputados não poderia contar com número suficiente para deliberar, por motivo notório da campanha eleitoral, em que estão empenhados os Senhores deputados;

Considerando, finalmente, que se constituiu, assim, naquela Casa do Congresso Nacional, por motivo de ausência justificada da grande maioria de seus membros, um agrupamento de elementos contra-revolucionários com a finalidade de tumultuar a paz pública e perturbar o próximo pleito de 15 de novembro, embora comprometendo o prestígio e a autoridade do próprio Poder Legislativo, resolve baixar o seguinte ato complementar:

Art. 1º – Fica decretado o recesso do Congresso Nacional a partir desta data até o dia 22 de novembro de 1966.

Art. 2º – Enquanto durar o recesso do Congresso Nacional o Presidente da República fica autorizado a baixar decretos-leis em todas as matérias previstas na Constituição.

Art. 3º – A diplomação do Presidente e do Vice-Presidente da República, eleitos pelo Congresso Nacional em 3 de outubro de 1966, caberá à Mesa do Senado Federal."

– AC-30, de 26/12/66 – Mostra preocupação com o problema da isonomia salarial e determina normas relacionadas com a sua consecução, bem como para o combate aos chamados *trens da alegria*.

Como o problema permanece de grande atualidade, torna-se oportuno reproduzir seus elementos fundamentais:

"ATO COMPLEMENTAR Nº 30

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 30, do Ato Institucional nº 2, e

Considerando que o princípio da paridade da remuneração dos servidores dos três poderes da República extensivo aos servidores dos Estados e Municípios, para que possa ter efetiva aplicação, exige que se disciplinem os reajustamentos de vencimentos destinados a compensar a desvalorização do poder aquisitivo da moeda;

Considerando que as normas de política salarial estabelecidas para os assalariados em geral deverá ser extensiva aos servidores públicos, não só da União, como também dos Estados e Municípios, a fim de evitar indesejáveis distorções com reflexos danosos para a economia do País;

Considerando que é permanente preocupação do Governo da República limitar os gastos correntes do setor público da economia nacional a fim de permitir a liberação da maior soma possível de recursos para o financiamento de investimentos essenciais ao desenvolvimento econômico do País;

Considerando, finalmente, ter sido limitado em 25% (vinte e cinco por cento) o aumento dos vencimentos dos servidores públicos, civis e militares, da União, a vigorar no exercício de 1967.

Resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º – Nenhum aumento de vencimentos, remuneração ou salário, de servidores públicos dos Estados e Municípios, inclusive das Polícias Militares e dos empregados de autarquia e sociedades de economia mista, pode ser concedido antes de decorrido o prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data ou da concessão do último aumento, nem exceder à percentagem de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 2º – Não produzirão quaisquer efeitos legais e serão considerados nulos de pleno direito os atos baixados com inobservância do disposto no art. 1º deste Ato Complementar.

Art. 3º – É vedada a vinculação ou equiparação de cargos públicos estaduais ou municipais de qualquer natureza para o efeito de remuneração."

– AC – 39, de 13/12/1966 – Prorroga o prazo de recesso do Congresso.

– AC-39, de 30/12/1968 – Descentraliza as propostas para suspensão de direitos políticos, demissões, disponibilidade, aposentadoria, transferência para a reserva ou reforma.

– AC-42, de 22/01/1969 – Regula o confisco de bens nos casos de enriquecimento ilícito. A comparação com fatos que hoje ocorrem no país em matéria de corrupção torna oportuna sua transcrição:

"ATO COMPLEMENTAR Nº 42

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem o § 1º do art. 2º e o art. 9º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º – O Presidente da República, após investigação, poderá decretar o confisco de bens de pessoa natural ou jurídica que, em relações de qualquer natureza, com a administração da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas pelos poderes públicos, associações ou entidades beneficiadas com auxílios ou contribuições estabelecidos em lei, permissionárias ou concessionárias de serviços públicos, se haja enriquecido, ilicitamente, com bens, dinheiros ou valores, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Parágrafo único. Aplica-se, também, o disposto neste artigo a quem, de qualquer modo, concorre para o enriquecimento ilícito.

Art. 2º – Considera-se enriquecimento ilícito o que resultar de:

I – Vantagem ou benefício auferido, ilicitamente, na qualidade de diretor, gerente, superintendente, administrador, sócio ou empregado das entidades mencionadas no art. 1º ou outras que se mantenham, no todo ou em parte, mediante contribuições periódicas populares;

II – Exploração de jogos de azar ou de lenocínio e do comércio clandestino de entorpecentes;

III – Declaração falsa:

a) em medição de serviços de construção de estradas ou de obras públicas executadas por empreiteiros, subempreiteiros, concessionários e tarefeiros;

b) sobre quantidade, qualidade, peso ou características de mercadorias ou bens entregues a serviço de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º;

IV – Inserção de elementos inexatos ou a omissão de operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de se subtrair ao pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública;

V – Alteração de faturas e quaisquer outros documentos relativos a operações mercantis, com o propósito de fraudar a Fazenda Pública;

VI – Fornecimento ou a emissão de documentos graciosos ou a alteração de despesas, ou outras verbas não especificadas, com o propósito de obter redução de tributos devidos à Fazenda Pública.

Parágrafo único – Os casos de enriquecimento ilícito acima referidos não excluem atos ou fatos que possam ser abrangidos pelo disposto no artigo 1º.

Art. 3º – Os bens confiscados, de acordo com este Ato Complementar, serão incorporados ao patrimônio da entidade jurídica prejudicada com o enriquecimento ilícito e, se nenhum o tiver sido, ao da União.

Art. 4º – Nenhuma sanção fiscal, de qualquer natureza, se aplicará a contribuinte beneficiado por anistias fiscais anteriores a este Ato Complementar."

– AC-47, de 07/02/1969 – Determina o recesso das Assembléias Legislativas de cinco Estados. Vejamos como a Revolução justifica essa providência:

"ATO COMPLEMENTAR Nº 47

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º e o artigo 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e

Considerando que a Revolução Democrática Brasileira se baseou em princípios éticos fundamentais visando a não apenas combater a subversão e a corrupção, mas, também, a impor normas legais e morais a todos quantos integram quaisquer ramos dos Poderes Públicos;

Considerando que, em determinados Estados, suas Assembléias Legislativas têm contrariado, até de modo ostensivo, aqueles princípios e a própria Constituição, usando abusivamente de direitos que não possuem, inclusive quanto a beneficiarem os seus membros com remuneração e vantagens indevidas, além de promoverem atos atentatórios à dignidade do mandato que o povo lhes outorgou;

Considerando o que já foi apurado relativamente a determinados órgãos legislativos estaduais, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º – Nos termos do artigo 2º e seus parágrafos, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, fica decretado o recesso, a partir desta data, das Assembléias Legislativas dos Estados da Guanabara, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe."

– AC-49, de 27/02/1969 – Estende a punição a mais dois Estados. É seguido de outros AC's que determinam o recesso de diversas Câmaras Municipais.

– AC-64, de 05/09/1969 – Aplica a pena de banimento a diversos elementos envolvidos na luta armada.

– AC-72, de 15/10/1969 – Suspende o recesso do Congresso Nacional, determinado pelo AC-38.

– AC-73, da mesma data – Convoca o Congresso para a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República.

– AC-78, de 15/01/1970 – Uniformiza a interpretação dos preceitos para suspensão de direitos políticos e mandatos. Foi o primeiro Ato do Governo Médici.

Seguem-se diversos outros Atos suspendendo o recesso das Câmaras Municipais de diversos Municípios, bem como decretando o recesso de outras.

O último desses AC's é datado de 27/07/1972, expedido no Governo Médici.

É interessante observar que a maioria deles é posterior à Constituição de 1967, que o Presidente Castelo Branco considerara, do ponto de vista jurídico, a culminância do processo revolucionário. Isto foi uma conseqüência do manifesto inconformismo dos subversivos e seus aliados em aceitar a Revolução de 64, que frustrara o objetivo de muitos deles de cubanização do Brasil. Em conseqüência dessa frustração, a contestação recrudesceu, acabando por assumir a forma de luta armada, a qual, por sua vez, provocou o endurecimento das medidas repressivas, mais evidente no Governo Médici, quando a escalada da violência foi mais acentuada.

Leis Complementares

Ainda como parte do repertório de dispositivos legais abrangidos pela institucionalização, o Governo Revolucionário baixou doze leis complementares, das quais as mais notórias foram:

– LC-5, de 29/04/1970 – Estabelece as condições de inelegibilidade dos punidos pela Revolução e outros elementos culpados de ações contra-revolucionárias ou corrupção.

– LC-7, de 07/09/1970 – Institui o Programa de Integração Social – PIS, procurando integrar o trabalhador na vida e no desenvolvimento das empresas.

– LC-8, de 03/12/1970 – Institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, que complementa a lei anterior e denota a grande preocupação com esse problema social.

– LC-11, de 25/05/1971 – Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, que estende para o trabalhador do campo a mesma preocupação acima.

Emendas Constitucionais

Tais emendas, em número de três, coroam o processo de institucionalização:

– Emenda nº 1, de 17/10/1969 – Conseqüente do recesso do Congresso decretado pela Junta Militar. Estabelece a manutenção em vigor da maior parte da Constituição de 1967.

– Emenda nº 2, de 09/05/1972 – Regula a eleição de Governadores dos Estados, a realizar-se em 1974.

– Emenda nº 3, de 15/06/1972 – Estabelece local e período para a reunião do Congresso Nacional.

Como acabamos de ver, os diversos AI's e AC's não tratam apenas de medidas punitivas, necessárias à implementação do processo revolucionário. Tratam também de assuntos políticos, político-administrativos, jurídicos e de matérias de grande interesse social, como, por exemplo, o AI-8, que regula a reforma administrativa dos Estados e Municípios; o AI-9, que estabelece regras para a execução da reforma agrária, além dos AC's que criam o PIS, o PASEP e o Funrural.

Sensibilidade democrático-social dos governos revolucionários

Devem ser salientados no processo de institucionalização certos pontos que inimigos e adversários da Revolução timbram em omitir, tais como:

– a ausência de arrogância com que a Revolução assumiu o Governo e o esforço de conciliação entre a energia revolucionária e as leis preexistentes. A manutenção inicial da Constituição de 1946, modificada nos pontos essenciais, bem como a dos Poderes Legislativo e Judiciário, com as restrições cabíveis, foram bem representativas desse esforço;

– a tentativa, freqüentemente frustrada, de sensibilizar o Congresso para a necessidade de medidas de segurança, obrigando os Governos Revolucionários a fazer lembrar a supremacia do poder revolucionário;

– a autolimitação, no tempo, dos poderes extraordinários conferidos ao Poder Executivo, ao contrário do que se poderia esperar de um regime que fosse ditatorial;

– a resistência oferecida pelos Presidentes revolucionários à edição dos AI-2 e AI-5;

– o sentido reformista da Revolução, inconformada com muitas deficiências do *status quo;*

– a invariável intenção de fidelidade ao princípio democrático e a convicção de que este estava ameaçado por seus eternos inimigos, reforçados por elementos não-comunistas que com eles confraternizavam;

– o sentido moralizador, revelado através de medidas contra a corrupção e o enriquecimento ilícito.

A sucessão dos diversos AIs e ACs, considerado sobretudo o seu conteúdo punitivo, encontra seu correspondente na escalada da subversão, que evoluía para a luta armada, acompanhando o desencontro entre as intenções democratizantes dos governos revolucionários e a ação hostil daqueles que tinham sido atingidos pela Revolução. O inconformismo destes, prevalecendo-se da relativa suavidade das punições revolucionárias e, em muitos casos, da própria ausência delas, traduzia-se em ações puramente contestatórias, nas quais se confundiam a oposição política normal, que a própria Revolução propiciou ao criar um partido de oposição, com a contestação do regime e a implícita sugestão de retorno à situação anterior por ela deposta.

A característica de tolerância da revolução, que a obrigou a sucessivos atos de endurecimento, sob a pressão dos acontecimentos, foi criticada por muitos revolucionários, inclusive Fernando Nobre Filho, que, em artigo no *Diário de Notícias* de Porto Alegre, RS, de 30/06/76, dizia:

> "Os militares, a quem o Brasil deve as ciclópicas realizações que já transformam o País numa nação com foros de potência internacional, tiveram, no entanto, a perturbar-lhes uma atuação radical, a timidez que lhes impõe sua mentalidade exageradamente legalista, alicerçada num legalismo inadequado. As convicções liberal-democráticas de nossos soldados fizeram com que eles não considerassem as realidades nacionais e internacionais que exigem a reformulação dos princípios da Democracia, adaptando-os aos imperativos hodiernos."

Antes dele, e com outra ótica, Egon Renner, um destacado defensor da Revolução, dizia em artigo no mesmo jornal, em 07/09/75:

> "O que temos então? Uma ditadura militar como queriam nos classificar alguns jornalistas estrangeiros?
>
> Mas os nossos parlamentos não foram eleitos pelo voto secreto do povo? E o seu resultado não foi respeitado integralmente, como prova um grande número de deputados eleitos pela oposição em todo o País?

> E os eleitos não têm criticado duramente o Governo se ele erra?
>
> E o povo não tem tido uma ampla liberdade de falar, escrever e também criticar os governantes, sem ser molestado?"

Bem antes disto, o próprio Presidente Castelo Branco, no já referido discurso pronunciado no encerramento do curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, ainda em 1964, assim se manifestara:

> "Além de tudo, não há absolutamente uma tumultuação na atividade nacional. O Congresso brasileiro, entregue à sua própria soberania, aprecia e vota proposições do Governo. Não há em torno dele o cerco das pressões: pressões de operários fantasmas, pressões de militares transviados. Não, ele está rodeado de respeito e, mais do que respeito, da garantia que lhe deve proporcionar o Poder Executivo."

Este processo de institucionalização, retardado por tantos obstáculos, deveria ter atingido a sua culminância com o pleno restabelecimento do regime democrático. E era isto o que pretendia o Presidente João Batista Figueiredo para o fim de seu governo.

Entretanto, como a palavra "democracia" não é auto-explanatória, admitindo, ao contrário, muitas versões, em artigo publicado em setembro de 1984 procuramos alertar para os riscos aí implícitos, os quais vieram a se confirmar na transição do período revolucionário para a *Nova República*. Será oportuno conhecer as razões que então invocamos. Eis o artigo:

> "Com o apoio dos setores mais representativos da Revolução de 64, tem o Presidente da República anunciado, repetidamente, sua intenção de fazer deste país uma democracia. Com isto exultaram, pelo menos aparentemente, largos segmentos da oposição, dividida, como se sabe, pelos mais diversos matizes ideológicos, abrangendo desde os liberais até os comunistas.
>
> Qualquer que seja o tipo de democracia que o Presidente visualize, parece evidente que não poderá agradar a tantos e tão diversificados matizes, sobretudo aos dois citados extremos do espectro político.
>
> Há, portanto, uma certa leviandade em tal exultação generalizada, pois os representantes dessas diversas correntes ideológicas deveriam saber muito bem das diferenças que separam as concepções formais da democracia.
>
> Se tomarmos, por exemplo, os liberais, sabemo-los partidários de um tipo de democracia que David Galula classifica

como "displicente", pois que baseado no culto exacerbado das liberdades, vai ao extremo de cedê-las até aos maiores inimigos da democracia, que querem ostensivamente destruí-la.

A diversidade democrática é muito bem assinalada por Manuel Fraga Iribarne quando diz: 'Hoje todos os sistemas pretendem uma justificação de base democrática. Ninguém aceita declarar-se não-democrático e ainda menos antidemocrático. Depois, cada qual pretende ter a verdadeira, a autêntica, a melhor ou a mais real entre as democracias possíveis... qualifica-a com adjetivos como popular, liberal, orgânica, social etc.'.

Por tudo isso, preocupa-nos o inevitável confronto que poderá surgir entre a Democracia que o presidente quer construir, no dia em que considerar cumprida a sua missão, e aquela que está na concepção de tantos diferentes segmentos do espectro político oposicionista.

Acreditamos, por isso mesmo, que ao Governo caberia uma função pedagógica, mostrando às elites e ao público quais as características da democracia que pretende erigir, para que não subsista nenhuma dúvida quando, afinal, o presidente vier a considerar cumprida a sua missão."

Essa sensibilidade democrática e social dos governos revolucionários já ficou implícita em outros trechos deste livro, e pode ser exemplificada com algumas manifestações, como as que se seguem, bem compatíveis com a conduta de tais governos:

Eliezer R. de Oliveira, em *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil:*

> "O primeiro elemento da 'filosofia administrativa' do governo Costa e Silva é fornecido por um humanismo social."

Cita o autor trecho de um discurso do Presidente em que esta preocupação ficou evidente:

> "É chegado o momento em que uma eqüitativa distribuição de sacrifícios...; o povo – a grande massa dos pobres – vem suportando carga superior às suas forças; impõe-se que parte deste peso mude de membros e recaia em compleições mais aptas a suportá-lo. É imperioso que todos assumam parte dos ônus gerais da Nação, por forma que os pobres emerjam das condições subumanas em que ora estão mergulhados e venham, por fim, a ter menos doenças, mais casas de moradia, mais escolas, algum conforto."

Podemos ver aí a preocupação com a fome e a miséria, que não é um privilégio de nossos dias, com a campanha lançada em 1993.

Apenas naquela época a esquerda subversiva e a oposição sua aliada não permitiam que algo de concreto fosse feito, pois consideravam isso seu privilégio, como hoje ocorre, quando a esquerda está à testa da campanha. Resta-nos esperar que esta, livre dos ônus enfrentados pelos governos revolucionários, seja bem-sucedida.

Outro exemplo dessa sensibilidade à substância da democracia foi dado ainda por Costa e Silva, em discurso que pronunciou, em plena fase de recrudescimento da subversão. Eis o que disse:

> "A resposta de que nós havemos de levar este País para diante, sem violência, sem arbítrio, dentro da normalidade democrática, mas garantindo ao País aquilo de que ele mais precisa...: a paz. Esta paz será assegurada, quer queiram, quer não queiram os agitadores... Eles pedem sangue, mas o País prosseguirá sem sangue porque não estamos com a idéia de violência. Nós queremos paz; queremos o trabalho e a democracia real; a democracia respeitada, acatada, com autoridade para dar ao povo aquilo de que ele precisa."

E essas palavras não eram um mero anúncio de intenções, como ficou demonstrado pouco depois, durante a chamada "passeata dos cem mil", realizada por estudantes e organizada pelo partido comunista. Representava ela o ápice de um período de grandes agitações e provocações ao governo. Apesar disso, foi tratada de acordo com o espírito anunciado por Costa e Silva, como afirma o Gen. Jayme Portella de Mello:

> "A polícia, obedecendo ordens do Governo do Estado, acompanhou o curso da passeata sem interferir, com a recomendação de não aceitar provocações."

O conceito de liberdade racional, tão cultivado pelos governos revolucionários, foi muito bem sintetizado, ainda por Costa e Silva, num discurso em que disse:

> "Ordem e progresso, liberdade de pensar e de dizer, liberdade até de mentir e de ofender, mas sem extrapolação para a subversão e para a desordem, porque a isto se opõe este povo sábio e capaz..."

Já outro exemplo nos é proporcionado pelo presidente Ernesto Geisel, num discurso em que procurou apresentar seu conceito sobre as responsabilidades de um Presidente da República:

"O cargo de presidente, como nós o entendemos, não constitui privilégio ou posição de desfrute pessoal ou de grupos. É, antes, posto de renúncia, de sacrifício em que a tônica é servir. Não pode ser objeto de ambições, nem deve ser postulado, mas entendido como atribuição, pela vontade nacional, de transcendente missão a cumprir."

Armando Falcão nos apresenta mais um exemplo altamente expressivo da sensibilidade democrática do mesmo presidente Geisel ao revelar uma recomendação que, como seu Ministro da Justiça, recebeu do Presidente. Nela está explicada, também, sua aversão ao nepotismo:

"Quero, desde já, lhe fazer uma recomendação e você falará sobre isso com os diretores de jornais: o nome da minha mulher e o da minha filha não vão figurar nos jornais e revistas. Desse modo, nem a Lucy nem a Amália Lucy freqüentarão as colunas sociais do *Globo,* do *Jornal do Brasil,* ou de outro qualquer órgão de publicidade. Além desse ponto: parente meu não vai penetrar em repartição pública para tratar de negócios. Ninguém pode usar o nome da família para fazer tráfico de influência. Preste bem atenção nisso, mande fiscalizar e me comunique, diretamente, qualquer fato que porventura apareça nesse campo. Em termos gerais e particulares, eu não tenho compromisso com ninguém. Quero servir ao Brasil e à Revolução. A nossa Revolução é democrática. A minha intenção é preparar, sem precipitação, sem queimar etapa, o caminho que nos leve ao aperfeiçoamento democrático, no contexto de um processo lento, gradual e seguro."

AÇÃO CONTRA-REVOLUCIONÁRIA DA OPOSIÇÃO, EM CONLUIO COM A SUBVERSÃO

MDB, uma ampla frente. A infiltração comunista e seu domínio dentro do partido

Já vimos que a criação de dois partidos políticos, sendo um de oposição ao governo, foi mais uma prova de sensibilidade dos governos revolucionários ao princípio democrático.

O que estes governos, entretanto, não esperavam é que o partido de oposição, assim criado, se transformasse num estuário que acolhia todas as oposições e, além delas, todas as contestações e até a subversão residual, que, sob seu manto protetor, cresciam com progressiva desenvoltura.

O que se esperava é que o MDB se auto-expurgasse da influência radical, deixando de proporcionar a tais elementos cobertura legal, que eles sabiam aproveitar tão bem em benefício de seus desígnios antidemocráticos. Para isto seria necessário que o MDB, lutando embora pelo retorno à normalidade democrática, tivesse assimilado a Revolução de 64. Esta, entretanto, não conseguiu convencê-lo de sua inevitabilidade, como única solução para assegurar a sobrevivência da democracia, como os seus antecedentes fartamente comprovam.

Esta situação é muito bem descrita por Adirson de Barros que, em artigo publicado na *Última Hora,* do Rio, em 5 de abril de 1977, diz:

> "Os moderados, que constituem maioria no MDB, tentam há muito mostrar que são democratas e não contestam a Revolução. Ao contrário, aceitam-na como movimento histórico irreversível. A partir dessa colocação e nessa postura, o MDB poderia ser assimilado pelo sistema revolucionário, ganhando condições de disputar eleições democráticas e, pelo voto popular, chegar ao poder. Seria a alternativa tão esperada pelos liberais e ao gosto, até mesmo, de importantes personalidades revolucionárias."
>
> "Mas também se sabia, há algum tempo, da impraticabilidade da ascenção do MDB ao poder. O motivo era simples: o partido não merecia a confiança revolucionária, por estar infiltrado de elementos contestadores da esquerda radical e que não podiam ser mascarados dentro do partido. Líderes que pensam apenas na sua eleição, ainda que anticomunistas e com posição moderada na oposição ao Governo, conciliavam com os radicais da esquerda, a fim de não se incompatibilizarem com o eleitorado."

Apresenta ainda o jornalista uma razão para esse apego do MDB à esquerda:

> "Tratava-se, como se trata, de questão eleitoral, antes de tudo. O MDB, para vender sua imagem ao eleitorado, precisa de charme e é exatamente a esquerda marxista que lhe dá essa aparência de partido progressista e de lutas democráticas, de oposição real ao Governo e à Revolução; os moderados podem ser confundidos com adesistas, ainda que combatam a Revolução e peçam a normalização do regime político."

Matéria de *Zero Hora,* de 30 de abril de 1978, confirma essa característica de largo espectro que o partido apresentava:

"No caso do MDB, que reúne setores que vão desde os liberais conservadores até a esquerda socialista, passando pelos trabalhistas e outras forças políticas democráticas de oposição, não podemos impor ao conjunto oposicionista uma hegemonia que exclua a liberdade de expressão das demais correntes."

Fazendo tábula rasa da infiltração comunista que se acentuava no partido, dizia o ex-deputado e seu líder na Câmara, em 25 de janeiro de 1978, conforme o *Jornal do Brasil:*

"Ele afirmou que, no momento, o que o Partido oposicionista necessita é fazer um grande esforço para conseguir ser, novamente nas eleições de 1978, o estuário do inconformismo nacional. E acrescentou que mesmo com as diversas correntes de opiniões que militam no MDB, a agremiação deve continuar funcionando como uma grande frente democrática, caso surjam reformas partidárias, mas continue sendo mantido o regime de exceção."

A ampla frente de oposição, com tendência para a radicalização, está bem clara no seguinte trecho de um panfleto do Setor Jovem do MDB, de Porto Alegre, lançado por um candidato a vereador em 1976:

"O MDB é hoje uma grande frente que reúne as mais variadas forças sociais, com interesses dos mais diversos. Isto pode ser visto na distância que separa parlamentares adesistas e comprometidos com o sistema, de outros mais combativos entre os quais encontramos, inclusive, reais defensores dos interesses populares. A maioria, entretanto, é conservadora e moderada. Seu comportamento tem ficado, na maioria das vezes, longe do que se poderia esperar de um partido de oposição. Se esta é a situação geral do MDB, de forma nenhuma queremos reforçar essa política, pois não pretendemos ser a oposição do sistema, mas oposição ao sistema."

Essa infiltração é ainda confirmada pelo ex-deputado do então PTB, Antonio Bresolin, que, em discurso publicado no *Diário de Notícias,* de 14 de agosto de 1965, dizia:

"Todos sabem que em todos os partidos políticos militaram e militam elementos que não condizem com as finalidades dos partidos, aproveitadores, homens sem qualquer ideal, elementos que não se recomendam e – por que não dizê-lo? – até comunistas. Aliás esta é a velha e conhecida técnica dos

vermelhos, a de se misturarem, a de se infiltrarem, para, nas ocasiões oportunas, tirarem proveito, agitando, dando largas, enfim, às suas conhecidas e maquiavélicas manhas. No PTB, o Partido que mais cresceu no Brasil, sempre à sombra do Governo, é natural que muitos destes elementos tenham invadido nossas áreas, prejudicando tremendamente os verdadeiros objetivos da nossa causa."

No *Jornal do Brasil* de 14/10/77, implicitamente o Senador Paulo Brossard admitia a infiltração comunista no MDB ao afirmar que *seu Partido transforma-se gradualmente em um verdadeiro partido político que inclui uma poderosa ala socialista com tendências democratas-cristãs e social-democratas".*

É evidente que os comunistas infiltrados faziam alarde de suas convicções *democráticas,* o que acabou por iludir o senador. Se ele prestasse um pouco mais de atenção, entretanto, à qualidade ideológica dos infiltrados, veria que entre eles estavam inclusive os membros do MR-8, ostensivamente marxistas.

Ulysses Guimarães, do mesmo partido, confirmava Brossard ao afirmar (*Folha da Tarde,* 5/11/76):

> "... na situação atual, o MDB não é partido, a Arena não é partido. O MDB é uma área, um condomínio onde estão pessoas que, acredito, até chegar a normalidade democrática, poderão optar por partidos diferentes. Uniram-se todos dentro deste dever fundamental que é a normalidade democrática."

Aí está a confissão de que o MDB era uma frente e, como tal, incluindo os comunistas, que se aliavam à burguesia na sua conhecida técnica de conquista progressiva do poder.

Um autor trotskista também atesta essa aliança do MDB com o Partido Comunista Brasileiro, em *Como falam as esquerdas:*

> "... o PCB defende a manutenção do MDB qual ele se encontra sem abrir mão nem mesmo de Chagas Freitas, que o partido stalinista considera aliado..."

Outro comunista, Hercules Correa, em *A Classe Operária e seu partido,* confirma a utilidade que o MDB tinha no sentido do favorecimento da ação comunista:

> "Consideramos... que se deve fortalecer a unidade do MDB e não permitir que o regime possa dividir as forças oposicionistas. Nas eleições de 1978, o MDB recebeu um mandato

popular cuja importância não pode ser subestimada. Abandoná-lo *antes* (grifo nosso) da conquista da efetiva liberdade de organização partidária significa abrir mão de uma tribuna e de uma trincheira da luta comum contra o regime."

E a esses autores se reúne o também comunista Jacob Gorender, que, no livro já citado, afirma:

> "Como perspectiva de luta, propunham as *'Teses'* para Discussão do Sexto Congresso – jul. 66, a derrota da ditadura militar através da aliança com a oposição burguesa e dos arranjos de cúpula. Reiterava-se a confiança na burguesia nacional e na possibilidade do caminho pacífico da revolução."

Esta afirmação, que se confirma em outros trechos do livro, onde se faz referência à revolução em duas etapas, está implícita nessa atitude pragmática dos comunistas:

> "... a liderança chinesa não endossou o objetivo socialista imediato, salientado nos escritos de Guevara, porém continuou a defender a concepção da revolução em duas etapas. Bem como a tese da aliança com a burguesia nacional na etapa da revolução antiimperialista e antifeudal."

A referência aos *arranjos de cúpula* deixa evidente que os entendimentos entre os dois partidos não se limitavam a seus escalões inferiores, mas se processavam também entre seus escalões mais elevados.

A intimidade da convivência do MDB com a esquerda sempre nos preocupou. Por isso, dentro de nossas modestas possibilidades, procuramos alertar essas cúpulas para o fato, como fizemos no artigo publicado em 1982, onde dizíamos:

> "Há muitas pessoas, muitos grupos e diversos partidos políticos procurando situar-se e definir-se como socialistas. Entre eles encontramos até segmentos da Igreja que se apresentam como progressistas.
>
> Se bem que exista ponderável parcela de elementos bem conscientes da real significação de tal procedimento, outros há que aderem por outros motivos, geralmente menos nobres, como a estratégia política, a ignorância, a perplexidade, a oposição sistemática e outros. É conveniente, portanto, que estes últimos conheçam a tática que está por trás dessa temerária aliança com os socialistas, a qual é descrita por uma facção do

Partido Comunista Brasileiro no jornal alternativo *Tribuna de Debates*, nº 6, Ano II – jun 81.

A matéria que descreve tal tática é intitulada 'A Conquista do Socialismo em 10 passos'. Entre esses 10 passos estão resumidamente os seguintes, alguns dos quais já plenamente cumpridos:

– o PCB atuando junto a uma ampla frente oposicionista, já configurada na atual composição do PMDB, que admite, inclusive, esquerdistas radicais, como os do MR-8.

– organização da sociedade e a subseqüente conscientização dos cidadãos, que nada mais são do que as técnicas de enquadramento e de impregnação psicológica, denunciadas pelos franceses há cerca de trinta anos. Neste ponto o progresso tem sido grande, como se pode verificar através das comunidades eclesiais de base, das associações de moradores e de bairros que estão proliferando, além dos tradicionais sindicatos, associações de classe e entidades estudantis, muitas das quais já manipuladas pela esquerda. Dentro de cada uma delas, os cidadãos são conscientizados, preparando-os para uma oportuna mobilização das massas.

– forçar uma ampliação da abertura, progredindo no sentido da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte que, como sabemos, é um dos temas preferidos da ampla frente oposicionista.

– legalização do PCB, também já admitida pela ampla frente;

– finalmente, derrotar a burguesia monopolista nacional, sua inocente, ou não tanto, aliada da véspera.

Esta é, em resumo, a trajetória do caminho pacífico para o socialismo, onde claramente se confirma a habilidade comunista, sobretudo nas duas fases que sempre adota para a prioritária derrota do inimigo principal: aglutinar elementos que compartilham o mesmo inimigo, no caso as oposições, e, numa segunda fase, derrotar estas últimas.

Quanto ao que significa o proclamado socialismo, os estatutos da III Internacional são bem claros quando dizem: '...o socialismo, primeiro estágio da sociedade comunista' e também quando se referem a uma república soviética internacional.

E para os que vão alegar que a III Internacional está muito longe, podemos repetir o que disse o Pravda no ano corrente. O socialismo sem a liderança soviética é impossível. (*O Globo,* edição de 14/2/82).

Será que agora a cúpula do PMDB vai se convencer ou, pelo menos, os seus mais recentes aliados do PP vão conseguir fazê-lo?"

Este artigo fora precedido de outro, intitulado *"O círculo vicioso"*, cerca de 4 anos antes, em que afirmávamos:

> "Temos acompanhado manifestações do partido da oposição, antes e depois das eleições, através das quais exprime ele não apenas a sua normal oposição política ao governo e à Revolução, mas, muito além disso, a sua franca contestação a eles. Essa tônica oposicionista ficou bem clara nas palavras recentes de um dos mais eminentes líderes políticos daquele partido, quando, num linguajar muito característico, referiu-se à discordância, repugnância e revolta a tudo que está aí. Portanto, vejam bem, não apenas discordância, que seria normal no processo político, mas, além disso, repugnância e revolta, duas palavras bem expressivas para traduzir o espírito de contestação, franca e aberta, da oposição aos governos revolucionários. Um conhecido jornalista de esquerda confirma, sem mais rebuços, a opinião do referido político, ao definir as últimas eleições como 'uma legítima opção de *contestação* ao Estado semi-absolutista'."

Essa condescendência suicida para com a subversão comunista foi objeto também da afirmação de um deputado federal do partido: "O que atrapalha o desenvolvimento político é o anticomunismo profissional". Muitos outros exemplos poderiam ser citados, reproduzindo, inclusive, comentários já feitos em artigos anteriores.

O que aconteceria no Brasil caso o partido da oposição galgasse ao poder e desse cumprimento às suas promessas eleitorais, traduzidas através de suas inúmeras teses anti-revolucionárias?

A oposição protesta agora contra uma série de notícias em torno das reformas políticas, afirmando que tais projetos visam a fortalecer o partido oposto e reduzir-lhe a chance de chegar ao poder.

As considerações anteriores permitem compreender perfeitamente a razão dessas preocupações, se é que elas de fato existem, por parte dos escalões responsáveis do governo. É evidente que uma Revolução que custou tanto e que tamanha significação tem para os destinos nacionais não possa ser jogada fora de um momento para outro, com o acesso ao poder daqueles que já disseram, de todas as formas, que irão acabar com ela.

Caímos, portanto, num círculo vicioso. Os dois partidos foram criados dentro da Revolução de 1964, na sadia preocupação de assegurar a existência de uma oposição política, que assegurasse a característica democrática do regime. Criava-se, assim, o grupo da *discordância,* mas nunca o da *repugnância* ou da *revolta,* situação a

que foi conduzido hoje o partido da oposição, por sucessivas distorções de suas finalidades revolucionárias.

Tolerada essa situação pelos sucessivos governos revolucionários, mesmo porque é muito difícil resolver tal impasse, chegou-se à atual situação de, quando um dos partidos cuja base doutrinária deveria estar solidamente implantada nos princípios revolucionários, exorbita dessa situação, rebela-se, revolta-se e quer acabar com a mesma Revolução que o criou.

O que fazer agora? Deixar que ele continue livremente crescendo até que tenha força suficiente para transformar o antagonismo em pressão insuportável? Ou tomar medidas preventivas que, com o mínimo de agitação, permitam colocar a salvo os ideais da Revolução Brasileira, evitando que se chegue ao ponto de ter que fazer nova Revolução?

Acreditamos firmemente que o patriotismo e a habilidade dos bons brasileiros, tanto os da situação, como os da oposição, hão de encontrar uma solução hábil para esse sério dilema."

Também Manoel Gonçalves Ferreira Filho preocupa-se com o mesmo problema e traduz tal preocupação em seu livro, onde consta:

> "Tais instrumentos (de resistência e de oposição ao Governo), que cobrem a oposição, não podem servir à proteção da contestação. A dificuldade está em que a repressão à contestação há de respeitar a oposição, e, especialmente, em que a discriminação entre o que é oposição e o que traduz contestação é delicada e nem sempre indisputável, sobretudo porque a contestação freqüentemente se disfarça sob a roupagem da oposição.
>
> A Democracia, todavia, tem de distingui-las. Uma, a oposição, é inerente ao seu espírito e tem de ser protegida; a outra, a contestação, tem de ser reprimida para a própria sobrevivência da Democracia. Isto porque aquela visa a um aperfeiçoamento dentro do quadro democrático, pelo respeito à vontade de todos, à sua liberdade e à sua igualdade, e esta busca uma subversão que rejeita a ordem democrática, a autodeterminação, a liberdade e a igualdade dos homens. A distinção fundamental entre uma e outra está, pois, em que a oposição é contra a política do Governo, mas a favor da Democracia... enquanto a contestação nega a própria Democracia."

Esgotadas tais advertências e conhecidas a persistência e agressividade dos comunistas, ligadas à sua organização e respaldo internacional, o que se poderia esperar de tal aliança se não o paulatino

domínio da frente pelos radicais e a conseqüente exacerbação do processo contestatório, até chegar aos extremos da luta armada?

Esse domínio foi bem assinalado por Adirson de Barros no artigo já citado, onde lemos:

> "O MDB provou, ao longo da crise da semana passada, que não pode chegar ao poder. Suas contradições internas são muito fortes e o partido, que antes estava infiltrado de elementos marxistas, passou a ser dominado por eles, a partir da conquista da liderança na Câmara pelo representante do grupo esquerdista e contestador, Sr. Alencar Furtado.
>
> É claro que os marxistas e contestadores oposicionistas são minoria dentro do MDB. Pouco importa. As minorias, quando bem organizadas e ativas, são capazes de dobrar a maioria e empolgar o poder. E se encontram pela frente dirigentes fracos e lideranças estéreis e amedrontadas, como é o caso presente do MDB, ganham com mais facilidade as questões políticas na agremiação e põem os moderados em fuga.
>
> O que se verificou no caso da reforma judiciária foi exatamente isso. Uma minoria agressiva, bem estruturada nos escalões intermediários do partido, consciente de sua força nas bases, comandou o espetáculo, forçando o partido a tomar posições antidemocráticas e de notória contestação ao Governo e à Revolução. O que os moderados e experientes líderes da oposição temiam acabou acontecendo."
>
> "Na primeira oportunidade de uma confrontação com o Governo, os radicais trataram de colocar suas teses em foco e foram aplaudidos por liberais provincianos, de lenço ao pescoço, enquanto a assembléia emedebista transformava-se numa reunião dominada por autênticos bolcheviques, a exigir o acatamento às suas idéias, ao programa do partido, ignorando as advertências dos mais lúcidos, que estavam enxergando a crise. Para eles quanto pior, melhor. E escolheram o pior.
>
> Daqui para a frente não há mais como conciliar com os radicais, nem possibilidade de acordos dentro do MDB. A menos que haja um expurgo nos quadros partidários e sejam eliminados os contestadores que seguem orientação externa e são manipulados por forças estranhas, o MDB não terá como recompor-se para recuperar a confiança – um mínimo de confiança – do sistema revolucionário. Neste caso, terá de renunciar à hipótese de poder, para enquadrar-se como um eterno segundo partido, dominado por uma minoria ativa e sem compromissos com a Pátria e seu destino democrático."

Esta influência crescente dos radicais dentro do MDB, tendendo para o domínio por eles exercido dentro do Partido, concorreu

decisivamente para a evolução da subversão para a luta armada, com o surto das guerrilhas urbana e rural e outros atos de terrorismo.

Essa participação é demonstrada em um manifesto da Executiva Municipal do MDB de Porto Alegre, RS, datado de maio de 1977, onde, entre outras afirmações correlatas, pode-se ler o seguinte:

> "No momento em que a significativa vitória do *autêntico* Alencar Furtado para a liderança da bancada do MDB na Câmara Federal marca, talvez, o início do fim da velha cúpula moderada e imobilista que dirige o Partido, abrindo novas e promissoras perspectivas para o MDB nacional, nós, oposicionistas de Porto Alegre, lançamos a campanha e a mobilização política dos companheiros visando à próxima Convenção do Diretório Metropolitano de Porto Alegre, a realizar-se no dia 17 de julho.
>
> Conscientes da necessidade de retirar o Partido das mãos moderadas e vacilantes que hoje o impedem de galvanizar amplos setores populares, transformando-os numa força real e alternativa de poder, colocamo-nos como Oposição à atual Direção Metropolitana."

Foi, assim, confirmada a orientação dada pelo teórico comunista soviético Manuilsky quando disse:

> "É preciso explorar ainda mais a cobiça dos políticos de esquerda ou de qualquer político que, sem nós, não possa chegar onde pretende. Há que trabalhar mais com políticos que não tenham força eleitoral suficiente, que precisam de votos e até de auditório; ofereçamos esse auditório, outorguemo-lhes aplausos, demo-lhes votos."

Estas idéias são confirmadas em artigo do *O Estado de São Paulo,* de 14 de julho de 1979:

> "À sombra generosa de uma oposição que se vem expandindo de eleição para eleição abrigou-se e prospera no mesmo ritmo aquele núcleo radical. Não são poucos os que vêem nele nada mais nada menos do que a filial do proscrito Partido Comunista, resguardado, assim, pela própria legislação revolucionária."
>
> "O controle de um partido oposicionista forte, pelo grupo radical, já parece, àqueles círculos oficiais, um risco demasiado grave para ter sido tanto tempo tolerado; aceitar passivamente que ele mantenha e até amplie sua influência dentro de um partido que pode vir a ser majoritário à época

da escolha do sucessor do presidente da República, via Congresso, lhes parece, numa palavra, suicídio."

Para implementar essa orientação comunista para a conquista da oposição política, uma tática tem sido largamente utilizada: as *frentes*, cuja existência já vimos confirmada por políticos do próprio MDB.

Vejamos como a elas se referem alguns estudiosos do fenômeno comunista:

Sir Percival Griffiths:

> "No Terceiro Congresso do Comintern, realizado em 1921, Lenine e Trotsky trataram de defender a política de Frente Unida. Deveriam os comunistas entrar para outras organizações de trabalhadores, assumir a liderança na luta por condições melhores e, no processo, conquistar ascendência e gradualmente afastar as massas de seus líderes socialistas não-comunistas."
>
> "Em 1935, o Sétimo Congresso decidiu-se a adotar a nova tática da Frente Popular. O novo conceito era muito mais amplo. Agora os comunistas deveriam aliar-se mesmo com a burguesia e com qualquer partido que se dispusesse a enfrentar os fascistas."

Como os comunistas chamam de *fascistas* todos os partidários da Revolução de 64, vemos que nessa última tática enquadra-se, como uma luva, o MDB.

Fred Schwarz confirma o uso da referida tática, acrescentando a ingenuidade com que muitos elementos não-comunistas a aceitam:

> "O programa do comunismo é recrutar para servir ao Partido grande número de pessoas, a maioria das quais inconscientes de estarem se prestando a objetivos comunistas." "Esteja certo de que todos os não-comunistas que participam ativamente de uma frente estão sob o comando cerrado do Partido."

Também James D. Atkinson assinala a ingenuidade com que os não-comunistas são atraídos para as frentes:

> "Lenine, depois Stalin, Khruschev e outros, indicaram todos eles sua convicção de que os não-comunistas não são bastante espertos para perceber que a colaboração temporária dos comunistas com não-comunistas através das Frentes Populares, Frentes Unidas e organizações diversas de frente não significa qualquer abandono da ofensiva soviética para um mundo de

domínio comunista. Essa falta de visão poderá ser o próprio funeral dos não-comunistas."

Esse funeral estava muito bem encaminhado no Brasil, quando a Revolução de 64 o frustrou. Sempre foi muito difícil para a oposição aceitar essa verdade.

O ex-comunista Douglas Hyde é outro a confirmar o uso da frente e o melancólico destino dos inocentes-úteis que a integram:

> "A frente unida é o meio pelo qual pequena minoria de comunistas pode influenciar e usar grandes massas da população e, desta forma, chegar ao poder com o apoio do povo que não tem simpatia verdadeira por seus objetivos e suas crenças. A essência da tática consiste em descobrir *slogans* populares e injustiças verdadeiras, em torno dos quais se possa desenvolver atividade conjunta e, depois, no momento oportuno, fortalecer o partido comunista e destruir os rivais..."

A inocência dos emedebistas pode bem ser aquilatada pela resposta que um de seus líderes deu ao questionário que lhe foi proposto por um jornalista, como consta da *Folha da Tarde* de Porto Alegre, de 21 de março de 1977:

> P. "Existe, efetivamente, infiltração comunista no MDB?
>
> R. "Não existe infiltração comunista no MDB. Todos os que ingressam no MDB o fazem para defender o ideal democrático...
>
> Na verdade, por trás das levianas e infundadas acusações de infiltração esconde-se a desmoralizada indústria do anticomunismo..."

Outros líderes, estes de projeção nacional, como é o caso do então senador Paulo Brossard, endossam essa negativa, como o fez em sua declaração para *Zero Hora*, de 31 de fevereiro de 1977:

> "A paranóia anticomunista que assola o País é, na opinião de Brossard, uma decorrência do regime de anormalidade e o pretexto para a sua manutenção. Se o que o Governo diz é certo, deveríamos pensar que o Partido Comunista é o maior do mundo. Fica acima do conhecimento humano compreender a propaganda que o Governo faz do PC, assinalou."

Pedro Simon, por sua vez, referindo-se ao receio de que a oposição viesse a assumir o poder, diz ao mesmo jornal, em edição de 16 de janeiro de 1977:

> "Este temor deve partir daqueles que estão aboletados no governo e temem em passar para a oposição. Esse medo não pode ser generalizado e nem extrapolado para a tese de que o MDB, no poder, colocaria em risco o País."

Isto até poderia ser verdade caso o MDB tivesse conseguido manter a sua pureza ideológica, livre do joio que, afinal, o conspurcou.

Nunca é demais assinalar que tais protestos veementes e públicos eram feitos em plena *ditadura,* como os oposicionistas de então, e ainda hoje, costumavam qualificar o regime dos governos revolucionários.

Já em outubro de 1983, aproximando-se o fim do período revolucionário, em face da persistência do problema, publicamos um artigo na revista *Brasília,* ano VII, onde dizíamos:

> "É evidente que este quadro preocupante exige uma ação conjunta de todos os bem intencionados, sejam eles da situação ou da oposição, num armistício de suas divergências políticas, o que só poderá ocorrer se tais elementos conseguirem neutralizar a ação de seus aliados radicais, movimento que já se esboça dentro das fileiras do PMDB."

O PMDB, como é sabido, sucedeu o MDB, sem solução de continuidade na sua conduta política.

Entretanto, apesar dessa advertência, continuam muito pouco difundidas as técnicas subversivas, e isto permite aumentar o número dos desavisados e dos inocentes úteis que, inconscientemente, julgando defender a Democracia, fazem o jogo de seus mais acérrimos inimigos.

Resumindo este ponto, podemos dizer que os governos revolucionários se apegavam, sobretudo, aos valores essenciais do regime democrático, cuja preservação era seu apanágio, enquanto que os liberais, enamorados da Democracia clássica e cegos para os perigos que a rodeiam, davam maior atenção às formas, em cujo imobilismo viam condição indispensável para a salvaguarda daqueles valores.

Frustração dos Governos Revolucionários com a fuga do MDB a qualquer entendimento

A ausência de um trabalho sistemático de esclarecimento ao povo e às elites sobre a real dimensão dos fatos que ocorriam, usando argumentos racionais e convincentes, terá contribuído, sem dúvida, para essa atitude negativista do MDB, mais sensível ao eficiente trabalho de atração das esquerdas empreendido pelos comunistas.

Esse negativismo foi ressaltado por Hugo di Primio Paz que, em artigo publicado no *Diário de Notícias* de Porto Alegre, em 24 de agosto de 1975, disse:

> "Durante toda a campanha eleitoral a oposição só achou de construtivo encetar uma campanha destruidora das realizações da Revolução. Se quisermos resumir todo o pensamento da oposição, diremos que ele se resumiu em um 'não' dito, apregoado, repetido, reiterado, insistido, com modulações, arpejos e solfejos variados sobre o mesmo tema fundamental: um não. Jamais em momento algum foi revelado ao povo brasileiro o outro termo da alternativa, ou seja, o que de positivo, o que de construtivo teria a oposição a propor ao povo em lugar do que se queria derrubar."

A persistência dessa ação negativa no governo Médici, frustrando também os planos deste, é descrita por Amaral Gurgel:

> "Ao assumir a Presidência, Médici marcara sua posição, confessando esperar que, ao término de sua gestão, pudesse deixar 'definitivamente instaurada a democracia em nosso país."

O presidente da ARENA endossa tais queixas no *O Globo* de 16 de setembro de 1977:

> "O presidente da Arena lamentou ainda a vitória da radicalização que, de certo modo, dificulta ou torpedeia os entendimentos que vêm sendo mantidos no interesse geral da Nação pelo Senador Petrônio Portela."

Ainda no mesmo sentido, dizia o Dep. gaúcho Jarbas Lima:

> "Embora tenhamos que reconhecer que dentro do regime democrático a alternância dos Partidos no poder é um fato, não podemos ignorar, de outra parte, que vivemos uma fase revolucionária, cujo processo ainda se desenvolve e é irreversível. Daí por que enquanto a oposição contestar o regime revolucionário, fonte de sua própria origem, não podemos concebê-la no poder. É possível que o diálogo iniciado entre as lideranças tenha a forma de fazer compreender aos nossos opositores que seu posicionamento é incompatível com o Regime Revolucionário."

Como sabemos, a oposição nunca atendeu a este sensato e lúcido apelo, preferindo manter até o fim sua atitude de implacável

contestação. O fato de o regime revolucionário tolerar tal postura confirma que o Brasil, na época, estava sob um regime autoritário, como tinha que ser, mas não sob uma *ditadura,* tão proclamada pela oposição.

Atos de contestação resultantes da aliança da oposição com os comunistas

A situação da atividade subversiva logo após a vitória da Revolução de 1964 é assim resumidamente descrita por Jacob Gorender, mostrando que, apesar do duro golpe recebido, não foi ela de todo liquidada:

> "Este desbarato momentâneo (provocado pela Revolução de 64) não destruiu a esquerda. O corpo de ativistas não teve senão perda parcial. Algumas centenas de políticos, sindicalistas e professores tomaram o caminho do exílio. Em uns tantos casos, sem motivação que não a do pânico. Uma parte dos militantes cessou a atuação política, ao menos momentaneamente. Mas a maioria se pôs à procura de rearticulação na clandestinidade. O anseio pela desforra se tornou o sentimento mais acirrado."

O reforço que a subversão residual, assim confirmada por Gorender, recebeu da complacência, e até da cumplicidade, da oposição política permitiu a sua progressiva escalada, para decepção, como já vimos, dos setores revolucionários.

O IPES, em seu boletim, confirma essa informação, numa implícita referência à suavidade das punições revolucionárias:

> "Mas não se encerrou com essa vitória (Revolução de 64) a luta dos adeptos da democracia e das liberdades contra os adeptos do socialismo comunista e da tirania totalitária. Os comunistas não se desvaneceram, não mudaram de ideologia, não se convenceram da derrota. Entraram em recesso, e tão logo se lhes apresentou situação oportuna para agirem, voltaram a atuar, nos meios mais sensíveis à pregação extremista. Os estudantes, vanguarda da revolução comunista, foram os primeiros mobilizados. Com eles, intelectuais e pseudo-intelectuais. Amparou a alguns o fanatismo, a outros a frustração econômica, política e social. Retornaram à escalada contra as instituições políticas brasileiras. A revolução vitoriosa em 31 de março se autolimitara, sem ter medido antes a extensão do mal que ameaçava o Brasil. Julgou que, em pouco tempo, restabeleceria o primado da democracia no Brasil, salvando as liberdades do soçobro. Para os líderes da revolução triunfante, bastaria um

pouco de tempo, a fim de completarem essa obra. Contra toda a experiência histórica, estabeleceram um prazo para a revolução. Como disse o ministro Roberto Campos, abriu ela o doente na mesa, iniciou a intervenção e abandonou-a em meio, deixando o doente sujeito aos contágios das bactérias."

Foram registradas sucessivas manifestações dos diversos presidentes à preocupante evolução dessa escalada, em grande parte também resultante de seu escrúpulo em adotar medidas repressivas mais severas, para desespero da chamada *linha dura.*

Uma amostra dessa escalada, encontramo-la no recrudescimento da subversão sindical, claramente anunciada pelos próprios comunistas, de que são exemplos os trechos que se seguem.

– Jacob Gorender, em 1968:

> "Com habilidade, as organizações de esquerda utilizaram os recursos organizativos do Sindicato dos Metalúrgicos, sempre evitando expô-lo em atos ostensivos que pudessem dar pretexto à intervenção do Ministério do Trabalho."

– Hércules Correa, em 1973:

> "Agora nosso Partido deve concentrar o melhor de seus esforços na organização e orientação das lutas da classe operária e do movimento sindical. As greves dos últimos 12 meses demonstraram não só a crescente vontade de luta e a capacidade de organização dos setores profissionais envolvidos, mas ainda a necessidade de uma elaboração cada vez mais cuidadosa da tática e do plano de luta dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores."

– Ainda Jacob Gorender:

> "O primeiro sinal veio de uma greve de cortadores de cana... em janeiro. Militantes da corrente revolucionária do PCB e do PCR fizeram um trabalho clandestino no meio dessa massa miserável. Mas a primeira irrupção em grande estilo se deu na greve de Contagem, cidade industrial limítrofe de Belo Horizonte."
>
> "... as greves de Contagem e Osasco tiveram organização e orientação de agrupamentos de esquerda, os quais se ramificavam nas empresas e dominavam os sindicatos de metalúrgicos. A atuação da esquerda se centralizou no aparelho sindical, através do qual preparou e dirigiu as greves."

Entre as manifestações dos presidentes e de outras autoridades alertando para a evidência dessa escalada, podemos alinhar as que se seguem.

O Gen. Aurélio de Lyra Tavares, ao interpretar as origens do AI-5, em uma entrevista à imprensa em 20 de dezembro de 1968:

> "Foi lamentavelmente mal interpretada a tolerância com que o Sr. Presidente da República deu à Nação a prova mais cabal do seu empenho em manter-se estritamente, enquanto foi possível, dentro dos quadros legais, e do seu acendrado espírito democrático. As liberdades da democracia, destinadas a assegurar aos oposicionistas o direito de combater o Governo, passaram a servir de escudo para destruir o próprio regime, a democracia e os postulados da Revolução. Os episódios se sucederam com cada vez maior desenvoltura, atingindo o limite do inadmissível e insustentável, no triste episódio da votação da Câmara, no dia 12 do corrente..."

E o Presidente Geisel reiterou essa inconformidade em uma de suas manifestações, em que exemplificava a sucessividade de tais declarações ao longo dos diversos governos revolucionários, sempre preocupados com as dificuldades que vinham encontrando para o retorno à normalidade democrática:

> "O Governo não aceita, nem poderia admitir jamais, pressões indevidas ou campanhas reivindicadoras de indivíduos ou de grupos quaisquer que, sob variados pretextos, empunhando até mesmo a bandeira de nobres idéias e valores eternos, pretendam forçar mudanças e revisões inconvenientes, prematuras ou imprudentes do quadro político nacional. Por trás delas, sem grande esforço, divisa-se a permanente e estéril agitação de conhecidas minorias subversivas ou de já bem identificados beneficiários da subversão, os quais, pela contestação, esperam criar o clima de intranqüilidade e de desordem em que soem prosperar."

Em junho de 1980, o Deputado Edson Lobão, no discurso já antes referido, pronunciado na Câmara dos Deputados, na qualidade de líder do Governo, manifestava a sua preocupação, e a do Governo, com tais fatos ao afirmar:

> "É tão agressiva a linguagem de parlamentares oposicionistas, de tal modo ela ultrapassa a barreira das normas da conveniência e da tolerância, que a própria mesa da Câmara, impotente para fazer silenciar os detratores da honra alheia,

resolveu apreciar a gravidade desses acontecimentos de Plenário e expedir uma circular a todos os Deputados, chamando-lhes a atenção para os dispositivos regimentais que proíbem esse tipo de comportamento, tão reiterado quanto lastimável. Foi muito mais longe a Direção da Casa: já começa a censura – censura por inteiro – dos discursos mais agressivos, deixando os mais ou menos agressivos para outra oportunidade. Porém nem isto tem bastado. Um Código de Ética passou à cogitação dos dirigentes do Congresso Nacional como última tentativa para impedir a ação dos carbonários deste Parlamento."

Nesta afirmação está implícita uma tolerância dos governos revolucionários às severas críticas da oposição, não compatíveis com um regime ditatorial, acusação sistematicamente lançada contra tais governos e vigente até os dias de hoje.

Continua o Deputado Lobão:

"Com visível perda de rotação do raciocínio, e extraviando-se pelos vales escuros de um inferno político, onde a razão desaparece para, em seu lugar, ocorrer a floração de episódios de loucura, as oposições trocam a paz nacional pela conflagração de classes, no culto de uma infortunada eloqüência, tão ao gosto destes demolidores da Pátria, onde nem mesmo... acatadas personalidades das Forças Armadas escapam ao fogo cerrado, à hostilidade, insana e brutal."

E mais adiante:

"Partida ou arruinada a bússola ideológica destes guerrilheiros de Plenário, é válida a interpelação: para onde querem ir os lidadores das oposições? Ou para onde querem arrastar a Nação? Estariam, então, nutrindo os pressupostos de arrastar o País sem entender que há forças mais fortes capazes de contê-los nesta fúria de autofagia política? Certifiquem-se, todavia, os preconizadores do apocalipse da democracia de que a liberdade do povo brasileiro jamais será reduzida a um punhado de cinzas."

Aproveitando-se, como de regra, da abertura política que lhes era proporcionada, os remanescentes contra-revolucionários, seja por sua ligação e afeição ao governo deposto, seja por sua coloração esquerdista radical, procuraram gradativamente reeditar o clima de contestação e de desordens que antecedera e provocara a revolução, utilizando-se de idéias-força como o *"retorno à plenitude democrática"*, o combate à *"ditadura militar"* e outras do mesmo gênero.

Um dos mais eficientes instrumentos da subversão, a greve, voltou a ser utilizado com intensidade crescente.

Os governos revolucionários, se bem que carecendo de maior vocação para um mais amplo esclarecimento público desses sérios aspectos do problema da greve, conhecem os seus limites legais, procuram identificar e agir contra os infiltradores com o objetivo de caracterizar a sua ação como sendo contrária aos interesses da sociedade, aí incluindo os próprios trabalhadores, que lhes vêm servindo de massa de manobra. E quando age dentro da lei, procurando coibir-lhes a ação, vê-se o governo atacado por setores representativos dessa mesma sociedade, seja por ignorância, seja por demagogia, seja por subordinarem o interesse maior da Nação a outros interesses menores, inclusive os puramente políticos e partidários. E assim fazendo, funcionam todos, sem exceção, como legítimos figurantes daquela categoria que Suzanne Labin denominou de *"galeria dos auxiliares do comunismo"*. A incrível ação pessoal de parlamentares da oposição, colocando-se fisicamente ao lado de líderes grevistas, em atitude nitidamente ilegal e contestadora da autoridade governamental, torna oportuno relembrar aqui a citação do inglês Robert Moss, referindo-se às tentativas da oposição, na Inglaterra, de frear a reação do governo inglês às agitações e greves políticas:

"Lenine sugeriu que um grupo revolucionário do Parlamento poderia ajudar a desacreditar o sistema democrático e paralisar a reação governamental contra as convulsões das massas dentro da sociedade" (em *O colapso da democracia*).

Aqueles que preferem não acreditar nestas afirmações, considerando-as suspeitas por partirem de *reacionários,* devem ser lembrados de que elas foram confirmadas pelos próprios comunistas.

E disto damos os dois claros exemplos que se seguem: José Luiz Ribeiro, trotskista, em *Como falam as esquerdas,* referindo-se à ascensão dos comunistas no meio sindical, na época considerada, diz:

> "É um ascenso como nunca este país viveu nos últimos 15 anos. Um ascenso que amedronta a burguesia e desarma os liberais do MDB. Um ascenso que fortalece as verdadeiras direções sindicais, e aponta para a formação da Central Única dos Trabalhadores."

E isto acontecia a despeito dos supostos rigores da repressão, os quais também não foram suficientes para impedir, afinal, que organizações como a CUT e o MST, eminentemente subversivos, fossem posteriormente criados e, mais que isso, se fortalecessem a ponto de

perturbar a vida nacional, com toda a sorte de agitações e atos atentatórios à lei, com inspiração na luta de classes.

Não impediram também que, como resultado de tal atividade espúria, emergisse uma liderança que disputou seriamente as preferências do eleitorado nas três últimas eleições para presidente da República.

O segundo exemplo nos é proporcionado por Hercules Correa que, em *A Classe Operária,* afirma:

> "A nova situação criada no país – e que demonstra o acerto das linhas essenciais da resolução política do VI Congresso do PCB – coloca para os comunistas e para o conjunto das forças de oposição a questão do encaminhamento da luta para alargar as faixas e espaços democráticos já conquistados até a liquidação da ditadura. Essa situação tornou-se possível graças a um processo de acumulação de forças que hoje permite às massas demonstrar... uma vitalidade que 15 anos de ditadura não conseguiram destruir."

Este pequeno trecho, de origem comunista, confirma a permanência de uma subversão residual, apesar da Revolução, e seu progressivo crescimento, ao mesmo tempo que desmente a existência de uma implacável repressão. Confirma também:

– que nesse esforço subversivo aliavam-se comunistas e oposição política;

– o objetivo final comunista de conquista do poder, ocasião em que seus aliados seriam descartados.

ADVENTO DO TERRORISMO E DA LUTA ARMADA

Logo após a vitória da Revolução de 64, verificando que o caminho pacífico para o socialismo não vicejava, graças ao radicalismo de alguns revolucionários de esquerda, que queimavam etapas no processo, começaram alguns comunistas a preparar-se para o outro caminho que leva à conquista do poder, que é o da luta armada. Foram encorajados nesse afã, seja pela omissão complacente da oposição, seja pelo estímulo direto de outros esquerdistas, sendo apenas combatidos pelo Partido Comunista Brasileiro, o PCB, que discordava da oportunidade de tal atitude.

Essa evolução das atividades das minorias subversivas foi assinalada pelo então ministro da Justiça, Armando Falcão, que, numa conferência realizada em Recife, em agosto de 1976, disse:

"Minorias outrora românticas, que se organizavam no plano puramente intelectual para dar forma a aspirações coletivas, foram substituídas por minorias aguerridas, ideologicamente infensas a qualquer tipo de conciliação e militarmente aparelhadas para minar as resistências internas de cada Estado, em que as sociedades abertas e os respectivos governos perseveram na prática das instituições livres."

O deputado gaúcho Carlos Araújo, na época um comunista radical, em declarações ao *Correio do Povo*, de 22 de setembro de 1991, deixa bastante claro este ponto. Diz a citada matéria:

"... em 1959, Araújo e muitos outros já estavam fora do PCB, após o racha que resultou na formação do PC do B. Em 1960, ele conheceu Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, e ficou três anos no Nordeste. Disse ele: 'Naquela época, não fizemos a revolução armada porque assumiu o governo popular de Jango'. A perspectiva de pegar em armas ressurgiu com o golpe de 64. 'Tínhamos que derrubar aquele governo de qualquer maneira'."

Jacob Gorender também opina sobre a opção da esquerda pela luta armada:

"À exceção da maioria do Comitê Central do PCB, a esquerda considerou a falência do caminho pacífico um fato provado. Seguia-se que a luta armada, não travada contra o golpe de direita, tornava-se imperativa quando os golpistas já tinham o poder nas mãos."

As razões da oposição que o PCB faria ao caminho armado são assim expostas pelo mesmo autor:

"Rejeitar o caminho pacífico significava decidir-se pelo caminho armado da revolução, porém não devia significar luta armada 'imediata', nem mesmo concentração de esforços no sentido de preparar qualquer luta armada. Devia implicar, isto sim, novo tipo de trabalho de massas e de alianças políticas, o que, em momento favorável sem prazo fixado, quando se concentrassem suficientes condições objetivas e subjetivas, conduziria à luta armada revolucionária."

O trabalho de massas do PT, realizado através da CUT e, sobretudo, do MST, parece seguir exatamente essa receita, que integra a herança comunista recebida pelo partido.

Observe-se aí presentes as duas etapas do processo revolucionário comunista. O próprio autor confirma a tese quando diz:

> "O PC do B manteve a concepção das duas etapas da revolução, o que o identificava ao PCB, por mais que se detestassem. Ao mesmo tempo, no campo da esquerda brasileira, aumentaram os adeptos da revolução socialista como tarefa do presente e não do futuro. Ou seja, os adversários do chamado 'etapismo'."

Num processo regular e continuado de guerra revolucionária, que compreende cinco fases, a luta armada surge na terceira fase, assim resumidamente descrita por A. Pacheco e Silva:

> "A terceira fase é já de franca e aberta subversão. Verificam-se atentados terroristas com o objetivo de paralisar a vida da cidade, implantar o medo, gerar o pânico e confundir as autoridades encarregadas da manutenção da ordem. As usinas de transmissão de energia elétrica e de abastecimento público são os mais visados."

Talvez os subversivos, mas nem todos, como os ortodoxos do PCB, julgassem que as duas fases anteriores, indispensáveis ao bom êxito da terceira, já tivessem sido completadas com o conjunto de atividades subversivas antes realizadas, que teriam criado o clima psicológico propício ao desencadeamento da luta armada. Terá sido um julgamento precipitado, pois faltou-lhes um elemento fundamental para o bom êxito, que é o apoio da população.

A luta armada iniciou-se no governo Costa e Silva, com o atentado a bomba no aeroporto Guararapes, em Recife, visando ao próprio Presidente e no qual perderam a vida ou saíram feridas várias pessoas, civis e militares. A luta prolongou-se após por considerável período do governo Médici, cujo sucesso vinha desesperando os contestadores. Suas facções mais radicais decidiram então intensificar o terrorismo. Esta foi a razão pela qual nesse governo se verificaram os atos de maior violência e selvageria, obrigando, por outro lado, a uma maior energia na repressão. Daí por que, nos meios da oposição e subversão, como já vimos, costuma-se classificar o governo Médici, facciosamente, como o mais violento nos atentados aos direitos da pessoa humana.

Isto não obstou que o Presidente Médici, desmentindo tais acusações, tomasse atitudes de grande respeito aos direitos supostamente ameaçados, de que nos dá exemplo o Major Carlos M. de Assis, um dos mais denodados e ativos revolucionários de 64, ao dizer:

"O Gen. Médici assumiu em momento difícil, quando o MCI (Movimento Comunista Internacional) desenvolvia intensa ação de guerrilha urbana, com expropriação em bancos, justiçamento de empresários, em plena rua, como ocorreu com o metralhamento, melhor dito, fuzilamento, em São Paulo, de um dos diretores da ULTRAGAS; seqüestro de embaixadores, quando o Gen. Médici não titubeou um instante em tomar a decisão de aceitar a troca da vida dos mesmos por terroristas presos, os quais foram banidos do território pátrio para o México e a Argélia, segundo escolha própria."

A criação do clima propício ao desencadeamento da luta armada foi assim resumido pelo ex-deputado Marcio Moreira Alves, pivô do episódio do AI-5, em artigo publicado no *Jornal do Brasil* de 22 de abril de 1992:

"Em 1968 atravessávamos um dos mais duros períodos da Guerra Fria na América Latina. Embora na negociação de outubro de 1962 entre os Estados Unidos e a União Soviética durante a crise dos mísseis em Cuba tivesse sido afastado o risco de um confronto direto entre as duas superpotências em terras americanas, as possibilidades de a esquerda chegar ao poder pelas armas não estavam afastadas."

O mesmo autor prossegue com a descrição das ações iniciais da nova fase, que se inaugurava:

"Conjunturalmente, começaram a se reunir, desde o início do ano, as circunstâncias que permitiriam aos generais comprometidos com essa dupla opção – o anticomunismo e a industrialização autoritária – dar um golpe dentro do golpe. Em janeiro os serviços secretos detectaram uma primeira ação armada revolucionária: o assalto a um trem pagador. Pouco depois, o capitão Lamarca desertou, levando armas e companheiros. Quando, em meados do ano, um hospital militar foi atacado e lançou-se um carro-bomba contra o quartel da 2ª Região Militar, em São Paulo, matando um sentinela, o golpe ficou decidido entre os generais Emílio Garrastazu Médici, do SNI, e Jaime Portela, chefe da Casa Militar da Presidência. As principais greves operárias, em Ipatinga e Osasco, a radicalização da Igreja contra o Governo, o movimento estudantil, com o problema dos excedentes do vestibular, que fornecia a massa para os estudantes de esquerda, e a famosa Passeata dos Cem Mil foram argumentos usados por um grupo de generais para convencer as Forças Armadas da necessidade do golpe. Em si, não representavam ameaça séria para quem tinha o monopólio das

armas, o apoio das classes dominantes e a sustentação norte-americana."

Ao mencionar *"um golpe dentro do golpe"* referia-se o autor ao AI-5.

É oportuno mostrar a verdadeira ideologia do ex-deputado Marcio Moreira Alves, cuja atitude ofensiva, na Câmara dos Deputados, contra as Forças Armadas transformou-o no pivô do AI-5. O testemunho é de Ronald Chilcote:

> "Concluindo, Alves afirma que o único rumo para o Brasil seria a luta armada, apoiada, no entanto, em ampla base social e política, dirigida por duas forças: o PC ortodoxo – ainda o setor mais organizado das forças socialistas do país – e os jovens ativistas católicos disciplinados, dispondo de amplo apoio logístico e contatos com as massas."

Jacob Gorender assim se refere a essas mesmas ações, já tendendo para o surto da guerrilha rural:

> "Indiferente às repercussões negativas dos repetidos seqüestros... o alto comando da Frente favorável à luta armada projetou um seqüestro triplo: duzentos presos políticos seriam trocados por um embaixador estrangeiro, um grande capitalista e um ministro do Governo Médici. O seqüestro triplo se acoplaria a uma ofensiva de propaganda armada... a fim de assinalar o aniversário da morte de Marighella e o lançamento da guerrilha rural. Militantes da ALN, de regresso de Cuba, já se concentravam no Pará, com vistas a este objetivo."

Os órgãos policiais dos Estados acabaram se revelando impotentes para conter a violência crescente do terrorismo, circunstância que levou o governo ao engajamento das Forças Armadas na repressão, providência que veio a se revelar indispensável quando a luta armada atingiu o seu paroxismo com a eclosão da guerrilha do Araguaia, a cuja competente preparação assim se refere o mesmo Jacob Gorender:

> "O PC do B pôde concentrar recursos humanos e materiais na estruturação de sua base guerrilheira, no que revelou extraordinária capacidade organizativa. A partir de 1967, fixou-se à margem esquerda do rio Araguaia, no Sul do Pará, um grupo de militantes com treinamento na China... Paulatinamente... chegaram outros militantes e o total atingiu 69, dispersos ao longo de um arco estendido de Xambioá até Marabá. A

> introdução destas dezenas de militantes, sua adaptação e treinamento de combate no próprio local – tudo isto exigiu sagacidade e soluções criativas. Os relatos de José Genoíno Neto – sobrevivente porque aprisionado no primeiro dia do ataque inimigo – permitiram a reconstituição da fase anterior às campanhas guerrilheiras."

Isto serve para comprovar a formação de guerrilheiros em nível internacional, o que também é válido para lideranças subversivas partidárias do caminho pacífico.

E continua Gorender:

> "Paradoxal foi que a guerrilha do Araguaia, planejada para desfechar a guerra popular prolongada segundo o modelo maoísta, reproduzisse, no essencial, a tática do foquismo castro-guevarista. Ou seja: nenhum trabalho político prévio, início da luta por um núcleo guerrilheiro com autonomia de comando, etc."

Também às Forças Armadas coube decretar o fim da tentativa guerrilheira de Lamarca, iniciada em novembro de 1969, no centro de treinamento do Vale da Ribeira, quando a repressão ainda estava a cargo das polícias estaduais, incapazes de executar com sucesso o cerco dessa área, furado por Lamarca.

É importante assinalar que isto foi feito após ter este massacrado, a golpes de coronha, o tenente-comandante da tropa policial, que se oferecera como refém, em troca da liberdade de seus comandados.

Lamarca só veio a ser efetivamente detido mais tarde, no interior da Bahia, quando as Forças Armadas já se tinham engajado na repressão.

No que se refere à "guerrilha de Caparaó", quando Brizola ainda sonhava em derrubar a Revolução de 64 pela violência, contando com o apoio pedido e fornecido por Fidel Castro, acabou se revelando uma continuação do fracasso da tentativa anterior, representada pela desastrada incursão do Cel. Jefferson, no oeste dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Será interessante ouvir a opinião de Gorender sobre esse episódio:

> "O fracasso (da guerrilha do Cel. Jefferson) não induziu à mudança de rumo do nacionalismo brizolista. Apenas se tirou a lição sobre a necessidade de alguma preparação dos movimentos armados. Da articulação entre os exilados de Montevidéu e os adeptos de Brizola no Brasil, nasceu o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Nele se agruparam sargentos,

> cabos e marinheiros excluídos das Forças Armadas e antigos militantes das campanhas antiimperialistas do período pré-golpe. O MNR pareceu aos cubanos a organização em que deviam apostar." "Em 1965, exilados da AP e de outras procedências passaram pelo treinamento guerrilheiro em Cuba, porém daí nada resultou de concreto. Via Montevidéu, efetivou-se a vinculação com o MNR, fornecendo os cubanos diversas formas de apoio". "O fracasso da tentativa de Caparaó decepcionou os cubanos e pôs fim às relações com Brizola. Em julho de 1967, Marighella chegava a Havana e as esperanças cubanas de êxito da guerrilha no Brasil se transferiram para a ALN. Da sua parte, Brizola deu por encerrada a participação pessoal em iniciativas de tipo militar."

Esse estágio de Marighella em Cuba veio a ter efeitos decisivos sobre o curso da luta armada no Brasil.

Após sua expulsão do PCB em 1967, fundou, com outros companheiros, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e entregou-se definitivamente à preparação da luta armada, liberto agora da proibição do PCB.

Segundo Jacob Gorender, durante sua permanência em Cuba

> "seu pensamento sofreu acentuada flexão, para a qual já estava propenso e que, sem dúvida, não se verificaria tão depressa sem o influxo direto das teses cubanas. Em conseqüência, ajustou-se o acordo prático entre a liderança cubana e o fundador da ALN. Ainda em 1967, viajou para Cuba a primeira turma de adeptos da facção marighellista que ali fez treinamento de luta guerrilheira. Em 1968 e 1969, seguiram mais duas turmas."

A implantação da luta armada, de acordo com a nova concepção, seria precedida da formação de guerrilheiros, segundo o mesmo Gorender:

> "Ainda em 1968, uma equipe da ALN percorre regiões do interior e procede ao levantamento de locais adequados para áreas estratégicas e pontos de apoio das projetadas colunas guerrilheiras. Elementos da primeira turma treinada em Cuba regressam ao Brasil e difundem o que aprenderam sobre o emprego de armas e explosivos e técnicas de combate."

Portanto, é um próprio líder comunista quem mostra o tipo de inimigo com que tiveram de se haver os governos revolucionários, sob os olhares complacentes da oposição.

E prossegue Gorender, para não deixar dúvidas sobre o tipo de regime que se visava, de acordo com os planos do PCBR:

> "Nestas condições, a revolução à vista não mais podia ser democrático-burguesa. Devia ser uma revolução popular, destinada a destruir o estado burguês e a conquistar um governo popular revolucionário. Dirigida pelo proletariado, em aliança com os camponeses e as camadas médias urbanas empobrecidas, a revolução popular conduziria a transformações profundas."

Os efeitos dessas medidas não tardaram a se fazer sentir e tiveram influência decisiva na promulgação do AI-5, como relata Armando Falcão:

> "A desordem material ganhou as ruas, vieram as provocações no Congresso Nacional, a 'Passeata dos 100 mil'... Mais tarde, multiplicaram-se os assaltos a bancos, ataques a quartéis, vieram os seqüestros de embaixadores estrangeiros, os assassinatos a sangue frio. A guerra revolucionária ganhava força e expandia-se, mais e mais. Daí por que se tornou inevitável a revitalização da Revolução. O Ato Institucional nº 5 se faria imprescindível."

O AI-5, por sua vez, trouxe um pretexto para o recrudescimento da violência, criando um círculo vicioso.

Ao fato assim se refere o Gen. Hugo Abreu, em *O outro lado do poder"*:

> "O Presidente Médici viveu uma fase política difícil, tendo de se empenhar decididamente na luta contra o terrorismo – as guerrilhas rural e urbana –, então em sua fase de maior violência.
>
> A luta contra o terrorismo explicava o arbítrio. A segurança nacional passa a ter precedência temporária sobre os direitos individuais: era como se estivéssemos em guerra, quando todo o esforço do país deve ser dirigido para a vitória."

É interessante concluir este item com uma crítica à estratégia comunista utilizada em sua ação contra os governos revolucionários, seguida de uma comparação com a estratégia hoje vigente, mais de vinte anos após aqueles acontecimentos. A nova estratégia, inspirada em Antonio Gramsci, é assim descrita em artigo do jornal *Ombro a Ombro,* edição de novembro de 1992:

"'A incompetência político-estratégica revelada pelas cúpulas comunistas brasileiras, na formulação e na condução das suas ações durante os Governos da Revolução de 1964, contrasta, hoje, com a esperteza, a desenvoltura e a eficiência com que têm buscado construir e vender a face da sua verdade, sobre fatos e acontecimentos ocorridos naquele período, de modo a que ela (a sua verdade) se imponha como a correta.

Neste mister o espectro esquerdista tupiniquim tem se mostrado criativo e persistente, pincelando o quadro da 'sua verdade' com enriquecida policromia, onde não tem faltado a insinuação, a desinformação, o cinismo, a meia-verdade, a mistificação, a falácia, a distorção, o patrulhamento, a coação, o rótulo maledicente e a crítica preconceituosa, quando não vingativa, hipócrita e farisaica, oscilando da calúnia à apologia do herói-bandido tipo Stalin, Honecker, Ceausescu, Prestes, Fidel Castro, Guevara, Marighella, Lamarca e tantos outros ideólogos e profissionais da violência política.

É preciso reconhecer que isto tem sido possível mercê da exitosa aplicação da denominada 'Estratégia Gramsciana', intensificada neste país, sobretudo, a partir do início dos anos setenta, quando a esquerda mais lúcida, percebendo que a derrota via luta armada era inevitável, apressou a implementação de uma 'nova' manobra estratégica, com a finalidade de assegurar às correntes marxistas (perdedoras) as melhores condições para:

– justificar o fracasso da burra e inconseqüente tentativa da tomada do poder pela violência;

– continuar a sustentação da ideologia em todas as frentes; e

– produzir, o mais rápido possível, a 'versão histórica' da aventura irresponsável que promoveram, antecipando-se, assim, na 'construção da verdade', de modo a transformar os derrotados (os vilões da história) em promotores e juízes dos seus vencedores, isto é, ganham mas não levam...

Esta nova manobra – inspirada nas concepções e recomendações de Antonio Gramsci (1891-1937), neomarxista italiano – tem o eixo do esforço orientado para o *domínio do espaço cultural da nação e os intelectuais* e 'intelectuais' constituem o vetor principal da nova estratégia, destinada, obviamente, à conquista, à dominação e ao controle das mais importantes áreas de irradiação político-cultural do país: objetivos estratégicos da manobra pretendida (educação, artes, literatura, mídia, editorialismo, crítica, partidos, igrejas, ordens e associações de classe, instituições e órgãos públicos, culturais, etc.)."

Repressão e Torturas

Uma das acusações mais contumazes e incisivas que se fazem à Revolução de 64 é aquela que procura identificá-la com a prática corriqueira das torturas, representando o ápice da violência repressiva.

Nessas acusações, ressaltando o seu caráter faccioso e apaixonado, omitem-se quaisquer referências aos atos criminosos praticados pelas supostas vítimas, procurando-se, ao contrário, apresentá-las como presas indefesas de sanguinários ofensores dos direitos humanos. Procura-se, até, fazer crer que tais vítimas sejam isentas de qualquer culpa, sendo escolhidas aleatoriamente entre a população inocente. Isto, pelo menos, é o que se pode inferir da acusação de que a tortura seja um atentado contra os direitos humanos do *povo brasileiro,* muito embora sua eventual prática fosse dirigida contra uma ínfima parcela desse mesmo povo: alguns terroristas políticos, o que não lhe retirou a carga negativa.

De qualquer modo, a acusação existe e originou diversas publicações, algumas das quais tiveram larga difusão e repercussão.

Por isto, não poderíamos nos furtar de incluir o assunto neste livro, apesar de sua delicadeza e dificuldade de abordagem, sob pena de sermos acusados de correspondente parcialidade.

Será difícil o pleno entendimento desse problema sem a capacidade de empatia, que nos faça entender o estado de espírito de dois inimigos em situação de luta cruenta, como ocorria entre os terroristas e os órgãos de repressão durante a fase das guerrilhas urbanas. A ação violenta e implacável destas, matando com a mesma frieza inocentes e adversários, provocou a inevitável reação dos órgãos repressivos, criando um clima de escalada da violência, cujo ápice poderia provocar excessos. Não temos elementos para afirmar que não houve torturas, mas temos para dizer que a reconhecida capacidade dialética da esquerda radical soube criar um clima de parcialidade em relação a elas, omitindo a sistemática violência por ela empregada em sua insensata luta pelo poder.

A versão mais facciosa do problema da tortura durante os governos revolucionários foi a apresentada pelo livro *Brasil nunca mais,* organizado por um grupo de pesquisadores esquerdistas e progressistas, coordenados pelo conhecido arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns.

A parcialidade dessa obra é flagrante, bem como a identificação ideológica de seus autores com os responsáveis pela subversão e pelo terrorismo.

Critica a chamada *repressão,* mas omite sistematicamente os gravíssimos fatos que a provocaram, mostrando, ao contrário, simpatia

pelos responsáveis, a quem compara com os rebelados históricos, com Frei Caneca e os líderes da *Cabanagem,* fazendo tábula rasa das evidentes diferenças entre os contextos históricos em que se inseriram.

Além disto, a obra omite qualquer influência comunista na subversão, a qual, como vimos, foi decisiva, preferindo centrar seus ataques no nazismo. Por isto mesmo, classifica como *fantasma* a ameaça comunista.

Na mesma linha, condena a pregação anticomunista e as *Marchas da Família com Deus pela Liberdade.*

Justifica a luta armada e a guerrilha, defendendo Marighela e os guerrilheiros do Araguaia, e classifica os crimes por eles cometidos como *"gestos dignos de louvor".*

Considera subversivos e terroristas como *oprimidos* e, como tais, apenas adversários do regime então vigente.

Confessa que os subversivos eram ínfima minoria da população ativa do país, admitindo implicitamente que a imensa maioria ou era mera expectadora da subversão ou a condenava.

Referindo-se ao *braço clandestino da repressão,* admite, também de forma implícita, que ela resultou da deficiência de respaldo legal, pela carência de instrumentos para enfrentar a subversão, sobretudo quando esta evoluiu para a luta armada. Em adição, confessa que os *direitos individuais* não foram formalmente suspensos durante a vigência do regime militar. Nesse contexto, reconhece que os DOI-CODI tinham sua própria lei e não respeitavam as do país, admitindo, pois, que os excessos cometidos não eram abonados pelos governos revolucionários.

Noutro ponto, contradizendo tais afirmações, diz que a Lei de Segurança Nacional tornou regra a tortura, transformando-a em prática *sistemática.*

Ainda outra contradição reside na sua afirmação de que os conselhos de justiça dos governos revolucionários *"evitavam que as denúncias de torturas fossem consignadas nos autos",* quando muitos dos exemplos que aponta foram deles retirados.

Outro exemplo de denúncia infundada da mesma organização internacional é apresentada por Alexandre von Baungarten, em artigo publicado no *Diário de Notícias* de Porto Alegre, em 1973:

> "A Anistia Internacional, que desenvolve suas principais atividades em Londres, enviou às autoridades brasileiras uma relação de nomes de pessoas que estariam supostamente presas em lugar incerto e não sabido. O Ministério da Justiça revirou o País do avesso, para depois de muito tempo chegar à conclusão de que cerca de metade dessas pessoas não estava

nem nunca esteve presa e que uma boa parte dos outros nomes relacionados nem sequer existia. Tratava-se, como ficou bem demonstrado, de pessoas fictícias."

Jacob Gorender, referindo-se à *"campanha de denúncias da tortura sistemática"* proposta pelas organizações terroristas em 1970, permite que se infira estar aí a origem do projeto *"Brasil nunca mais"*, coordenado por D. Paulo Evaristo Arns.

Marco Pollo Giordani, em *Brasil sempre,* referindo-se aos *torturados e torturadores* e à deslavada apologia que *Brasil nunca mais* faz das esquerdas revolucionárias, diz:

> "São esses 'injustiçados e torturados' que os nossos religiosos progressistas insistem em elevar, defender e incentivar..."
> "O 'Projeto Brasil nunca mais', com perversas intenções, dilacera a verdade ao modelar terroristas em heróis de ideários reformistas."

Ainda Jacob Gorender cita um flagrante excesso nas críticas contra a tortura no Brasil, como parte da campanha que visava a macular a imagem do Brasil. Diz ele:

> "No relatório da Anistia Internacional (de 1976), o trecho da Carta dos Jornalistas do Presídio Tiradentes inclui a seguinte frase: 'Segundo se noticiou, ao menos uma criança, filhinha de três meses de Virgílio Gomes da Silva, morreu por motivo de torturas policiais'. Esta frase não consta do texto integral impresso na edição Espanha de *Pau de arara,* traduzida do português por Flavio Tavares. Ignoro como se fez a inserção de um fato que apurei não ser verdadeiro e cuja menção, por iniciativa minha, foi eliminada do documento. Considero a Anistia Internacional isenta de responsabilidade por semelhante inserção injustificável. Mas deixo registrado aqui que não subscrevi nem subscrevo aquela frase."

Com mais esta demonstração de sua honestidade intelectual, Gorender nos permite, por outro lado, flagrar uma prova de denúncia arquitetada pela paixão política e pelo desejo de desforra dos inimigos dos governos revolucionários. Serve o episódio para colocar em dúvida a procedência de muitas outras denúncias semelhantes difundidas pelos vários participantes da campanha que visava a denegrir a imagem do Brasil durante o regime revolucionário.

O jornalista Octavio Ribeiro, após longa e persistente busca, conseguiu localizar o ex-cabo Anselmo que, em 25 de março de 1964,

liderara a revolta dos marinheiros, como presidente que era da Associação dos Marinheiros, confessadamente controlada pelo PCB e o PC do B.

O ex-cabo, que fizera o curso de guerrilha em Cuba e participara da luta armada, estava escondido, protegido por dois seguranças e por uma operação plástica a que fora submetido no rosto. Tais cuidados se deviam ao fato de estar marcado pela esquerda, já que, a partir de determinado momento, passara a cooperar com os órgãos de segurança, fornecendo-lhes informações.

Depois de muito esforço, o jornalista conseguiu entrevistá-lo e publicou o resultado desse trabalho sob a forma de livro, ao qual deu o nome de *Por que eu traí.*

Respondendo a uma pergunta do jornalista sobre a importância de sua cooperação no combate ao terrorismo, o entrevistado aborda a gratuidade de muitas denúncias sobre torturas, bem como faz o confronto entre as duas violências, a dos terroristas e a dos órgãos de repressão. Eis o que diz Anselmo:

> "Esta é uma pergunta muito relativa. A experiência que os corpos de segurança tinham nessa época já lhes dava material suficiente para acabar com os focos então existentes. E temos que contar também que não foi só o Anselmo o único a passar a sua experiência para os corpos de segurança. Muitos outros também fizeram. Todos aqueles que estiveram presos deram informações que resultaram em experiência, pelo menos para os órgãos de segurança. Acredito que muita gente também tenha abusado de denúncias sobre torturas. Eu me recordo bem que quando estávamos presos, depois das prisões do DOPS lá no Rio de Janeiro, havia gente que dizia: 'Você não foi torturado, mas diga que foi. Você não apanhou, mas diga que apanhou sim'. Acredito que tenha havido realmente excessos. Posso até dizer que o que a imprensa publicou me fez acreditar que tenha havido uma série de atividades nesse sentido. Mas eu não as vi, não as sofri, e acho que em determinados instantes, como na prisão do Rio de Janeiro, eu poderia ter passado também por isso. Não passei."

A afirmação do cabo Anselmo de que era regra geral os presos políticos afirmarem que tinham sido torturados, mesmo que não o tivessem, é inteiramente procedente. E um exemplo muito expressivo foi o da então deputada Beth Mendes que, ao rever o Cel. Brilhante Ustra no Uruguai, instada por seus correligionários, dirigiu carta ao Presidente da República acusando-o de ter sido por ele maltratada em um órgão de segurança e informações que ele na época dirigia. Este

fato obrigou o coronel a escrever um livro, intitulado *Rompendo o silêncio,* no qual o autor mostra justamente o contrário, reduzindo a denunciante a um constrangido silêncio.

Depondo ainda sobre os excessos da campanha das denúncias, o Gen. Jayme Portella de Mello apresenta em seu livro o testemunho sobre episódios ocorridos ainda no Gov. Castelo Branco, do qual o Gen. Costa e Silva era Ministro da Guerra.

Refere-se ele a uma série de denúncias de torturas, sobretudo no Nordeste, difundidas como parte da campanha de publicidade promovida de forma sistemática pela esquerda. Não satisfeito com a negativa dos generais comandantes de área, resolveu o Presidente enviar o próprio chefe de seu gabinete militar, o general Ernesto Geisel, verificar *in loco* a procedência de tais acusações. Visitou o general diversas prisões militares e ouviu prisioneiros políticos, inclusive o ex-governador Seixas Dória, concluindo pela improcedência das denúncias. À mesma conclusão chegou o general na visita que, em seguida, fez às prisões do Rio e de São Paulo.

E acrescenta o Gen. Portella:

> "Nessa série de falsas notícias sobre torturas, apareceu uma referente a um grupo de chineses, que compunham uma falsa missão comercial da China Comunista, presos nos primeiros dias da Revolução e que se encontravam custodiados no Batalhão de Polícia do Exército. A notícia ocasionou pressões contra o governo por parte da imprensa européia e norte-americana, que asseguravam estar havendo sevícias e torturas. O Presidente solicitou ao Ministro da Guerra que permitisse ao Embaixador da Indonésia e à Cruz Vermelha visitarem os prisioneiros, o que foi realizado e desfeitas as acusações."
>
> "Nas visitas aos presos, o gen. Geisel fez-se acompanhar de juristas, de políticos, inclusive da oposição, de jornalistas, de representantes da OAB e da ABI, além de outros elementos que tinham interesse no caso."

É de um dos deputados da oposição, Andrade Lima, do PTB, o seguinte testemunho sobre essa visita a Fernando de Noronha:

> "As autoridades, na ilha-prisão, deixaram-nos à vontade para ver, ouvir, filmar e fotografar durante mais de uma hora. Nós e os presos. Sem ninguém por perto, os torturados – um ex-governador de Pernambuco (que nos acompanharia de volta ao continente, sentados lado a lado e a palestrar todo o tempo), um ex-governador de Sergipe e outros que seriam um grupo de 15, se a lembrança não nos mente – disseram como

viviam: banho de sol, banho de mar, exercícios ao ar livre, rancho na cantina dos oficiais, nenhum vexame de ordem física ou moral. A sofrer, como era óbvio, o constrangimento da prisão apenas, a prisão insular".

O gen. Tasso Villar de Aquino, em artigo publicado em *Letras em Marcha,* é incisivo ao rebater as denúncias unilaterais de torturas, que ultimamente têm partido de elementos que se dizem ex-integrantes dos DOI-CODI:

> "Cabem aqui algumas indagações: a soldo de quem estão os heróis para inventarem tanto, com tanto cinismo? – por que, somente passado tanto tempo, vêm a público os acusados para fazer denúncias tão graves?
>
> Por outro lado, vamos, mais uma vez, esclarecer o que a mídia, velhaca e astuciosamente, insiste em ignorar."

Ao mesmo tempo, define que tipo de organizações eram os DOI-CODI e qual seu papel na repressão, muito diferente daquele que lhes é atribuído pela versão corrente:

> "– DOI-CODI não era organização intrínseca das Forças Armadas, e sim criada especialmente, e enquanto necessário, para combater a guerrilha urbana, desencadeada impiedosamente por profissionais brasileiros e estrangeiros a soldo do comunismo internacional, contra a sociedade indefesa, e usando como mão-de-obra contingentes da nossa juventude, explorada no seu idealismo e elevados sentimentos;
>
> – O Exército, a Marinha de Guerra e a FAB apenas contribuíram para os DOI-CODI com alguns elementos seus que, voluntariamente, aceitaram integrá-los, com os maiores sacrifícios pessoais para as suas famílias;
>
> – integraram, também, os DOI-CODI, elementos das Polícias estaduais, militar e civil, assim como elementos da sociedade civil, todos voluntariamente;
>
> – jamais chefe militar algum, e muito menos o Presidente da República, imiscuiu-se em ações dos DOI-CODI, ordenou ou apoiou qualquer ato de violência física ou moral contra prisioneiro político. Os excessos havidos, incomparavelmente menores do que se propala, foram praticados por elementos de execução, no calor da luta, na maioria atingidos pela ação desumana e cruel dos terroristas, com ela revoltados. Vários perderam a vida na ação, ou fora dela, assassinados em emboscadas. Esses não são lembrados pelos defensores dos direitos humanos, mas o são por nós, brasileiros livres.

> – as Forças Armadas não foram desviadas, na sua destinação constitucional, que vêm cumprindo desde Guararapes, e de grandes escolas de cidadania nos seus estabelecimentos de ensino, quartéis, navios, bases aéreas;
> – os DOI-CODI cumpriram o seu dever de defender a sociedade contra a crueldade."

Os relatos que acabam de ser apresentados não deixam dúvidas de que a esquerda soube arquitetar, com a costumeira competência, uma propaganda sistemática sobre as torturas, visando a indispor a opinião pública contra os governos revolucionários. Essa campanha teve início mesmo antes do período em que realmente se registraram episódios de torturas, o que permite concluir que, ao deflagrá-la, a esquerda visava também a exercer pressão psicológica contra o governo, prevendo o possível emprego desse recurso extremo na repressão aos atos terroristas que planejava, prevenindo-se contra a sua eficiência, por ela mesma reconhecida.

Papel da tortura

Essa prevenção foi demonstrada por Marighella, o qual, segundo Jacob Gorender, teria escrito um folheto, intitulado *"Se fores preso, camarada..."*, difundido nos anos 50, no qual recomenda, *"com a autoridade de quem não se dobrou aos verdugos durante a prisão em 1976"*:

> "O militante comunista interioriza a força moral que deve fortalecê-lo diante da situação de tortura."

Sobre o papel da tortura no combate ao terrorismo, Gorender esclarece:

> "A rotinização da tortura ofereceu vantagens, que induziram o alto comando a minimizar a contrapartida da deterioração da imagem pública das Forças Armadas." "A fase inicial da tortura não se coadunava com refinamentos psicológicos de efeito retardado. Precisava ser brutal a fim de provocar choque e obrigar o militante a delatar os seus próximos contactos pessoais e endereços de aparelhos, antes que contactos e aparelhos se desativassem. A maioria das quedas ocorreu em pontos de rua e em aparelhos denunciados. As prisões em cascata assolavam as organizações e inspiraram o que, no Presídio Tiradentes, se chamou de 'quedograma': um gráfico com o 'quem foi quem' na seqüência das prisões.
> A segunda fase da tortura empregava procedimentos mais refinados, como a 'geladeira'. Já não se tratava de arrancar

denúncias urgentíssimas, porém de alargar o círculo das informações, de completar confissões e rechear os fichários trabalhados pelos analistas de interrogatórios."

Esta visão de um comunista sobre o papel da tortura no combate ao terrorismo serve para compor o quadro geral dentro do qual ela se processou, ainda que de forma episódica. E que neste ponto, discordamos de Gorender ao considerá-la institucionalizada.

Serve também para revelar uma certa compreensão do autor sobre a necessidade de seu eventual emprego na delicada conjuntura da época.

Sobre o mesmo assunto, Marco Pollo Giordani cita a opinião de Jeane Kirkpatrick, ex-embaixadora dos EUA na ONU, respondendo a uma pergunta da revista *Veja:*

> "Os terroristas usam a violência como método preferido de ação e isso torna muito difícil lidar com eles, especialmente nas sociedades que só usam a violência na forma da lei. Os terroristas tentam eliminar as fronteiras entre a guerra e a paz, entre soldados e civis. Apesar de todas essas dificuldades, é necessário enfrentar o terrorismo com grande determinação."

O autor, endossando o conceito de *terrorista* emitido por Jeane Kirkpätrick, afirma:

> "*Brasil nunca mais...* retrata a poltronice dos componentes da esquerda revolucionária: na hora dos seqüestros, dos assaltos, das explosões de bombas, dos assassinatos, não faz diferença se as vítimas são mulheres grávidas, crianças ou pessoas completamente neutras em questões políticas. Quando chamados à responsabilidade transformam-se de imediato em estandartes e porta-vozes dos direitos humanos!"

As duas violências

Dentro da perspectiva marxista, Gorender traça um quadro comparativo das duas violências, a da esquerda e a da repressão, a qual também é útil para a compreensão do quadro geral em que as duas se processaram:

> "Este livro não apresenta a esquerda no papel de vítima passiva. Toda a esquerda se opôs à ditadura militar e a maior parte dela adotou a linha da luta armada. Organizações da esquerda praticaram atos aqui expostos sem subterfúgios: atentados a bomba e armas de fogo, assaltos a bancos, seqüestros

de diplomatas e de aviões, matança de vigilantes, policiais e elementos das Forças Armadas, justiçamento de inimigos, guerrilha urbana e rural.

Se quiser compreendê-la na perspectiva de sua história, a esquerda deve assumir a violência que praticou. O que em absoluto fundamenta a conclusão enganosa e vulgar de que houve violência de parte a parte e, uns pelos outros, as culpas se compensam. Nenhum dos lados julga pelo mesmo critério as duas violências – a do opressor e a do oprimido. A violência original é a do opressor, porque inexiste opressão sem violência cotidiana incessante. A ditadura militar deu forma extremada à violência do opressor. A violência do oprimido veio como resposta."

Esta teoria de Gorender se insere na concepção marxista de que o regime capitalista contém, em si mesmo, o germe da violência, que seria praticada contra os setores desassistidos da sociedade. Na prática, porém, os episódios de tortura surgiram a partir do recurso à luta armada, e esta, como ficou claro, foi de iniciativa da esquerda radical. Na versão do próprio autor, teria a tortura a finalidade de obter confissões.

E isto explica por que, no extenso quadro de violências praticadas pela esquerda, o autor não incluiu a tortura; a esquerda não precisava de confissões pois eliminava sumariamente opositores e até mesmo companheiros suspeitos de terem *dado com a língua nos dentes*.

A essa opinião de um militante da esquerda podemos acrescentar a de um militante da repressão, o já citado Marco Pollo Giordani, que assim afirma em seu livro:

"É preciso dizer que o chamado 'sistema repressivo' montado pelo Estado. . . para combater a guerrilha, nada mais foi do que o antídoto contra o veneno disseminado (pelo terrorismo). É lógico o raciocínio de que os primeiros elementos formadores de tais órgãos (os DOI-Codi's) não possuíam nem qualificação profissional e talvez nem a integridade moral para a importância de tal missão. Se houve excessos por parte desses pioneiros, há de merecer análise o fato de enfrentarem uma guerra suja, cruel, sem uniforme e sem distinção de vítimas. Se realmente houve sádicas sessões de torturas, não tenho o menor constrangimento de enquadrá-las no mesmo nível dos elementos da esquerda. Devo acrescentar, contudo, que as precipitações violentas originárias da própria luta são extremamente difíceis de serem julgadas."

O Gen. Sebastião Ramos de Castro, em conferência no *"Movimento de Renovação Política"*, em 1977, assim se refere ao problema:

> "Não podemos ocultar que em uma luta interna de guerra não declarada não tenham ocorrido excessos e violências desnecessárias. O que nos repugna, porém, é que se explore apenas, e constantemente, os excessos e violências que teriam sido cometidos pelas autoridades legais. Os atos terroristas e os crimes cometidos são objeto de intencional silêncio ou então são descritos como heróicos ou considerados justificáveis."

Por sua vez, o cabo Anselmo, na já referida entrevista concedida ao jornalista Octavio Ribeiro, manteve com este o seguinte diálogo, sobre as torturas:

– Jornalista:

> "Mas é notório que Vladimir Herzog, o jornalista, por exemplo, morreu assassinado dentro da cadeia. Foi um caso marcante."

Ao que Anselmo responde:

> "Acredito que por essas provas que a imprensa tem, por essas evidências, tenha havido realmente excessos e até crimes, se se pode dizer que sejam, se podemos considerar assim."

E o jornalista:

> "Muitos morreram."

Ao que Anselmo responde:

> "Agora eu pergunto: quantos crimes, quantos assassinatos foram cometidos a sangue frio, como por exemplo quando foi metralhado na porta de sua residência um oficial americano que diziam ser da CIA – como diziam que eu era da CIA? E quantos outros que passaram também por essas mesmas circunstâncias? Quantos guardas de banco morreram? Quantos policiais em serviço morreram, que tinham suas famílias, e não sabiam nem ao menos por que ocorria tudo aquilo? Esse é um aspecto que é bom a gente comentar, porque o que caracteriza exatamente a guerra é a iniciativa, que vem sempre do lado da esquerda, da guerrilha. A posição das forças de segurança era

uma posição defensiva. E dentro dos fracassos de tantas coisas e tantos acontecimentos, é evidente que só tenho a dizer que houve realmente excessos, como existem excessos em qualquer guerra. Graças a Deus que não chegamos a cometer os excessos que cometeu Hitler, ou os excessos que cometeram os argentinos. Graças a Deus que não chegamos a cometer os excessos que hoje comete, por exemplo, o aiatolá Khomeini."

Reação do Presidente Geisel aos episódios Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho

Já vimos linhas atrás a preocupação do presidente Castelo Branco com as denúncias de torturas supostamente ocorridas em seu governo, as quais deram origem às visitas feitas *in loco* pelo general Geisel, então Chefe de seu Gabinete Militar.

Prevenido desde então contra a eventual existência desse problema, quando chegou a sua vez de ocupar a Presidência da República, o Gen. Geisel manifestou claramente sua preocupação, bem como agiu nos casos em que o problema foi detectado.

É o que testemunha Armando Falcão, quando diz em seu livro:

> "Observar-se-iam, ademais, no contexto do procedimento governamental, estas regras invariáveis: combate sem trégua a possíveis focos de tortura; respeito ao Congresso Nacional; etc."

Por sua vez, o Gen. Hugo Abreu, então Chefe do Gabinete Militar do Presidente, cargo de que foi afastado por divergências irreconciliáveis com o governo que integrava – e portanto divorciado de qualquer interesse em defendê-lo – diz em seu livro, referindo-se aos casos Herzog e Manoel Fiel Filho:

> "A notícia (caso Herzog) estourou como uma bomba no Palácio do Planalto, provocando natural indignação por parte do Presidente. Deve-se dizer que este, desde sua posse. . . vinha lutando no sentido de acabar de vez com os resíduos de violência em certos órgãos do sistema de segurança e informações. O acontecimento provocou reclamação incisiva do Presidente ao Ministro do Exército, com a recomendação de que não era possível continuar tolerando tais absurdos ou relaxamentos."

O Gen. Hugo examinou o relatório do inquérito policial-militar e concluiu pela correção da conclusão sobre o suicídio, o que não isentava de culpa os responsáveis pela segurança. A investigação judiciária

feita a seguir concluiu não ter ficado provado o suicídio, mas que também não havia provas de crime.

Em janeiro de 1976 houve o incidente da morte de Manoel Fiel Filho no mesmo DOI-CODI, o que veio a resultar na demissão do Comandante do II Exército, oficial general da maior probidade e serenidade, incapaz de ser o responsável direto pelo incidente. Entretanto, como nas Forças Armadas o comandante é o responsável por tudo o que o seu comando faz ou deixa de fazer, assumiu ele a responsabilidade indireta pelo fato.

Em seu livro, o Gen. Hugo defende a *"lisura do inquérito e da ação da Justiça Militar no caso, que também concluiu pelo suicídio".*

Conclusão

A exposição que vem de ser feita permite concluir:

– houve episódios de tortura durante os governos revolucionários, no período da luta armada, os quais, entretanto, não adquiriram as dimensões que lhes confere a esquerda, nem contaram com o aval dos escalões superiores;

– tal ampliação resultou de uma campanha de denúncias sistemáticas instituída pela mesma esquerda com dupla finalidade;

– deteriorar a imagem da Revolução de 64 perante a população;

– prevenir, pela pressão psicológica, o uso das torturas pelo governo, como recurso na obtenção de confissões, durante a luta armada para a qual a esquerda se preparava. Isto visava a diminuir a eficiência da repressão;

– as atitudes assumidas pelos presidentes Castelo e Geisel contra eventuais torturas exemplificam a postura dos governos revolucionários perante tal prática, retirando-lhe o caráter sistemático denunciado pela esquerda;

– a eficiência dessa prática na desarticulação da rede terrorista, assinalada por Jacob Gorender, permite admitir a hipótese de uma certa constrangida tolerância de algumas autoridades durante o período mais crítico da luta armada. Essa afirmação é reforçada pela consideração, admitida consciente ou inconscientemente, de que os terroristas eram ínfima minoria dentro da população –, cujos interesses e aspirações eram por eles agredidos;

– de um modo geral, o subversivo, quando preso, denunciava ter sido vítima de torturas, mesmo não sendo terrorista. E um exemplo claro deste procedimento está no caso de Beth Mendes, que fez uma denúncia comprovadamente infundada contra o Cel. Carlos Brilhante Ustra.

ABERTURA. BUSCA DE MODELOS RACIONAIS

A análise do comportamento político dos diversos governos revolucionários permite-nos afirmar que tais governos se inauguraram sob o signo da abertura.

Ao examinar sua fase inicial, ficou evidente a preocupação do Presidente Castelo Branco em conciliar o mais possível a força da Revolução com o respeito às instituições vigentes, atitude que lhe valeu muitas críticas e decepções.

É bem expressiva nesse sentido sua ilusão de que, com a promulgação da Constituição de 1967, estaria praticamente encerrado o ciclo revolucionário, dezoito anos antes da época em que isto de fato ocorreu. Mais tarde, foi ele obrigado a retroceder em suas boas intenções, ao baixar o AI-2 nas circunstâncias já conhecidas.

Os dois presidentes que o sucederam, já escarmentados pelas experiências anteriores, não tinham razões para ser tão enfáticos como o Presidente Castelo no que se referia à abertura. Castelo ainda não sofrera, como eles, todo o impacto da ação destrutiva da oposição e contestação conjugadas, as quais ainda não tinham disposto do tempo suficiente para sair da fase de perplexidade em que se encontravam.

Entretanto, ambos deixaram muito claro que se preocupavam com a abertura, nos sucessivos apelos que fizeram à oposição política para que se divorciasse da contestação e da subversão e – sem deixar de ser uma enérgica oposição – passasse a cooperar com o governo na tarefa maior de volta à normalidade institucional, cujo anseio era comum às duas partes.

O Presidente Costa e Silva encontrou o seu maior obstáculo no conjunto de circunstâncias que o levou à edição do AI-5, enquanto que o Presidente Médici teve no recrudescimento e no paroxismo da luta armada o seu óbice definitivo para a execução de uma abertura racional e segura.

E, já que o Presidente Médici é o alvo preferencial das esquerdas no ataque sistemático que fazem aos governos revolucionários, é de justiça apresentar nosso testemunho pessoal de sua desambição e ausência de vaidade.

Após o impedimento definitivo do presidente Costa e Silva, os chefes militares reuniram-se para escolher o seu sucessor no governo e o escolhido foi o Gen. Médici, então Comandante do III Exército.

Foi ele então convocado ao Rio de Janeiro para tomar conhecimento oficial dessa decisão e acertar as providências para a sua posse.

Como Sub-Chefe do Estado-Maior do Exército, participamos da reunião que se seguiu no gabinete do chefe do E.M.E., Gen. Muricy, outra figura maiúscula, também caracterizada pela desambição. Testemunhamos, então, o diálogo que ocorreu.

Ante a tenaz resistência que o Gen. Médici oferecia à sua designação, disse-lhe a certa altura o Gen. Rodrigo Octavio Jordão Ramos:

> "Mas Médici, tem que ser você!"

Ao que o Gen. Médici replicou:

> "Não, eu não posso. Não tenho as qualidades necessárias para ser Presidente da República!"

E então, nós pensamos com nossos botões:

– Nesse gesto estão presentes grandes qualidades, que o próprio Médici subestima: desambição e ausência de vaidade.

Nos três primeiros governos revolucionários, a abertura política sistemática ficou, portanto, na intenção inicial de cada um deles, logo superada pelas circunstâncias já referidas.

Apesar da pouca evolução de tais circunstâncias, ainda desfavoráveis, a vontade política de realizar a abertura, a despeito disso, surgiu e afirmou-se no governo Geisel. Acreditamos que isso tenha ocorrido pela sua descrença em poder reverter a sistemática atitude negativa dos setores radicais da oposição, conjugada à necessidade de pôr um fim ao ciclo revolucionário. Tal necessidade derivava do longo período que esse ciclo já durava e do conseqüente desgaste acarretado para as Forças Armadas, fiadoras do regime.

Na primeira reunião do Ministério, realizada em 19 de março de 1974, o Presidente Geisel assim manifestou suas intenções:

> "Quanto ao setor político interno, envidaremos sinceros esforços para o gradual mas seguro aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral, para a criação de um clima de salutar consenso básico e a institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 64."

No mesmo discurso, definiu sua atitude face ao repertório de Atos Institucionais de que dispunha, conciliando seu potencial com seu manifesto desejo de abertura, onde estava implícito mais um chamamento à oposição:

"Os instrumentos excepcionais de que o Governo se acha armado para a manutenção da atmosfera de segurança e de ordem, fundamental para o próprio desenvolvimento econômico-social sem pausas de estagnação nem, muito menos, retrocessos sempre perigosos, almejo vê-los não tanto em exercício duradouro ou freqüente, antes como potencial de ação repressiva ou de contenção mais enérgica, e, assim mesmo, até que se vejam superados pela imaginação criadora, capaz de instituir, quando for oportuno, salvaguardas eficazes e remédios prontos e realmente eficientes dentro do contexto constitucional."

As razões da esperança que alimentava de uma resposta positiva do MDB a esse apelo, assim apresentou-as em discurso de 30 de dezembro de 1974:

"Ressentimentos – e não há razões para cultivá-los – não me tolhem nem sinto simples constrangimento, que até seria compreensível, ao registrar que o Movimento Democrático Brasileiro, partido da oposição, alcançou substancial avanço na autenticidade de sua acrescida expressão política. Tanto mais porque soube fazê-lo com comedimento e autodisciplina, no abandono de uma inepta e já superada postura contestatória e voltado agora, como antevejo para um futuro de maior responsabilidade compartilhada, na tarefa de construção perene da grande nação que nosso povo merece – livre, poderosa, dinâmica e rica, praticando civismo democrático, na plenitude da justiça social."

O sucesso eleitoral do MDB nas eleições daquele ano mereceu os seguintes comentários, em que se inclui uma advertência à ARENA e uma crítica ao partido único, característico das ditaduras:

"Acresce mencionar para melhor entendimento da realidade dos fatos que a ARENA aparentemente se beneficiou e talvez mais correto seria dizer que se desgastou – com o largo período de confortável mas emoliente posição majoritária. As conseqüências estão agora à vista. Sirva isto de alerta, sobretudo aos poucos que sonham ou possam sonhar com a estrutura antidemocrática, supostamente monolítica, do partido único. Este é inviável em qualquer ambiente a não ser pela coação, ostensiva ou disfarçada, que impeça ou contenha a inevitável luta de facções. Na ARENA, partido que se comportou como partido único sem que na realidade o fosse, as dissenções internas sobrepor-se-iam aos objetivos maiores do conjunto ensejando a firmações mais positivas do partido contrário; que este

contato inesperado com a realidade lhes sirva, aos homens do partido, e sirva também ao governo como sirva à sua própria oposição, inegavelmente surpreendida que foi, por igual, com os resultados alcançados, para meditação e análise fria e objetiva dessa mesma realidade dinâmica do universo social e político do Brasil de hoje. Ela deve ser, efetivamente, fonte de inspiração genuína e única moldura autêntica para nossos esforços, se é que desejamos conscientemente fazer desta nação um paradigma da democracia em que todos nós cremos e que de fato almejamos."

A própria realização das mencionadas eleições, justamente com a assimilação de seus resultados, confirma que suas anunciadas intenções iniciais vinham sendo postas em prática, como assinala o próprio Presidente:

"Nesse quadro, realizaram-se a 15 de novembro as eleições de Senadores, Deputados Federais e Estaduais, num ambiente de perfeita ordem e ampla liberdade."

"Registro, por oportuno, o reconhecimento geral, partido até mesmo de grupos antes dos mais contestadores, de que o Governo assegurou condições para a realização prévia da propaganda eleitoral, sem coações ou restrições a não ser as interferências legais da justiça para refrear injustificáveis desmandos, e, também, garantiu o maior respeito à decisão de cada cidadão no recesso da cabine eleitoral, ao escolher seus candidatos, liberto da influência corruptora do poderio econômico e das pressões arbitrárias do autoritarismo".

O Senador Paulo Brossard, do MDB, em discurso pronunciado em Porto Alegre, em 1975, reconheceu implicitamente essa abertura, que permitira tais progressos de seu partido. Disse então:

"Com apenas alguns meses de acesso dos oposicionistas ao rádio e televisão, esboroou-se o milagre brasileiro."

Cinco anos após o anúncio de intenções iniciais, o domínio que as facções radicais exerciam sobre o MDB, sufocando os elementos moderados, não cessara, o que criava sérios problemas para a aceleração do processo de abertura. É o que se infere de matéria publicada no *Estado de São Paulo,* de 19 de julho de 1979, onde consta:

"Além, portanto, de isolar o grupo radical solidamente entrincheirado no MDB – de preferência num partido socialista de conteúdo democrático, sob o comando do ex-governador

Miguel Arraes –, admite-se naquelas áreas ser impossível avançar muito mais daqui em diante. Isolados, identificados, reduzidos os radicais de esquerda à sua verdadeira dimensão, o governo estaria apto a prosseguir, sem traumas, nas etapas seguintes da abertura."

O esforço dos diversos governos revolucionários no sentido da abertura e a diferença que em relação a eles o governo Geisel apresentava são assinalados por Amaral Gurgel, no livro já mencionado:

"No desempenho de sua tarefa, a segurança de Geisel está em saber que a cada um de seus antecessores, tanto quanto ele desejosos de reestabelecer o fluxo de regularidade na vida institucional brasileira, foi dado enfrentar determinada conjuntura, a cujo peso tiveram de ceder. A vantagem que o atual Presidente leva sobre os demais... é a de poder socorrer-se das experiências hauridas no passado, agora que, a ele próprio, cabe comandar os acontecimentos, no curso do mesmo processo."

O Presidente Geisel desejava uma abertura lenta, gradual e segura. Houve figuras de proa da Revolução de 64, entretanto, que temeram pelo ritmo que a abertura assumia, considerando-o incompatível com os requisitos da segurança. É o caso de Carlos Lacerda que, em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, de 30 de junho de 1975, afirmava:

"Do jeito que vai, a distensão significa a volta do país à situação que estava antes de 31 de março de 1964. A pretexto de não permitir que a Nação seja presa do maniqueísmo, isto é, de uma divisão estulta e rígida entre o Bem e o Mal, o Certo e o Errado, abandona-se cada dia um pouco mais o que há de certo e entroniza-se, cada dia um pouco mais, o que há de errado. Pois, sem rigidez nenhuma, é bom que se saiba que existe um certo e um errado em cada solução, como existe um destino final em cada caminho que se escolhe.

Já bem poucos são aqueles que têm a coragem de defender uma revolução que se tornou indispensável e cujo saldo, apesar de tudo, é muito positivo. Sobretudo se o compararmos com o que poderia ter acontecido a este país se ele seguisse no rumo em que ia. A rigor houve pouca revolução e não revolução demais."

E acrescentava à sua advertência:

"Refiro-me à Revolução como um processo, não um mero episódio. Um processo que é necessariamente anticomunista

assim como antifascista, para ser verdadeiramente democrático. E para sustentar os valores do sistema democrático não se pode confundi-lo com a complacência e a displicência.

Como um processo de transformação nacional e social, a revolução está por fazer, ou para ser exato, foi apenas começada. Sofreu deformações cuja natureza não é ainda o momento para examinar. Mas propor, em nome do restabelecimento do *Estado de Direito,* que o país se desarme e se entregue à desordem é uma forma de suicídio coletivo. Suicídio a prazo, mas a prazo certo."

A mesma conciliação entre abertura e segurança preocupou os outros estudiosos, como Amaral Gurgel, que assim procurou caracterizar o equilíbrio entre ambas:

"Na disciplinação da sociedade política, os excessos, quando a favor do Estado, assegurando-lhe prerrogativas que ultrapassem os limites necessários e, portanto, justos à preservação do bem comum degeneram em disfarçada negação dos direitos e liberdades fundamentais do homem; é o embuste democrático, é a traição à liberdade em nome de uma suposta democracia. Os mesmos excessos, quando a favor de uma liberdade utópica, que chegue ao extremo de franquear o direito de ferir os que aspiram a viver livres, degeneram em negação da liberdade. É a insensatez coletiva e a traição à democracia em nome de uma suposta liberdade."

E acrescentou, focalizando o que considerava ser o ponto de vista das Forças Armadas sobre o assunto em foco:

". . .quanto aos critérios, modos ou formas pelos quais possa a Nação chegar à prometida normalidade institucional, a conclusão é que inexistem nas Forças Armadas posições radicais ou inconciliáveis, desde que o modelo brasileiro de democracia atenda aos imperativos da Segurança Nacional, nos moldes em que a coloca a doutrina analisada."

Preocupado com a insistente pregação da oposição pela imediata e – nas condições – prematura *normalização democrática,* sem maiores considerações aos requisitos da segurança, assim manifestou-se o acatado cientista político, Prof. Paulo Bonavides, do Conselho Técnico da Fundação Milton Campos, da ARENA, também partidária da volta ao *estado de direito.*

"O estado de direito que oferece e proporciona a liberdade seria, porém, um poema de teoristas inocentes se porventura viesse institucionalmente desacompanhado de garantias contra os infratores políticos da ordem jurídica, os inimigos do regime, os contestadores das instituições. Inconcebível sem instrumentos representativos de autopreservação, faria no entanto de seu emprego a excessão, jamais a regra institucional."

As condições em que o governo Figueiredo a iniciou, após o empenho de seu antecessor em realizar a abertura política dando a ela um caráter irreversível, abriu amplas perspectivas à contestação e à subversão, assim saudadas pelo comunista Hércules Correa:

"O gov. Figueiredo chegou ao poder numa situação bastante diversa da econtrada pelos governos ditatoriais anteriores. . . não dispondo dos mesmos poderes arbitrários de seus antecessores. A ditadura foi obrigada a revogar o AI-5, a restaurar as imunidades parlamentares e o *habeas-corpus* para os chamados crimes políticos, a libertar presos e a permitir o retorno de muitos asilados, o que abriu novas e maiores possibilidades de ação política."

A revogação do AI-5 resultou de ato do governo Geisel, de 01 de janeiro de 1979, não sendo, absolutamente, imposição das forças contra-revolucionárias, apesar da pressão por elas exercida. Os benefícios que essas forças colheram em conseqüência da extinção do Ato, como diz Hércules Correa, foram evidentes, a começar pelo fato de que os exilados que voltavam chegavam aureolados pela imagem de vítimas inocentes de uma truculenta ditadura, pois a Revolução furtou-se de dar conhecimento público das razões que motivaram as punições a eles aplicadas, circunstância habilmente explorada pela reconhecida capacidade de propaganda da esquerda. Assim, muitos desses exilados disputaram eleições e as venceram, como já vimos, beneficiados por essa simpática imagem.

Razão, portanto, assistia ao Dep. Edson Lobão, quando estranhava:

"O espantoso é que tudo isso acontece depois que foram anistiados – além do que pretendiam os oposicionistas – todos os proscritos, notadamente Leonel Brizola, Miguel Arraes, e até o procer comunista Luiz Carlos Prestes, todos desfrutando de ampla liberdade, inclusive, a de contestar da forma mais aberta, o próprio regime."

E acrescenta:

> "E na fúria difamatória não se respeita mais sequer as Forças Armadas, injusta e inconseqüentemente vergastadas por dezenas de representantes oposicionistas. Há como que uma atração mórbida no Parlamento de nossos dias a esse tipo de objurgatório. É como se a oposição de repente tivesse descoberto no estamento militar um veio nobre para a incursão determinada de sua maledicência."

A observação desses fatos, que aconteciam em pleno clima de abertura declarada, trouxe-nos, na época, fundada preocupação com as repercussões da reiterada declaração do presidente Figueiredo de que haveria de *"fazer deste País uma democracia"*.

Os parâmetros deste tipo de democracia, entretanto, não eram apresentados. A variedade dos conceitos abrangidos por essa palavra, passando pelo amplo espectro ideológico que se estende desde a esquerda radical até os conservadores, tornava muito vago o tipo de democracia a que se referia o Presidente. E isto colocava em risco o consenso sobre o cumprimento de sua promessa quando chegasse o fim de seu governo.

E mais, permitia que os excessos cometidos pela oposição/subversão pudessem ser enquadrados dentro da amplitude maior de tal conceito.

Entretanto, se nos ativermos ao âmbito das liberdades políticas características de uma democracia, até liberal, é inegável que o Presidente cumpriu sua promessa, sendo, pois, um dos legítimos artífices da abertura.

A ele coube, inclusive, conceder uma anistia muito mais ampla do que a reclamada pela oposição, encerrando, assim, a fase repressiva dos governos revolucionários.

Razões do retardo na volta à normalidade

As razões que conduziram ao prolongamento da duração dos governos revolucionários estão implícitas nos títulos anteriores.

Entretanto, como é possível que alguns não tenham sentido disposição para captá-las, passamos à sua explicitação.

Dentre elas, a maior, sem dúvida, deve ser debitada à atitude da oposição política face à subversão e, depois, à luta armada.

Considerando os governos revolucionários, apesar de suas reiteradas tentativas de abertura, como seu alvo maior, não hesitou em aliar-se aos maiores inimigos da democracia na busca da derrubada daqueles governos. Fez tábula rasa do fato de que, se tivesse

conseguido realizar o seu intento, ficaria refém de seus aliados, cujo objetivo, ultrapassando largamente o de volta ao estado de coisas anterior à Revolução de 64, dirigia-se para a instauração de uma república socialista do tipo cubano.

Seria razoável supor que a oposição teria forças para evitar que isso acontecesse? Não seria racional uma resposta positiva a esta pergunta, pois a oposição não apenas apoiava as atividades subversivas e, por omissão, as da luta armada, mas estava profundamente infiltrada por tais elementos, como já foi de sobejo demonstrado, tornando muito difícil distinguir onde terminava a oposição e onde começava a subversão.

A repulsa da oposição política a qualquer atitude dos governos revolucionários que facilitasse a abertura foi ampla e repetidamente demonstrada por muitos que acompanhavam o desenvolvimento do processo revolucionário, como Fernando Nobre Filho que, em agosto de 1976, já afirmava:

> "O MDB não se criou; ele foi criado para preencher uma determinada finalidade. Se o MDB existe como facção política, é porque a Revolução determinou que ele existisse. E assim determinando, a Revolução o fez para que colaborasse construtivamente com a obra revolucionária, ainda que criticando como deveria e como deve criticar, desde que não conteste ou fuja do espírito norteador do sistema irreversivelmente implantado."

Apesar das tentativas de alguns moderados para cumprir essa função, foram eles superados pela ação agressiva dos chamados *autênticos,* entre os quais era visível a presença dos aliados radicais, especialistas no exercício dessa agressividade.

Entre esses moderados estava Tancredo Neves, cuja inconformidade com essa radicalização do PMDB levou-o a fundar, com outros igualmente inconformados, o *Partido Progressista* (PP) afirmando que assim fazia porque não podia permanecer no mesmo partido em que militava Miguel Arraes.

Já antes, em 1975, destacado elemento da oposição cobrava do Presidente Médici a promessa de que *"ao cabo de seu governo, deixaria a democracia plenamente reinstalada entre nós",* quando as palavras textuais do Presidente tinham sido:

> "ao término do meu período administrativo, *espero deixar* definitivamente instaurada a democracia em nosso País e, bem assim, fixadas as bases do nosso desenvolvimento econômico e social."

O Presidente não esqueceu de condicionar essa sua intenção a certas circunstâncias, que o citado oposicionista maliciosamente omitiu, ao fazer seguir a manifestação anterior imediatamente desta outra:

> "É preciso ficar claro que não vamos restabelecer as instituições que nos levaram à crise de 1964. Jamais voltaremos àquele sistema político que subjugava completamente a vontade popular ao jogo das manipulações de cúpula."

E é esta última que explica por que ele não pôde materializar sua intenção.

Numa autorizada crítica à classe política, comparando seu atraso com o desenvolvimento de outros setores, afirmava o cientista político Prof. João de Scantimburgo:

> "É curioso o paradoxo: o Brasil se moderniza tecnologicamente na administração pública; uma administração mais eficiente está substituindo a velha, ronceira burocracia. A empresa, em geral, se atualiza com novos métodos de administração e gerência, de vendas e relações públicas. Somente a classe política – salvo raras exceções – se mostra atrasada, presa ainda a velhos clichês ideológicos, que já a comprometeram, comprometendo o País, mas que não a ensinaram, aparentemente, nada. Se a classe política se mantiver insensível aos fenômenos dos novos tempos, às mudanças por que passa o mundo e às aspirações do 'país real', é muito provável que tenhamos outras crises. Somente que, se tal ocorrer, os líderes da revolução de 31 de março e quantos com ela ficaram solidários, saberão como agir."

Por sua vez, o Prof. Jorge Boaventura, sempre lúcido e racional na sua crítica, assim se pronunciava em abril de 1977:

> "Assim, se algum retardamento e, particularmente, nós achamos que tem havido por parte do movimento de março, na implementação de um modelo político verdadeiramente brasileiro e em dia com a peculiaridade da atual conjuntura mundial, isso se deve não àquelas "áreas espúrias" mas, ao contrário, à influência perturbadora causada pelos porta-vozes e devotos do passado, em simbiose algumas vezes inconsciente com os agentes da revolução que, a nível mundial, vem sendo alimentada pelo pretexto ideológico do materialismo dialético e pelo formidável poder e experiência revolucionária dos agentes da política de potência em plena execução por parte da União Soviética."

O Gen. Tasso Villar de Aquino, no jornal *Letras em Marcha* de setembro de 1987, ressaltava o papel do segmento mais radical da contestação no sentido de retardar o fim do ciclo revolucionário. Disse ele:

> "O que não há dúvida, é que a ação insensata e desastrada dos promotores da guerrilha, para a tomada do poder, retardou de pelo menos dez anos a transmissão da Chefia do Governo revolucionário a um civil, com o País em excepcional situação econômico-financeira, social e moral, como se encontrava no fim do governo Médici."

A radicalização da oposição dentro do Congresso Nacional, prevalecendo-se da abertura efetivamente iniciada no governo Geisel e acentuada no governo Figueiredo, levou o Dep. Edson Lobão, em discurso já antes referido, a denunciar essa ação destemperada, acentuando os riscos que ela implicava para a própria abertura:

> "Os homens públicos de vocação tragediada, ou personalidades típicas de incendiários das instituições jurídicas da Pátria, estes difamadores verbosos da oposição já não escondem os propósitos de uma confrontação, mesmo que este gesto implique sacrifício da própria abertura democrática."

No entanto, naquele estágio dos acontecimentos, a abertura já era irreversível, mesmo que ainda persistissem tantos fatores que concorriam para postergá-la. E isto porque ela era respaldada por uma vontade política, à qual antes nos referimos.

Assim, os propósitos de confrontação dos incendiários, aos quais se referiu o Dep. Lobão, foram insuficientes para adiá-la.

As dificuldades que a esquerda radical apresentava para a realização da abertura política, bem como as pré-condições para que esta fosse admitida pelo governo, são assim apresentadas, na versão do *Estado de São Paulo,* edição de 19 de Julho de 1979:

> "A eventual transmissão do poder a um civil, daqui a seis anos, em nenhuma hipótese será operada se, até lá, não estiver definitivamente isolado e contido, dentro de um partido próprio, o foco de esquerda mais radical alojado, hoje, no organismo oposicionista.
>
> O sistema militar, sensível à política de abertura do Presidente da República, já teria, porém, imposto essa condição como essencial ao retorno de um civil ao Palácio do Planalto."

Hoje, com a perspectiva já ampliada, podemos conjeturar se a projeção feita pelo jornal não se teria caracterizado por uma correta sensibilidade política e se o partido cuja organização era preconizada não seria o Partido dos Trabalhadores – PT –, fundado nessa época, e cujo perfil preenchia os requisitos propostos.

Realmente, quase todos os radicais de esquerda acabaram se desligando paulatinamente do PMDB e se filiando ao novo partido, restando nele apenas a infiltração residual do MR-8.

Raul Pont, líder trotskista do PT, confirma essa migração quando afirma: *O PT se formou sobre um tripé: os sindicalistas,* os grupos de esquerda que sobreviveram ao regime militar *e as comunidades eclesiais de base.* (grifo nosso)

> Esta afirmativa tem o endosso do presidente do PC do B, João Amazonas, ele próprio hoje integrado ao PT, que antes já tinha declarado: No momento da reorganização dos partidos políticos, os trotskistas de diversas tendências, sem exceção, integram-se maciçamente ao PT.

Não possuímos, entretanto, nenhuma informação que nos permita confirmar a última parte da notícia do *Estado de São Paulo,* que se refere à imposição dessa migração pelo *sistema militar* como pré-condição da abertura política.

Por sua vez, a sistemática atitude negativista da oposição obrigava o partido da situação a desviar os seus melhores esforços no sentido de defender o governo e a Revolução de tais ataques, missão que lhe era dificultada pela ausência de esclarecimentos ao público das razões da Revolução e suas decorrências.

E aí está uma das razões por que o fim do ciclo revolucionário durou mais do que o esperado e desejado: tinha diante de si a árdua tarefa de mostrar aos brasileiros o que era o Brasil no início de 1964, situação para a qual os seus adversários queriam reconduzi-lo, com a triunfal *reentré* dos mais destacados atores da época. No que tange ao Partido Comunista, isentava de culpa os destemperos da esquerda, preferindo atribuir à direita, como de hábito, a responsabilidade pelo retardo da abertura.

É praticamente o que diz o autor comunista Hercules Correa quando afirma, em livro editado em 1980:

> "O processo, desde este momento até aquele (as eleições de 1982), tende a ser marcado pelo dilaceramento do atual Governo entre sua promessa de democratizar o País e as pressões dos grupos direitistas mais radicais."

Tais pressões realmente se faziam sentir, através da *linha dura,* a qual, entretanto, carecia da mesma organicidade e das múltiplas facetas da ação da esquerda, já suficientemente expostas, para que pudesse exercer maior influência sobre o prolongamento dos governos revolucionários.

REALIZAÇÕES DOS GOVERNOS REVOLUCIONÁRIOS

Na condenação cabal à Revolução de 1964, seus adversários e inimigos, além do episódio de sua eclosão, englobam o desempenho dos governos revolucionários – os *"vinte anos de ditadura"* –, com acentuada tendência para renegar qualquer eventual benefício de seu desempenho. Seus atos são condenados *in limine,* por sua própria origem, como sendo *entulho autoritário,* independentemente de seus méritos.

Daí a necessidade de registrar as suas muitas realizações positivas, cujo conjunto supera amplamente o conjunto de erros e deficiências, inarredáveis da própria condição humana.

Para aliviar o leitor de uma excessiva sobrecarga de dados, vamos nos ater às realizações encaradas no seu aspecto global, deixando para o Anexo a enumeração de algumas realizações mais relevantes em cada um dos campos da atividade de governo.

Já pudemos constatar a situação calamitosa que o primeiro governo revolucinário encontrou ao assumir o governo, a qual mereceu do presidente Castelo Branco a classificação de *"massa falida".*

Confirmando este quadro, diz João Batista Peixoto em seu livro *Conquistas de uma década:*

> "A estagnação econômica, a espiral inflacionária, a insegurança política e a intranqüilidade social, alimentada por greves e agitações de toda espécie, eram as características da situação do Brasil, no começo da década de 60.
>
> No ano de 1963, o crescimento do produto nacional foi apenas de 1,5% e a nossa renda per capita, extremamente baixa, situava-se em torno de 360 dólares.
>
> No 1º trimestre de 1964, a inflação atingiu os elevados índices de 91,4%.
>
> A produção agrícola, que chegara a acusar um crescimento de 7,4% em 1961, caiu para 1,6% em 1964.
>
> A rede ferroviária federal chegou a um estado de verdadeira calamidade.

Os navios apodreciam nos portos, tornando ainda mais ocioso o pessoal excessivo e pago sem justos critérios e produtividade.

As companhias estrangeiras de navegação cancelavam suas escalas nos portos brasileiros, onde sofriam grandes prejuízos diante das greves.

A corrupção e a subversão infestavam o ambiente em todos os recantos do País.

Este era o quadro brasileiro quando ocorreu a Revolução de 31 de março de 1964, que as Forças Armadas e outras instituições nacionais fizeram para restabelecer a ordem e a tranqüilidade na vida do País."

Para fazer face a tal situação, a Revolução teve de adotar uma estratégia que, segundo o mesmo autor, foi dirigida para três objetivos:

"1º – Recuperar o atraso para acompanhar o presente e preparar o futuro da Nação (política de reestruturação e desenvolvimento econômico);

2º – Reduzir os contrastes regionais e setoriais que vinham prejudicando o crescimento do País (política de integração nacional);

3º – Valorizar o potencial humano, objetivando sobretudo reduzir a disparidade entre o crescimento numérico e o incremento qualitativo da população, e assim harmonizar o desenvolvimento econômico com o progresso social (política psicossocial)."

A busca do primeiro objetivo foi iniciada no primeiro governo revolucionário.

Neste sentido, já fizemos referências à reiterada preocupação do presidente Castelo Branco com as reformas. Por sua importância, atualidade e caráter explosivo, vamos nos deter um pouco mais em uma dessas reformas, que é bem representativa daquela preocupação. Referimo-nos à reforma agrária.

Assim, com pouco mais de seis meses de exercício do governo, baixou a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra.

Poder-se-ia dizer que o assunto permaneceu no campo das intenções, não sendo objeto da vontade política dos demais governos revolucionários. Entretanto, boas razões houve para isto, entre as quais podemos alinhar:

– as dificuldades intrínsecas ao problema, mesmo em situação de normalidade;

– o interesse da subversão/oposição em explorar este foco de tensão, de grandes potencialidades revolucionárias, como acontece ainda hoje, por ação da esquerda radical;

– a necessidade de respaldar a solução do problema em uma boa situação econômico-financeira, cuja busca era objetivo do esforço maior dos governos revolucionários.

É interessante notar que, pelo texto da lei antes referida, o conceito de reforma agrária não se restringe à distribuição mais ou menos aleatória da terra entre os dela despossuídos, como é comum encará-la.

A concepção da citada lei é caracterizada pela racionalidade, despindo-se dos aspectos passionais que a esquerda facilmente usa em benefício de seus objetivos revolucionários.

Além de uma melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios da justiça social e ao aumento da produtividade, buscava ainda aliar este *desideratum* à promoção de uma reforma agrícola.

E como parte desta última, incluía uma série de providências que davam à solução visada um caráter racional, entre elas a orientação das atividades agropecuárias e sua harmonização com o processo de industrialização do país.

Estabelecia, ainda, a função social da propriedade da terra, definindo os parâmetros em que tal função devia se basear.

Atribuía ao Poder Público a obrigação de "promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil", além de estimular planos para a racional utilização da terra.

Assegurava as devidas preocupações com a ecologia e com os direitos das populações indígenas.

É importante ressaltar que, ao contrário do que hoje acontece, a seleção dos candidatos à posse da terra, tanto por parte de proprietários cujas áreas eram inferiores ao módulo mínimo, como por parte dos despossuídos, obedecia a uma série de condições e de prioridades, no interesse da justiça social e do aumento da produtividade.

As circunstâncias já mencionadas impediram, a nosso ver, que tal lei fosse regulamentada, inviabilizando assim sua sistemática e racional execução.

Encerrando o longo parêntesis que abrimos, retomemos o fio de nossas considerações.

Embasado no sólido e indispensável trabalho de consolidação da Revolução herdado de seu antecessor, pôde o segundo governo revolucionário dedicar maior atenção às tarefas urgentes do desenvolvimento,

entrando numa fase de transição da característica contra-revolucionária do Movimento de 31 de Março, para sua característica propriamente de revolução, no sentido sociológico do termo.

Conservando a preocupação da abertura política, que fora uma constante do governo anterior, coroada pela Constituição de 1967, e dando continuidade às linhas-mestras de sua política econômico-financeira, procurou transferir a ênfase governamental para as tarefas caracteristicamente construtivas de governo, exercidas através das diversas pastas mais diretamente ligadas ao desenvolvimento.

No decurso deste e dos demais governos revolucionários sucederam-se outros fatos desfavoráveis, bem como problemas de difícil solução, alguns dos quais perduram até hoje. Entre os primeiros, podemos referir o mesmo autor antes citado que, numa visão panorâmica do Brasil nos anos de 1974, disse:

> "O Brasil, não obstante estar situado num continente extremamente instável e sujeito também aos impactos da conjuntura internacional, é entretanto uma das poucas nações que atualmente podem oferecer maiores perspectivas de paz, de trabalho, de prosperidade e de bem-estar à humanidade.
>
> Este clima de ordem política e social foi assegurado pela Revolução de 1964. A segurança é uma das condições essenciais do desenvolvimento, pois nenhuma nação pode desenvolver-se se não houver um clima de paz e de ordem que assegure a estabilidade social e política.
>
> Graças a este clima, foi possível efetuar a reorganização do sistema financeiro nacional, que por sua vez permitiu o crescimento da produção de bens duráveis e bens de consumo, ensejando o desenvolvimento econômico que há cinco anos vem ocorrendo à taxa média de 10% ao ano, simultaneamente com a progressiva contenção do processo inflacionário, indispensável ao equilíbrio monetário e aos investimentos de recursos da própria poupança interna e de todas as partes do mundo."

Um documento oficial, redigido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e utilizado numa exposição do então Ministro Reis Velloso, é mais minucioso na descrição do desenvolvimento econômico gradativo, abrangendo os primeiros quatro anos dos governos revolucionários. Por sua origem e precisão dos dados, vale a pena ser aqui reproduzido, em sua síntese:

> "Os grandes avanços alcançados pelo Brasil no período 1963-1977 graças ao esforço de desenvolvimento dos 4 governos da Revolução e à capacidade de trabalho e criatividade de

seu povo – podem medir-se pelos seguintes indicadores econômico-sociais gerais:

I – O produto interno bruto – PIB – elevou-se, no período 1963-1977, de US$ 54,6 bilhões para US$ 164,4 bilhões, revelando crescimento médio anual de 8,2% no período. A população cresceu 48% (de 76,4 para 113,2 milhões, respectivamente em 1963 e 1977) e o PIB per capita, 103% (5,2% ao ano), atingindo US$ 1.452 em 1977 (US$ 715 em 1963). Pela dimensão de seu PIB, o Brasil é hoje a 8º economia do Mundo Ocidental, a 10º, se consideradas a União Soviética e a China;

II – a formação bruta de capital fixo cresceu de US$ 10,3 bilhões em 1963 para US$ 36,5 bilhões em 1977 (aumento de 254%); o consumo pessoal, de US$ 36,6 bilhões para US$ 98,9 bilhões (aumento de 170%); as exportações de mercadorias elevaram-se de US$ 1,4 bilhão para US$ 12,1 bilhões (a preços correntes), apresentando aumento de 764% e grande diversificação (com os produtos manufaturados elevando-se de US$ 165milhões para US$ 3,5 bilhões (a preços correntes);

III – entre 1963 e 1977, o produto da indústria cresceu 221%; o da agropecuária, 93%, o dos serviços, 189%;

IV – a população urbana do País elevou-se de 36,5 para 69,5 milhões, no período (crescimento de 90%), e a das regiões metropolitanas, de 16,4 para 31,3 milhões (91%); a população economicamente ativa total cresceu a 3,6% (aumento de 15,8 milhões) ao ano e a não-agrícola, a 5,7% (aumento de 13,9 milhões).

Esses indicadores quantitativos dão a medida das profundas transformações econômicas, sociais e políticas que ocorreram no País, nesses 14 anos de Revolução, consubstanciando experiência talvez sem precedentes, em países em desenvolvimento. Esforço que se deve, em grande medida, à consistência e continuidade conferidas pelos governos da Revolução, na condução da estratégia de desenvolvimento.

Com efeito, a partir de 1964, pode-se distinguir três fases, claramente diferenciadas, na evolução do desenvolvimento brasileiro:

I – o período 1964-1967, caracterizado pela ênfase na reorganização econômico-financeira e institucional;

II – o período 1968-1973, marcado pelo crescimento acelerado e pelo esforço de integração nacional;

III – o período 1974-1977, fase de transição que deverá prolongar-se até o final da década, correspondente ao esforço de readaptação da economia à crise mundial de energia e ao novo estágio do seu desenvolvimento industrial.

É interessante observar, inicialmente, que foi somente a partir de 1964 que se consolidou, no País, a prática do planejamento.

O período 1964-1967, com o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), foi marcado pelo esforço de reorganização econômica e financeira e de modernização institucional que permitiu ao País o desenvolvimento acelerado alcançado no período subseqüente. Logrou-se, nesta fase, uma elevação do crescimento do PIB dos 1,5% de 1963 para a média anual de 2,8% em 1964-1965 e de 5% em 1966-1967 (0,25 e 7,3% para a indústria, respectivamente), obteve-se redução da inflação dos 92% alcançados em 1964 para os 24% em 1967, diminuição, no déficit do Tesouro, dos 34% da receita em 1964 para os 14% em 1966-1967. Alcançou-se superávit na conta corrente do balanço de pagamentos (média anual de US$ 81,2 milhões, para déficit médio de US$ 300,7 milhões, em 1960-1963). No campo da política salarial, no entanto, há que reconhecer-se que os objetivos antiinflacionários prevaleceram sobre os de manutenção do poder de compra do salário mínimo, que se reduziu, entre 1963 e 1967, em cerca de 19% (5,3% ao ano). Uma série de medidas modernizadoras no âmbito institucional, bem como de inovações na condução da política econômico-financeira (como a instituição, em 1965, do mecanismo de correção monetária) foi posta em prática. No que respeita às desigualdades regionais, o Nordeste (cerca de 30% da população do País e menos de 10% da renda interna) apresentou, entre 1963 e 1967, crescimento médio anual estimado em 6,5% (contra 3,9% para o PIB nacional).

O período 1968-1973 é marcado, de uma parte, por um grande esforço de planejamento – que se consolida com o Programa Estratégico de Desenvolvimento – PED e o I Plano Nacional de Desenvolvimento – PND (1972-1974), e, de outra, pelos altos níveis de crescimento atingidos pela economia.

O Programa Estratégico de Desenvolvimento – PED (1968-1970) enfatiza a necessidade de reduzir o hiato entre o PIB potencial e o real, preocupando-se em utilizar a capacidade instalada ociosa, particularmente na indústria, decorrente de insuficiência na demanda de formação de capital realizado entre 1964 e 1967 (essa defasagem facilitaria grandemente a aceleração de crescimento ocorrida a partir de 1968). O documento *Metas e Bases para a Ação do Governo* (1970-1972), que corresponde à primeira fase do III Governo da Revolução, voltado para a intensa ação executiva, é visto como de transição para o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972/1974). É o I PND, na verdade, que dá partida, no País, à concepção atual do planejamento, constituindo-se documento sintético de política e estratégia de desenvolvimento, submetido à apreciação do Congresso Nacional, aprovado por programas setoriais e regionais, orçamentos plurianuais e mecanismos de acompanhamento, de caráter permanente.

O período 1968-1973 caracteriza-se como a fase mais dinâmica do desenvolvimento brasileiro nas últimas décadas:

I – em apenas seis anos, o PIB cresceu 92%, e a renda per capita, 62%; a inflação, medida pelo índice geral de preços (disponibilidade interna), diminui dos 25% de 1968 para os 15% de 1973; o salário mínimo, que se reduziu em termos reais até 1970, recupera-se, a partir daí, para superar, em 1973, os níveis de 1967; os salários médios nominais da indústria de transformação cresceram, entre 1968 e 1973, a 25% ao ano (taxa acumulativa), para uma expansão do custo de vida de 18,7% no mesmo período; na política cambial, passa-se a adotar a tática das minidesvalorizações que vêm, até hoje, sendo usadas com êxito; entre 1967 e 1973, o cruzeiro foi desvalorizado, em relação ao dólar norte-americano, 38 vezes (taxa média acumulativa anual de 14,9% para inflação interna de 19,5%); o volume do comércio com o exterior (importações + exportações) evolui de US$ 3,0 bilhões de 1967 para US$ 12,4 bilhões em 1973; a balança comercial manteve-se, no período, praticamente equilibrada e a entrada líquida de capitais de risco (investimentos diretos) cresceu no nível médio anual de US$ 62 milhões em 1964-1967 para US$ 299,3 milhões em 1968-1973;

II – setorialmente, os objetivos do I PND (referidos ao período 1970-1974) foram, em grande parte, superados, sobretudo no que respeita às atividades produtivas (indústria, particularmente), à infra-estrutura e, em boa medida, aos setores sociais (educação, saúde e saneamento, principalmente).

Esse desempenho da economia e da sociedade brasileira, no período, foi possível graças a um conjunto de fatores, de ordem interna e externa, extremamente favorável (relativa capacidade ociosa na indústria, no início do período, comércio internacional em expansão). Deveu-se, também, à adequada condução da política econômico-financeira e à capacidade de executar, nos prazos previstos, os grandes investimentos públicos, particularmente em infra-estrutura econômica (transportes, energia).

A crise do petróleo e os seus conhecidos reflexos sobre a situação econômica internacional encontraram, portanto, o País em período de crescimento acelerado e de desenvolvimento que já se prolongava por seis anos e no momento em que se preparava, com o IV Governo da Revolução a instalar-se em 1974, para definir sua política e estratégia de desenvolvimento para o próximo qüinqüênio (1975-1979).

Apresentada, nos seus delineamentos gerais, no II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND (1975-1979), a opção de política e de estratégia de desenvolvimento adotada, a partir de 1974, orienta-se pela preocupação em adaptar a estrutura produtiva e de preços à nova situação criada pela crise de

energia e ao novo estágio alcançado pelo desenvolvimento industrial do País. Esses ajustamentos determinaram medidas, de efeitos a curto e médio prazos, visando à redução do crescimento do consumo de petróleo e outros bens importados, a programas de substituição de importações em insumos industriais básicos e bens de capital, e ao estímulo às exportações.

Prevalece, subjacente à opção adotada, a convicção de que o País tem condições favoráveis de enfrentar, sem comprometer o seu projeto de desenvolvimento, a evolução da conjuntura internacional. A estratégia seguida rejeitou, portanto, de início, o tratamento de choque, que equivaleria a conduzir o País, em sintonia com o quadro internacional, a uma recessão de efeitos relativamente longos. A opção gradualista mantida ao longo desses quatro anos (1974-1977) procurou, portanto, ao máximo, preservar os objetivos de crescimento, de expansão continuada do emprego e de estabilidade social, ao tempo em que se partia para executar as medidas de reestruturação econômica indispensáveis.

Os resultados obtidos entre 1973 e 1977 foram, dadas as restrições indicadas, mais do que satisfatórios. Manteve-se o dinamismo da economia, que cresceu 33% no período (19%, em termos per capita).

Obtiveram-se, em 1977, pequeno superávit na balança comercial e redução do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos para US$ 3,8 bilhões. Foi possível manter e expandir o esforço no campo do desenvolvimento social, regional e urbano. Partiu-se para reorientar os investimentos na indústria de transformação (para com setores substitutivos de importações em insumos básicos e bens de capital). Executaram-se, em três anos, mais de 60% do programa de investimentos do II PND (previsto para 5 anos), com ênfase para a execução de seu orçamento social e para os programas de desenvolvimento regional."

Entretanto, como já assinalamos, os governos revolucionários enfrentaram uma série de dificuldades e problemas, entre os quais João Baptista Peixoto assinala a grande desproporção entre o progresso material e o progresso espiritual da humanidade, muito sensível também no Brasil.

Outra dificuldade enfrentada foi a situação crônica de subdesenvolvimento da região Nordeste, problema herdado dos governos anteriores e transmitido, mais atenuado, aos posteriores.

A eles aludia o presidente Médici numa visita realizada na região em 1970, quando afirmou:

> "Vi o sofrimento de homens moços, com mais de dez filhos, nunca menos de cinco, deixados lá longe, onde não cheguei a ir. Vi crianças desassistidas ao longo do caminho."

E, aludindo ao grande progresso material verificado em seu governo e comparando-o com o progresso social, inexistente em certas áreas, corroborava a desproporção antes assinalada ao sintetizar:

"O Brasil vai bem, mas o povo vai mal."

O problema continuou nos dois últimos governos, pois neles o esforço pelo desenvolvimento econômico foi de grande dimensão, sobrando poucos recursos para o desenvolvimento social.

Outro problema maiúsculo, deflagrado pela crise do petróleo no início do governo Geisel e que se prolonga de forma preocupante até hoje, é o da dívida externa.

Sobre o assunto, assim se manifesta o mesmo documento do IPEA que vem de ser citado:

> "Vale ressaltar que a brusca e espetacular elevação de preços do petróleo e outras matérias-primas que o País importava provocou, em 1974, grave desequilíbrio no balanço de pagamentos: a balança comercial, equilibrada na média anual do período 1958-1973, apresentou, naquele ano, déficit de US$ 4,7 bilhões, com as importações mais do que duplicando, em um ano (para expansão das exportações de 28%). Esse fato, aliado à elevação do déficit dos serviços de 41%, determinou déficit no balanço de pagamentos em conta corrente de US$ 0,9 bilhão e perda de reservas globais de igual montante. A taxa de inflação, por outro lado, em boa parte por fatores de origem externa, se eleva dos 15,7% de 1973 para 34,5% em 1974. A superação desses dois problemas – o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos e a retomada do processo inflacionário – orientou fundamentalmente a estratégia de desenvolvimento adotada."

Inspirados nos dois autores que já citamos, Glucon de Paiva e João Baptista Peixoto, lancemo-nos à tentativa de sintetizar esse problema.

O Governo Geisel, que recebeu o país de seu antecessor em excelente situação econômico-financeira, tinha a oportunidade de liquidar a dívida externa, bem como de extinguir a correção monetária, aproveitando-se da baixa taxa inflacionária.

Ao invés disto e na impossibilidade de prever a ocorrência das duas sucessivas crises provocadas pela alta desproporcional do preço do petróleo e a elevação da taxa de juros, preferiu explorar o bom êxito obtido no governo Médici no campo econômico, com a realização de um gigantesco plano de natureza infra-estrutural, que permitisse ao Brasil emergir definitivamente da situação de país subdesenvolvido. Lançou-se à construção de duas gigantescas usinas hidroelétricas – Itaipu e Tucuruí –, uma imensa usina siderúrgica – Açominas – e num esforço final para a conclusão da Ferrovia do Aço. A essas obras, acrescente-se, entre outras, a instalação de dois pólos petroquímicos, metalurgia de alumínio, de cobre, de zinco e de níquel. Também aí se inclui um parque de usinas átomo-elétricas, das quais a de Angra I chegou a ser concluída.

A já ressaltada carência de recursos internos obrigou o governo a recorrer à poupança externa, cujo vulto atingiu a 60 bilhõess de dólares, com os riscos associados a tal decisão. Estes riscos vieram a se materializar com a ocorrência das crises já aludidas, que oneraram substancialmente a dívida externa.

Para atingir as metas programadas, que eram ambiciosas, o Brasil teve de importar equipamentos pesados, com reflexos negativos sobre a balança comercial.

Os empréstimos externos foram utilizados no incremento de hidroelétricas, rodovias, portos, telecomunicações, saneamento e habitações.

Os imprevistos ocorridos não permitiram a conclusão de muitas dessas obras, nem no governo Geisel, nem no governo Figueiredo, acarretando um aumento desmesurado da dívida externa, a qual, no fim do período revolucionário, atingiu a cifra dos 90 bilhões de dólares, enquanto que no fim do governo Médici ela se reduzia a 6 bilhões, antes de pesarem sobre ela os ônus descritos.

Por outro lado, como ponto positivo, o equipamento do país aumentou quatro vezes, o qual ainda veio a crescer posteriormente com a conclusão de grandes obras, que até 1984 ainda não estavam concluídas.

Assim se explica por que a maior ênfase no endividamento externo do país, em toda a sua história, situa-se no período que vai de dezembro de 1973 a dezembro de 1978.

Essa pesada herança transmitida aos governos posteriores, que perdura até hoje, não é suficiente, entretanto, para desmerecer, em termos de desenvolvimento econômico, o enorme progresso que o Brasil obteve no período revolucionário.

A evolução do endividamento externo nos diversos anos desse período consta no Anexo nº 1.

O saldo positivo da obra revolucionária mereceu louvores e exaltação de diversas personalidades e entidades, nem todas incondicionalmente ligadas a ela, como se verá em algumas citações que passaremos a fazer. Recebeu, também, o reconhecimento de alguns elementos afinados com a situação deposta, menos radicais e mais propensos à apreciação racional do desenvolvimento naquela conjuntura, que o resumo que acaba de ser apresentado, complementado pelas informações constantes do Anexo nº 1, permite constatar.

Comecemos pela apreciação do Dep. Delfim Netto, referindo-se mais especificamente ao governo Médici. Consta ele de um artigo publicado em *Zero Hora,* de Porto Alegre, em 17 de maio de 1992:

> "A par dos problemas dramáticos que enfrentou nos cinco anos seguintes, Médici manteve uma linha de austeridade e definiu claramente as prioridades no campo econômico: foi o período de maior crescimento da economia e de bem-estar material que o povo brasileiro jamais viveu, em toda a sua história. Cresceram a indústria, o comércio, a agricultura, as exportações; o salário real cresceu e só não trabalhou quem não quis trabalhar. E a inflação caiu para 15% ao ano.
>
> Ao término do mandato, a popularidade do presidente estava em alta. A esquerda dizia que era por causa da censura ou porque o Brasil ganhara o tricampeonato mundial de futebol. Pura bobagem. Já ex-presidente, Médici andava sozinho pelas ruas; meses após ter deixado o poder, compareceu ao estádio do Maracanã, em dia de lotação completa (Vasco x Flamengo), e foi ovacionado numa explosão espontânea tão logo uma emissora de rádio anunciou a sua presença.
>
> Ao contrário do que pensam as esquerdas, o povo não é bobo."

Poder-se-ia dizer que se trata de testemunho suspeito, pois seu autor foi parte dos governos revolucionários. Entretanto, é ele confirmado pelo de outras fontes, sobre as quais não pesa a mesma suspeição. Em artigo publicado no mesmo jornal, em 7 de agosto de 1991, o empresário gaúcho Paulo Vellinho endossa tais observações:

> "Nos seus 20 anos, coisas muito boas aconteceram e coisas ruins também, mas em termos de bem-estar da sociedade, os dados da Abinee nos mostram – e o comportamento do PIB também – que de 67 a 81 houve um grande crescimento de nossa economia e o homem brasileiro valia muito mais do que vale hoje como cidadão e como trabalhador.

Os dados de aumento de consumo, bens duráveis, automóveis e aquisição de moradias são muito mais vigorosos como afirmação de um fato do que discursos vazios, demagógicos e mentirosos.

E, o que é mais grave, quando se analisa esses 20 anos, os mesmos senhores que silenciavam e aplaudiam, tanto no mundo político como econômico, renegam hoje aquilo que diziam ao longo do período em que os militares comandavam a Nação. Quero lembrar que em 1973 o temível presidente Médici foi aplaudido de pé no Maracanã por mais de 100 mil pessoas. Ninguém comandou o espetáculo."

A dignidade, não apenas do Presidente Médici, mas de todos os governos do ciclo revolucionário, é ressaltada pelo jornalista Roberto Marinho, presidente das organizações *Globo,* em declaração publicada em *Zero Hora* de 1° de dezembro de 1992, na qual explica por que apoiou tais governos:

"Apoiei os governos de 1964 a 1985 porque tinham uma linha de grande dignidade e de grande patriotismo."

Diversas outras manifestações semelhantes, ou de mero reconhecimento de uma realidade palpável, constam de outros títulos deste trabalho, entre as quais podemos ressaltar a do economista Celso Furtado, intimamente ligado ao governo deposto, já objeto de citação anterior.

O conjunto das realizações dos governos revolucionários, mesmo quando balanceadas com os seus erros e deficiências, permite construir uma imagem altamente positiva do Brasil, durante e no término de tais governos, da qual passaremos a citar alguns exemplos.

Ainda em 1976, dizia Jean Vejan, no Diário de Notícias de Porto Alegre, de 2 de junho daquele ano:

"Para aqueles que ainda não sabem, que saibam: os 12 anos de Brasil Revolucionário transformaram o nosso País em uma nova potência de perspectivas incalculáveis. Admirado pelo Ocidente, invejado pelo Terceiro Mundo e respeitado pelo Mundo Vermelho: Eis o Brasil de hoje! Ele não é mais um motivo de crítica e sim um exemplo para outros países que ainda procuram uma saída do caos e confusão."

No mesmo ano dizia Joaquim J. F. Lagreca, em publicação de 4 de junho:

> "Nos anos da administração Garrastazu Médici – de 1969 a 1974 – o Brasil consolidou seu ingresso no estágio de nação em desenvolvimento, havendo, conseqüentemente, superado a condição de país subdesenvolvido, como era até 31 de março de 1964."

Glycon de Paiva apresenta outros dados bastante expressivos, cujo resumo cabe ser aqui referido:

– o governo Médici, pelo grande desenvolvimento atingido, ainda antes da crise do petróleo, deu origem ao chamado "milagre brasileiro", termo cunhado pela imprensa estrangeira e não pela euforia dos governos revolucionários. As taxas de crescimento do produto atingiram, em seqüência, valores altos, ultrapassando 10% ao ano;

– em 1984, o País tornou-se a oitava ou nona potência industrial do mundo, à frente da China, Espanha e Áustria, sendo o maior país industrial entre os subdesenvolvidos, em número de 125;

– em 1964, o País contava com 75 milhões de habitantes, que desfrutavam renda per capita em torno de 400 dólares com um PIB de 30 milhões de dólares. Em 1984 tais dados passaram respectivamente para 125 milhões de dólares, ou 2.000 dólares "per capita", importância que veio a se reduzir nos anos de crise para 1.800 dólares.

Portanto, no período revolucionário o brasileiro, em média, enriqueceu de 400 para 1800 dólares, mais de quatro vezes, enquanto que a população cresceu 60%.

Os números expostos, completados com os do Anexo, são irrefutáveis, mostrando o elevado grau de progresso material atingido pelo País no período citado, fazendo-o alcançar o invejável estágio de segundo país do mundo em desenvolvimento econômico, superado apenas pelo Japão.

Quanto à injustiça dos ataques indiscriminados que a Revolução de 64 sofre, a ela se refere um editorial de *Letras em Marcha,* de Novembro de 1988, com as seguintes palavras:

> "Essa Revolução teve seus heróis, que arriscaram suas vidas ou puseram sob polêmica seus conceitos profissionais pela liberdade que aí está e pelo desenvolvimento econômico que seus sucessores não estão sabendo manter. Hoje, são eles denegridos pela injustiça sectária; daí Renan: 'Feliz é o povo que herda uma Revolução; desgraçados aqueles que a fazem'."

Em termos de juízo sobre os reais méritos da Revolução, ainda mais valiosas são as apreciações que a imprensa e as autoridades estrangeiras expenderam sobre os resultados por ela alcançados.

Não podemos nos furtar à citação de algumas delas.

Ainda no 14º ano dos governos revolucionários, dizia o jornalista inglês Robert Moss em seu livro *O colapso da democracia:*

> "O Brasil, após 14 anos de regime militar, está no limiar de uma experiência que trará de volta, gradualmente, as instituições democráticas plenas. A experiência, uma vez tentada, vai enfrentar não só dificuldades como perigos. Não existem modelos prontos. O Brasil, uma das potências emergentes no plano internacional, terá que procurar sua própria solução através de um esforço coletivo de imaginação."

Este *esforço coletivo* terá agora que ser redobrado, pois já vimos que nem a *Nova República,* nem o *Brasil Novo,* conseguiram encontrar a solução almejada, muito pelo contrário.

Outra opinião que enaltece as realizações dos governos revolucionários é a de Gérard Chaliand, em *Mitos revolucionários do 3º Mundo,* onde afirma:

> "Alguns países progrediram, a grande maioria estagnou, na verdade regrediu. Na primeira categoria, enquadram-se principalmente o Brasil e o México, onde as grandes empresas industriais investiram por se tratar de países industrialmente mais avançados e politicamente mais seguros..."
>
> "Em caráter excepcional e sem romper os vínculos de dependência, graças a seus recursos abundantes ou reformas progressivas, alguns países conseguiram registrar, nos últimos anos, um crescimento acelerado, cujos frutos não reverteram em benefício da maioria de suas populações (Brasil, Irã, Costa do Marfim, etc.)."
>
> "É certo que alguns países se desenvolveram (Formosa, Coréia do Sul, Cingapura, mais recentemente o Irã e o Brasil) e, mesmo se se trata de um desenvolvimento desequilibrado e desigualmente repartido, um crescimento vigoroso e prolongado acaba por ser um desenvolvimento."
>
> "Alguns Estados, graças a seus recursos materiais e por vezes humanos, vão conseguir tornar-se, sem dúvida, potências regionais não desprezíveis nos próximos decênios: Irã, Nigéria, Brasil,..."
>
> "Alguns regimes conservadores desmoronaram, em número menor, no entanto, do que se poderia supor. Outros, como os do Xá do Irã e dos militares brasileiros, conseguiram, ao contrário da maioria das previsões, crescimentos econômicos espetaculares, e afirmaram-se como potências regionais."

Por sua vez, a revista *Business Week*, que circulou na segunda semana de março de 1978, traz um artigo muito interessante sobre o Brasil, sob o título *A nova atmosfera*. A revista, entre outras coisas, diz:

> "A dependência do Brasil a capitais estrangeiros caiu de 27% em 1974 para 11% em 1977; – o Brasil é hoje a 10ª maior economia do mundo; – em 25 anos a população de brasileiros ultrapassará os 200 milhões de habitantes."

É da *The Brazilian Gazette*, publicada em Londres e New York, a seguinte apreciação (número de abr/mai. 74):

> "– Brazil has become one of Britain's priority markets for exports, the only country in Latin America to be so designated, according to an article in te British government's Trade and Industry Magazine, it urges British companies to increase trade and investment with Brazil.
>
> In the article, R. M. Joh, director of trade for Britain is Rio de Janeiro, says Brazil in now emerging as one of the major trading nations of the world that British companies cannot afford to ignore."

Essa apreciação é acrescida pela seguinte do *Financial Times* de Londres, fazendo uma analogia com o prêmio Oscar do cinema:

> "The Financial Times, of London, awarded Brazil an Oscar for world economy, for its excepcional economic performance, extraordinary growth, anti-inflationary campaign and fantastic balance of trade."

Sob o título *"Como a BBC vê o Brasil"* o *Correio do Povo* de 8/2/76, referindo-se a um programa daquela emissora intitulado "O Mundo de Amanhã", afirma:

> "No dia seguinte, o crítico de TV do Daily Telegraph, Peter Knight, comentou em sua coluna: "O programa *O Mundo de Amanhã* mostrou ontem à noite que o Brasil é um país com muito mais para se orgulhar do que apenas café, castanhas e astros de futebol. Tem uma das mais rápidas taxas de crescimento do mundo, sua economia se desenvolve, suas novas indústrias prosperam e seu povo está eufórico com a mudança e o progresso. O aspecto mais notável desse progresso é a criatividade e a iniciativa do próprio povo. Parece que o impossível pode ser atingido de imediato, embora os milagres

> demorem um pouco mais. Não é de se admirar que Michael Rodd estivesse tomado de entusiasmo com essas descobertas. Em algumas ocasiões parecia sem fôlego, como um Colombo da atualidade que tivesse esbarrado em um novo El Dorado e mal pudesse esperar para nos dar as boas-novas."

A publicação intitulada *Notícias Gerais,* de 8 de dezembro de 1977, publicada pelo Serviço de Imprensa da Embaixada dos Estados Unidos, traz um discurso do Secretário-Adjunto do Tesouro daquele país, C. Fred Bergsten, pronunciado na Câmara Americana de Comércio, onde faz referência ao progresso obtido pelo Brasil após treze anos de governos revolucionários. Antes de criticar a fonte, por sua presumível parcialidade, examinemos o conteúdo das afirmações, comparando com outras expendidas e menos suscetíveis de igual crítica. Além disso, ver-se-á que, juntamente com os juízos favoráveis, vamos também encontrar nesse pronunciamento críticas severas a diversos aspectos da realidade brasileira, o que retira do discurso a característica de uma incondicional apologia.

Eis o trecho do discurso que nos interessa:

> "Essa transformação nas nossas relações resulta principalmente do crescente papel central que o Brasil passou a desempenhar em assuntos econômicos mundiais:
>
> – O Brasil é a décima maior economia mundial.
>
> – O Brasil é um dos poucos países que mantiveram uma notável taxa de crescimento durante a recessão mundial de 1974-75, contribuindo assim para manter à tona a economia mundial.
>
> – As suas reservas monetárias internacionais estão em décimo primeiro lugar no mundo.
>
> – Como importador, ocupa o décimo terceiro lugar no mundo, e o décimo quinto como exportador.
>
> – Como exportador de produtos alimentícios, o Brasil ocupa o segundo lugar.
>
> – O Brasil ocupa o sétimo lugar entre todos os países como receptor de investimentos diretos de empresas norte-americanas, tendo chegado ao terceiro lugar em anos recentes em termos de aumento anual desses investimentos.
>
> – É o maior tomador de empréstimos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, bem como um dos maiores tomadores de empréstimos dos mercados internacionais de capital.
>
> O Brasil está, sem dúvida, avançando para ocupar um lugar na vanguarda das potências econômicas mundiais. Deve, portanto, participar integralmente da administração do sistema

econômico internacional. A principal questão para os Estados Unidos e para o Brasil, bem como para as principais economias do mundo, é como colaborar para fazer com que a mudança na posição do Brasil se traduza numa participação brasileira mais efetiva nos assuntos econômicos mundiais.

De início, permitam-me afirmar inequivocamente que há lugar para o Brasil – e para outras nações que possam se habilitar nas principais economias industrializadas do mundo.

A capacidade do Brasil participar desta forma é produto do seu espetacular sucesso econômico, o qual tem contado com o firme apoio dos Estados Unidos. Estendemos agora o nosso apoio ao papel ainda mais importante que o Brasil está preparado para desempenhar com relação a toda uma gama de questões econômicas internacionais. Com o mesmo bom grado com que vimos a transição do Japão em fins dos anos 50 e no começo dos anos 60, vemos a transição do Brasil no final dos anos 70 e começo da década de 1980."

Segue-se o trecho da crítica antes mencionada, complementada por uma discreta atenuação.

"Ao apresentar esta visão norte-americana do novo papel do Brasil na economia mundial, reconheço plenamente que o Brasil continua, em muitos aspectos, um país em desenvolvimento. Sua renda per capita ainda é de apenas 1.350 dólares – bem acima da média da maioria dos países em desenvolvimento, mas ainda bem abaixo da renda per capita das nações industriais mais maduras. Algumas áreas do país, como o nordeste, que visitei ontem, continuam desesperadamente pobres. A inflação é bem mais alta do que nos países industriais mais maduros. A balança externa exige atenção cuidadosa. O progresso do Brasil foi severamente afetado pela multiplicação dos preços do petróleo e pela subseqüente recessão mundial.

Mesmo assim, o Brasil avançou bem além do conceito tradicional de 'país menos desenvolvido'. Grandes parcelas do seu moderno setor de manufaturas competem efetivamente nos mercados mundiais. Sua economia diversificou-se de maneira uniforme. O crescimento de suas exportações, tanto de bens manufaturados como de uma crescente pauta de produtos primários, é marcantemente notável. Sua base de recursos está se desenvolvendo rapidamente. Sua administração econômica é admirada em todo o mundo. Suas empresas multinacionais estão se desenvolvendo rapidamente. O Brasil é, no mínimo, um membro de pleno direito da 'classe média internacional', o que em muitos sentidos, o deixa mais afastado dos países mais pobres do quarto mundo do que das maduras potências industrializadas de hoje."

ERROS E DEFICIÊNCIAS DOS GOVERNOS REVOLUCIONÁRIOS

O tratamento deste item, delicado por natureza, terá de ser precedido de uma observação, que desvincule os juízos expendidos de qualquer pretensão de julgamento infalível, dentro do conhecido espírito do *magister dixit.*

Distinguir o certo do errado é, em regra, tarefa ingente, cuja infalibilidade foge à capacidade do comum dos mortais.

Não poderia, pois, ser nossa pretensão dar esse caráter àquilo que passaremos a classificar como erros dos governos revolucionários, já que tal classificação está eivada do caráter opinativo, indissociável dos julgamentos desse tipo.

Os diversos observadores dos fatos históricos estão colocados em pontos diferentes do espectro ideológico, o que lhes acarreta perspectivas diversas ao encarar cada um deles, trazendo como conseqüência o inevitável confronto de opiniões que, em casos extremos, pode conduzir a juízos totalmente contraditórios.

Feita esta introdução, passaremos a relacionar comportamentos dos governos revolucionários que, por ação ou omissão, sobretudo esta, podem ser considerados como erros, dentro da nossa perspectiva ou da de observadores muito próximos.

Erros genéricos

Gustavo Corção, um dos maiores entusiastas da Revolução de 64, aponta para tais erros em artigo publicado em *O Globo* de 10 de novembro de 1977:

> "Não digo que os quatro governos depois de 64 não cometeram erros e faltas graves. Cometeram-nas abundantemente, e de várias espécies, mas o mérito de nos haver curado do feitiço do democratismo filocomunista e pervertedor dos costumes permanece intato e glorioso; contra a onda de estupidez universal, as Forças Armadas brasileiras souberam cumprir o dever que todos os brasileiros normais delas esperavam."

Dentro desta mesma classificação, vamos incluir uma relação de erros, apontados pelo órgão de comunicação do *Movimento de Renovação Política,* denominado *A Bandeira,* de dezembro de 1990, a qual incluiu alguns dos erros classificados separadamente nos itens seguintes:

> "Entre os pecados capitais do movimento de 1964, poder-se-ia citar: a prioridade dada ao campo econômico em

detrimento do psicossocial, a despreocupação em preparar as futuras lideranças políticas, o crescimento desmedido do estatismo e das mordomias, o questionamento de determinadas obras e programas, o demasiado prolongamento dos governos revolucionários, a constituição de partidos descaracterizados e, finalmente, as interrogações deixadas no esclarecimento do caso *Rio centro.*"

Rubens Vaz da Costa aponta para o resultado de uma pesquisa publicada no *Jornal do Brasil* de 15 de abril de 1975, realizada entre 116 deputados da ARENA, os quais atribuíram o fracasso eleitoral de 1974 aos seguintes fatores:

– custo de vida – 37%.
– conjuntura econômica – 14,5%.
– política econômica e social – 14%.
– pouca valorização da ARENA – 13%.

Entre os 154 parlamentares da oposição (MDB) igualmente consultados, o resultado foi o seguinte:

– o crescimento do MDB, como resultado da *"oposição à estrutura política e jurídica vigente"* – 61%.
– oposição à ARENA – 9%.
– oposição ao governo Médici – 4%.
– oposição ao governo Geisel – 0,5%.
– outras causas – 25%.

De qualquer modo, a maioria manifestou evidente insatisfação com a situação então vigente.

Este fenômeno não é peculiar à situação que o Brasil vivia na época, pois mesmo na Inglaterra, logo após a maiúscula atuação contra a Alemanha nazista na II Grande Guerra, ocorreu a surpreendente derrota de Winston Churchill nas urnas.

Quanto ao *"crescimento desmedido do estatismo"*, uma crítica doutrinariamente válida, é preciso atentar para a diferença entre as conjunturas político-econômicas, a de hoje, quando o combate à estatização vem sendo perseguido de forma sistemática, e a daquela época, quando não havia a mesma vitalidade do setor privado.

Além disto, a natureza do regime, necessariamente autoritário, conduzia a uma centralização muito maior, em busca de uma integração do esforço desenvolvimentista.

Mário Pollo Giordani, de maneira original, inclui entre os erros da Revolução o fato de ela não ter considerado cumprida a sua missão no fim do governo Médici. Desconsidera, assim, as causas por nós apontadas para que isto não ocorresse, no capítulo em que tratamos dos motivos do retardo na volta à normalidade institucional.

Supervalorização dos valores econômicos em detrimento dos políticos e sociais, com todas as conseqüências daí decorrentes

O Professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho comenta com muita propriedade este assunto e aponta, com perspicácia, para uma séria conseqüência dessa falha, que teria sido a falência do esforço de institucionalização da Revolução:

> "A hora da revolução política parece ter soado, exatamente porque a renovação administrativa e econômica. . . imprimiram tal desenvolvimento ao País que a renovação das instituições políticas se faz imperiosa e urgente. Vários anos foram necessários para o saneamento da administração e da economia, prazo esse que retardou a obra de construção política. Entretanto, esse mesmo progresso hoje a reclama. O desenvolvimento, para ser continuado, tem de desdobrar-se nas três esferas: econômica, social e política. Assim, a consolidação da obra revolucionária impõe a renovação política, porque só esta a pode tornar duradoura."

Prossegue:

> "A construção política que ora se impõe reclama a elaboração de uma nova Constituição. A de 1967, embora retocada em 1969 pela Emenda Constitucional nº 1, não atende às exigências da institucionalização revolucionária. De fato, ela não traz um modelo capaz de realizar a democracia no Brasil, nem apto a assegurar a continuidade da obra da Revolução de março... Tanto assim é que a sobrevivência da Revolução tem sido garantida, segundo muitos pretendem, pelo Ato Institucional nº 5 que, na verdade, a suspende. Suspende-a porque habilita o Presidente da República a fazer tudo o que for julgado necessário à preservação da obra revolucionária. É óbvio, porém, que a Revolução não pode permanecer sem uma institucionalização que lhe dê forma definitiva e estável. Ainda mais que é ela de caráter democrático e assim não compactua, por tempo indeterminado, com o poder ilimitado."

Outra das conseqüências dessa falha é muito acertadamente considerada pelo Prof. Paulo Zingg, um grande e eficiente lutador em prol dos ideais revolucionários, como presidente que foi do *Movimento de Renovação Política*. Refere-se ele à volta ativa à cena política e ao círculo do poder de elementos intimamente ligados ao governo deposto, acarretando, assim, a descontinuidade da obra revolucionária:

"Perguntamos: 'Por que fracassou o Movimento de 1964?'. Ele não fracassou, no plano econômico. Pelo contrário, como já o dissemos antes, ele fez do Brasil a oitava potência mundial, do ponto de vista econômico. O país cresceu, nesse sentido, mil vezes. Ele fracassou, entretanto, politicamente, porque foi executado por elementos negativos, preocupados exclusivamente em se oporem uns aos outros e porque, motivado apenas pela supervalorização dos fatores econômicos, ele se esqueceu dos valores políticos. E acabou caçando com os cachorros alheios.

Nós temos hoje, em conseqüência desse fracasso político da Revolução de 1964, o governo de Jango colocado, praticamente, no poder do país. Os governadores mais importantes foram seus ministros. Um deles, é seu próprio cunhado. Tendo retomado o poder, esses elementos querem acima de tudo a desforra. Para obtê-la, eles se tornam, novamente, tal como ocorria anteriormente a 1964, prisioneiros dos comunistas. Eles tendem a repetir-se, e marcham para os mesmos fracassos, mas darão muito trabalho e criarão desafios que os militares não poderão enfrentar, tal como o fizeram em 1964, porque eles, também, estão submetidos a um desgaste indiscutível. Trata-se de desgaste perante a opinião pública e de desgaste interno. Muitas vezes, eles são responsabilizados, não pelo que fizeram, mas pelo que deixaram de fazer, o que é extremamente grave, significando que não correspondem ao que se esperava deles."

O prof. João de Scantimburgo atribui essa falha à incapacidade dos governos revolucionários de criar e de efetivar uma doutrina política, capaz de superar a descontinuidade antes assinalada. A afirmação foi feita em 1975, mas o erro apontado, também detectado por diversos outros estudiosos, perdurou até o fim do ciclo revolucionário:

"É verdade que não foi elaborada uma doutrina da revolução de 31 de março. Tivemos uma doutrina econômica, o neocapitalismo, em que predominou e ainda predomina a economia mista de mercado, orientação graças à qual atingimos 11% de Produto Interno Bruto, mas não temos uma doutrina política, que ainda falta."

Rubens Vaz da Costa, em artigo publicado na revista *Convivium*, ao apresentar as razões da derrota eleitoral de 1974, apesar do *"milagre"* operado, aponta para a má distribuição da renda e conseqüente aumento de sua concentração, mal que nem aqueles, nem os governos que vêm se sucedendo, conseguiram demover. Reconhece, entretanto,

que em 1974 a grande maioria dos brasileiros desfrutava de melhor nível de vida do que em qualquer época do passado.

Confusão entre *"democracia"* e *"democratismo"*

Este é um tema muito ligado ao que vem de ser tratado pelo Prof. Scantimburgo, por incidir na mesma carência de definição política. Quisemos colocá-lo em destaque por considerarmos uma visão muito lúcida e original de Gustavo Corção, inspirado em um discurso do Presidente Geisel. A matéria foi publicada em *O Globo* de 10 de novembro de 1977. Transcrevemos o trecho interessante para conservar todo o seu sabor.

> "Na verdade, porém, apesar da nitidez da resolução tomada, o movimento de 1964 não se livrou inteiramente de uma tara congênita cuja causa está no fato que constitui minha principal contribuição à análise feita pelo Presidente Geisel.
>
> Na verdade, o termo *democracia*, desde a Revolução Francesa, a Independência Americana e principalmente desde a Guerra Mundial, já não designa um regime político, uma forma de governo de valor discutível, e sim uma filosofia de vida, um critério de civilização e até uma religião do homem. Esse democratismo estava no ar, e foi essa poluição espiritual que produziu o defeito congênito de nosso movimento de 64: um vago e recalcado sentimento de culpa de que não estiveram isentos os mais patrióticos dirigentes do regime de salvação pública. Sim, o sentimento de culpa de estar ferindo um santo mandamento da divina democracia. O Marechal Castelo Branco, cuja memória guardo com especial afeto e gratidão, começou seu governo por uma declaração de não-continuismo. E só aceitou o encargo com a condição de um prazo marcado. O Marechal Costa e Silva, antes mesmo de sua eleição e sua posse, já em seus discursos de candidato falava em redemocratização. Procurei-o um dia em seu escritório para suplicar-lhe que não insistisse nesse termo infeliz e impreciso porque não dizia claramente se desejava volta ao modelo da república de Rodrigues Alves, ou ao mais recente modelo de João Goulart. Ora, essa tara congênita do movimento de 64 permanece até hoje; mas apresso-me a declarar sem a menor hesitação que a maior responsabilidade dessa tara não pode ser atribuída aos chefes militares, e sim à *intelligenzia* que em quase todo o ocidente elevara o *ideal democrático*, já muito discutível como simples regime político, a critério e valor de civilização: seria talvez mais exato dizer: a critério e preceito de uma religião."

E aí está mais uma confirmação de que os governos revolucionários perseguiram desde o início a abertura política, como antes

afirmamos. Gustavo Corção apenas condena o sentido que davam a essa abertura, a qual, segundo ele, procurava compensar o fato de que a Revolução atentara um dia contra a *"sagrada democracia".*

Subtração ao conhecimento geral dos elementos comprobatórios da atividade subversiva que se desenvolvia no País

Esse erro resultou do fato de não ter sido dado o devido valor à comunicação social, que o governo vinha confundindo com *propaganda,* uma característica dos regimes totalitários.

Os desígnios subversivos encontravam plena correspondência nos fatos estarrecedores que se sucediam no governo deposto, fartamente documentados nos arquivos, mas que os governos revolucionários cometeram o imperdoável erro de subtrair ao conhecimento sistemático da opinião pública.

Um episódio por nós vivido marcou fundamente nosso espírito contra essa carência da Revolução. No ano de 1966 servíamos em Santa Maria, RS, e, estimulados pelo Gen. Canavarro Pereira, Comandante da Guarnição, coordenávamos um ciclo de palestras na universidade federal, dirigido às elites locais. Nelas, procurávamos justamente dar o conhecimento das atividades subversivas que continuavam a se desenvolver, tanto no Brasil, como alhures.

Foi quando recebemos dos órgãos informativos do Exército um boletim pleno de informações sobre tais atividades, uma das quais era a realização, com a presença de subversivos brasileiros, de um Congresso da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). Era um órgão através do qual Fidel Castro procurava congregar todos os comunistas da América Latina em torno de seus ideais revolucionários, ditando-lhes regras e procedimentos para o domínio comunista do continente.

Tratava-se, portanto, de uma excelente fonte de conhecimentos para o ciclo que dirigíamos. Infelizmente, fomos impedidos de fazer pleno uso de tão preciosas informações, devido a um carimbo que encimava o documento, onde constava: *Confidencial.*

O Gen. Sebastião Ramos de Castro, em uma de suas conferências, pronunciada em junho de 1987, confirma essa falha:

> "Cometeu-se o erro de não dar o verdadeiro valor à comunicação social. Os governos revolucionários sempre confundiram a ação do famigerado Departamento de Imprensa e Propaganda dos tempos de Getúlio Vargas com o que significa Comunição Social conduzida de forma objetiva e honesta. Por isso, deixou-se de fazer a defesa do ideário revolucionário,

predispondo a opinião pública e informando-a, com realismo, dos fatos importantes da vida nacional."

A respeito do assunto, é muito elucidativo um diálogo travado entre o Deputado Armando Falcão e o Presidente Castelo Branco. Quando o primeiro sugeriu a necessidade de uma *propaganda inteligente,* Castelo respondeu:

"Ah!, você quer então que todos dias o governo dê satisfação de seus atos!"

Ante a resistência do Presidente, Falcão ponderou:

"Então, Presidente, por que ao menos não se manda divulgar o resumo dos motivos das cassações?"

"Também não", respondeu Castelo. "Porque aí, sobretudo nos processos de corrupção, a punição ficaria sendo dupla: a punição pelo ato, em si mesmo, e a punição pela publicidade que se fizesse em torno dela, envolvendo e comprometendo até pontos de honra pessoal. Em verdade, estamos em desacordo. O que você propõe, no fundo, acabaria significando ressuscitar o DIP do doutor Lourival Fontes. E eu tinha horror ao DIP."

E Armando Falcão conclui:

"A Revolução se tornou impopular porque não soube se comunicar. Foi aí que residiu a grande falha do movimento de 64, que tanto reformou, tanto modernizou – sem explicar-se, porém. Daí, pelo desconhecimento do povo, pelo desconhecimento da maioria das pessoas alfabetizadas, o divórcio que se estabeleceu entre o 31 de março e a opinião pública."

Falta de acomodação dos setores derrotados às causas e objetivos da Revolução

Eis uma séria conseqüência da falha anterior.

O excesso de escrúpulos dos governos revolucionários proporcionou aos radicais de esquerda, não tolhidos pelas mesmas peias, amplo campo para o uso agressivo de informações distorcidas e meias-verdades, cujo efeito sobrepujou largamente as tímidas tentativas da Revolução de atrair a oposição política.

Assim sendo, houve solução de continuidade no processo revolucionário por falta dessa acomodação.

Neste sentido – apesar do significado político da abertura – o período que lhe correspondeu representou, em grande parte, um retrocesso, pela própria característica pendular das grandes mutações políticas, que conduzem ora a um extremo, ora a outro, sem a virtude do equilíbrio intermediário.

Omissão do conhecimento público dos motivos das punições revolucionárias

Matéria publicada no *Jornal do Brasil* de 13 de dezembro de 1977, traz à baila este assunto, quando afirma:

> "Diferentemente das punições determinadas pelos Atos Institucionais de nº 1 e 2, os motivos das cassações, apoiadas no AI-5, são de difícil identificação."
>
> "Para a maior parte dos punidos, entre os quais três líderes do MDB e diversos parlamentares notoriamente moderados, não foram fornecidas maiores justificativas. E mesmo os observadores políticos não encontraram argumentos para explicar todas elas."

Desse modo, permitiu-se que fossem criadas dúvidas sobre a justiça de tais punições ou mesmo sobre a existência de razões palpáveis que as respaldassem.

É evidente que houve razões para todas elas, algumas de natureza meramente política, como oposição violenta ao governo, insultos às Forças Armadas, participação no governo Goulart e outras motivações semelhantes. Mas houve também muitas que implicavam em corrupção ou uso indevido do cargo.

A omissão da informação acabou por igualar a todos, colocando dúvidas nos espíritos sobre a gravidade da culpa de cada um.

Entretanto, a maior conseqüência, dada a competência da esquerda em criar um estereótipo negativo da Revolução, foi permitir que muitos desses punidos, independente das causas, fossem transformados em vítimas inocentes do *arbítrio revolucionário* com todas as conseqüências negativas dessa falha, que já expusemos antes.

Construção de obras ciclópicas com dinheiro emprestado

Glycon de Paiva, apesar do amplo saldo positivo que reconheceu na obra dos governos revolucionários, aponta para o que considerou um erro apreciável em sua política:

> "Esse inigualável resultado viu-se depois prejudicado pelo sonho do 'Brasil grande depressa', fundado em construções

ciclópicas com dinheiro emprestado (Itaipu), Ferrovia do Aço, Tucuruí, Usinas atômicas, etc.), levantado por ocasião do brutal incremento do preço do petróleo."

Não fora esse incremento, que surpreendeu o governo, conforme já vimos, talvez a opinião de Glycon de Paiva pudesse ser diferente, concedendo novos méritos aos governos revolucionários por muitas dessas realizações, que se mostraram posteriormente necessárias e úteis.

Prosegue Glycon de Paiva na citada crítica:

> "Esses dois governos sucessivos (Geisel e Figueiredo) muito trabalharam, mas optaram pelo perigoso rumo do desenvolvimento de grande porte, ainda que sob regime inflacionário.
>
> Obras gigantescas foram empreendidas, ainda não terminadas, incapazes, portanto, de cooperar na receita nacional com aportes próprios para amortizar proporcionalmente pesadíssimos compromissos assumidos.
>
> Verticalmente subiu a inflação de 18% em 1974, para a assustadora cifra de até 220%.
>
> As imensas obras hoje (março de 1986) acham-se em final de execução. Absorveram quase cinqüenta bilhões de dólares, infelizmente negociados com taxas de juros flutuantes.
>
> Assim, o propósito construtivo amplamente demonstrado pelos dois últimos governos foi muito superior às nossas possibilidades financeiras, situação que piorou com o surgimento do clima de altas taxas de juros, variáveis com a conjuntura.
>
> Tudo nos encaminhou para a atual situação do Brasil de maior devedor, com escassas possibilidades de resgate de seus compromissos."

Conclusão – o fato

Na parte introdutória deste livro, apresentamos uma síntese da versão corrente sobre a Revolução de 1964, laboriosa e persistentemente construída por seus inimigos, com inegável eficiência, dada a sua competência em manejar a propaganda e a grande influência que exercem na *mídia*.

Essa versão nos últimos tempos foi perdendo seus aspectos mais substanciais, graças principalmente a dois acontecimentos para eles imprevisíveis:

– em âmbito internacional, a fragorosa queda do socialismo, provocada por Gorbachev, e o conseqüente desmantelamento da União

Soviética, que inspirava e dava forças aos mais capacitados daqueles inimigos, sobretudo através do governo cubano;

– em âmbito nacional, pelo lamentável insucesso dos dois governos que, na chamada fase de redemocratização, vieram a suceder os governos revolucionários, que assim puderam emergir como testemunhos de uma época em que o Brasil mantinha sua auto-estima e merecia o respeito da comunidade internacional.

A Revolução de 1964 adquiriu inegável dimensão histórica, já que visou a reconduzir o País a um ambiente político em que se procurava, nem sempre com bom êxito, cultivar a democracia, apanágio da civilização cristã e ocidental.

Esse clima político, refletindo influência internacional, começou a sofrer ameaças nos meados do século XX, como conseqüência da vitória da União Soviética na II Grande Guerra, em aliança ocasional com os países do ocidente.

Os frutos dessa vitória, entretanto, foram muito mais proveitosos para o comunismo internacional do que para o ocidente democrático, surgindo daí, com vigor irreprimível, a guerra política e a guerra revolucionária, instrumentos através dos quais a União Soviética passava a atacar e a procurar subjugar seus ex-aliados, repetindo-se, assim, em escala internacional, a tática da *revolução em duas etapas,* a primeira das quais já vencida, em aliança com o ocidente: a queda do nazismo e do fascismo.

Os reflexos dessa situação prontamente fizeram-se sentir no Brasil, facilitados pela infeliz circunstância de se ter instalado no País, de maneira inesperada, um governo liderado por um político de tradição filocomunista e que, uma vez à testa do governo, veio a ser um aliado comprovado do comunismo.

No capítulo I pudemos ver a que extremos conduzia essa aliança do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a que pertencia o presidente, com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), em cujos objetivos novamente se configurava, agora em âmbito interno, a tática da revolução em duas etapas, representada a primeira pela *República Sindicalista,* objetivo de João Goulart, e a segunda pela *República Socialista,* objetivo final dos comunistas.

A desenvoltura dessa aliança precipitou a eclosão do movimento conhecido como a Revolução de Março de 1964, na realidade, desconsiderando a precisão sociológica das definições, uma contra-revolução, que abortou aquilo que se prenunciava como fruto da espúria aliança antes mencionada.

Impulsionadas pelas irresistíveis pressões da sociedade, finalmente as Forças Armadas, cedendo em seu espírito legalista, intervieram em

defesa da sobrevivência democrática, instalando um governo revolucionário que, contra a expectativa inicial de seus líderes, veio a se estender por cerca de vinte anos.

As críticas que se poderiam fazer a essa duração exagerada, que levou vários dos adeptos da Revolução a se transferirem para a oposição, foram claramente rebatidas no texto do livro, devido aos poderosos motivos que a provocaram.

O regime assim instaurado teve sua tarefa de reconstrução nacional permanentemente combatida por duas espécies principais de inimigos:

– o comunismo internacional, que não se conformava em perder uma presa das dimensões estratégicas do Brasil, que seria um bastião a facilitar a conquista certa de toda a América Latina;

– a oposição política, não necessariamente comunista, mas estranhamente aliada a eles, como se visse na derrubada dos governos revolucionários um ideal muito superior à preservação dos valores políticos e filosóficos que a revolução se propusera a preservar.

Algumas das características desses governos revolucionários, reconhecidas inclusive por autores comunistas citados nos capítulos precedentes, foram:

– apesar de inevitavelmente autoritários, neles havia ausência do caráter fascista e da ditadura de um caudilho, como é o caso de Fidel Castro em Cuba, paradoxalmente apontado como modelo pelos trêfegos defensores da *democracia,* como se intitulavam os inimigos da Revolução. Todos os presidentes foram eleitos pelo Congresso para um mandato determinado, sem direito à reeleição;

– foram governos que não regulamentaram a vida cotidiana da sociedade civil, reservando seus rigores e impondo suas restrições apenas aos subversivos, isto é, àqueles que se manifestavam não meramente por palavras, mas sobretudo pela ação, visando ao restabelecimento do regime deposto;

– a Revolução teve caráter nitidamente endógeno, sendo a conspiração urdida e o movimento desencadeado por ação exclusiva de lideranças nacionais, por maiores que fossem as simpatias que despertava nos países do Mundo Livre, aí incluídos os E.U.A.;

– as punições aplicadas aos subversivos foram suaves, apesar dos receios que provocaram em muitos, que delas fugiram pelo exílio voluntário. Tais punições só vieram a adquirir maior severidade na fase da luta armada, quando se tratava de enfrentar impiedosos terroristas e guerrilheiros urbanos e rurais;

– a tolerância para com as críticas recebidas da oposição e seus aliados era muito grande, e disso apresentamos vários exemplos nos

capítulos anteriores. Ela só se esgotava após serem ultrapassados certos limites, face ao risco de desmoralização dos governos revolucionários e da própria Revolução;

– a nítida preocupação reformista dos diversos governos, que assim demonstraram sua aversão ao reacionarismo, fruto do imobilismo conservador. Esta foi, talvez, a mais acentuada característica da ação administrativa desses governos, através da qual conseguiram a atenção do mundo para aquilo que muitos círculos internacionais qualificaram de o *"milagre brasileiro"*. Assim, as *reformas de base*, idéia-força utilizada pelo governo deposto com propósitos demagógicos e de agitação política, adquiriram feição racional e objetiva, sendo em grande parte realizadas por aqueles governos;

– a continuidade administrativa, assegurada por serem os sucessivos governos representantes exclusivos dos interesses nacionais, desvinculados de compromissos com partidos políticos, submetidos a interesses contraditórios, freqüentemente alheios aos grandes objetivos nacionais;

– a pressão contínua que receberam da oposição, em aliança com a subversão, fazendo ouvidos moucos aos repetidos e insistentes apelos dos governos revolucionários à sua cooperação na obra de reconstrução nacional e de volta à normalidade constitucional. Note-se que esse apelo ressalvava o seu caráter de vigorosa oposição, que apenas se esperava passasse a ter sentido construtivo;

– o recrudescimento da subversão, sob os olhares complacentes da mesma oposição, evoluindo para a luta armada, caracterizada pelas guerrilhas urbana e rural.

Para finalizar, podemos dizer que a Revolução de 1964, seguida da obra dos diversos governos revolucionários, adquiriu relevo nacional e internacional, cujo crédito deve ser atribuído aos seguintes fatores básicos:

– confiança que inspirou entre os brasileiros, pela seriedade e espírito público de seus líderes e pela idoneidade dos auxiliares convocados para os postos-chave da administração.

Tanto é assim que muitos deles foram reconvocados pelos governos posteriores, mesmo os francamente hostis à Revolução, como é o caso de Jarbas Passarinho, Marco Maciel, Aureliano Chaves, Antonio Carlos Magalhães, Jorge Bornhausen e outros;

– convicção nos valores éticos e filosóficos que defendiam;

– segurança, sem os exageros dos regimes ditatoriais, dentro do espírito enaltecido por um dos presidentes: o mínimo de segurança e o máximo de desenvolvimento;

– espírito realista, ao reconhecer a imperfeição do homem e das obras resultantes de sua inspiração. Daí a conseqüente humildade no reconhecimento de seus próprios erros e na aceitação das críticas permanentes que sofria;

– equilíbrio, ao se mostrar imune às formas irracionais do nacionalismo;

– personalidade, que lhe foi proporcionada pelo conjunto dos fatores precedentes e que lhe permitiu assumir atitudes e apresentar soluções originais para tantos dos problemas que enfrentou. Esta circunstância proporcionou ao Brasil a aquisição de prestígio internacional, a despeito da campanha orquestrada de descrédito empreendida, aqui e no exterior, por seus inimigos.

Esperamos, assim, ter atingido as finalidades pretendidas ao escrever este livro, quais sejam, as de restabelecer a verdade dos fatos. Lançamos mãos, para isto, de testemunhos e provas irrefutáveis que, a nosso juízo, permitiram rebater as distorções veiculadas pela versão corrente sobre a Revolução de 1964, as quais foram apresentadas na introdução deste livro.

ANEXO I

ALGUNS PONTOS RELEVANTES DA ADMINISTRAÇÃO DOS GOVERNOS REVOLUCIONÁRIOS

AGRICULTURA

No fim do período revolucionário, Glycon de Paiva mostra o seguinte quadro comparativo, com a evolução agrícola nos vinte anos do período:

	SITUAÇÃO EM 1963	SITUAÇÃO EM 1983	MULTIPLICADOR DA PRODUÇÃO
Grãos (milhões de toneladas)	19,4	55	2,8
Capacidade de armazenamento (milhões de toneladas)	5	57	10

COMUNICAÇÕES

Como este foi um dos setores que mais se desenvolveu no Brasil durante o vinteno revolucionário, é interessante conhecer os comentários que a respeito fez João Baptista Peixoto, referindo-se aos dez primeiros anos do período.

Diz ele:

> "O desenvolvimento das telecomunicações no Brasil começou praticamente com a promulgação do Código Brasileiro de Telecomunicações no ano de 1962.
>
> Entre outras providências, esta lei estabelece a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), que somente depois de 1965 entrou em plena atividade.
>
> Em 1966, o controle acionário da Companhia Telefônica Brasileira (CTB) e suas subsidiárias que operavam em quatro Estados (São Paulo, Guanabara, Minas Gerais e Espírito Santo) passou para a EMBRATEL. No começo de 1967, a Lei de Reforma Administrativa criou o Ministério das Comunicações, vinculando a ele o Conselho Nacional de Telecomunicações

(CONTEL), o Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL) e o então Departamento dos Correios e Telégrafos (DCT), hoje Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos (ECT).

A EMBRATEL ficou igualmente vinculada ao Ministério das Comunicações. Funcionando há pouco mais de seis anos, o Ministério das Comunicações apresenta um dos mais positivos saldos de toda a administração do País, no setor considerado dos mais deficientes e, paradoxalmente, dos mais importantes para o desenvolvimento econômico e a integração nacional.

Com uma estrutura fundamentada em princípios da dinamização, suas principais metas desde logo estabelecidas foram dotar o País de uma infra-estrutura de telecomunicações nacionais e possibilitar a participação brasileira no sistema internacional de comunicações por satélites. Outro importante objetivo foi a instalação de novas centrais de telex e a ampliação das existentes, interligando todas as regiões do País. Em 28 de fevereiro de 1969 foi inaugurada a Estação Terrena de Comunicações por Satélite, no Município de Itaboraí – Estado do Rio de Janeiro –, fato este que possibilitou aos brasileiros assistirem à primeira descida do homem na lua, com uma imagem perfeita na televisão.

Até a criação da EMBRATEL, os brasileiros só dispunham de telefones urbanos, de um precário telégrafo e de quatro sistemas de microondas que ligavam Rio-São Paulo-Belo Horizonte e Brasília. Atualmente, 22 Estados, 3 Territórios e Brasília estão ligados pelas telecomunicações."

No que se refere à TELEBRÁS, diz o mesmo autor:

"... pela Lei 5.792, de 06-08-72, foi criada a Telecomunicações Brasileiras S. A. – TELEBRÁS, com sede em Brasília.

Entre as principais responsabilidades da TELEBRÁS, destacam-se:

– gerir os recursos oriundos do Fundo Nacional de Telecomunicações;

– promover medidas capazes de expandir as telecomunicações no País e no exterior, de reduzir custos e obter maior produtividade do sistema;

– incentivar a formação e treinamento de pessoal especializado;

– estimular a pesquisa e a produção industrial do setor;

– captar recursos financeiros e propor a sua aplicação; e

– acelerar a produção nacional de equipamentos de telecomunicações.

O Fundo Nacional de Telecomunicações forneceu à EMBRATEL os recursos necessários à implantação de seus troncos por todo o Brasil. Com a criação da TELEBRÁS, transferiu-se para ela a gerência desse fundo.

Na mesma ocasião, transferiu-se para a TELEBRÁS o comando acionário da Companhia Telefônica Brasileira, o qual era, até então, exercido pela EMBRATEL.

A partir de então, com os recursos do FNT, a TELEBRÁS passou a investir nas Empresas Representativas.

Em algumas de suas subsidiárias a TELEBRÁS encontrou situações muito próximas do caos. Os sintomas mais freqüentes eram a falta de pessoal especializado, falta de estrutura administrativa, equipamentos obsoletos, os quais, somados, resultam em dificuldades econômico-financeiras e impossibilidade de expansão no ritmo necessário."

O serviço dos Correios e Telégrafos é bem representativo da situação calamitosa das telecomunicações no período pré-revolucionário. Hão de lembrar-se os que viveram aquela época, do grau de desmoralização do antigo Departamento dos Correios e Telégrafos. A situação hoje inverteu-se, permitindo incluir a Companhia Brasileira dos Correios e Telégrafos no rol das mais eficientes do mundo, sendo um dos motivos de legítimo orgulho dos brasileiros.

Glycon de Paiva, abrangendo todo o período revolucionário, faz a comparação entre a situação de 1963 e a de 1983, nos mesmos moldes antes apresentados:

	1963	1983	Multiplicador
Telefones (milhões de aparelhos)	1	10	10
Telex (mil aparelhos)	-	52	-
Municípios com telefone	-	3500	-
Municípios com DDD	-	2500	-

COMÉRCIO EXTERIOR

Em relação ao comércio exterior, eis os dados da comparação entre as situações de 1963 e 1983:

Exportações (milhões de US$)	1,4	21,9	15
Importações (milhões de US$)	1,4	15,4	11
Exportações de minérios de ferro (milhões de toneladas)	8,2	70	9
Manganês (milhares de toneladas)	840	1000	-
Frota mercante (milhões de TPB)	1440	9000	6

Pela primeira vez predominaram na pauta de exportações bens manufaturados, vendidos ao mundo desenvolvido.

No que se refere à exportação de produtos agrícolas, não dispomos dos dados do fim do período, mas sim dos da produção agrícola, que se elevou de 19,4 milhões de toneladas de grãos em 1963 para 55 milhões em 1983, com um multiplicador de 2,8 vezes.

Entretanto, podemos avaliar o ritmo de evolução dessa exportação e do incremento que a agricultura representou em nosso desenvolvimento econômico se compararmos os dados de 1972 com os de 1971, que constam do quadro que se segue:

Principais produtos de exportação	Valor da exportação em 1972 (US$)	Aumento em relação a 1971 (%)
Café	1.000.000	37
Açúcar	421.478	180
Soja	280.000	184
Algodão	210.000	50

Francisco de Araújo Santos, professor da UFRGS, em artigo de 29 de março de 1993, em *Zero Hora,* referindo-se ao papel da política de exportações no desenvolvimento da economia brasileira, diz:

> "A faceta mais importante do extraordinário desempenho da economia brasileira, de 1964 até 1984, foi a radical transformação da nossa pauta de exportações. Só isso possibilitou a multiplicação do valor das exportações de 1 bilhão de dólares, em 1961, para 27 bilhões em 1984. Infelizmente esse valor ficou estagnado até 1991. Desde então, em virtude de um ortodoxo realismo cambial, as exportações têm sido um estimulante para a economia."

DÍVIDA EXTERNA

No período de 1963 a 1983, sua evolução, segundo Glycon de Paiva, foi:

Dívida externa bruta (bilhões de US$)	2,1	91,1	43
Taxa de inflação da moeda – %	74	211	2,9

Já entre os anos de 1973 e 1978, no governo Geisel, quando a dívida iniciou sua escalada, o panorama foi o seguinte, em bilhões de US$:

1973	6.155
1974	11.397
1975	17.131
1976	19.442
1977	24.781
1978	31.615

Registrou-se, portanto, um aumento acima de 25,46 bilhões de US$ no período, dos quais 18,379 para cobrir "déficits" da balança comercial.

Essa situação piorou a partir de janeiro de 1979, devido ao segundo choque do petróleo e o aumento da taxa de juros da dívida.

Entretanto, esse crescimento desmesurado também apresenta alguns pontos positivos, como assinala Joaquim Lagreca, em artigo de junho de 1987, referindo-se à origem da dívida:

> "Inicialmente, é necessário o reconhecimento benéfico da dívida, pois mercê dela nos foi possível importar bens de produção e tecnologia. A dívida fez o Brasil crescer.
>
> É o próprio economista Celso Furtado, Ministro da Nova República, que afirma: 'A dívida externa brasileira é uma das mais bem aplicadas entre os devedores do Terceiro Mundo'. E entra em riqueza de detalhes, quando a divide em três itens: 1 – créditos aplicados em obras que miltiplicam riquezas, como as hidroelétricas; 2 – aplicações diversas, como a Ferrovia do Aço e em centros de convenções; 3 – custo financeiro das negociações."

Quanto às causas dessa dívida, acrescenta:

> "A recessão que se instalou em grande parte do mundo, ao final da década de 70, e a saída do capital árabe do mercado financeiro internacional, determinando alta elevação dos juros, fizeram o Brasil, por um lado, ser obrigado a diminuir suas exportações e, por outro, pagar juros mais altos, o que veio determinar o crescimento vegetativo da dívida externa."

ECONOMIA (em geral)

O jornalista inglês Robert Moss, depois de descrever os efeitos nefastos da inflação, diz:

> "Contudo, nada disto aconteceu no Brasil desde a queda do governo de Goulart, em 1964, apesar das taxas de inflação ainda andarem por volta dos vinte aos quarenta por cento. A correção monetária transformou-se em toda uma arte de conviver com a inflação, no Brasil."

De um editorial do *Jornal do Brasil,* edição de 13 de dezembro de 1977, destacamos o texto que se segue. Numa crítica incisiva ao AI-5, o editorialista procura contrariar a tese de que este ato fora importante na conquista dos sucessos econômicos, mas acaba por reconhecer tais sucessos ao afirmar:

> "O grande desenvolvimento conseguido no período que vai de 1969 a 1973 resulta da conjugação de dois fatores: a expansão da economia mundial e um astuto sentido de oportunidade de parte dos administradores da economia do país no período. Sem a primeira, não teria havido a segunda, ao passo que sem a segunda não poderia ter sido plenamente aproveitada a primeira."

O já citado Prof. Francisco de Araújo Santos, em artigo escrito em 1992, depois de exaltar a importância da definição da política que visa ao desenvolvimento econômico, diz:

> "Isso foi posto em prática no Brasil entre 1964 e 1979, antes do impacto desestabilizador do segundo choque nos preços do petróleo.
>
> Uma das molas propulsoras daquela política econômica foi a do realismo cambial e a dos incentivos às exportações. Considerada a economia global do país, a dinâmica das exportações ponteou sempre o processo do crescimento. Especificamente na depressão do início da década de 80, desencadeada pelo importante segundo choque nos preços do petróleo, foi o setor das exportações que abriu uma saída, saída que já se mostrava segura em 1984. Naquele ano o Brasil rompeu mais um recorde de exportações; deram um pulo significativo para US$ 27 bilhões, sendo que a média dos três anos anteriores estivera em torno de US$ 20 bilhões."

O conceituado jornalista especializado em assuntos econômicos, Joelmir Betting, em artigo de 28 de novembro de 1992, no *O Globo,* assim se manifesta sobre idêntico assunto:

"Há 20 anos, na crista do milagre brasileiro, o trabalho abocanhava 54% da renda total, nas barbas do capital. Ninguém quebrou.

Nem a Previdência fora de esquadro nem as prefeituras empreguistas. Bem ao contrário, a economia expandiu-se até 14% ao ano. Era a economia que mais crescia no mundo. E a inflação, com toda essa demanda inflamada? Acomodou-se abaixo de 20% ao ano. Sem choque."

EDUCAÇÃO

Os dados comparativos do período são:

	1963	1983	Multiplicador
Crianças de 10 a 14 anos em escola (milhões)	5	9	1,8
Ensino universitário (1000)	124	1300	10

A preocupação dos governos revolucionários com a educação é bem simbolizada por uma edificante atitude do presidente Médici, relatada por Delfim Neto, em recente artigo publicado em *Zero Hora:*

"Em 1969, logo após assumir o governo, o presidente Médici tomou uma decisão de natureza singela, que não tinha nada de espetacular, mas que alcançou funda repercussão na opinião pública, imprimindo uma espécie de marca que perdurou por todo o seu mandato.

O Rio de Janeiro se preparava para sediar uma exposição internacional de indústria e comércio, com a previsão de enormes gastos necessários para acolher condignamente ilustres visitantes estrangeiros. A economia brasileira apenas iniciava um trabalho de retomada de seu crescimento, após um período duro de ajustes das finanças públicas, realizado com extraordinária competência pelos economistas Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões. Assim, como hoje, não havia dinheiro sobrando. O presidente Médici simplesmente decidiu cancelar a grandiosa exposição e destinou os recursos para as obras de conclusão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que se arrastava há anos devido às habituais dificuldades financeiras do erário.

Definir prioridades é o problema que permanentemente está sobre a mesa dos governantes. Entre a festa e a universidade,

o governo Médici optou corretamente e esta opção foi plenamente entendida pela opinião pública."

Hoje, quando há uma queixa generalizada da *débacle* moral que atinge dolorosamente o Brasil, mais ainda se acentua o grande mérito da Revolução de 1964 em ter procurado se antepor e prevenir tão nefasta situação.

Observando os efeitos deletérios que a subversão exercia sobre os estudantes, ainda exacerbados em 1968 como resultado da revolta estudantil iniciada na França, o governo Costa e Silva instituiu, em 1969, como disciplina obrigatória nos três níveis de ensino, a Educação Moral e Cívica (EMC) que, em nível superior, assumiu a forma de Estudos de Problemas Brasileiros – EPB.

É evidente que, além de sua finalidade puramente educativa, a iniciativa tinha também uma motivação ideológica, pois procurava dotar os jovens de instrumentos eficazes que lhes permitissem resistir aos insistentes apelos do proselitismo subversivo, que acabou por conduzir muitos deles pelos descaminhos da contestação violenta, e até da luta armada, com o sacrifício de preciosas vidas.

Violentamente combatida pela esquerda e sofrendo a sabotagem dos "inocentes úteis" por ela influenciados, a disciplina enfrentou enormes dificuldades para se afirmar, pois que a ação desmoralizante da esquerda, firmemente ancorada nos meios de comunicação social, superava largamente os ingentes esforços dos que tentavam fazê-la vigorar.

As restrições que se faziam à EMC se baseavam na versão habilmente criada pela esquerda de que representava ela uma tentativa da Revolução de 1964 de se firmar politicamente, atrelando os jovens aos seus interesses *ditatoriais*.

Tais restrições não eram respaldadas na leitura atenta dos dispositivos legais que regulavam tal disciplina, bem como na justificativa apresentada para a sua criação. Tais dispositivos demonstravam, com clareza meridiana, que seus objetivos eram muito mais ambiciosos, projetando-se na formação da cidadania responsável, necessariamente embasada no culto de valores morais e cívicos.

O objetivo da subversão, entretanto, era bem diferente: interessava-lhe, ao contrário, desmoralizar autoridades, instituições e os valores cultivados nas sociedades ocidentais para enfraquecê-las e assim facilitar a sua conquista. E, apesar desse seu esforço ter sido realizado sobretudo no período revolucionário, a esquerda, por incrível que pareça, foi amplamente vitoriosa, podendo dar seqüência a seu solerte trabalho de desmoralização, cujos resultados se manifestam amplamente no Brasil de hoje, com o ambiente que tão bem

soube criar, onde predominam a corrupção, falta de ética, amoralidade, cinismo, degradação de costumes, deboche, ridicularização das manifestações cívicas e tantos outros males correlatos.

Para coroar a sua vitória, aproveitando-se do clima hostil à Revolução de 1964, por ela mesmo criado, a esquerda facilmente levou à inclusão da EMC na categoria de *entulho autoritário* e, mediante atos sucessivos, inspirados sobretudo pelo PT, levou finalmente à revogação do Decreto-lei 869/69, que criou e tornou obrigatória a citada disciplina. E isto foi feito, paradoxalmente, com o apoio ou o desinteresse da maioria não-esquerdista nas duas casas do Congresso.

Felizmente, o esfacelamento da União Soviética e seu decisivo efeito sobre a subversão tramada pelo comunismo internacional evitou que o fruto maduro desse trabalho destrutivo pudesse ser aproveitado no assalto ao poder, longamente preparado pelas lideranças subversivas.

Entretanto, seu resultado aí está, desafiando a criatividade e a competência dos governos para desfazê-lo.

ENERGIA

O quadro comparativo da situação entre os anos de 1963 e 1983, com o respectivo multiplicador, é o seguinte:

Potência instalada (MW)	4.480	35.000	9
Potência em instalação (MW)	1.000	16.000	16
Energia elétrica produzida (1.000 kWh)	28	160	6
Energia elétrica consumida (1.000 kWh)	23	140	6
Reservas de petróleo (milhões de barris)	320	1.900	4
Consumo de petróleo	327	1.000	3
Capacidade de refino	300	1.400	5
Importação de petróleo	208	660	3
Custo do petróleo importado (1.000 barris diários – milhões de US$)	176	6800	39
Produção de petróleo (1.000 b/d)	98	340	3
Carvão vapor (milhões de toneladas)	2	4	2
Carvão metalúrgico (milhões de toneladas)	0,8	1	-

No que se refere à produção de petróleo, seu incremento está intimamente ligado à descoberta e exploração dos campos da plataforma continental. Em 1974, a PETROBRÁS descobriu um campo

petrolífero na região de Campos. A potencialidade desse campo foi um acontecimento auspicioso, sobretudo no momento em que era necessário reduzir os efeitos negativos da crise petrolífera mundial sobre nossa economia. De lá para cá, a dinamização da PETROBRÁS pelos governos revolucionários continuou frutificando, seguindo-se outras descobertas na plataforma marítima, responsável hoje pelo grosso da produção petrolífera do País.

HABITAÇÃO (e outros problemas sociais)

Sob o título "Agonia do sistema habitacional", o editorial de *Zero Hora* de 28 de novembro de 1991 se inicia com o seguinte trecho:

> "Poucos podem colocar questionamentos sobre uma das mais acertadas decisões do primeiro dos governos de após 31 de março de 1964, que foi a criação, pelo então presidente Humberto Castelo Branco, do Banco Nacional da Habitação."

Sobre o mesmo assunto, juntamente com outros problemas de interesse social, como a saúde e a previdência social, o já citado relatório do IPEA, de 1977, afirma que, entre as conquistas no campo social, merecem destaque o substancial aumento de domicílios com abastecimento de água pela rede geral, o incremento da disponibilidade domiciliar de bens duráveis de consumo, o já assinalado aumento das matrículas nos três níveis de ensino e substanciais melhoras na área de saúde, como a redução da mortalidade e a elevação do número de médicos por habitante.

Além disto, os segurados da previdência social urbana elevaram-se, entre 1963 e 1977, de 5,7 para 20,7 milhões, número ainda superado pelo incremento dos benefícios pagos pela previdência.

Inclui-se, ainda, nesse campo, o aumento do número de habitações financiadas, que cresceu de 100 mil em 1963 para 4200 mil em 1983, com um multiplicador de 42 vezes.

Por fim, também na área social, relacionado com o explosivo problema da reforma agrária, registre-se a entrega, até 1983, de mais de um milhão de títulos de propriedade de terra contra menos de cem mil antes de 1964.

INFLAÇÃO

No período do presidente Costa e Silva houve um reerguimento financeiro, baixando a situação inflacionária de 95% para 25%. No mesmo período, foi criado o mecanismo da correção monetária, que se revelou extremamente útil para compensar os efeitos perversos da inflação, apesar dos riscos nela embutidos.

No fim do governo Médici, a taxa inflacionária alcançou a cifra de 18%. Após o governo Médici, sob a influência dos fatores já citados, esta taxa cresceu para 50%, caindo para 35% no fim do período.

O próprio presidente Geisel, em discurso de 30 de dezembro de 1974, assim se manifestou a respeito:

> "De fato, os seis primeiros meses deste governo tiveram, como tônica, o combate persistente e dedicado a uma inflação que, de março para abril, fez o índice geral de preços ultrapassar o crescimento alarmante de 5%. À inflação própria, gerada no País, somou-se, inevitavelmente, larga dose de inflação importada, através dos preços assustadoramente crescentes de produtos adquiridos no exterior – necessários, entretanto, não só a investimentos inadiáveis, mas principalmente ao próprio dinamismo de nosso parque industrial, ameaçado de grande ociosidade e, até mesmo, ao consumo direto de bens insubstituíveis.
>
> Já por volta de setembro, a inflação, ainda da ordem de 1,7% ao mês, tornou-se tolerável e, o que mais importa, desde então está sob um suficiente grau de controle que permite mantê-la mais ou menos estabilizada. Assim, chegamos a dezembro com um índice inferior a 34% ao ano."

No governo Figueiredo, acompanhando o decréscimo do desenvolvimento, a inflação cresceu velozmente, para atingir os já citados 211%, ultrapassando largamente a que vigorava no governo Goulart, em torno de 90%, se bem que a tendência desta era acentuadamente crescente.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

A evolução dessa produção nos vinte anos dos governos revolucionários, segundo o modelo já antes seguido, foi:

Navios (Ton. de deslocamento)	42.800	200.000	5
Automóveis (unidades)	174.126	800.000	5
Cimento (milhões de Ton.)	4,85	25	5
Papel (1.000 Ton.)	5,95	1.506	3
Cobre (Ton.)	10.000	114.000	10

A produção mineral em geral subiu de 400 milhões de dólares para quase 8 bilhões, com um incremento de vinte vezes.

TRANSPORTES

A evolução dos transportes no período de vinte anos, segundo o modelo que vimos utilizando, foi a seguinte:

Automóveis (milhões)	0,3	9,6	32
Ferrovias (1.000 km)	32	29	Redução
Rodovias pavimentadas (1.000 km)	19	75	3,9

No que se refere à construção naval, entre 1967 e 1973 a frota mercante brasileira de longo curso e cabotagem duplicou, elevando-se de 1,5 para 3,0 milhões de toneladas de peso bruto. Esse crescimento foi acompanhado de aumento de porte e de velocidade.

Sobre a evolução dos transportes no período situado entre 1964 e 1975, vale a pena conhecer a opinião de Egon Renner, expressa em artigo publicado no *Diário de Notícias* de Porto Alegre, em 17 de novembro de 1975:

> "Com a mudança do governo em 1964, mudou a mentalidade. Os governos revolucionários tomaram providências, mudando o aspecto negativo dos nossos sistemas de transportes. Já comentei diversas vezes a verdadeira revolução que se processou no transporte por água. Os nossos portos, que no começo de 1964 estavam vazios, sem movimento, cada ano estão registrando recordes na movimentação de cargas. O Lloyd Brasileiro, nossa principal empresa de transportes marítimos, que estava falida em 1964, hoje explora linhas para todos os 7 mares. E a companhia, que proporcionava déficits enormes, está fechando balanços com bons lucros.
>
> A Rede Ferroviária está melhorando e racionalizando os seus serviços, já se cogitando de ampliações.
>
> No setor rodoviário o progresso é flagrante. A todo momento novas rodovias são inauguradas e entregues ao tráfego. E são rodovias construídas em elevados padrões técnicos, asfaltadas na sua maioria e que permitem transporte com qualquer tempo.
>
> A revista BR Nacional das Empresas de Transportes Rodoviários de Carga – NTC, em seu número 94, traz uma reportagem em que afirma que o Brasil é hoje o maior canteiro de obras rodoviárias do mundo."

ANEXO II

LEI DA ANISTIA

LEI Nº 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979

Concede anistia, e dá outras providências

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de Fundações vinculadas ao Poder Público, aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (vetado).

§ 1º Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.

§ 3º Terá direito à reversão ao Serviço Público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo, para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do artigo 3º.

Art. 2º Os servidores civis e militares demitidos, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, poderão, nos 120 (cento e vinte) dias seguintes à publicação desta Lei, requerer o seu retorno ou reversão ao serviço ativo:

I – se servidor civil ou militar, ao respectivo Ministro de Estado;

II – se servidor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembléia Legislativa e de Câmara Municipal, aos respectivos Presidentes;

III – se servidor do Poder Judiciário, ao Presidente do respectivo Tribunal;

IV – se servidor de Estado, do Distrito Federal, de Território ou de Município, ao Governador ou Prefeito.

Parágrafo Único. A decisão, nos requerimentos de ex-integrantes das Polícias Militares ou dos Corpos de Bombeiros, será precedida de parecer de comissões presididas pelos respectivos Comandantes.

Art. 3º O retorno ou a reversão ao serviço ativo somente será deferido para o mesmo cargo ou emprego, posto ou graduação que o servidor, civil ou militar, ocupava na data de seu afastamento, condicionado, necessariamente, à existência de vaga e ao interesse da Administração.

§ 1º Os requerimentos serão processados e instruídos por comissões especialmente designadas pela autoridade à qual caiba apreciá-los.

§ 2º O despacho decisório será proferido nos 180 (cento e oitenta) dias seguintes ao recebimento do pedido.

§ 3º No caso de deferimento, o servidor civil será incluído em Quadro Suplementar e o militar de acordo com o que estabelecer o decreto a que se refere o artigo 13 desta Lei.

§ 4º O retorno e a reversão ao serviço ativo não serão permitidos se o afastamento tiver sido motivado por improbidade do servidor.

§ 5º Se o destinatário da anistia houver falecido, fica garantido aos seus dependentes o direito às vantagens que lhe seriam devidas se estivesse vivo na data da entrada em vigor da presente Lei.

Art. 4º Os servidores que, no prazo fixado no artigo 2º, não requererem o retorno ou a reversão à atividade ou tiverem seu pedido indeferido, serão considerados aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, contando-se o tempo de afastamento do serviço ativo para efeito de cálculo de proventos da inatividade ou da pensão.

Art. 5º Nos casos em que a aplicação do artigo anterior acarretar proventos em total inferior à importância percebida, a título de pensão, pela família do servidor, será garantido a este o pagamento da diferença respectiva como vantagem individual.

Art. 6º O cônjuge, qualquer parente, ou afim na linha reta, ou na colateral, ou o Ministério Público, poderá requerer a declaração de ausência de pessoa que, envolvida em atividades políticas, esteja, até a data de vigência desta Lei, desaparecida do seu domicílio, sem que dela haja notícias por mais de 1 (um) ano.

§ 1º Na petição, o requerente, exibindo a prova de sua legitimidade, oferecerá rol de, no mínimo, 3 (três) testemunhas e os documentos relativos ao desaparecimento, se existentes.

§ 2º O Juiz designará audiência, que, na presença do órgão do Ministério Público, será realizada nos 10 (dez) dias seguintes ao da

apresentação do requerimento e proferirá, tanto que concluída a instrução, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sentença, da qual, se concessiva do pedido, não caberá recurso.

§ 3º Se os documentos apresentados pelo requerente constituírem prova suficiente do desaparecimento, o Juiz, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro) horas, proferirá, no prazo de 5 (cinco) dias e independentemente da audiência, sentença, da qual, se concessiva, não caberá recurso.

§ 4º Depois de averbada no registro civil, a sentença que declarar a ausência gera a presunção de morte do desaparecido, para os fins de dissolução do casamento e de abertura de sucessão definitiva.

Art. 7º É concedida anistia aos empregados das empresas privadas que, por motivo de participação em greve ou em quaisquer movimentos reivindicatórios ou de reclamação de direitos regidos pela legislação social, hajam sido despedidos do trabalho, ou destituídos de cargos administrativos ou de representação sindical.

Art. 8º São anistiados, em relação às infrações e penalidades decorrentes do não-cumprimento das obrigações do serviço militar, os que, à época do recrutamento, se encontravam, por motivos políticos, exilados ou impossibilitados de se apresentarem.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo aplica-se aos dependentes do anistiado.

Art. 9º Terão os benefícios da anistia os dirigentes e representantes sindicais punidos pelos Atos a que se refere o artigo 1º, ou que tenham sofrido punições disciplinares ou incorrido em faltas ao serviço naquele período, desde que não excedentes de 30 (trinta) dias, bem como os estudantes.

Art. 10 Aos servidores civis e militares reaproveitados, nos termos do artigo 2º, será contado o tempo de afastamento do serviço ativo, respeitado o disposto no artigo 11.

Art. 11 Esta Lei, além dos diretos nela expressos, não gera quaisquer outros, inclusive aqueles relativos a vencimentos, soldos, salários, proventos, restituições, atrasados, indenizações, promoções ou ressarcimentos.

Art. 12 Os anistiados que se inscreveram em partido político legalmente constituído poderão votar e ser votados nas convenções partidárias a se realizarem no prazo de 1 (um) ano a partir da vigência desta Lei.

Art. 13 O Poder Executivo, dentro de 30 (trinta) dias, baixará decreto regulamentando esta Lei.

Art. 14 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 Revogam-se as disposições em contrário.

BIBLIOGRAFIA

Livros

O assalto pacífico, Douglas Hyde.
O assalto ao Parlamento, Jan Kosak.
Brasil nunca mais, Arquidiocese de São Paulo.
Brasil sempre, Marco Pollo Giordani.
Breve tratado de sovietologia, Alain Besançon.
A classe operária e seu partido, Hercules Correa.
O colapso da democracia, Robert Moss.
Combate nas trevas, Jacob Gorender.
Como falam as esquerdas, José Luis Ribeiro.
Como terminam as democracias, Jean-François Revel.
Comunismo no Brasil, Gen. Ferdinando de Carvalho.
Conquistas de uma década, João Batista Peixoto.
A contra-revolução no Brasil, Fernando Nobre Filho.
A democracia possível, Manoel Gonçalves Ferreira Filho.
O desafio da subversão, A. J. Paula Couto.
Desmarxizar a universidade, Jules Monnerot.
Em cima da hora, Suzanné Labin.
As forças armadas e a guerra revolucionária, Fernando Nobre Filho.
As forças armadas: política e ideologia no Brasil, Eliezer R. de Oliveira.
As forças armadas e a revolução, Fernando Nobre Filho.
A função política do exército, Hermann Gehling.
O governo Castelo Branco, Luis Viana Filho.
A grande conspiração, Glycon Paiva.
A guerra revolucionária, Bilac Pinto.
A guerra subversiva em marcha, A. C. Pacheco Silva.
Marechal Odylio Denys, Chermont de Britto.
Memórias: a verdade de um revolucionário, Gen. Olympio Mourão Filho.
1964: a conquista do estado, Renê Armand Dreifuss.
1964 – golpe ou contra-golpe?, Hélio Silva.
Mito e verdade da revolução brasileira, Guerreiro Ramos.
Mitos revolucionários do terceiro mundo, Gérard Chaliand.
A nova classe, Milovan Djilas.
O outro lado do poder, Gen. Hugo Abreu.
Palavras de um soldado, Gen. Antonio Carlos S. Muricy.
PCB – antagonismo e integração, Ronald A. Chilcote.
Por que eu traí, Octavio Ribeiro.
Por que os militares, Ivan Zanoni Hausen.
A questão parlamentar e a Internacional Comunista, Diversos.
A revolução e o governo Costa e Silva, Gen. Jayme Portella de Mello.
Rompendo o silêncio, Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra.
Segurança e Desenvolvimento, Amaral Gurgel.
Segurança Nacional, Gen. Aurelio Lyra Tavares.
A subversão, Roger Mucchielli.
Tinha que ser Minas, Gen. Carlos Luis Guedes.
Transfigurações do comunismo, Sir. Percival Griffiths.
Tudo a declarar, Armando Falcão.
Você pode confiar nos comunistas, Fred Schwarz.

Jornais e periódicos

A Bandeira, Movimento de Renovação Política, São Paulo, SP.
Correio Brasiliense, Brasília, DF.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, RJ.
Correio do Povo, Porto Alegre, RS.
Diário de Notícias, Porto Alegre, RS.
Diário de São Paulo, São Paulo, SP.
Estado de Minas, Minas Gerais, MG.
O Estado de São Paulo, São Paulo, SP.
Folha da Tarde, Porto Alegre, RS.
O Globo, Rio de Janeiro, RJ.
O Jornal, Rio de Janeiro, RJ.
Jornal do Brasil, Riode Janeiro, RJ.
Letras em Marcha, Rio de Janeiro, RJ.
Ombro a Ombro, Rio de Janeiro, RJ.
Renovação Nacional – Movimento de Renovação Política, São Paulo, SP.
Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, RJ.
Última Hora, Rio de Janeiro, RJ.
Zero Hora, Porto Alegre, RS.

Revistas

Convivium.
Hora Presente.
Latinskaya América, U.R.S.S.
Manchete.
Mensário de Cultura Militar, E.M.E.
Novos Rumos.
Revue Militaire Gènerale, França.
Seleções do Reader's Digest.
Tribuna Universitária.

Outros documentos

Documentos de Autocrítica da Quarta Internacional Trotskista.
Ensaio sobre a doutrina política da Revolução, Gen. Carlos de Meira Mattos.
Resolução do Partido Comunista Brasileiro, outubro de 1961.
Teses aprovadas pelo II Congresso da Internacional Comunista, julho de 1920.

Minha Impalpável Biblioteca

Impressão:

GRÁFICA EDITORA
Pallotti IMAGEM DE QUALIDADE
SANTA MARIA - RS - FONE: 222.3050

Com filmes fornecidos

Nascido em 11 de dezembro de 1913 em Porto Alegre, RS, onde concluiu os cursos primário e secundário, este último no Colégio Militar.

Sentou praça na Escola Militar do Realengo, RJ, em 8 de abril de 1931, de onde saiu como aspirante a oficial em 25 de janeiro de 1934.

Em 1946 matriculou-se na Escola de Comando e Estado Maior do Exército, cujo curso concluiu em 1948, permanecendo na mesma escola como instrutor até 1960.

Entre 1955 e 1956 cursou o *Command and General Staff College* em Kansas, EUA.

Em 1963, como Coronel, foi classificado na 30ª C.R., em Campo Grande, MS.

Promovido a General de Brigada em 1966, posto em que, entre outras comissões, comandou a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e a Escola de Comando e Estado Maior do Exército, onde foi promovido a General de Divisão. Comandou posteriormente a 6ª Divisão de Exército, de onde foi transferido para a reserva, a pedido, em maio de 1974.

Casado com Giselda Santos de Paula Couto.

Foi membro e depois Presidente da Comissão Nacional de Moral e Civismo, do MEC.

Membro fundador da Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas.

Livros publicados: *Quatro Perfis de Chefia* e *O Desafio da Subversão*.